



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA**

**LANUZA LIMA SANTOS**

**FALA (VOCÊ/TU) ~ FALE (VOCÊ/TU):  
A EXPRESSÃO VARIÁVEL DO MODO IMPERATIVO NO PORTUGUÊS  
POPULAR DA BAHIA**

Salvador  
2016

**LANUZA LIMA SANTOS**

**FALA (VOCÊ/TU) ~ FALE (VOCÊ/TU):  
A EXPRESSÃO VARIÁVEL DO MODO IMPERATIVO NO PORTUGUÊS  
POPULAR DA BAHIA**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Língua e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Dante Lucchesi

Salvador  
2016

Sistema de Bibliotecas da UFBA

Santos, Lanuza Lima.

Fala (você/tu) ~ fale (você/tu): a expressão variável do modo imperativo no português popular da Bahia / Lanuza Lima Santos. - 2016.  
319 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Dante Lucchesi

Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2016.

1. Sociolinguística. 2. Língua portuguesa - Imperativo. 3. Língua portuguesa - Português falado - Bahia. 4. Língua portuguesa - Variação. I. Lucchesi, Dante. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. III. Título

CDD - 410  
CDU - 81'27(813.8)

**LANUZA LIMA SANTOS**

**FALA (VOCÊ/TU) ~ FALE (VOCÊ/TU):**

**A EXPRESSÃO VARIÁVEL DO MODO IMPERATIVO NO PORTUGUÊS POPULAR  
DA BAHIA**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em  
Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade  
Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção  
do título de Doutor em Língua e Cultura.

Aprovada em 22 de março de 2016.

---

Professor Doutor Dante Lucchesi  
Universidade Federal da Bahia

---

Professora Doutora Jacyra Andrade Mota  
Universidade Federal da Bahia

---

Professora Doutora Silvana Silva de Farias Araújo  
Universidade Estadual de Feira de Santana

---

Professor Doutor Alan Baxter  
Universidade Federal da Bahia

---

Professora Doutora Constância Maria Borges de Souza  
Universidade Estadual da Bahia

*Aos meus pais, Antonio e Genisia, cujo amor me  
enche de propósitos.*

## AGRADECIMENTOS

A realização desta tese é a conclusão de um processo longo e colaborativo, pois nada aconteceria sem as muitas pessoas que passaram por meu caminho durante as muitas etapas. A elas, o melhor de mim, ofereço meus sinceros agradecimentos.

Agradeço a Deus, que sempre esteve conduzindo meus caminhos, porque sem sua mão forte nada sou.

Aos meus pais, que desde sempre investiram, tempo, amor, dinheiro, paciência e seus melhores carinhos e palavras de apoio. A eles, que são capazes de acreditar mais em mim do que eu mesma, em qualquer tempo, em qualquer circunstância.

À minha amada Irmã, parte amada de mim, pela torcida e compreensão em todo o percurso acadêmico.

À minha pequena Gracielle Maria, pelo amor e orgulho em ter uma prima doutora, mesmo sem entender direito o que isso significava.

Ao meu orientador, Dante Lucchesi, por ter proferido, em 2003, primeiro ano de minha graduação, uma palestra sobre contato entre línguas, despertando o meu interesse pela área. A ele também minha gratidão pela referência acadêmica, pela confiança ao longo dos 8 anos de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado, e pelo apoio essencial na etapa final.

Sobre o processo de construção do texto desta tese, há ainda alguns agradecimentos pontuais a serem feitos:

À inspiradora Gilce Almeida, pelos conselhos e sugestões e pela leitura sempre atenta de tudo quanto lhe era solicitado.

À generosa Vivian Antonino, que começou a empreitada tão antes e dividiu com solicitude as dores e delícias do caminho. A ela, também, gratidão especial pelos melhores momentos, tão necessários, de fuga da tese.

À encorajadora Luanda Almeida, minha companheira desde a graduação, pela partilha do caminho até o doutorado e pela amizade, sempre presente, mesmo nos momentos de distância física. Também ao seu marido, “Fá”, pela paciência com a etapa de impressão.

À eficiente Elaine Cabral, que contribui diretamente em parte da análise preliminar dos bairros, por ter com quem dividir um pouco dos meus dados, das minhas dúvidas e um trecho da caminhada.

À criteriosa Elisângela Mendes, pelas sugestões sempre tão inteligentes, pelo apoio na fase de aplicação dos testes e, acima de tudo, por acreditar, e também me fazer acreditar, que as coisas poderiam ser sempre melhores.

Ao competente Fábio Nunes, pela indispensável ajuda geográfica nas indicações de referências, leitura e comentários de um dos capítulos.

À prestativa Lidiane Costa, pela ajuda na tarefa de revisão das referências, leitura de um dos capítulos e por me ouvir, sempre que necessário.

À motivadora Vanessa Pessanha, pelo carinho, estímulo constante e por ter com quem partilhar as tensões de ser doutoranda.

Às competentes Shirley Freitas e Manuele Bandeira, pela amizade e colaboração com os exemplos e referências das línguas crioulas.

Pela revisão e leitura dos capítulos, agradeço às amigas Gilce Almeida, Elisângela Mendes, Vanessa Pessanha, Vivian Antonino e Shirley Freitas, que dedicaram um pouco do seu precioso tempo em meu favor.

As “meninas do vertentes”, de ontem e de hoje, minhas leais companheiras de pesquisa e de vida, Telma Assis, Gracielle Barros, Heide Duarte, Elaine Cabral, Vivian Antonino, Luanda Almeida, Elisângela Mendes, Shirley Freitas e Manuele Bandeira, por todo o carinho e apoio.

Aos professores Jacyra Mota, Silvana Araújo, Alan Baxter pelas orientações preciosas prestadas na banca de qualificação e de defesa e pela inspiração acadêmica.

Ao Projeto Vertentes pelo dedicado trabalho de coleta e organização dos dados.

Aos amigos, do CEFET-BA, de Camaçari, de Letras e da vida, pelos momentos de lazer e respeito aos períodos de ausência.

Aos funcionários da Pós-Graduação do ILUFBA, sobretudo Thiago e Ricardo, sempre tão atenciosos, pela solicitude e eficiência.

Ao IFBA - Camaçari, pela liberação na etapa final desta tese.

Aos estudantes do IFBA Salvador, pela colaboração generosa em submeter-se ao questionário de avaliação.

Aos meus alunos, pelas mensagens de saudades e apreço que me impulsionaram a terminar a tese.

À vida, por me permitir ter tanto a agradecer!

## RESUMO

A expressão do modo imperativo no português brasileiro caracteriza-se pela alternância entre formas morfológicamente associadas ao modo indicativo (*canta/não canta*) e ao modo subjuntivo (*cante/não cante*), empregados indistintamente com os pronomes *tu* ou *você*. Fundamentado pelo referencial teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista Laboviana, este trabalho investiga a expressão do fenômeno nas referências à segunda pessoa do discurso em variedades populares do português da Bahia. Nosso objetivo consiste em identificar e discutir os padrões de uso e condicionamentos da variação. Para tanto, são investigadas as amostras de fala que compõem os *corpora* do português popular da Bahia, coletados e tratados pelo *Projeto Vertentes* (Universidade Federal da Bahia), a saber: i) *corpus do português afro-brasileiro* (Helvécia, Sapé, Cinzento e Rio de Contas); ii) *corpus do português do interior da Bahia* (Santo Antônio de Jesus e Poções); iii) *corpus do português popular de Salvador* (bairros populares de Salvador – Itapuã, Plataforma, Cajazeiras, Liberdade – e a região metropolitana, Lauro de Freitas). Os dados extraídos de amostras de fala de 164 informantes analfabetos e semialfabetizados dos sexos masculino e feminino, distribuídos em três faixas etárias (25 a 35; 45 a 55; mais de 65 anos) foram submetidos ao tratamento estatístico do programa *Goldvarb*. Considerando os diferentes padrões de variação encontrados, os resultados foram dispostos em dois esquemas analíticos: a) o português popular rural da Bahia; b) o português popular urbano da Bahia. Como etapa complementar, a aplicação de testes de avaliação com trinta falantes de Salvador colaborou na interpretação do quadro de variação e mudança por meio da identificação da reação subjetiva dos falantes frente às variantes do imperativo. Dentre os principais resultados encontrados, destacou-se a clivagem entre os falares rurais, com predomínio das formas associadas ao indicativo (*canta/não canta*), e urbanos, onde as formas associadas ao subjuntivo (*cante/não cante*) prevalecem. A predominância de formas base do indicativo em comunidades rurais, sobretudo as afro-brasileiras, sinaliza uma possível correlação com a carência de morfologia que marcou a gênese das normas populares do português brasileiro. Aspectos da composição sócio-histórica da Bahia e da realização do fenômeno em línguas crioulas reforçam a hipótese de uma possível correlação com o processo de contato entre línguas. Ademais, é relevante a importância do processo de urbanização do estado na difusão dos padrões imperativos. Entre os condicionamentos linguísticos indicados pelo *Goldvarb*, foram apontados aspectos ligados ao verbo (*saliência morfofonológica, verbo empregado*), ao discurso (*paralelismo discursivo, pronome utilizado com o interlocutor*) e à estrutura sentencial (*polaridade da estrutura, presença do pronome sujeito, presença do vocativo*). No português popular rural, a variante inovadora do subjuntivo (*cante*) mostrou-se favorecida pelo fator social escolarização. Nas comunidades urbanas, o condicionamento do fenômeno demonstrou a influência das variáveis sexo, exposição à mídia (laica ou religiosa) e bairro do falante. Em última instância, ressaltamos a contribuição deste trabalho no sentido de ampliar o conhecimento acerca das isoglossas do imperativo ao apontar a complexidade da distribuição do fenômeno no estado da Bahia.

**Palavras-chave:** Modo imperativo. Português popular da Bahia. Sociolinguística Variacionista

## ABSTRACT

The expression of the imperative mode in Brazilian Portuguese is characterized by alternating between morphologically related forms to the indicative mode (*canta/não canta*) and to the subjunctive mode (*cante/não cante*), used interchangeably with the pronouns *tu* or *você*. Justified by the theoretical-methodological framework of Labovian Variationist Sociolinguistics, this work investigates the expression of the phenomenon in reference to the second person of the speech in popular varieties of Portuguese of Bahia. Our goal is to identify and discuss the usage patterns and variation constraints. To this end, we investigated the speech samples that make up the *corpus* of the popular Portuguese of Bahia, collected and processed by the *Vertentes Project* (Federal University of Bahia), namely: i) *corpus of African-Brazilian Portuguese* (Helvécia, Sapé, Cinzento and Rio de Contas); ii) *corpus of the countryside Portuguese of Bahia* (Santo Antônio de Jesus and Poções); iii) *corpus of the popular Portuguese of Salvador* (popular neighborhoods in Salvador - Itapuã, Plataforma, Cajazeiras, Liberdade - and the metropolitan region, Lauro de Freitas). The data extracted from speech samples of 164 illiterate and semi-literate informants of male and female genders were divided into three age groups (25 to 35; 45 to 55; more than 65 years old) were submitted to the statistical treatment of *Goldvarb* program. Considering the different patterns of variation found, the results were arranged in two analytical frameworks: a) the rural popular Portuguese of Bahia; b) the urban popular Portuguese of Bahia. As an additional step, the application of evaluation tests with thirty speakers of Salvador has collaborated in the interpretation of the variation and change picture by identifying the subjective reaction of the speakers to the variants of the imperative. Among the main results found, we highlight the division among rural dialects, with a predominance of forms associated with the indicative (*canta/ não canta*), and urban, where the forms associated with the subjunctive (*cante/ não cante*) prevail. The predominance of the indicative base forms in rural communities, especially the African-Brazilian ones, points to a possible correlation with the lack of morphology that marked the genesis of the popular standards of the Brazilian Portuguese. Aspects of the socio-historical composition of Bahia and of the phenomenon realization in Creole languages reinforce the hypothesis of a possible correlation with the process of contact among languages. Moreover, the importance of the urbanization process of the state is relevant in the dissemination of mandatory standards. Among the linguistic constraints indicated by *Goldvarb*, aspects related to the verb (*phonic boss, applied verb*), to the speech (*formal parallelism, pronoun used with the speaker*) and to sentence structure (*polarity of the structure, the subject pronoun presence, presence of vocative*) were highlighted. In rural popular Portuguese, the innovative variant of the subjunctive (*cante*) showed to be favored by the schooling social factor. In urban communities, the conditioning of the phenomenon demonstrated the influence of gender, media exposure (secular or religious) and the neighborhood of the speaker. Ultimately, we highlight the contribution of this work to enhance our understanding of isoglosses of the imperative to pointing out the complexity of the phenomenon distribution in the state of Bahia.

**Keywords:** Imperative mode. Popular Portuguese of Bahia. Variationist Sociolinguistic

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Resumo das possibilidades de realização do sujeito em imperativos do PB.....	31
Quadro 2	Uso do modo imperativo na língua portuguesa, conforme a prescrição gramatical.....	37
Quadro 3	Usos do imperativo no português europeu.....	42
Quadro 4	O imperativo no Lungu'le.....	61
Quadro 5	Expressão do imperativo no crioulo caboverdiano.....	63
Quadro 6	Tendências sociais gerais de favorecimento relativo das duas variantes do imperativo singular em termos de grandes oposições.....	66
Quadro 7	Tendências gerais linguísticas de favorecimento relativo das duas variantes do imperativo singular em termos de grandes oposições.....	75
Quadro 8	Período e responsáveis pela documentação dos inquéritos.....	98
Quadro 9	Organização do corpus base do português popular urbano da Bahia.....	117
Quadro 10	Descrição da variável dependente.....	124
Quadro 11	Níveis de saliência morfofonológica entre as variantes do imperativo....	135
Quadro 12	Quadro síntese das variáveis linguísticas independentes relacionadas ao item verbal.....	136
Quadro 13	Quadro síntese das variáveis linguísticas independentes relacionadas à estrutura da sentença.....	137
Quadro 14	Quadro síntese das variáveis linguísticas independentes relacionadas ao discurso.....	139
Quadro 15	Visão de conjunto do fluxo de programas de regras variáveis – Goldvarb.....	147
Quadro 16	Aspectos distintivos entre as formas sincréticas de segunda pessoa singular dos modos indicativo e imperativo.....	161
Quadro 17	Níveis de saliência morfofonológica para a análise do modo imperativo	172
Quadro 18	Indicadores sociais e demográficos das comunidades de Santo Antônio de Jesus e Poções.....	179
Quadro 19	Verbos favorecedores e desfavorecedores da variante subjuntiva associada ao imperativo.....	193

Quadro 20	Origem dos portugueses habitantes da Bahia desde o século XVI.....	214
Quadro 21	Macrorregiões econômicas do estado da Bahia no início do século XX	244
Quadro 22	Elementos componentes da dinâmica da urbanização/metropolização no estado da Bahia.....	245
Quadro 23	Estruturação e reestruturação urbana de Salvador.....	250
Quadro 24	Bairros de residência dos sujeitos participantes.....	273

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Distribuição do imperativo gramatical no eixo geográfico em diálogos de língua falada.....	48
Gráfico 2	Imperativo associado ao indicativo (deixa/diz) em diálogos do português brasileiro falado (síntese de diversos estudos).....	51
Gráfico 3	Efeito da variável escolaridade no uso do imperativo, forma do indicativo.....	72
Gráfico 4	Proporção de escravos africanos e de escravos brasileiros adultos e pré-adolescentes nas fazendas da Colônia Leopoldina.....	104
Gráfico 5	Distribuição das variantes do imperativo nas comunidades representativas do português popular rural da Bahia.....	165
Gráfico 6	Usos das formas do subjuntivo com valor imperativo conforme as comunidades (valores em peso relativo).....	178
Gráfico 7	Uso das formas imperativas variantes do subjuntivo em função do desenvolvimento urbano das localidades.....	181
Gráfico 8	O uso da variante do imperativo associada ao subjuntivo segundo a faixa etária dos informantes.....	185
Gráfico 9	Distribuição das variantes do imperativo nas comunidades representativas do português popular urbano da Bahia.....	186
Gráfico 10	Comparação da variação do imperativo entre o português popular urbano da Bahia e variedades do português falado na região Nordeste.....	187
Gráfico 11	Panorama de emprego das formas imperativas no português popular da Bahia.....	188
Gráfico 12	Uso das variantes do imperativo no português popular rural e urbano	254
Gráfico 13	Exposição dos sujeitos à mídia televisiva.....	274
Gráfico 14	Exposição diária dos sujeitos à internet.....	275
Gráfico 15	Autoavaliação da proficiência do imperativo.....	275
Gráfico 16	Uso do imperativo no português de Salvador.....	278
Gráfico 17	Uso do imperativo segundo os testes de produção.....	278
Gráfico 18	Seleção das variantes do imperativo nos testes de adequação.....	280
Gráfico 19	Tendências de avaliação da adequação das formas do imperativo, conforme a gradação semântica das variantes.....	282

Gráfico 20 Variação da avaliação das formas imperativas nos testes de correção..... 285

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Distribuição das ocorrências do imperativo na amostra de fala do Português Fundamental (PF).....	43
Figura 2	Diacronia das formas de referência à segunda pessoa do discurso no português.....	46
Figura 3	Usos do modo imperativo nas diferentes regiões brasileiras.....	50
Figura 4	Usos do imperativo na norma urbana culta de Salvador, segundo a variante do subjuntivo.....	54
Figura 5	Usos do imperativo na norma urbana culta do Rio de Janeiro, segundo a variante do subjuntivo.....	54
Figura 6	Estruturação das locuções verbais.....	78
Figura 7	Organização do Capítulo 1.....	84
Figura 8	A polarização sociolinguística do PB.....	92
Figura 9	Variáveis estratificadas e controladas consideradas na composição das amostras de fala.....	95
Figura 10	Mapa de distribuição das comunidades afro-brasileiras.....	102
Figura 11	Gênese das comunidades afro-brasileiras.....	110
Figura 12	Localização das comunidades de Poções e Santo Antônio de Jesus.....	111
Figura 13	Regiões administrativas de Salvador.....	115
Figura 14	Mapa da cidade de Salvador - macrorregiões de Salvador.....	116
Figura 15	Evolução urbana de Salvador.....	118
Figura 16	Tela inicial do programa Goldvarb.....	148
Figura 17	Gerando os fatores de especificação.....	149
Figura 18	Visualização dos fatores de especificação.....	149
Figura 19	Geração do arquivo inicial de condições (.cnd).....	150
Figura 20	Geração do arquivo de resultados.....	150
Figura 21	Mapa de distribuição das comunidades afro-brasileiras.....	182
Figura 22	Clivagem rural-urbano na expressão do imperativo.....	208
Figura 23	Sugestão de distribuição dos povos indígenas no século XVI na Bahia.....	212
Figura 24	Primeira planta da Cidade de Salvador (1549).....	218
Figura 25	Estado da Bahia: formação do território.....	223
Figura 26	Gênese das comunidades afro-brasileiras.....	232

Figura 27	Crescimento da rede urbana da Bahia.....	243
Figura 28	Localização das cidades pertencentes à Rede Urbana “Principal” e “Secundária” da Bahia.....	248
Figura 29	Regiões de influência da Bahia.....	249
Figura 30	Salvador: evolução da mancha urbana, 1600 a 2005.....	251
Figura 31	Distribuição das variedades linguísticas do PB, conforme o continuum de urbanização.....	253
Figura 32	Continuum de variedades potenciais da norma popular brasileira no eixo rural-urbano.....	253
Figura 33	Distribuição da variante imperativa do subjuntivo (cante), conforme o continuum de urbanização.....	254
Figura 34	Hierarquia urbana das comunidades de fala do português popular da Bahia	258
Figura 35	Tirinha da revista “Recruta Zero” utilizada nos testes de produção.....	269
Figura 36	Exemplo de questão aplicada no teste de adequação.....	270
Figura 37	Realização de sentenças imperativas nos testes de produção.....	276
Figura 38	Realização de sentença imperativa nos testes de produção.....	277
Figura 39	Situação comunicativa prevista para os testes de adequação.....	281
Figura 40	Tendências de avaliação das formas imperativas, conforme a reação subjetiva dos falantes (situações de adequação).....	284
Figura 41	Origens e evidências do padrão imperativo adotado nas comunidades rurais da Bahia.....	293
Figura 42	Origens e evidências do padrão imperativo adotado nas comunidades urbanas da Bahia.....	295

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Frequência de uso do imperativo na forma indicativa, segundo o nível de escolaridade do informante.....	53
Tabela 2	Ocorrências da expressão do imperativo singular no corpus (Fala, Menino!).....	56
Tabela 3	Ocorrências da expressão variável do imperativo no corpus do (Turma do Xaxado!).....	56
Tabela 4	Frequência de uso de você/tu no português popular com relação ao sexo do informante em Feira de Santana e em Salvador.....	58
Tabela 5	Usos de você/ tu em contextos espontâneos em Feira de Santana.....	59
Tabela 6	Efeito da variável tipo de verbo no uso do imperativo associado ao indicativo na fala de Recife.....	77
Tabela 7	Efeito do uso do imperativo na forma indicativa em função da presença do vocativo e de sua posição em relação ao verbo, no corpus de Fortalezenses moradores do Distrito Federal.....	82
Tabela 8	Universo de observação delimitado para o estudo.....	101
Tabela 9	Uso da variante do subjuntivo com valor imperativo no português popular rural da Bahia, segundo a variável paralelismo discursivo.....	168
Tabela 10	Uso da variante do subjuntivo com valor imperativo no português popular rural da Bahia, segundo a variável pronome empregado com o interlocutor	169
Tabela 11	Uso da variante do subjuntivo com valor imperativo no português popular rural da Bahia, segundo a variável polaridade da estrutura.....	170
Tabela 12	Uso da variante do subjuntivo com valor imperativo no português popular rural da Bahia, segundo a variável saliência morfofonológica.....	173
Tabela 13	Uso da variante do subjuntivo com valor imperativo no português popular rural da Bahia, segundo a variável presença do vocativo.....	174
Tabela 14	Uso da variante do subjuntivo com valor imperativo no português popular rural da Bahia, segundo a variável escolaridade.....	176
Tabela 15	Uso da variante do subjuntivo com valor imperativo no português popular rural da Bahia, segundo a variável comunidade de fala.....	177
Tabela 16	O uso da variante do subjuntivo segundo o cruzamento dos resultados dos municípios de Santo Antônio de Jesus e Poções com a variável localidade	

	(sede ou zona rural).....	180
Tabela 17	O uso da variante do imperativo associada ao subjuntivo segundo a faixa etária dos informantes.....	184
Tabela 18	O uso da forma do subjuntivo com valor imperativo no português popular de Salvador, segundo a variável paralelismo discursivo.....	190
Tabela 19	O uso da forma do subjuntivo (cante) com valor imperativo no português popular de Salvador, segundo a variável verbo empregado.....	192
Tabela 20	O uso da forma do subjuntivo com valor imperativo no português popular urbano da Bahia, segundo a variável paralelismo discursivo.....	193
Tabela 21	Relação entre queísmo e dequeísmo e frequência.....	195
Tabela 22	Uso da forma do subjuntivo com valor imperativo no português popular urbano da Bahia, segundo a variável saliência morfofonológica.....	196
Tabela 23	Uso da forma do subjuntivo com valor imperativo no português popular urbano da Bahia, segundo a variável saliência morfofonológica, (run #93, nível de significância 0.093).....	196
Tabela 24	O uso da forma do subjuntivo com valor imperativo no português popular urbano da Bahia, segundo a variável paralelismo fônico.....	197
Tabela 25	O uso da forma do subjuntivo com valor imperativo no português popular urbano da Bahia, segundo a variável comunidade.....	199
Tabela 26	O uso da forma do subjuntivo com valor imperativo no português popular urbano da Bahia, segundo a variável rede de relações sociais.....	200
Tabela 27	O uso da forma do subjuntivo com valor imperativo no português popular urbano da Bahia, segundo a variável sexo do informante.....	202
Tabela 28	O uso da forma do subjuntivo com valor imperativo no português popular urbano da Bahia, segundo a variável nível de exposição à mídia.....	203
Tabela 29	Emprego da variante do subjuntivo com valor imperativo, segundo a variável faixa etária.....	204
Tabela 30	Dados demográfico-populacionais (totais de indivíduos e percentuais).....	229
Tabela 31	Demografia histórica brasileira conforme Mussa (1991).....	230
Tabela 32	Vilas e cidades (criadas).....	240
Tabela 33	Emprego da variante imperativa do subjuntivo (cante) nos testes de produção.....	277
Tabela 34	Emprego da variante imperativa do subjuntivo (cante) nos testes de	

	produção.....	279
Tabela 35	Seleção da variante do imperativo associada subjuntivo (cante) nos testes de adequação, conforme a gradação semântica do enunciado.....	281
Tabela 36	Seleção da variante do imperativo associada subjuntivo (cante) nos testes de adequação, conforme a relação com o interlocutor.....	283
Tabela 37	Seleção da variante do imperativo associada ao subjuntivo (cante) nos testes de correção, conforme o pronome empregado na sentença.....	285
Tabela 38	Seleção da variante do imperativo associada ao subjuntivo (cante) nos testes de correção, conforme a polaridade da estrutura.....	286

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>23</b>
<b>1</b>	<b>A EXPRESSÃO DO MODO IMPERATIVO NA LÍNGUA PORTUGUESA.....</b>	<b>26</b>
1.1	CARACTERIZAÇÃO DO MODO IMPERATIVO.....	26
<b>1.1.1</b>	<b>O tratamento do modo imperativo segundo as gramáticas normativas.....</b>	<b>35</b>
1.2	O USO DO MODO IMPERATIVO NO PORTUGUÊS FALADO.....	38
<b>1.2.1</b>	<b>Usos do imperativo no latim.....</b>	<b>39</b>
<b>1.2.2</b>	<b>Usos do imperativo no português europeu.....</b>	<b>40</b>
<b>1.2.3</b>	<b>A variação nos usos do imperativo no português brasileiro.....</b>	<b>44</b>
1.2.3.1	<i>O uso do imperativo no português da Bahia.....</i>	53
1.2.3.1.1	Contexto de emprego do imperativo na Bahia.....	57
<b>1.2.4</b>	<b>O modo imperativo nas línguas crioulas.....</b>	<b>60</b>
1.3	OS CONDICIONAMENTOS EXERCIDOS SOBRE OS USOS DO IMPERATIVO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO.....	65
<b>1.3.1</b>	<b>Os condicionamentos sociais da variação do imperativo.....</b>	<b>65</b>
1.3.1.1	<i>A faixa etária dos informantes.....</i>	66
1.3.1.2	<i>O sexo dos informantes.....</i>	68
1.3.1.3	<i>Nível de escolaridade.....</i>	71
1.3.1.4	<i>Nível de exposição à mídia.....</i>	73
<b>1.3.2</b>	<b>Os condicionamentos linguísticos da variação do imperativo.....</b>	<b>74</b>
1.3.2.1	<i>Condicionamentos ligados ao verbo.....</i>	76
1.3.2.2	<i>Condicionamentos ligados à estrutura da sentença.....</i>	80
1.3.2.3	<i>Condicionamentos do imperativo no nível discursivo.....</i>	83
1.4	CONCLUSÕES DO CAPÍTULO.....	83
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....</b>	<b>88</b>
2.1	A LINGUA SOB O ENFOQUE DA SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA.....	88
<b>2.1.1</b>	<b>Heterogeneidade linguística no português popular do Brasil: a polarização sociolinguística.....</b>	<b>91</b>
2.2	DELIMITAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DOS CORPORA.....	94
<b>2.2.1</b>	<b>A preparação das amostras.....</b>	<b>96</b>
<b>2.2.2</b>	<b>Gravação, tratamento e transcrição dos dados.....</b>	<b>99</b>
<b>2.2.3</b>	<b>O corpus do português afro-brasileiro.....</b>	<b>101</b>
2.2.3.1	<i>Helvécia.....</i>	103

2.2.3.2	<i>Cinzento</i> .....	105
2.2.3.3	<i>Rio de Contas</i> .....	107
2.2.3.4	<i>Sapé</i> .....	109
<b>2.2.4</b>	<b>O corpus do português popular do interior</b> .....	<b>111</b>
2.2.4.1	<i>Santo Antônio de Jesus</i> .....	112
2.2.4.2	<i>Poções</i> .....	113
<b>2.2.5</b>	<b>O corpus do português popular de Salvador</b> .....	<b>114</b>
2.2.5.1	<i>O bairro de Itapuã</i> .....	118
2.2.5.2	<i>O bairro de Plataforma</i> .....	120
2.2.5.3	<i>O bairro de Liberdade</i> .....	121
2.2.5.4	<i>O bairro de Cajazeiras</i> .....	122
2.2.5.5	<i>A região metropolitana de Salvador, o município de Lauro de Freitas</i> .....	123
2.3	O ENVELOPE DA VARIAÇÃO.....	124
<b>2.3.1</b>	<b>Considerações sobre o levantamento da variável dependente</b> .....	<b>125</b>
2.4	VARIÁVEIS EXPLANATÓRIAS CONSIDERADAS NO ESTUDO.....	127
<b>2.4.1</b>	<b>Variáveis explanatórias sociais</b> .....	<b>128</b>
<b>2.4.2</b>	<b>Variáveis explanatórias linguísticas</b> .....	<b>133</b>
2.4.2.1	Abordagem do item verbal.....	133
2.4.2.2	Abordagem da estrutura sentencial.....	137
2.4.2.3	Abordagem dos aspectos discursivos.....	138
2.5	O SUPORTE ESTATÍSTICO COMPUTACIONAL <i>GOLDVARB</i> .....	144
<b>2.5.1</b>	<b>Passos para a rodada de dados</b> .....	<b>148</b>
2.6	CONCLUSÕES DO CAPÍTULO.....	151
<b>3</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	<b>154</b>
3.1	A EXPRESSÃO DO IMPERATIVO NO PORTUGUÊS POPULAR DA BAHIA: CONSIDERAÇÕES QUALITATIVAS.....	155
3.2	ANÁLISE QUANTITATIVA DO IMPERATIVO NO PORTUGUÊS POPULAR DA BAHIA.....	162
<b>3.2.1</b>	<b>O imperativo no português popular rural da Bahia</b> .....	<b>164</b>
3.2.1.1	<i>O encaixamento linguístico do fenômeno</i> .....	167
3.2.1.1.1	Paralelismo discursivo.....	167
3.2.1.1.2	Pronome utilizado com o interlocutor.....	169
3.2.1.1.3	Polaridade da estrutura.....	170
3.2.1.1.4	Nível de Saliência morfofonológica.....	171
3.2.1.1.5	Presença do vocativo.....	173

3.2.1.2	<i>O encaixamento social do fenômeno</i> .....	174
3.2.1.2.1	Escolaridade.....	175
3.2.1.2.2	Comunidade.....	176
3.2.1.2.3	Faixa etária.....	183
<b>3.2.2</b>	<b>O imperativo no português popular urbano da Bahia</b> .....	<b>185</b>
3.2.2.1	<i>O encaixamento linguístico do fenômeno</i> .....	189
3.2.2.1.1	Paralelismo discursivo.....	189
3.2.2.1.2	Verbo empregado.....	191
3.2.2.1.3	Saliência morfofonológica.....	195
3.2.2.1.4	Paralelismo Fônico.....	197
3.2.2.2	<i>O encaixamento social do fenômeno</i> .....	198
3.3.2.2.1	Comunidade.....	198
3.3.2.2.2	Rede de relações sociais.....	200
3.3.2.2.3	Sexo do informante.....	201
3.3.2.2.4	Exposição à mídia.....	202
3.3.2.2.5	Faixa etária.....	203
3.3	CONCLUSÕES DO CAPÍTULO.....	204
<b>4</b>	<b>A CLIVAGEM RURAL-URBANO NA EXPRESSÃO DO IMPERATIVO NA BAHIA: ELEMENTOS PARA UMA COMPREENSÃO SOCIOHISTÓRICA</b> ....	<b>208</b>
4.1	ANTECEDENTES DA OCUPAÇÃO DA BAHIA.....	210
<b>4.1.1</b>	<b>Presença indígena na Bahia pré-colonial</b> .....	<b>210</b>
<b>4.1.2</b>	<b>Achamento e desbravamento do território baiano, primeiras aproximações europeias na Bahia</b> .....	<b>213</b>
4.2	OCUPAÇÃO DA BAHIA: DA COSTA AO INTERIOR.....	216
<b>4.2.1</b>	<b>A ocupação da capital</b> .....	<b>217</b>
<b>4.2.2</b>	<b>O processo de interiorização da Bahia</b> .....	<b>221</b>
<b>4.2.3</b>	<b>Importância dos escravos e afrodescendentes na composição populacional da Bahia e suas implicações linguísticas</b> .....	<b>226</b>
4.3	CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA BAHIA.....	234
<b>4.3.1</b>	<b>O processo de urbanização e o binômio rural-urbano</b> .....	<b>235</b>
<b>4.3.2</b>	<b>A urbanização brasileira e seus desdobramentos na Bahia</b> .....	<b>239</b>
4.3.2.1	<i>Desdobramentos da urbanização no território baiano</i> .....	242
<b>4.3.3</b>	<b>Efeitos sociolinguísticos da urbanização</b> .....	<b>252</b>
4.4	CONCLUSÕES DO CAPÍTULO.....	256

<b>5</b>	<b>A DIMENSÃO SUBJETIVA DOS USOS DO IMPERATIVO: TESTES DE AVALIAÇÃO LINGUÍSTICA.....</b>	<b>259</b>
5.1	SOBRE A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO NO ESTUDO DA VARIAÇÃO E MUDANÇA SOCIOLINGUÍSTICAS.....	260
5.2	A AVALIAÇÃO E O MODO IMPERATIVO.....	264
5.3	METODOLOGIA UTILIZADA PARA INVESTIGAÇÃO DA AVALIAÇÃO DO IMPERATIVO.....	266
<b>5.3.1</b>	<b>Perfil dos participantes.....</b>	<b>267</b>
<b>5.3.2</b>	<b>Caracterização dos testes.....</b>	<b>267</b>
5.3.2.1	<i>Os testes de produção monitorada.....</i>	268
5.3.2.2	<i>Os testes de adequação.....</i>	269
5.3.2.3	<i>Os testes de identificação do padrão normativo.....</i>	270
<b>5.3.3</b>	<b>A aplicação dos questionários.....</b>	<b>271</b>
5.4	ANÁLISE DOS DADOS DE AVALIAÇÃO DO IMPERATIVO NO PORTUGUÊS DE SALVADOR.....	272
<b>5.4.1</b>	<b>Testes de produção: o paradigma imperativo dos sujeitos participantes.....</b>	<b>276</b>
<b>5.4.2</b>	<b>Testes de adequação: o efeito do viés discursivo pragmático na escolha das variantes.....</b>	<b>280</b>
<b>5.4.3</b>	<b>Testes de correção: identificação da norma padrão.....</b>	<b>284</b>
5.5	CONCLUSÕES DO CAPÍTULO.....	287
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>290</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>298</b>
	<b>APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido.....</b>	<b>311</b>
	<b>APÊNDICE B – Ficha social do informante.....</b>	<b>312</b>
	<b>APÊNDICE C – Teste de produção monitorada.....</b>	<b>313</b>
	<b>APÊNDICE D – Teste de adequação.....</b>	<b>315</b>
	<b>APÊNDICE E – Teste de identificação da forma padrão.....</b>	<b>318</b>

## INTRODUÇÃO

Esta tese tem como propósito analisar o uso do *imperativo* no português popular do estado da Bahia, a partir do enquadramento teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista (WEINREICH; LABOV; HERZOG 2006 [1968]; LABOV, 2008 [1972]). O seu objetivo principal se desdobra na análise da expressão variável do *modo imperativo* no português popular do interior e da capital do estado, considerando as seguintes variantes de referência à segunda pessoa do discurso: (i) forma associada ao modo indicativo: *fala (você/tu)/ não fala(você/tu)*; (ii) forma associada ao modo subjuntivo: *fale (você/tu)/ não fale (você/tu)*.

A proposta e o interesse pelo tema são fruto de estudos precedentes realizados ainda durante a Iniciação Científica (SANTOS, 2006, 2007), sob a orientação do professor Dr. Dante Lucchesi. A análise preliminar de amostras do português afro-brasileiro e do português do interior da Bahia, aqui reanalisados, motivou a investigação por uma compreensão mais geral do fenômeno no português popular da Bahia. Assim pretendemos, com esta pesquisa, compor um panorama acerca dos usos do imperativo na Bahia, bem como aprofundar as análises precedentes e, através das evidências empíricas, avançar sobre a caracterização e o comportamento do fenômeno e das variedades populares do português brasileiro.

Partindo do pressuposto de que as diferenças que marcam as variedades populares da língua seriam fruto do contato linguístico do português com falantes de outras línguas, sobretudo africanas (LUCCHESI, 2009, 2015), buscamos investigar que contextos (linguísticos e extralinguísticos) condicionam o uso do imperativo associado às variantes do indicativo (*canta*) e do subjuntivo (*cante*) no português popular da Bahia e em que medida a configuração do fenômeno se relaciona com o processo de transmissão linguística irregular. Isso nos permitirá identificar de que maneira a expressão do modo imperativo (fenômeno afetado indiretamente pela redução da morfologia verbal) teria sofrido influência das contingências históricas que marcam a constituição do português popular do Brasil.

Embora muitas análises tenham sido empreendidas sobre o tema, ainda há lacunas que precisam ser preenchidas a respeito da configuração do modo imperativo no português, uma vez que os estudos sobre o fenômeno revelam o uso da forma associada ao subjuntivo (*cante*) como a variante predominante na Bahia (SAMPAIO, 2001; SCHERRE, 2007). A nossa investigação acerca do tema sinaliza um caráter sensivelmente diferenciado em relação às

variedades populares rurais, para quais há predominância de um padrão indicativo (*canta*) (SANTOS, 2006, 2007), contrário ao comumente associado ao estado.

Diante da compreensão geral do fenômeno, esta pesquisa fundamenta-se na hipótese de que a expressão do imperativo no português popular da Bahia apresenta um quadro possivelmente influenciado pelas situações de contato que marcaram a formação do português brasileiro. Ademais, acreditamos que o fenômeno é condicionado por fatores de natureza linguística e extralinguística que nos permitirão identificar tendências de variação e mudança.

Levando em conta a problemática, objetivos e hipóteses expressos nesta introdução, iniciamos nosso estudo com a reflexão acerca do nosso objeto de investigação, o modo imperativo no português falado. Assim, no primeiro capítulo, designado *A expressão do modo imperativo no português brasileiro*, apresentamos a revisão teórica do tema, evidenciando o panorama geral do imperativo no português brasileiro e, particularmente, no português da região Nordeste e da Bahia. Para tanto, iniciamos a discussão com a descrição linguística do fenômeno, sua funcionalidade e caracterização linguística, bem como as prescrições das gramáticas normativas. Em seguida, descrevemos os usos reais, do latim ao português popular da Bahia. Tendo em vista a relevância do contato entre línguas para o nosso estudo, incluímos nesta descrição os dados referentes às manifestações do imperativo nas línguas crioulas.

No segundo capítulo, *Fundamentos teórico-metodológicos*, são evidenciados os aspectos norteadores do estudo, desde a compreensão de língua assumida até os detalhes que ordenaram a seleção, a coleta e a análise dos dados. Esta etapa do texto ocupa-se da descrição dos conceitos teóricos da Sociolinguística adotados para a apreensão do fenômeno. A estes são associados e apresentados as orientações metodológicas e os passos adotados na composição das amostras, no levantamento dos dados e no tratamento estatístico conferido às ocorrências com o programa *Goldvarb*.

No terceiro capítulo, *Análise dos dados*, apresentamos os resultados da investigação empírica. Os dados quantitativos são precedidos de uma análise qualitativa na qual são discutidos aspectos gerais da realização da variável dependente. Os resultados quantitativos, obtidos a partir do tratamento estatístico do *Goldvarb*, são dispostos em dois esquemas analíticos, a saber: a) *o português popular rural da Bahia*; b) *o português popular urbano da Bahia*. Buscamos, com este capítulo, identificar a relevância dos condicionamentos linguísticos e extralinguísticos, traçar um panorama geral da expressão do imperativo no português popular da Bahia e possibilitar a comparação do objeto de estudo entre os diferentes universos de observação, o rural e o urbano.

A partir dos resultados apontados na análise quantitativa, notadamente a clivagem entre os padrões de emprego imperativo da capital e do interior, são reunidos elementos sócio-históricos para aprofundamento das interpretações analíticas. Assim, no quarto capítulo, *A clivagem rural-urbano na expressão do imperativo na Bahia: elementos para uma compreensão sócio-histórica*, dedicamo-nos ao estudo da sócio-história da Bahia, descrevendo o seu processo de ocupação e urbanização e examinando as contribuições interpretativas que esses aspectos revelam para a compreensão da oposição entre o falar da capital e do interior

A revisão teórica do tema, a análise dos dados quantitativos e a dimensão sócio-histórica apontaram a necessidade de uma compreensão de aspectos subjetivos da expressão do imperativo. Assim, no último capítulo, *A dimensão subjetiva da avaliação do imperativo: testes de avaliação linguística*, expomos as bases e os resultados de uma investigação da reação subjetiva dos falantes do português da Bahia em relação às variantes do imperativo. Como o objeto de estudo não apresenta uma evidente vinculação à classe social dos falantes, fez-se necessário identificar quais aspectos subjetivos regulam os usos das variantes, nos termos do *problema da avaliação (evaluation problem)* definido por Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) e retomados por Labov (2008 [1972]). Para tanto, além da revisão teórica sobre o tópico, foram realizados testes de produção e avaliação com grupos de falante de Salvador. Nosso objetivo foi verificar se são identificados padrões de adequação e correção associados às diferentes formas. A partir da leitura dos dados, propomos uma leitura do processo de avaliação das variantes imperativas e das possíveis tendências de variação.

Na *Conclusão*, elencamos os principais contributos da pesquisa em confronto com os objetivos e hipóteses propostos para o nosso trabalho. São também evidenciados os aspectos não contemplados, as dificuldades encontradas e as possibilidades de desdobramentos da investigação, na expectativa de contribuir com a ampliação da abordagem do tema e do estudo das variedades populares do português brasileiro.

## 1 A EXPRESSÃO DO MODO IMPERATIVO NA LÍNGUA PORTUGUESA

Este capítulo destina-se à descrição geral do fenômeno em estudo – a expressão variável do modo imperativo. Para tanto, com base na revisão da literatura sobre o tema, apontamos, inicialmente, os aspectos semânticos, morfológicos, sintáticos, fonológicos e pragmáticos que caracterizam o modo imperativo, de maneira a situar a problemática do trabalho e evidenciar os tipos de ocorrências consideradas neste estudo.

A fim de contextualizar a pesquisa, descrevemos o fenômeno também do ponto de vista diacrônico e diatópico. Num primeiro momento, recuperamos a história do modo imperativo, partindo de seu processo de composição do latim às variedades nacionais do português. Tal delimitação nos permite caracterizar a variação do imperativo e seu funcionamento nas variedades brasileira e lusitana.

A partir desse quadro, concentramo-nos no caráter diatópico do imperativo no português brasileiro e sua importância linguística como definidor de isoglossas. Essa seção encerra-se com a revisão dos trabalhos sobre o imperativo no português da Bahia, haja vista estarem diretamente relacionados ao foco desta tese. A fim de estabelecer uma relação entre as comunidades etnicamente marcadas e o efeito do contato, recuperamos também a expressão do imperativo em variedades de línguas afetadas diretamente pelo contato interlinguístico, as línguas crioulas.

Nosso capítulo finaliza-se com uma revisão dos condicionamentos apontados pelos trabalhos sociolinguísticos acerca da variação do imperativo. Tal tarefa embasará a composição dos grupos que fundamentam a análise de dados a serem apresentados no Capítulo 2.

### 1.1 CARACTERIZAÇÃO DO MODO IMPERATIVO

Os modos verbais têm na língua a função de expressar a atitude do falante em relação a um enunciado ou situação de fala. Em geral, considera-se a existência de três modos em português: *imperativo* (atitude de mando, exortação), *indicativo* (atitude de certeza) e *conjuntivo* ou *subjuntivo* (atitude de dúvida, suposição), mas esta não é uma definição unânime. Oliveira (2003) aponta as divergências existentes entre gramáticos na definição dos modos:

Barbosa (1822/1821) considera que existem os seguintes modos: indicativo, subjuntivo e infinitivo. Bechara (1928/1999) considera que existem os seguintes modos: indicativo, subjuntivo, condicional, optativo e imperativo e Cunha e Cintra (1984) consideram que existem os modos indicativo, conjuntivo e imperativo. (OLIVEIRA, 2003, p. 254).

Do ponto de vista dos estudos linguísticos, o *modo imperativo* é definido como especializado na expressão da *modalidade*<sup>1</sup> *deôntica*, indicando ordem, obrigação, pedido ou permissão diretamente a um interlocutor envolvido no ato comunicativo. A modalidade deôntica refere-se a uma atitude em que o locutor intenta promover uma ação ou comportamento em seu interlocutor. Engloba, por exemplo, os valores de obrigação ou proibição (*Calem-se! É proibido fumar!*); os valores de permissão (*Podes sentar-se aqui!*); ou ainda os valores de vontade, desejo (*Não quero que minha filha veja esse filme hoje*).

No uso da língua, percebe-se que a expressão de ordem, súplica, convites e demais situações comunicativas que envolvem a modalidade deôntica pode acontecer mediante outras formas ou expressões que não exclusivamente as formas verbais do modo imperativo. Assim, a expressão da modalidade deôntica pode ser desempenhada, por exemplo, por estruturas verbais como: o futuro do indicativo (*Não matarás*), o presente do indicativo (*Agora fazes o que te mandei!*), infinitivo (*Fazer silêncio, por favor!*) ou gerúndio (*Andando, andando!*). Do ponto de vista pragmático, essas possibilidades expressivas estão sintetizadas no que Oliveira (2003) define como *frases imperativas*, as frases diretivas que dirigem a um ou mais interlocutores a realização de determinada ação ou atividade.

A explicitação desses contextos nos é de interesse particular a fim de distingui-los do modo verbal imperativo, foco desta análise. Embora seja possível imputar ao interlocutor um comportamento via diferentes estruturas linguísticas, cabe ao modo verbal imperativo a expressão morfológica da modalidade deôntica. Além disso, verifica-se, na expressão desse modo, o fenômeno da variação linguística, objeto de interesse desta pesquisa.

Assim, reiteramos, não iremos nos ater à expressão da modalidade deôntica, considerando suas diversas possibilidades formais, mas sim à *expressão verbal do modo imperativo* na referência à segunda pessoa do discurso. Para sua identificação, consideramos as características morfológicas, sintáticas, semânticas, pragmáticas e fonológicas descritas a seguir.

---

<sup>1</sup> As modalidades nas línguas, conforme Oliveira (2003, p. 245), “são a gramaticalização de atitudes do falante” e se distinguem em diferentes categorias, tais como *alética*, *epistêmica*, *deôntica*, e dizem respeito à maneira como o enunciador se posiciona em função do conteúdo expresso pelo enunciado, ou seja, ao seu valor modal.

Do ponto de vista morfológico, são tomadas como imperativas as formas que, diferentemente das possibilidades expressivas já apontadas aqui, são especializadas na função deôntica, ou seja, formas que “não têm outro significado para além da expressão da ordem” (OLIVEIRA, 2003, p. 254). Assim, seriam as formas morfológicas do imperativo:

- (i) as formas do presente do indicativo sem o -s final, para a segunda pessoa do singular e do plural (por exemplo: *fala tu, falai vós*);
- (ii) formas do presente do subjuntivo para as demais pessoas verbais (por exemplo: *fale você, falemos nós, falem vocês*).

A morfologia do imperativo é derivada dos modos verbais indicativo e subjuntivo, os quais se alternam para expressar a atitude do falante conforme o contexto discursivo e as formas pronominais empregadas. A origem e a difusão dessas formas serão descritas na seção 1.2 – *O uso do imperativo no português falado*. Por ora, cumpre salientar que a ausência de morfemas exclusivos e o caráter derivacional do imperativo conduzem à conclusão de que caracterizar o imperativo somente morfológicamente não nos parece suficiente para sua definição. Como afirma Oliveira (2003, p. 254), “o contexto discursivo, lexical e sintático pode ser revelador da natureza de cada um dos modos”. Assim, tomando a base morfológica proposta, passamos a uma caracterização do imperativo que contemple os demais níveis da linguagem.

Do ponto de vista semântico, o imperativo é primordialmente associado a uma ordem, no entanto, estendendo sua compreensão como expressão diretiva, incluem-se também as súplicas, pedidos, conselhos ou exortação. Esta última diferencia-se da ordem (ver exemplos 1 e 2) pelo seu sentido menos impositivo e mais de convencimento e apelação em favor do cumprimento de uma ação, em geral “em benefício próprio de quem a executa” (BRITO; DUARTE; MATOS, 2003, p. 450).

- (1) *Estude, menina.* → exortação
- (2) *Saia daí agora!* → ordem

Sobre a especificidade semântica do imperativo, Cunha e Cintra (2002) discordam da associação do imperativo à ordenação, pois, segundo os autores, embora essa seja a associação comumente assumida, por conta da derivação etimológica (<<*imperare*>>, do latim, *comandar*), “não é para a ordem ou comando que, na maioria dos casos, nos servimos

desse modo” (CUNHA; CINTRA, 2002, p. 474). Para os gramáticos, o intuito principal do emprego desse modo é a exortação do interlocutor ao cumprimento da ação apresentada pelo verbo. Considerando essas e outras perspectivas, podemos concluir que o caráter semântico do imperativo sugere uma gradação quanto à expressividade do ato ilocutório. Como ato diretivo<sup>2</sup> de fala, o modo imperativo pode denotar maior ou menor controle do interlocutor pelo locutário, caráter menos ou mais enfático. A expressão de cada um dos sentidos apontados só se realiza a partir de uma condição pragmática elementar, a interação entre os falantes. É o tipo de interação e a relação entre os interlocutores que irão definir o valor semântico da sentença imperativa, seja de ordem, pedido, exortação, súplica, seja de instrução.

Do ponto de vista sintático, o modo imperativo caracteriza-se pela ausência de sujeito superficial (FARACO, 1985/1986). Vale destacar que o sujeito nulo é um aspecto comumente associado ao imperativo, sendo um traço indicativo deste modo, inclusive, em algumas línguas que não aceitam sujeito nulo, como no exemplo do inglês na sentença (3):

(3) *Eat your meal! (Coma sua comida!).*

Em português, embora comumente as sentenças imperativas não expressem o sujeito, é possível encontrar sentenças em que o sujeito é realizado, como nos exemplos (4) e (5):

(4) *Tu **fica** ~ **fique** quieto, menino!*

(5) *Você **veja** aí a relutância dos homens.*

Para Cardoso (2009), a associação do sujeito nulo ao contexto discursivo é indicativo de uma codificação gramatical do imperativo, de maneira que a presença do sujeito pode conduzir a uma leitura ambígua entre um ato de fala assertivo ou diretivo, o que nos revela, mais uma vez, a dependência do contexto na leitura das formas (cf. (6) e (7)).

(6)  $\Delta$  ***FAZ** o dever!*

(7) *Ele/ Você **faz** o dever.*

---

<sup>2</sup> O ato diretivo de fala é assumido aqui, nos termos de Faria (2003), como um comportamento verbal no qual o locutor tem a intenção comunicativa de que o interlocutor execute futuramente uma ação verbal ou não verbal.

Alguns autores (BRITO; DUARTE; MATOS, 2003, p. 457) apontam o vocativo, frequentemente presente nas construções imperativas, como uma expressão nominal referencial ao sujeito. As autoras propõem uma distinção entre as formas conforme a posição e função:

O sujeito nas imperativas não está usualmente expresso. Nas imperativas, directas afirmativas, quando uma expressão nominal pré-verbal explicitamente o designa, é interpretado como um vocativo, e, conseqüentemente, ocorre na posição periférica da frase. [...] Em posição pós verbal não periférica, a expressão que designa o sujeito encontra-se focalizada. (BRITO, DUARTE, MATOS, 2003, p. 457).

As frases “Maria, empresta o livro!” e “arrume O SENHOR o carro” são apresentados pelas autoras como ilustrações do vocativo e da focalização respectivamente. Cardoso (2009), em relação à diferenciação entre o sujeito e o vocativo, conclui que “não há uma marca fonológica e morfológica que os diferencie, mas há uma entonação especial no caso do vocativo, ou seja, a prosódia é responsável por assegurar a diferença entre sujeito e vocativo” (CARDOSO, 2009, p. 21).

De acordo com Di Domenico (2004), a presença do vocativo é característica importante por diferenciar contextos de emprego de formas indicativas de segunda pessoa das formas de imperativo.

(8) *Maria, **compre** ~ **compra** o livro!* (leitura como modo imperativo)

(9) \**Maria, **compra** o livro.* (leitura como modo indicativo)

Enquanto a sentença (8) permite a presença do vocativo, a forma indicativa (9) não admite a realização com vocativo, implicando em uma leitura obrigatoriamente imperativa, quando o sujeito não é realizado.

Numa leitura que correlaciona o imperativo aos aspectos pragmáticos, Cavalcante e Simioni (2015) estabelecem uma leitura interessante da realização do sujeito nas imperativas. Considerando a posição do sujeito e o contexto discursivo da sentença, os autores sintetizam no Quadro 1 as possibilidades de realização do sujeito em frases imperativas no PB.

Quadro 1 – Resumo das possibilidades de realização do sujeito em imperativos do PB

<b>Ordem</b>	<b>Contexto neutro</b> ( <i>Enquanto eu faço o almoço...</i> )	<b>Contexto inclusivo</b> <sup>3</sup> ( <i>A gente está no ENAPOL...</i> )	<b>Contexto contrastivo</b> <sup>4</sup> ( <i>Abra/abre a porta!</i> )
Sujeito nulo	<i>Arrume~arruma a casa!</i>	---	---
Sujeito-Verbo	# <i>VOCÊ arrume/arruma a casa!</i> <sup>5</sup>	# <i>VOCÊ também venha/vem pra cá!</i>	# <i>Eu não. VOCÊ abra/*abre a porta!</i>
Sujeito-que-Verbo	---	# <i>VOCÊ também que venha/vem pra cá!</i>	<i>Eu não. VOCÊ que abra/*abre a porta!</i>
VXS	# <i>Arrume/arruma a casa VOCÊ!</i>	<i>Venha/vem pra cá VOCÊ também!</i>	<i>Eu não. Abra/abre a porta VOCÊ!</i>
VSX	# <i>Arrume/arruma VOCÊ a casa!</i>	? <i>Venha/vem VOCÊ também pra cá!</i>	<i>Eu não. Abra/abre VOCÊ a porta!</i>

Fonte: Adaptado de Cavalcante e Simioni (2015, p. 10)

O quadro apresentado pelos autores revela a correlação entre as posições pré ou pós-verbal do sujeito e o contexto discursivo mais ou menos saliente em que se insere a forma imperativa, de maneira que são identificadas algumas restrições.

[...] as opções variam em função da leitura/função pragmática que o sujeito apresenta/exerce. De um modo geral, quando o imperativo tem leitura neutra, o sujeito tende a não ser expresso; quando tem leitura contrastiva ou inclusiva, o sujeito vem realizado. A leitura também determina a posição específica em que o sujeito é pronunciado. (CAVALCANTE; SIMIONI, 2015, p. 05).

Em síntese, Cavalcante e Simioni (2015) identificam, com base em testes de aceitabilidade, que, no contexto neutro, a forma mais aceitável é o sujeito nulo. As leituras

<sup>3</sup> O contexto inclusivo é definido pelos autores como “a leitura em que um dos elementos da sentença está em correlação com outro elemento que exerça função (sintática ou semântica) equivalente em outra sentença, mas em que, ao invés de interpretação de oposição ou correção, há a interpretação de união entre as denotações de ambos os elementos. No par (c) e (d), abaixo, ‘Paulo’, na frase (d), está em relação de inclusão no mesmo tipo de evento desempenhado por ‘os meninos’ em (c).

c) *Os meninos fugiram de casa ontem.*

d) Então, **Paulo** também (fugiu).” (CAVALCANTE; SIMIONI, 2015, p. 5)

<sup>4</sup> Cavalcante e Simioni (2015, p. 5) consideram contrastiva “a leitura em que um dos elementos da sentença expressa uma informação ou valor que se opõe a outro elemento que exerça a mesma função em uma sentença de estrutura equivalente, de modo que um dos elementos é entendido como a informação correta naquela função. No par (a) e (b), abaixo, há contraste “um fusca” e “um bugre”.

a) Rodrigo comprou *um fusca*.

b) Não, Rodrigo comprou **um bugre**.”

<sup>5</sup> O símbolo # indica que a sentença, embora possível, é inadequada ao contexto.

não neutras, inclusivas ou contrastivas, motivadas por efeitos discursivos como a focalização, possibilitam a realização do sujeito, sobretudo nas ordens pós-verbais VSX e VXS.

Ainda segundo os autores, as sentenças com sujeito realizado pré-verbal, destaque deste ponto da análise, embora com restrições, podem ocorrer nas três leituras, a saber:

- a) Leitura contrastiva: a posição pré-verbal, embora disponível, parece estar restrita a uma leitura de foco, marcada pela presença do *que* focalizador, conforme o exemplo (10).

(10) *Abra/abre a porta!*

*Eu não. VOCÊ (que) abra/\*abre a porta!*<sup>6</sup>

- b) Leitura neutra: embora a posição pré-verbal seja considerada inadequada, haja vista a ausência de processos de focalização que motivariam o movimento do sujeito, pode ocorrer em contexto pragmaticamente marcado numa interpretação sintática de tópico-não marcado, como ilustram os exemplos em (11) destacados pelos autores<sup>7</sup>:

(11)a. *Vocês guardem esse material sobre imperativo que eu passei, porque é muito difícil de achar!*

b. *Você não me provoque/provoca!*

c. *Você me provoque, pra você ver...*

d. *Você não me faça passar vergonha lá na festa!*

- c) Leitura inclusiva: contexto mais inadequado para a ordem SV. Segundo os autores, “a estrutura com o sujeito na posição pré-verbal (seja com o uso do complementador *que*, seja com ênfase adicional sobre o sujeito) parece ser bastante infeliz no contexto.”. Vejamos os exemplos (12) e (13):

(12) *A gente está no ENAPOL...*

<sup>6</sup> Os autores destacam que “Alguns falantes aceitam também a posição pré-verbal do sujeito sem a presença do *que*, mas salientam que é preciso pôr muito mais ênfase na pronúncia do sujeito nesse caso.” (CAVALCANTE; SIMINIONI, 2015, p. 07).

<sup>7</sup> “Há, entretanto, alguns casos em que a ordem SV é permitida em contextos em que não há leitura de foco sobre o sujeito [...]. Nesses exemplos, a ordem SV dispensa inclusive a presença do focalizador *que* ou de uma ênfase a mais sobre o sujeito.” (CAVALCANTE; SIMINIONI, 2015, p. 09)

# *Você também* (que) vê/veja se desencana (disso)!

(13) *Vou deixar pra terminar o handout da apresentação do ENAPOL amanhã...*

# *Você também* (que) venha/vem pra cá!

É importante ressaltar que a possibilidade de ocorrências imperativas com sujeito pré-verbal é apontada por Cavalcante (2010, p. 28) como um traço distintivo em relação ao português europeu: “[...] mesmo existindo a ordem VS, a SV também é possível no PB, ao contrário do PE”. Conforme os exemplos apresentados pelo autor, enquanto sentenças como (14) são licenciadas em português brasileiro, construções semelhantes são agramaticais no PE como em (15).

(14) *Eu disse pra tu/você abrir a porta.*

*Eu não! Você abre/a a porta! (√PB)*

(15) *Eu disse pra tu abrires a porta.*

*Não. Tu abre/a a porta! (\*PE)*

(16) *Eu disse pra você (abrir) a porta!*

*Não! Você abre/a a porta (??PE)*

Assim, a realização do sujeito nas imperativas, além de ser um comportamento sintático possível é também um traço importante de sua caracterização no sentido de distinguir o PB do PE.

Outro aspecto sintático relevante para a caracterização do imperativo é a impossibilidade de encaixamento dessas sentenças (DI DOMENICO, 2004). Essa propriedade é sinalizada também por Cunha e Cintra (2002, p. 475): “Tanto o IMPERATIVO AFIRMATIVO como o NEGATIVO usam-se somente em orações absolutas, orações principais, ou em orações coordenadas” (grifo dos autores). Di Domenico (2004) diferencia as sentenças com verbos *dicendi*, para as quais é possível produzir sentenças do tipo presente em (17):

(17) *Eu disse: senta!*

Sobre essa possibilidade de encaixamento, a autora afirma:

É verdade, no entanto, que eles podem vir encaixados em certos verbos *discendis*:

- (67) a. Ho detto siediti!  
 b.? I said sit down!  
 c.? Ich sagte sitzt dich!

No entanto, esse é, provavelmente, um tipo diferente de encaixamento (tradicionalmente, discurso direto vs. subordinação), como demonstrado pelo recurso da escrita da sentença (67) para (68) e pela agramaticalidade de (69):

- (68) a. Ho detto:” Siediti!”  
 b. I said: “ Sit down!”  
 (69) a.\* Ho detto che siediti!  
 b. \* I said that sit!<sup>8</sup> (DI DOMENICO, 2004, p. 16, tradução nossa).

Rocha Lima (2003), transpondo as considerações para o português, expõe os exemplos (18) e (19) que ilustram e reforçam os argumentos de Di Domenico (2004):

(18) *Eu disse: senta.*

(19) *\*Eu disse que senta.*

Por último, como característica fonológica, Faraco (1985/1986) aponta a existência de um padrão entoacional descendente (20) em oposição ao padrão ascendente das sentenças interrogativas (21).

(20) Sentença imperativa: *Canta essa música agora!*

(21) Sentença interrogativa: *(Você) canta essa música agora?*

Assim delimitado, podemos concluir que o modo imperativo constitui um modo verbal funcionalmente especializado, definido por características sintáticas, morfológicas,

---

<sup>8</sup> It is true, however, that they can be embedded under certain verbs of saying:

- (67) a. Ho detto siediti!  
 b.? I said sit down!  
 c.? Ich sagte sitzt dich!

However, this is probably a different kind of embedding (traditionally, ‘direct speech’ vs. ‘subordination’), as shown by the improvement of the written form of the sentences from (67) to (68) and by the agrammaticality of (69):

- (68) a. Ho detto:” Siediti!”  
 b. I said: “ Sit down!”  
 (69) a.\* Ho detto che siediti!  
 b. \* I said that sit! (DI DOMENICO, 2004, p. 16)

fonológicas, semânticas e pragmáticas que nos orientarão no cotejo e análise dos dados. A seguir, apresentaremos a caracterização do imperativo nas gramáticas normativas.

### 1.1.1 O tratamento do modo imperativo segundo as gramáticas normativas

Embora o objeto da pesquisa sociolinguística seja o vernáculo de uma comunidade, não se exclui a compreensão do fenômeno em seus aspectos normativos (TARALLO, 1985). Assim, cabe ao pesquisador entender o encaixamento linguístico da variável e de suas variantes no que se refere aos padrões prescritos, bem como a normalização das variantes na língua. Nesse sentido, apresentamos agora as considerações acerca do modo imperativo no português contemporâneo presentes em algumas gramáticas, a saber: Bechara (2002); Cunha e Cintra (2002) e Rocha Lima (2003). Esta seção cumpre o objetivo principal de identificar como o fenômeno em estudo é percebido e descrito pela tradição gramatical. Observamos ainda se a diversidade linguística, tão forte na expressão do fenômeno em estudo, é referida e como se distinguem as abordagens normativas tradicionais das concepções mais contemporâneas de gramáticas, a exemplo de Castilho (2010).

O modo imperativo, ainda que não seja um aspecto linguístico indicador de tensões sociais preocupantes, uma vez que não parece denotar uma avaliação linguística de caráter social explícita<sup>9</sup> entre os falantes, revela-se um aspecto interessante de estudo, quer pelo seu caráter dialetal (uso das formas conforme a região geográfica do Brasil), quer pelo constante desconhecimento por parte dos utentes da língua das prescrições gramaticais a respeito deste item. Essa realidade pode ser a justificativa para o pouco enlevo conferido pelas gramáticas normativas ao tema. Nas gramáticas observadas, pouco espaço é conferido à explanação do modo imperativo; na maioria delas, pouca ou nenhuma consideração é feita sobre seu uso na fala e, conseqüentemente, sobre sua importância na caracterização dialetal do Brasil.

A *Moderna gramática portuguesa*, de Evanildo Bechara, por exemplo, ao versar sobre os modos verbais e defini-los como forma de expressão da “posição do falante em face da relação entre a ação verbal e o seu agente”, apenas informa que o imperativo seria o modo usado “em relação a um ato que se exige do agente” (BECHARA, 2002, p. 283). A apresentação do modo imperativo passa, portanto, primordialmente, pela designação de sua

---

<sup>9</sup> Toma-se aqui como parâmetro o contraste da variação do imperativo com fenômenos como a variação nas concordâncias verbal e nominal, para os quais a avaliação social revela-se de modo marcado. Nas palavras de Lucchesi (2015, p. 206), “[...] a falta de concordância é claramente um estereótipo na avaliação subjetiva dos falantes considerados cultos [...]”.

função discursiva. Nada é aludido sobre sua estrutura, funcionamento, ou padrões de uso. A única informação complementar apresentada diz respeito ao emprego do infinitivo com valor de ordem, com ou sem o uso do verbo *querer* como modalizador, conforme exemplos extraídos de Bechara (2002, p. 283):

(22) *Todos se chegavam para o ferir, sem que a D. Álvaro se ouvissem outras palavras senão estas: Fartar, rapazes.*

(23) *Queira aceitar meus cumprimentos*<sup>10</sup>.

A função do imperativo, de modo semelhante, é também apontada pelo gramático Rocha Lima (2003). Segundo o autor, esse modo verbal é empregado na direção a um ou mais interlocutores a fim de manifestar uma atitude que queremos que este(s) execute(m). Esse sentido interativo do imperativo caracteriza-o como um modo pragmático, cujo objetivo não é comunicar um conteúdo em seu sentido denotativo, mas sim agir sobre o interlocutor, conduzindo-o à execução de determinado comportamento.

Ao lado de sua função eminentemente discursiva, algumas gramáticas se debruçam em explicar a constituição morfológica do imperativo em português (CUNHA; CINTRA, 2002; ROCHA LIMA, 2003), apontando a existência de duas formas básicas: a *afirmativa* e a *negativa*.

Segundo esses gramáticos, o *imperativo afirmativo* constitui um tempo misto, pois, para sua formação, concorrem as formas do presente do indicativo sem o -s final (para 2<sup>as</sup> pessoas singular e plural - *tu* e *vós*) e as formas do presente do subjuntivo (para as demais pessoas verbais). Como modo dirigido ao interlocutor, não são, em geral, admitidas as formas de 1<sup>a</sup> pessoa, tanto no singular quanto no plural. Rocha Lima (2003) destaca, entretanto, que a forma da 1<sup>a</sup> pessoa do plural (*nós*) pode denotar a disposição do falante em associar-se àqueles a quem a ordem se dirige (*Vamos levantar*), o que justifica a inclusão desta forma no quadro geral do modo imperativo por parte de alguns gramáticos, como Cunha e Cintra (2002).

O *imperativo negativo*, por sua vez, é formado pela anteposição do advérbio *não* às formas do presente do subjuntivo (para todas as pessoas previstas). Portanto, na norma-padrão, o modo imperativo configura-se como exposto no Quadro 2, a seguir:

---

<sup>10</sup> Exemplos extraídos de Bechara (2002).

Quadro 2 – Uso do modo imperativo na língua portuguesa, conforme a prescrição gramatical

PRESENTE DO INDICATIVO	PRESENTE DO SUBJUNTIVO	IMPERATIVO AFIRMATIVO	IMPERATIVO NEGATIVO
eu falo	eu fale		
<b>tu falas</b>	tu fales	<i>fala (tu)</i>	<i>não fales (tu)</i>
você fala	<b>você fale</b>	<i>fale (você)</i>	<i>não fale (você)</i>
nós falamos	nós falemos	<i>falemos (nós)</i>	<i>não falemos (nós)</i>
<b>vós falais</b>	vós faleis	<i>falai (vós)</i>	<i>não faleis (vós)</i>
vocês falam	<b>vocês falem</b>	<i>falem (vocês)</i>	<i>não falem (vocês)</i>

Fonte: Cunha e Cintra (2002)

Castilho (2010) avalia como “esquisita” a explicação dada para constituição do imperativo afirmativo de 2ª pessoa (forma indicativa sem o -s). Segundo o autor, a motivação mais coerente para a constituição das formas teriam sido as alterações fonológicas ocorridas ainda no latim.

As alterações fonológicas ocorridas nesse modo verbal deram origem a uma regra mnemônica divulgada nas gramáticas, segundo a qual se obtém o imperativo retirando o {s} do presente do indicativo. Esquisito, não? Derivar um modo de um tempo, e ainda por cima de um tempo integrado em outro modo verbal! O resultado é muito mais fruto de coincidência [...]. Pode até ter rimado, mas não é a solução. (CASTILHO, 2010, p. 153).

A respeito do quadro de formação do imperativo, é notório que as considerações propostas pelas gramáticas e materiais pedagógicos estão muito aquém da realidade linguística brasileira, pois ignoram, além da rica diversidade, também os padrões de uso dos pronomes, os quais não seguem as prescrições morfológicas previstas pelas gramáticas normativas, especificamente sobre o uso não flexionado do *tu*, o desuso do pronome *vós* e a mescla de formas imperativas derivadas do indicativo e do subjuntivo com o pronome *você*.

Da observação geral das gramáticas, dois aspectos centrais se destacam: i) o desprezo dado ao caráter dialetal que marca a diversidade linguística brasileira no que diz respeito tanto ao uso do modo imperativo quanto ao uso das formas pronominais *tu* e *você*; ii) a pouca dedicação ao tema, que algumas vezes é resumido em econômicas definições baseadas em sua função (em alguns casos pouco mais de uma linha), o que revela a superficialidade da abordagem.

Para o primeiro caso, ressalte-se que não são feitas, nas gramáticas observadas, referências aos usos reais da língua nas diferentes regiões brasileiras, o que não deve ser visto com surpresa, dado o caráter eminentemente prescritivo de tais compêndios. Destacamos, contudo, que, apesar de a função primordial das gramáticas normativas não se concentrar na descrição das variedades dialetais, a defasagem dos modelos de referência fixados frente à realidade atual da língua e sugere a necessidade de atualização dos modelos de ensino, haja vista a recorrência do comportamento em outros fenômenos.

No segundo ponto, a definição do imperativo sustenta-se exclusivamente nos critérios semântico/pragmático e na descrição da constituição morfológica. No curto espaço dedicado ao imperativo, não são tecidos comentários sobre aspectos sintáticos ou demais traços característicos desse modo.

## 1.2 O USO DO MODO IMPERATIVO NO PORTUGUÊS FALADO

O imperativo é notadamente um dos aspectos que demarcam o caráter dialetal do português. Seus usos apontam tendências regionais de emprego de cada uma das formas, revelando, de certo modo, como a diversidade sociocultural que marcou a formação do extenso território nacional deixou também marcas na realidade linguística brasileira.

No intuito de descrever e compreender a distribuição do imperativo no Brasil, cumpre, de antemão, refazer o percurso histórico que marca os usos desse modo verbal. Assim, partiremos das realizações do imperativo do latim até a disposição e configuração contemporânea.

Na subseção 1.2.1 – *Usos do imperativo no latim* –, retomamos a expressão do imperativo latino, identificando as principais mudanças que levaram à simplificação desse modo bem como os aspectos morfológicos que culminaram na confluência entre as formas indicativas e imperativas no português. A partir da contextualização histórica do fenômeno, chegaremos aos usos do português europeu, evidenciando as variantes empregadas e os seus contextos de utilização. Essa caracterização será crucial para contrapor o português europeu às realizações do nosso idioma e também para fundamentar as reflexões sobre a constituição histórica do português brasileiro.

De posse desses dados, nossa seção conclui-se com a descrição dos usos do imperativo no português brasileiro e uma correlação com as referências de 2ª pessoa do discurso no português do Brasil, com enlevo especial ao uso das formas *tu e você* em variedades populares do português da Bahia.

Acreditamos que a exposição e a discussão desses aspectos nos permitirão uma visão global do fenômeno e conseqüentemente uma interpretação mais contextualizada dos aspectos que caracterizam as variedades investigadas.

### 1.2.1 Usos do imperativo no latim

De acordo com Faria (1958), em sua *Gramática Superior da Língua Latina*, o modo imperativo é apresentado segundo dois paradigmas temporais, o imperativo presente e o imperativo futuro. Sobre a especificidade dos empregos temporais, o autor destaca que “o imperativo presente [...] é o de emprego geral, sendo principalmente usado quando se trata de uma ordem ou pedido cuja execução deve ser imediata.” (FARIA, 1958, p. 381). O autor aponta ainda a presença, nesse tempo, de expressões de reforço, tais como *amābo* (por favor); *sis* ou *sodes* (se te apraz); *obsēcro* (suplico), conforme os exemplos (24) e (25), extraídos do autor.

(24) *Sequēre, sis* (segure, por favor)

(25) *Eloquēre, te obsēcro* (fala, te suplico)

As formas de futuro, de uso mais restrito e obrigatório, eram empregadas no latim apenas para os textos da lei, a fim de denotar uma ordem a ser cumprida depois de certo intervalo de tempo. Seu uso comumente apresentava-se numa estrutura com uma oração principal associada a uma subordinada claramente remissiva ao futuro, conforme (26):

(26) *Si di me ipso plura dicere videbor, ignoscitote* (se eu parecer falar muito de mim, perdoai-me).

Castilho (2010) afirma que a existência do imperativo futuro restringia-se à realidade do latim culto, restando no latim vulgar apenas a forma do presente. Mattoso Câmara Júnior (1975) assinala o desaparecimento da forma do imperativo futuro *amate/amatote* (2ª pessoas sing. e plu.) na mudança do latim ao português, como uma simplificação desse modo verbal. Ainda segundo este autor, não havia no latim formas imperativas de 1ª e 3ª pessoas do plural. Assim, as formas do imperativo eram complementadas por formas do subjuntivo, tal como ocorre no português atual. Destaca-se que o uso do subjuntivo pelo imperativo no latim possuía um valor pragmático, sendo empregado no sentido de atenuar ordens.

Faria (1958), em descrição desses usos suplementares, menciona uma diferenciação entre os usos subjuntivos no latim clássico e no latim vulgar no que diz respeito à explicitação ou omissão da referência do discurso (2ª ou 3ª pessoa).

O subjuntivo presente pode ser empregado com valor de imperativo para dar uma ordem na terceira pessoa do imperativo positivo ou negativo, e na segunda pessoa somente no imperativo negativo. Quando esta segunda pessoa equivaler a uma construção de sujeito indeterminado, o emprego do subjuntivo presente é absolutamente clássico, mas quando tiver o valor próprio de segunda pessoa, é uma peculiaridade da linguagem familiar (FARIA, 1958, p. 382).

Assim, o uso das formas subjuntivas para a expressão de uma ordem associada à referência de segunda pessoa não era avaliado como uma forma culta, sendo considerado um uso clássico apenas no contexto de ausência de uma referência de sujeito, na indeterminação. Além de variação de registro, os usos subjuntivos descritos por Faria (1958) demonstram a gênese dos empregos imperativos negativos, paradigma que orienta as formas imperativas de todas as pessoas na norma-padrão.

Destaca-se, nos primórdios do latim, o uso do imperativo apenas para ordem ou súplica e não para proibições, ou seja, não havia emprego das formas negativas. Faria (1958) descreve como alternativas de suprimento dessa carência a anteposição da partícula negativa (*ne*) ao imperativo positivo; o emprego do infinitivo presente precedido do imperativo do verbo *nolo*; e o uso das formas do perfeito do subjuntivo precedidas de elemento de negação. Estas últimas formas, de uso preferencial no período clássico, são ainda recorrentes no português.

### **1.2.2 Usos do imperativo no português europeu**

O percurso dessas formas imperativas até o português atual conduziu a um padrão variável de uso do imperativo, seja entre as variantes nacionais (europeia e brasileira), seja na dialetação do português do Brasil.

No tocante à variedade europeia, Oliveira (2003) afirma que existem apenas duas únicas formas verbais exclusivas do imperativo e estas ocorrem em frases afirmativas. A autora aponta o uso suplementar das formas do subjuntivo para expressar o imperativo nos casos em que se emprega o pronome *você(s)* e destaca que o pronome *você(s)* não coocorre com as formas imperativas, como em *cantai vocês*. Essas formas pronominais, embora se

dirijam à segunda pessoa, são empregadas exclusivamente com flexões verbais de terceira pessoa do subjuntivo: *cante(m) você(s)*. Do mesmo modo, as formas de segunda pessoa sempre ocorrem em concordância com sua forma pronominal (*tu*). Há, portanto, ao contrário do que acontece no português brasileiro, uma correlação estrita entre as formas pronominais e as formas verbais empregadas.

Para o imperativo negativo no português europeu, Oliveira (2003) afirma que são empregadas apenas as formas do subjuntivo, de modo que o emprego das formas próprias do imperativo implica um contraste de gramaticalidade. Assim, são usadas as formas negativas com o subjuntivo para todas as pessoas (*Não cantes! Não te vás embora!*), enquanto os empregos das formas imperativas diretamente negadas constituem sentenças agramaticais (*\*Não canta! \*Não te vai embora!*).

Outros modos e formas verbais empregados com valor imperativo são apontados, tais como:

- a) **Uso do indicativo:** nas formas do presente ou pretérito perfeito como forma de certificar-se de que a ordem proferida pelo locutor será cumprida pelo seu interlocutor: *Tu calas-te já!* ou *Calou!*; em frases cujo conteúdo semântico é fronteiro entre declarativo e imperativo (*Tu levas esse livro para a reunião e então acertamos os pormenores, Leva esse livro para reunião e acertaremos os pormenores*); no pretérito imperfeito, com valor semântico condicional em atos diretivos ao interlocutor: *Dizia-me as horas? Passavas-me o sal, por favor?*
- b) **Uso do infinitivo:** é empregado exclusivamente na forma não flexionada, indicando um ato diretivo e, em geral, com sujeito não específico: *Virar à direita! Apertar os cintos de segurança!* Pode ainda ser empregado em alguns contextos particulares com referência de sujeito específica, como no exemplo a seguir: *Meninos, lavar as mãos, imediatamente!*
- c) **Uso do gerúndio:** é empregado com valor imperativo como no exemplo: *Andando!*

O uso do imperativo no português europeu pode ser sintetizado no Quadro 3, a seguir:

Quadro 3 – Usos do imperativo no português europeu

IMPERATIVO AFIRMATIVO	IMPERATIVO NEGATIVO
Formas próprias do imperativo (2ª pessoa singular e plural), contexto de menos distanciamento, maior intimidade.	Formas do subjuntivo para todas as pessoas.
Formas do subjuntivo com pronome você(s) (3ª pessoa singular e plural), tratamento formal, + distanciamento.	Referências à 2ª pessoa do discurso: - Uso das formas do pronome <i>você(s)</i> (contexto de + distanciamento)
Outras formas e modos verbais empregados com valor imperativo (indicativo, infinitivo e gerúndio).	- Uso das formas do pronome <i>tu/vós</i> (contexto de - distanciamento)

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados apresentados por Oliveira (2003)

Scherre et al. (2007), com base nas considerações de Rivero (1994) e Rivero e Terzi (1995) e nas descrições de Cunha e Cintra (2002) e Brito, Duarte e Matos (2003, p. 449-460), caracterizam o português europeu como uma língua de imperativo verdadeiro de classe 1<sup>11</sup>. Ou seja, o português europeu possui formas morfológicas próprias do imperativo com um paradigma e sintaxe próprias, pois não permite a negação direta das formas do imperativo verdadeiro. Quanto à posição dos clíticos, a autora destaca:

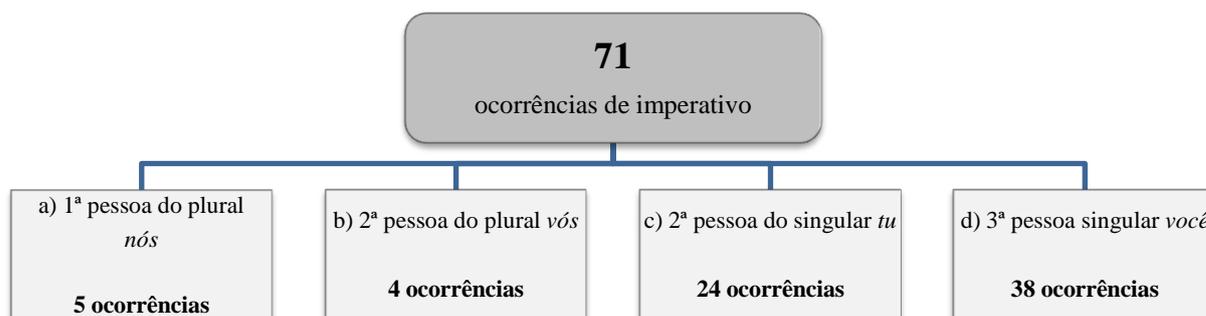
No que diz respeito à ordem do clítico em relação ao verbo, este sempre aparece em segunda posição (*Deixa-me descansar!*), embora esta não seja uma sintaxe específica do modo imperativo. No português europeu, o clítico não pode ocupar a posição inicial absoluta, independentemente de estar ou não em uma estrutura imperativa [...]. (SCHERRE et al., 2007, p. 203).

<sup>11</sup> De acordo com Rivero (1994) e Rivero e Terzi (1995), levando em consideração os aspectos sintáticos, as línguas se distinguem em dois grupos quanto ao uso do imperativo: línguas, como o francês, que não possuem formas próprias para uso do imperativo e por isso usam exclusivamente formas supletivas de outros modos verbais – imperativo não verdadeiro; e línguas que possuem formas próprias para o uso do imperativo – imperativo verdadeiro –, tais como o castelhano e o espanhol. Neste grupo, diferenciam-se duas classes:

- i) Classe 1: línguas, como castelhano e o grego moderno, que apresentam, além da morfologia, uma sintaxe própria do imperativo, a saber, impossibilidade de negação e posição diferenciada do clítico em contraste com outros modos verbais.
- ii) Classe 2: línguas como o servo-croata, búlgaro e grego antigo, nas quais, embora tenha-se uma morfologia específica, não há uma sintaxe distinta dos demais modos verbais.

Considerando os usos reais da Língua, Sampaio (2001) produz uma breve análise do português europeu a partir de dados do *corpus* Português fundamental<sup>12</sup>. Em sua análise, foram encontradas 71 ocorrências de imperativo em 31 inquéritos analisados. Estas ocorrências encontram-se distribuídas segundo a Figura 1:

Figura 1 – Distribuição das ocorrências do imperativo na amostra de fala do Português fundamental (PF)



Fonte: Adaptado de Sampaio (2001)

As ocorrências tipificadas na Figura 1 seguem exemplificadas com dados coletados pela pesquisa de Sampaio (2001).

- a) “Com frequência encontramos, *digamos*, na conversação normal, determinados elementos que não, não são muito...” (PF 0457) – (SAMPAIO, 2001, p. 210)<sup>13</sup>;
- b) “Então *andai*, já que não quereis lanchar, *ide*. não vos empato mais” (PF 1016) – (SAMPAIO, 2001, p. 208);
- c) “Eles não sabem o que nos hão-de-chamar. depois é por tu: ó, ó pá, *anda* cá, *limpa-me* aqui o, os sapatos” (PF 0328) – (SAMPAIO, 2001, p. 208);
- d) “E eu digo assim: *olhe*, o senhor então quanto mais fala, *leva* farinha” (PF 0328) – (SAMPAIO, 2001, p. 208).

Para a autora, a aparente diversidade no emprego das formas não é relevante, tendo em vista o rigor do emprego das formas verbais de 2ª pessoa com pronomes de 2ª pessoa e de 3ª

<sup>12</sup> O *corpus* do Português fundamental/Portugal foi constituído entre 1970 e 1974 e é formado por amostras de fala de indivíduos adultos das localidades de Coimbra, Lisboa, Porto e outros distritos portugueses. Os falantes são naturais das localidades ou moram há mais de dez anos no local e estão classificados em seis níveis de escolaridade. Os dados, registrados em fitas magnéticas e em registro escrito (transcrições), são apresentados em dois volumes: “Português fundamental: Vocabulário e Gramática” e “Português fundamental: métodos e documentos”.

<sup>13</sup> Cabe destacar que o exemplo destacado por Sampaio (2001) em a), *digamos*, não é equivalente às demais ocorrências imperativas apresentadas.

com seus respectivos pronomes canônicos, em função do emprego criterioso dos pronomes conforme o nível de intimidade com o falante e o nível de distanciamento da situação comunicativa. Esse último aspecto é designado por Scherre et al. (2007) como traço de [±distanciamento].

Os dados empíricos apresentados por Sampaio reforçam as assunções teóricas apresentadas e evidenciam o fato de não haver, no português europeu, a variação no tocante ao uso do imperativo, aspecto, por sua vez, marcante na realidade brasileira.

### 1.2.3 A variação nos usos do imperativo no português brasileiro

Estudos linguísticos dedicados ao português (FARACO, 1985/1986; SCHERRE et al., 1998; SCHERRE et al., 2000a; SILVA; SANTOS; RIBEIRO, 2000; SCHERRE, 2007) têm percebido e discutido a impropriedade da descrição/prescrição normativa (cf.1.1.1) de uso do imperativo para o português brasileiro, observando discordâncias do padrão normativo proposto com a realidade linguística brasileira. Para os usos negativos de 2ª pessoa, por exemplo, emprega-se o par (*não pega/não pegue*) em detrimento do padrão prescrito (*não pegues/não pegue*). As formas do imperativo, afirmativas e negativas, variam conforme a região do falante e não apresentam em seu emprego uma correlação estrita com as formas pronominais empregadas.

Nesse sentido, a par do que propõe o padrão normativo, prescrevendo usos e origens das diferentes formas imperativas associadas aos pronomes *tu* e *você*, verifica-se, nos usos contemporâneos do PB (na maior parte das regiões brasileiras), o emprego do pronome *tu* associado indistintamente às flexões de terceira e segunda pessoa (*tu canta/que tu cante*). Conseqüentemente, registram-se nos usos imperativos construções que mesclam flexões verbais canonicamente associadas ao pronome *tu* com o pronome *você*, conforme exemplos consagrados na publicidade brasileira como em (27):

(27) **Vem pra caixa você também, vem!** (comercial do Banco Caixa econômica Federal, década de 90).

Ou ainda o contrário, flexões verbais canonicamente associadas ao pronome *você* empregadas com o pronome *tu*, conforme (28):

(28) *Se tu ainda não fizeste o que eu pedi, **faça** agora mesmo* (BAGNO, 2011, p. 567).

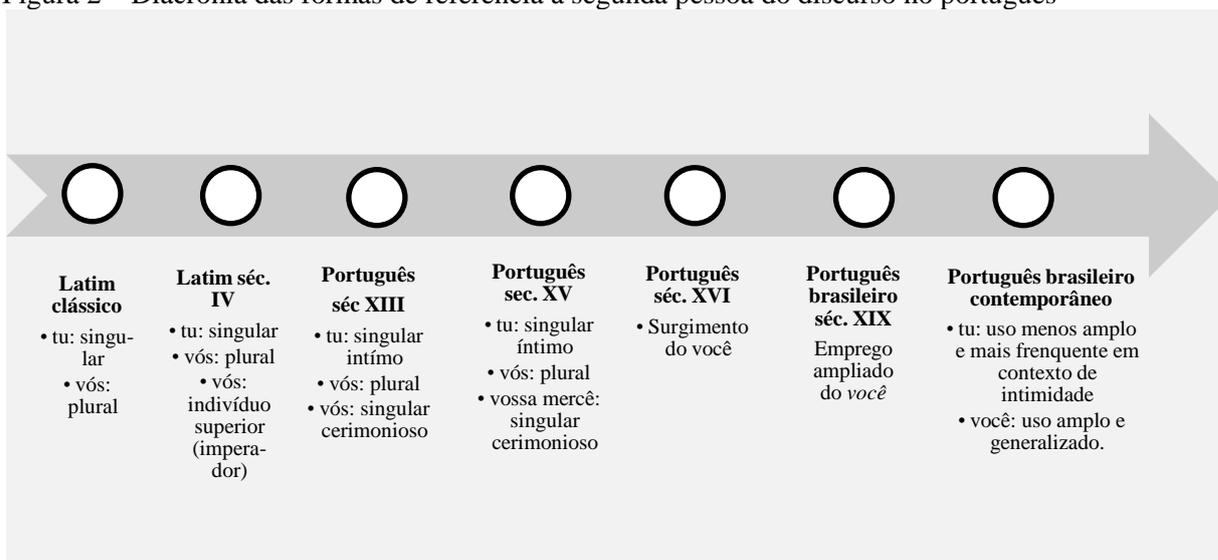
É importante lembrar que esse comportamento difere da realidade do português europeu (cf. Quadro 3), para o qual não é licenciada a mistura de tratamento entre as formas pronominais de segunda (*tu*) e terceira pessoa (você) as formas verbais do imperativo de segunda e terceira pessoas. No português europeu, o emprego das formas imperativas de segunda e terceira pessoas ainda obedece rigorosamente a uma relação com os traços de distanciamento e grau de intimidade com o interlocutor (cf. 1.2.2). Com uso definido conforme o contexto, não se pode dizer que, no português europeu, o imperativo configure-se como um fenômeno em variação.

Em análise sobre a variação do imperativo no português do Brasil, Faraco (1985/1986) descreve os dois conjuntos de formas imperativas para a segunda pessoa do discurso, discutindo seus usos e possíveis origens. As primeiras formas seriam as derivadas do subjuntivo *cante / não cante* (as formas complementares no latim). Essas seriam as formas básicas do português brasileiro, haja vista o uso predominante do pronome *você* como forma neutra de tratamento do interlocutor. De acordo com Scherre (2007), essas formas supletivas eram usadas no latim em contexto de menor proximidade ou em sentenças negativas, sendo básicas as formas próprias derivadas da 2ª pessoa do indicativo (cf. subseção 1.2.1). No Brasil, a perda do *vós* e a introdução do pronome *você* no quadro pronominal conduziu a uma reorganização do sistema do imperativo que afetou tanto as formas singulares quanto as formas plurais, como explica Scherre (2007, p. 199):

Com o desaparecimento de *vós* do português brasileiro falado e a inserção de *você* no sistema pronominal, repetimos, são então adotadas para o imperativo plural as formas associadas ao subjuntivo (*deixem; recebam; abram; dêem; digam; vão*), e as formas singulares associadas ao subjuntivo ficam em variação com as formas imperativas latinas, hoje associadas ao indicativo pela tradição gramatical [...].

Retomando o processo de inserção do *você* no português, percebemos que este começa pelo refinamento das relações entre os interlocutores (cf. Figura 2). Isso explica as relações de intimidade ainda presentes no português europeu e a aparente perda dessa distinção no português brasileiro.

Figura 2 – Diacronia das formas de referência à segunda pessoa do discurso no português



Fonte: Elaborado pela autora com base em Souza (2012)

Considerando a efetiva colonização do Brasil a partir da segunda metade do século XVI e também a origem dos primeiros portugueses em território brasileiro, Franceschini (2011) conclui que a forma *vossa mercê* e suas variantes chegam ao solo brasileiro juntamente com os colonizadores. Em uma síntese sobre os usos de *você*, a autora flagra inicialmente um uso híbrido do pronome, ora com vestígios da antiga formalidade, ora como variante irrestrita do *tu*, pronome do tratamento íntimo.

A reorganização pronominal e, conseqüentemente, a reformulação do paradigma verbal, bem como a predominância dos usos do *você* no território nacional justificam a leitura de Faraco (1985/1986) das formas *cante/não cante* como básicas. Em variação com essas, estaria o par *canta/não canta*, amplamente usadas no português brasileiro e, para o autor, desafiadoras, pois, embora se assemelhem às formas canônicas de 2ª pessoa derivadas do indicativo, têm sua forma negativa constituída a partir da forma afirmativa diretamente negada, e não do modo subjuntivo (*não cantes*), como prescreve a tradição gramatical. Além disso, opõem-se ao padrão mais corrente no português contemporâneo. Considerando esses aspectos, Faraco sintetiza em três pares as possibilidades de realizações do modo imperativo no português:

- 1) *canta/não canta*: formas da segunda pessoa do singular, herança das formas latinas e atualmente usuais apenas no português europeu.

- 2) *cante/não cante*: formas derivadas do subjuntivo, básicas no português brasileiro e usadas no português europeu em contextos de maior formalidade e menor intimidade, com o uso exclusivo do pronome *você* (cf. 1.1.2)
- 3) *canta/não canta*: formas inovadoras típicas do português brasileiro, cuja forma negativa constitui-se a partir da negação direta da forma positiva.

Para a análise do par 3, Faraco (1985/1986) admite a multiplicidade de explicações, sintetizando as hipóteses em três tendências básicas: a primeira considera as formas negativas como fenômenos de registro, sendo apontadas como o uso da forma imperativa diretamente negada em função do nível de formalidade do contexto de enunciação; a segunda tendência, felizmente já superada pelos estudos mais contemporâneos, diz respeito à ideia de se considerar a forma simplesmente como um erro gramatical condenável, desprezando-se o caráter plural dos usos linguísticos; a terceira, e mais instigante, avalia as formas como expressão do modo indicativo e não imperativo, considerando apenas o emprego de um valor impositivo do ato de fala.

O autor advoga em defesa dessas formas como imperativas, considerando a identificação com a forma indicativa como produto de uma confluência morfofonológica causada pela “homofonia criada historicamente como resultado da queda do *-t* final da terceira pessoa do singular do presente do indicativo latino (*cantat-canta*)” (FARACO, 1985/1986, p. 05). Para justificar sua leitura, sinaliza a presença de critérios específicos das formas imperativas, tais como a ausência de sujeito superficial, padrão entoacional descendente e capacidade de expressar ordens. Além disso, ressalta a impossibilidade de alternância singular e plural, como acontece nas formas do subjuntivo, conforme os exemplos *cante essa música/ cantem essa música* (comuns nos usos linguísticos), *canta essa música/cantam essa música* (realizações incomuns no português brasileiro, sendo empregadas para a forma plural as realizações da terceira pessoa plural do subjuntivo, *cantem*).

Essa reflexão associa-se à estabelecida por Scherre (2007), que, considerando as convergências entre as formas latinas de imperativo, infinitivo e indicativo, bem como os usos na língua portuguesa, assume o par *canta/não canta* como resultado da “confluência entre verdades sincrônicas e diacrônicas”.

Observando as formas do latim [...] é possível ver relação clara entre o imperativo plural e o infinitivo (com a supressão de *-RE* e inserção de *-TE*), mas é possível também ver relação morfológica regular com as formas verbais de segunda pessoa do plural do modo indicativo (queda do *-S* e

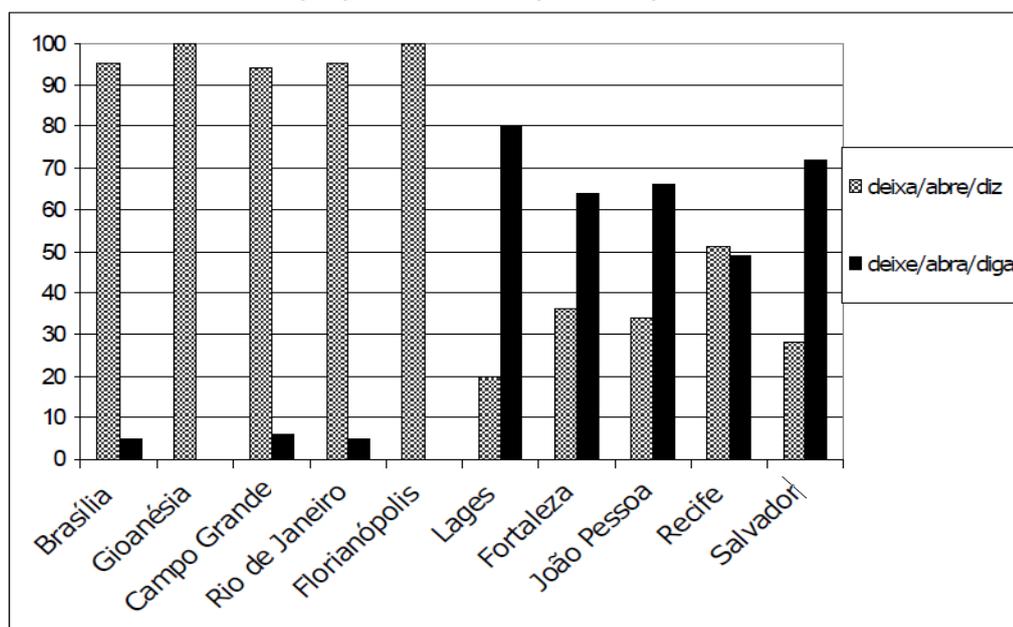
transformação de I em E), relação esta que é absolutamente regular no português brasileiro escrito bíblico ou no de escritores que querem retratar um estilo de um português mais antigo, rigorosamente registrado pela tradição gramatical (com a queda do -S). (SCHERRE, 2007, p. 198).

A análise de Scherre (2007) nos revela que, para o imperativo afirmativo de segunda pessoa (*canta*), é possível encontrar evidências morfológicas tanto em favor de uma derivação do imperativo latino, quanto uma associação com as formas do modo indicativo, pelo menos no que se refere ao singular. Levando em conta esses argumentos e a interpretação de Faraco (1985/1986), assumiremos aqui o par *canta/não canta* como imperativas associadas ao modo indicativo, ou simplesmente variantes indicativas do imperativo, em oposição às formas imperativas derivadas do subjuntivo (*cante/não cante*).

Passando à distribuição geográfica das formas imperativas, a realidade brasileira apresenta um quadro heterogêneo, com predomínio das formas indicativas (*canta/não canta*) nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e uso da variante do subjuntivo na região Nordeste, conforme aponta Scherre (2007).

A fim de traçar as dimensões geográficas dos usos do imperativo, Scherre (2007) sintetiza os dados sobre o imperativo falado nas décadas de 70 e 90 do século XX, identificando um quadro que se apresenta no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Distribuição do imperativo gramatical no eixo geográfico em diálogos de língua falada



Fonte: Scherre (2007, p. 194)

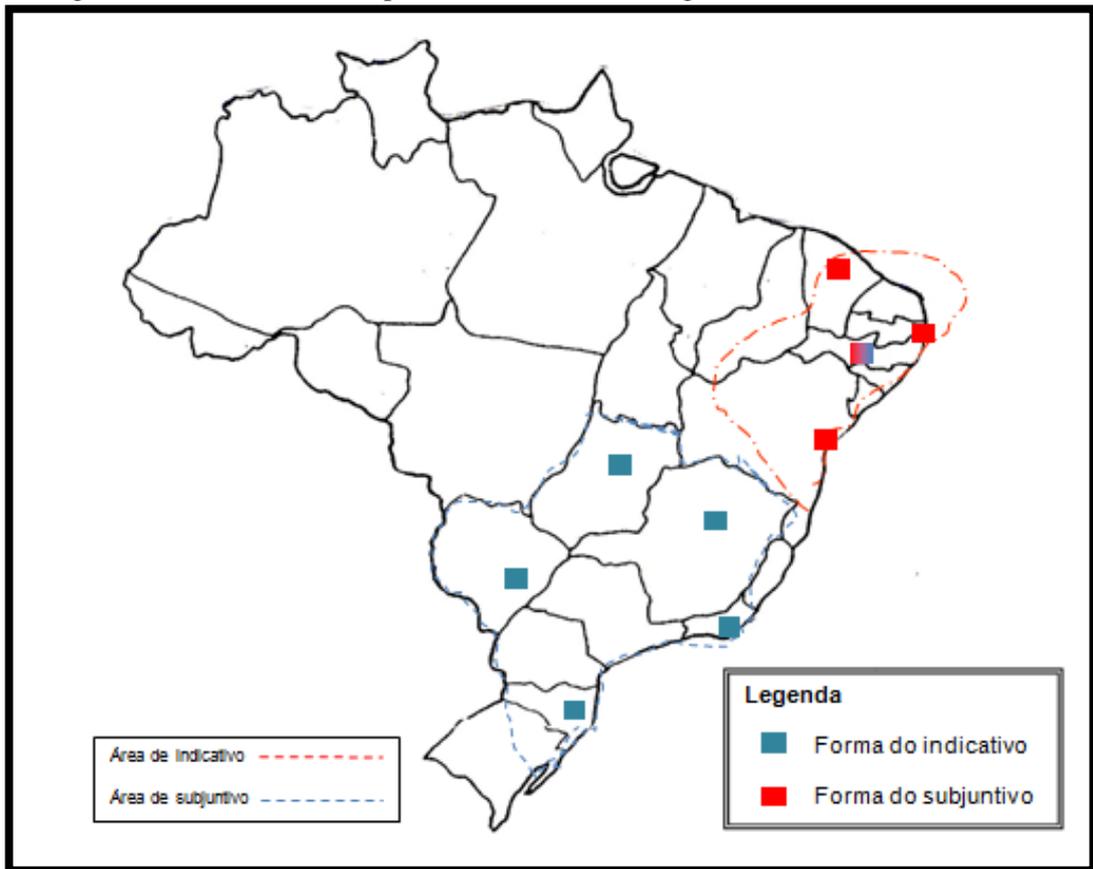
A autora divide a distribuição das formas imperativas em dois blocos: o primeiro, representado pelas regiões que empregam prioritariamente as formas indicativas (*canta, fala*), regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e o segundo, pelas áreas de predomínio das formas subjuntivas (*cante, fale*), região Nordeste. Neste último caso, destaca-se a situação da cidade de Recife, que, segundo a autora, diferencia-se das demais:

Nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste há predomínio do imperativo sincronicamente associado ao indicativo (deixa/recebe/abre/dá/diz/vai). Em três capitais da região Nordeste – Fortaleza, João Pessoa e Salvador –, há maior uso do imperativo associado ao subjuntivo (deixe/receba/abra/dê/diga/vá) e, em Recife – capital de Pernambuco –, também região Nordeste, há equilíbrio das duas formas gramaticais do imperativo (deixa vs. deixe; recebe vs. receba; abre vs. abra; dá vs. dê; diz vs. diga; vai vs. vá). (SCHERRE, 2007, p. 194).

Para a região Norte, não são mencionados estudos, no entanto falantes locais apontam o predomínio de emprego das formas subjuntivas. E, para a região Sul, faz-se a ressalva do município de Lages (BONFÁ; PINTO; LUIZ, 1997), para o qual se observou predominância das formas do subjuntivo, com efeito de uma especialização pragmática dessas formas em contextos de [+intimidade] [-distanciamento], resultado contrário aos dados encontrados em Florianópolis e comumente relacionados à região Sul.

A distribuição geográfica dos estudos revela, por um lado, o domínio das formas indicativa e subjuntiva e o contraste entre o Sul e o Norte do país. Destaca-se, na região Sul, uma oposição do tipo rural–urbano, com a cidade de Lages (mais rural) evidenciando predominância subjuntiva e a área urbana de Florianópolis, o predomínio de indicativo. Essa distribuição geográfica do imperativo no Brasil encontra-se esboçada na Figura 3.

Figura 3 – Usos do modo imperativo nas diferentes regiões brasileiras<sup>14</sup>



Fonte: Elaborado pela autora

Ademais, na busca por estudos sociolinguísticos sobre o imperativo flagramos também a carência de estudos sobre o tema em muitos estados brasileiros, sobretudo na região Norte, e mesmo na Bahia, cujos dados levantados sobre o português falado centram-se exclusivamente na fala da capital baiana, Salvador.

Em busca de uma maior compreensão do fenômeno, Scherre (2007) recorre à distribuição dos pronomes de referência à segunda pessoa do discurso nas diferentes regiões do país. Da sua análise, emerge a conclusão de que a profícua diversidade que caracteriza os empregos de *tu* e *você*, bem como os fatores ligados à interação que condicionam seus usos (maior ou menor intimidade) não parecem afetar os empregos do imperativo.

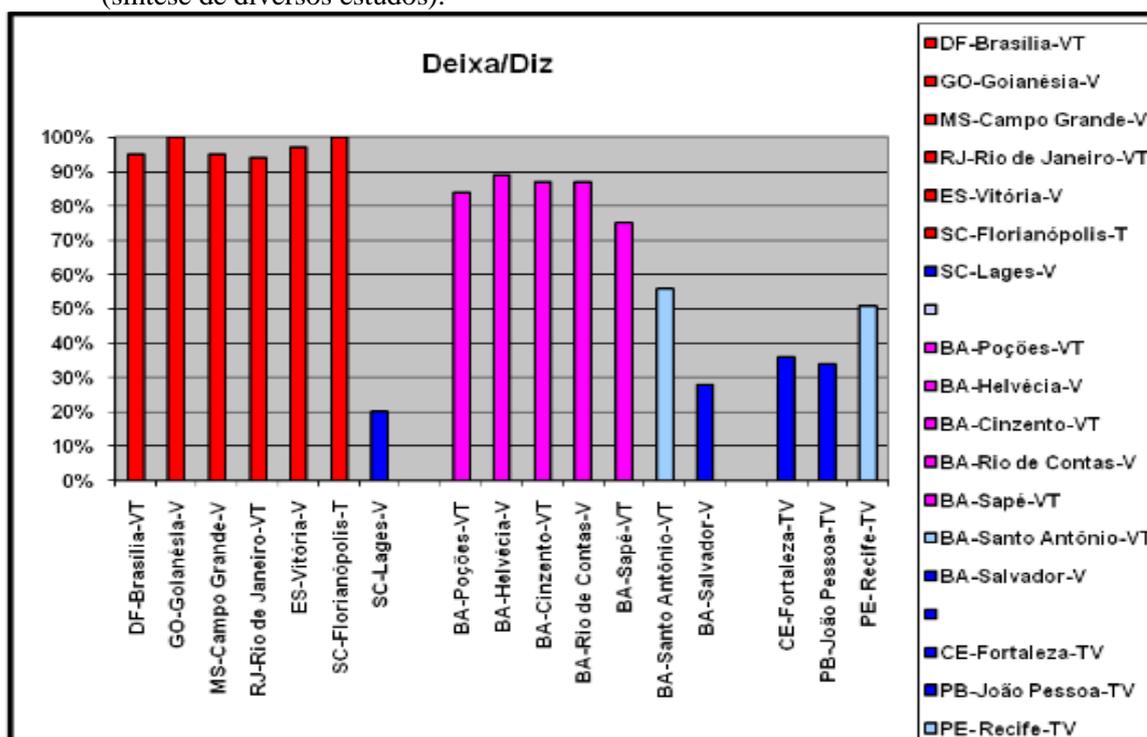
<sup>14</sup> Dados coletados a partir da sistematização apresentada por Scherre (2007, p. 197). Dados da região Centro-oeste – Brasília (RODRIGUES, 1993; SCHERRE *et al.*, 1998; SILVA, 2003); Goianésia (FERREIRA; ALVES, 2001) e Campo Grande (LIMA, 2005). Dados da região Sudeste – Rio de Janeiro (MORAIS, 1994) (SAMPAIO, 2001); Dados da região Sul – Florianópolis (BONFÁ; PINTO; LUIZ, 1997). Dados da região Nordeste – Salvador (SAMPAIO, 2001), Recife (JESUS, 2006), Fortaleza (CARDOSO, 2009), João Pessoa (ALVES, 2001).

[...] embora fortes e evidentes no uso de tu/você a depender da região, os aspectos sociointeracionais parecem não ser decisivos na variação do imperativo gramatical singular no português brasileiro falado, como foi para o latim e como ainda é para o português europeu. O que queremos enfatizar neste momento é que, dada a ampla variação entre tu e você no Brasil, é perfeitamente razoável a existência da variação de deixa vs. deixe; recebe vs. receba; abre vs. abra; dá vs. dê; diz vs. diga; vai vs. vá, sem ligação evidente com os contextos de tu e você em função de maior ou menor distanciamento. (SCHERRE, 2007, p. 205).

Se a inserção do *você* no quadro dos pronomes na língua portuguesa colabora para o entendimento da inserção das formas imperativas e caracterização dos usos atuais do português europeu, para o português brasileiro contemporâneo, não parece suficiente para explicar o cenário da distribuição das formas indicativas e subjuntivas. Resta-nos, portanto, observar como essas questões incidem em nosso universo de observação, o português popular da Bahia.

Os dados organizados por Scherre (2007) são atualizados e reaparecem em Scherre (2012), acrescidos da ressalva de que a oposição rural-urbano apontada nos estudos que motivam esta tese (SANTOS, 2006; 2007) e os dados sobre a cidade de Lages-SC revelam uma complexidade mais significativa do que inicialmente suposta, conforme demonstrado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Imperativo associado ao indicativo (*deixa/diz*) em diálogos do português brasileiro falado (síntese de diversos estudos).



Fonte: Scherre (2012, p. 18)

O Gráfico 2 dispõe ainda acerca dos usos de *tu e você* nas diferentes regiões estudadas. Embora aparentemente complexo, os resultados apontados nesta seção nos permitem algumas conclusões sobre os usos imperativos no português brasileiro:

- I. a expressão do imperativo realiza-se pela variação entre os pares: *canta/não canta* ~ *cante/não cante*;
- II. a forma negativa padrão de 2ª pessoa, prescrita pelo padrão normativo, não é empregada no português brasileiro. Em parte, isso se deve à perda da flexão verbal de 2ª pessoa, uma vez que o pronome *tu* tem sido empregado pela maior parte dos falantes com a flexão de 3ª pessoa, tal como acontece com o pronome *você*, em parte, por conta do desuso do pronome *vós*;
- III. as formas *canta/não canta* operam como formas do imperativo, compreendendo os aspectos sintáticos, semânticos e prosódicos característicos desse modo, conforme Faraco (1985/86);
- IV. no que concerne à distribuição das variantes do imperativo no Brasil, flagra-se um quadro contrastivo entre a região Nordeste (área predominante de subjuntivo) e os estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste (regiões de indicativo);
- V. não parece haver uma correlação evidente entre os usos pronominais de *tu e você* e as variantes imperativas.

Há que se destacar que a análise proposta por Faraco (1985/1986), as considerações morfológicas apresentadas por Scherre (2007), bem como as reflexões apresentadas para as formas imperativas além da 2ª pessoa do discurso tratam o fenômeno em seu âmbito geral. Essas e outras observações nos levam a questionar se, mediante a diversidade e amplitude do território nacional e seus, também diversos, processos de constituição sócio-histórica, as explicações a respeito das origens e usos das formas imperativas podem ser generalizadas em uma única hipótese explicativa. Verificaremos, na análise dos dados, como o fenômeno se configura no caso do português popular da Bahia. Para tanto, observamos na seção seguinte o que os estudos já realizados sobre o fenômeno no falar baiano nos apontam.

### 1.2.3.1 O uso do imperativo no português da Bahia

Para fundamentar nossa compreensão acerca do uso do modo imperativo no português da Bahia, reunimos nesta seção os estudos já realizados sobre o fenômeno no território e suas principais considerações. Da nossa pesquisa bibliográfica sobre o tema, pouco foi encontrado sobre o português da Bahia. Discutimos, prioritariamente, o trabalho de Sampaio (2001), dissertação de mestrado sobre a expressão do imperativo no português de Salvador. Cumpre sublinhar que, sobre a variação do imperativo no português rural da Bahia, destacam-se ainda os estudos de Santos (2006, 2007), revisitados e reanalisados em 3.2.1<sup>15</sup>, e os estudos de Alves (2008), sobre a expressão do imperativo singular em histórias em quadrinhos baianas.

Sampaio (2001) analisou amostras de fala do projeto Norma Urbana Culta Brasileira (NURC) coletadas nas décadas de 70 e 90, bem como dados do Programa de Estudos do Português Popular de Salvador (PEPP) e encontrou, em linhas gerais, a predominância das formas de subjuntivo nos dados analisados. Do total de 479 ocorrências observadas, 72% encontravam-se na forma subjuntiva (*cante*).

Designada como *corpus* base, a amostra analisada inicialmente compreendeu 36 inquéritos distribuídos em 12 amostras do NURC (nível superior), 12 falantes do PEPP (nível médio), 12 falantes do PEPP (nível primário). Os resultados analisados revelaram os seguintes índices de emprego do indicativo, forma designada pela autora como não padrão, conforme os diferentes níveis de escolaridade estudados (cf. Tabela 1).

Tabela 1 – Frequência de uso do imperativo na forma indicativa, segundo o nível de escolaridade do informante

Nível de escolaridade	Nº de ocorrências/ total	Frequência Absoluta
Primário	49/226	22%
Médio	59/168	35%
Superior	28/85	33%

Fonte: Adaptado de SAMPAIO (2001, p. 102)

De acordo com os dados encontrados, o uso do subjuntivo é superior ao da forma indicativa em todos os níveis de escolaridade. A alta produtividade das ocorrências de

<sup>15</sup> Os dados do imperativo no português rural foram analisados inicialmente pela autora desta tese como pesquisa de iniciação científica. Tendo em vista a importância dos resultados para a atual pesquisa, bem como o amadurecimento da pesquisadora, os dados foram revistos e passaram a integrar o Capítulo 3 – Análise de dados.

indicativo em falantes com maior nível de escolaridade é apontada pela autora como inesperada, uma vez que a hipótese inicial considerava o emprego da forma padrão (subjuntiva) como favorecida pela escolarização.

Não foram realizadas pela autora análises particulares do PEPP<sup>16</sup>, assim não é possível tecer considerações a respeito desta variedade além do índice de variação. Os dados levantados são tratados, em termos de seu comportamento linguístico e extralinguístico, conjuntamente com os dados do NURC da década de 90.

Em análise contrastiva das amostras da fala culta de Salvador, a pesquisa revelou a manutenção do emprego prioritário do subjuntivo nas décadas de 70 e 90 (cf. Figura 4).

Figura 4 – Usos do imperativo na norma urbana culta de Salvador, segundo a variante do subjuntivo



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de Sampaio (2001)

Sobre os dados, Sampaio (2001, p. 121) destaca que “indicam que a variação de uso na expressão do imperativo já se manifestava há mais ou menos vinte anos, período que corresponde a quase uma geração.” Os dados apresentados, além de reforçar a importância do fenômeno, revelam o incremento das formas padrão de subjuntivo ao longo do tempo, de 57% para 67%. Esse quadro se diferencia dos dados apontados para o Rio de Janeiro, também investigados pela autora numa amostra designada controle (cf. Figura 5).

Figura 5 – Usos do imperativo na norma urbana culta do Rio de Janeiro, segundo a variante do subjuntivo



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de Sampaio (2001)

De posse dos dados e dos contrastes, algumas hipóteses são aventadas no sentido de explicar as diferenças nos padrões de uso do indicativo. Segundo Sampaio (2001), o uso predominante do pronome *você* no português da Bahia teria implementado as formas de

<sup>16</sup> Mais informações sobre o *corpus* e amostras de inquéritos podem ser encontradas em LOPES, Norma da Silva et al. (Org). **Um estudo da fala popular de Salvador: PEPP**. Salvador: Quarteto, 2009.

subjuntivo. Nesse sentido, lança-se mão de argumentos diacrônicos para explicar as divergências.

No final do século XV, a população não aristocrática portuguesa usava generalizadamente o *Vossa Mercê* e suas variantes, incluindo a variante simplificada fonologicamente *você*, entre seus iguais (menor distanciamento). Os colonos que chegaram ao Brasil na segunda metade do século XVI vieram deste segmento da população portuguesa, influenciando o incremento das formas do subjuntivo. Por outro lado, a presença da corte portuguesa no Rio de Janeiro no início do século XIX, bem como a imigração no final do mesmo século teriam influenciado o uso do indicativo pelo emprego do pronome *tu* (SAMPAIO, 2001, p. 135-136).

No que se refere ao português urbano da Bahia, a explicação proposta por Sampaio (2001) apresenta argumentos plausíveis, no entanto é preciso considerar que não se pode estender a caracterização de uma variedade a todo o estado. Tal problema apresenta-se sobremaneira nos trabalhos realizados por Santos (2006, 2007) sobre o imperativo em comunidades rurais e afro-brasileiras. Os trabalhos desenvolvidos ainda durante a iniciação científica apontaram os primeiros indícios de que a expressão imperativa na Bahia era um terreno a ser observado, sobretudo em sua oposição rural *versus* urbano.

Sem deixar de reconhecer o valor heurístico dos dados e a qualidade do trabalho e da orientação recebida, optou-se, nesta tese, por fazer uma revisão e ampliação da análise dos dados do português rural do estado, a qual será apresentada no Capítulo 3. A opção teve em conta o fato de que a pesquisa de doutoramento alcançou maturidade na compreensão do fenômeno que precisa ser a todos os *corpora*, possibilitando a padronização necessária análise comparativa dos dados.

Por ora, cumpre registrar que as análises realizadas sob a orientação do professor Dante Lucchesi demonstraram um padrão contrário ao previsto para a capital do estado da Bahia, com predominância das formas indicativas. Essa diferença mostrou-se mais marcante em relação às comunidades mais isoladas e marcadas pela ascendência africana, o que levou à hipótese de que estas variedades do português poderiam ter sofrido algum efeito do contato entre línguas.

A diferenciação entre variedades rurais e urbanas, insinuada pela comparação dos trabalhos de Sampaio (2001) e Santos (2006, 2007), é reforçada pelo estudo empreendido por Alves (2008). O trabalho do autor, embora não se dedique a amostras de fala, também apresentou indícios de uma oposição rural–urbano na expressão do imperativo. Para a realização do trabalho, o autor utilizou amostras de histórias em quadrinhos (HQ)

representativas da fala de Salvador (revista *Fala, menino!*) e da zona rural, município de Jacobina (revista *Turma do Xaxado!*). Além do contexto representado nas obras (urbano e rural, respectivamente), o local de nascimento dos quadrinistas foi elemento utilizado para a representatividade dialetal do texto escrito.

Os dados encontrados nas revistas, embora não remetam especificamente à fala, demonstram uma consonância com os dados linguísticos apontados para a análise da fala soteropolitana. A revista *Fala, menino* apresentou um percentual de 76% de subjuntivo (cf. Tabela 2) correlato ao padrão apontado por Sampaio (2001).

Tabela 2 – Ocorrências da expressão do imperativo singular no *corpus* (*Fala, menino!*)<sup>17</sup>

<b>Indicativo</b>		<b>Subjuntivo</b>	
<b>Aplicativo/total/%</b>		<b>Aplicativo/total/%</b>	
6/25/24%		19/25/76%	
<b>Afirmativo</b>	<b>Negativo</b>	<b>Afirmativo</b>	<b>Negativo</b>
6/25/24%	0/25/0%	9/25/36%	10/25/40%

Fonte: Alves (2008, p. 8)

Por sua vez, os resultados da revista *Turma do Xaxado!*, ilustrativos do falar rural da Bahia, indicaram um comportamento oposto, com predomínio das formas do indicativo (cf. Tabela 3).

Tabela 3 – Ocorrências da expressão variável do imperativo no *corpus* do (*Turma do Xaxado!*)

<b>Indicativo</b>		<b>Subjuntivo</b>	
<b>Aplicativo/total/%</b>		<b>Aplicativo/total/%</b>	
29/44/71%		15/44/29%	
<b>Afirmativo</b>	<b>Negativo</b>	<b>Afirmativo</b>	<b>Negativo</b>
29/44/71%	0/44/0%	13/44/24,5%	2/44/4,5%

Fonte: Alves (2008, p. 9)

Os dados, mais uma vez, são condizentes com os encontrados nas análises de fala (SANTOS, 2006, 2007), com a presença de indicativo, padrão oposto ao comumente associado à Bahia.

<sup>17</sup> Foram mantidas as formatações originais das tabelas importadas dos estudos.

Embora o volume de trabalhos sobre a região seja reduzido, os dados discutidos até então revelam questionamentos importante para a caracterização do imperativo na Bahia:

- a) Como se opõem as variedades rurais e urbanas do imperativo no português da Bahia e quais seriam as possíveis explicações?
- b) Há diferenças entre as variedades cultas e populares do português urbano?
- c) Como a variação é avaliada pelos falantes e quais são as tendências de mudança observadas?

Esperamos, com o desenvolvimento da análise quantitativa dos dados do português popular da Bahia (capital e interior), elucidar as indagações propostas, de maneira a ampliar a caracterização dos falares do estado.

#### 1.2.3.1.1 Contexto de emprego do imperativo na Bahia

Objetivando promover uma análise mais completa dos usos imperativos no português popular da Bahia, nos dedicamos neste ponto às realizações de *tu* e *você* nesse cenário no intuito de que possamos reunir elementos que mais tarde auxiliem nossa interpretação do fenômeno.

Embora a Bahia seja referida na literatura como uma região em que há predomínio do emprego do pronome *você*, o escrutínio dos estudos levantados revela a vitalidade do emprego da forma *tu*, com registros inclusive de localidades em que seu uso suplanta o pronome *você*.

Para a caracterização dos usos das formas pronominais de referência à segunda pessoa singular no português da Bahia, recorreremos a alguns trabalhos, entre eles o estudo de Nogueira (2013) sobre o português de Salvador e Feira de Santana, os dados coletados por Divino (2008) sobre o município de Santo Antônio de Jesus e os dados de Oliveira (2005, 2007) sobre as variedades interioranas do português popular da Bahia. Destaca-se que o objetivo, longe de promover um estudo ou revisão do tema, é fornecer subsídios que permitam caracterizar o cenário em que se inserem os usos imperativos em relação à referência à segunda pessoa no universo de fala analisado por esse estudo, o português popular da Bahia.

O estudo de Nogueira (2013) debruçou-se sobre o uso dos pronomes *tu* e *você* na capital baiana, Salvador, e em uma cidade do semiárido baiano, Feira de Santana, marcada

pelo desenvolvimento urbano e considerada a segunda maior cidade do Estado da Bahia. Os dados foram coletados a partir de entrevistas sociolinguísticas do tipo diálogo entre entrevistador e informante (DID) e amostras de conversação espontânea entre informantes (dados complementares de Feira de Santana), com falantes do português culto e popular.

A pesquisa revelou o predomínio do emprego de *você* (88,03% dos dados levantados) nas amostras de fala estudadas. A autora salienta que as poucas realizações do pronome *tu* ocorrem quase categoricamente em concordância com a forma verbal da terceira pessoa do singular (*tu comprou*)<sup>18</sup>, padrão predominante no português brasileiro. Nas normas populares investigadas, as formas de *tu* sugerem uma frequência maior entre o sexo feminino, tanto em Salvador, capital do estado, quanto em Feira de Santana, Semiárido Baiano (cf. Tabela 4).

Tabela 4 – Frequência de uso de *você/tu* no português popular com relação ao sexo do informante em Feira de Santana e em Salvador

LOCALIDADE	SEXO	VOCE	TU
<b>Feira de Santana</b>			
	Homem	152/161 = 94,4%	09/161 = 5,6 %
	Mulher	125/144 = 86,8%	19/144 = 13,2%
<b>Salvador</b>			
	Homem	150/153 = 98%	03/153 = 2%
	Mulher	171/177 = 96,6%	06/177 = 3,4%

Fonte: Adaptado de Nogueira (2013, p. 103)

Embora o uso do pronome *você* seja predominante nas duas cidades analisadas, o *tu* é ligeiramente mais frequente na cidade do interior, Feira de Santana, com percentual de 9,2% contra apenas 2,7% para os dados de Salvador,

Sobre os percentuais encontrados, vale destacar que os estudos sociolinguísticos sobre esse fenômeno devem ser lidos com cautela, haja vista o forte efeito que o monitoramento exerce sobre os usos vernáculos dos falantes. Isso fica evidente nos baixos percentuais de *tu* encontrados nas gravações sociolinguísticas consentidas em contraste com os percentuais levantados em gravações secretas e menos monitoradas (PAREDES SILVA, 2003; MODESTO, 2006; DIVINO, 2008). Tal fato e a percepção linguística da comunidade de fala conduziram Nogueira (2013) a realizar uma análise complementar da fala feirense, a fim de coletar os usos do *tu* em situações menos formais. Segundo Nogueira (2013),

<sup>18</sup> Segundo a autora, as únicas ocorrências do pronome *tu*, com concordância verbal, foram registradas em um contexto muito específico do discurso religioso em que o informante profere uma oração, dirigindo-se a Deus “... só tu és o Senhor...”; “Tu disseste na tua palavra...”.

Um dos fatos linguísticos que sempre marcou a comunidade de fala da cidade de Feira de Santana – BA, em uma situação natural de interação, foi a utilização do pronome *tu*, coocorrendo com os pronomes *você*, *senhor* e *senhora*, concordando com a terceira pessoa do singular. Em cidades circunvizinhas, as pessoas chegam a reconhecer os falantes feirenses pelo uso da forma *tu*. (NOGUEIRA, 2013, p. 15)

Os dados extraídos de diálogos espontâneos gravados secretamente apresentaram um percentual consideravelmente maior de emprego do *tu* em Feira de Santana (cf. Tabela 5).

Tabela 5 – Usos de *você/tu* em contextos espontâneos em Feira de Santana

VOCE	TU	TOTAL
85/147 = 57,8%	62/147 = 42,2%	147 = 100%

Fonte: Nogueira (2013, p. 106)

Os dados indicam que, ao contrário dos resultados extraídos por meio das entrevistas sociolinguísticas do tipo DID, a recorrência do pronome *tu* em amostras mais espontâneas tem um percentual significativo em relação às amostras do português da capital do estado, conforme hipótese esboçada por Nogueira (2013, p. 15). Tal traço nos conduz à relevância do efeito do monitoramento linguístico sobre as realizações pronominais dos falantes, haja vista a diferença entre os índices de *tu* nos dois gêneros discursivos observados para a cidade de Feira de Santana.

A esse respeito, resultado similar foi encontrado por Divino (2008) para análise do português de outra cidade do interior do estado, Santo Antônio de Jesus. Mais uma vez, o contraste foi encontrado entre usos mais e menos monitorados. Os resultados coletados das amostras do tipo diálogo entre documentador e informante revelaram a predominância do pronome *você*, com 58% dos resultados. No entanto, ao observar resultados coletados por meio de gravações secretas, a autora encontrou um padrão oposto, 77% de uso do *tu*.

Uma análise preliminar desses dados pode levar à conclusão de que, nos usos vernáculos do interior do estado, a forma *tu* ainda apresenta uma considerável vitalidade, se comparado à capital e a outras regiões do Estado da Bahia.

Para endossar a hipótese, recorreremos ainda aos dados trabalhados por Oliveira (2005, 2007) sobre o uso de *tu* e *você* em comunidades do interior da Bahia. Os dados da autora revelam-se reforçadores dessa hipótese. Em comunidades remanescentes de quilombo do interior do estado (Helvécia, Cinzento, Rio de Contas e Sapé), a autora encontrou um

percentual de 12% de ocorrências do pronome *tu*. Embora com índice menor que as ocorrências do pronome *você*, a vitalidade do emprego do *tu* revela-se, quando consideramos o fato de que as entrevistas utilizadas foram conduzidas por um documentador, fator que, conforme já demonstrado, inibe as realizações de *tu*. Ademais, dentre os fatores que motivaram o emprego o pronome *tu*, destacam-se o interlocutor *membro da comunidade*, revelando o caráter mais íntimo e vernacular dessa forma, e fatores sociais como *estada fora da comunidade*, com falantes que nunca se ausentaram da comunidade por mais de seis meses utilizando mais o pronome.

Dados semelhantes foram encontrados nas variedades do interior do estado, Santo Antônio de Jesus e Poções, para os quais o mesmo percentual de *tu* foi registrado (12%), como também se atestou a importância de contextos de maior intimidade (com membros da comunidade) para o emprego dessa forma.

Em linhas gerais, os dados apresentados para a Bahia revelam-nos uma diferença entre os usos de *tu* e *você* na capital e nas áreas rurais do estado. Esse resultado deve ser levado em consideração na interpretação dos resultados analíticos do imperativo. Ademais, cumpre pôr em relevo a pertinência do monitoramento no emprego das formas pronominais de referência à segunda pessoa e o fato de que a forma pronominal *tu* acontece, em alternância com o *você*, com as formas verbais de 3ª pessoa.

#### 1.2.4 O modo imperativo nas línguas crioulas

As demandas relativas à compreensão da influência do contato na formação do português nos conduziram à busca pelo conhecimento acerca do imperativo em variedades linguísticas claramente marcadas pelo processo de convivência entre as línguas portuguesa e africanas, a saber, as línguas crioulas<sup>19</sup>. Essas considerações, associadas às descrições do imperativo no português europeu e no português brasileiro neste capítulo apresentadas, nos permitirão, oportunamente, estabelecer a pertinência de uma relação com a origem das variedades populares do português do Brasil.

---

<sup>19</sup> As línguas crioulas surgem de uma situação de contato entre falantes de línguas ininteligíveis entre si, obrigados a conviver e interagir por determinado período numa situação de subjugação. Diante da necessidade de interação, os falantes dominados tentam aprender a língua alvo, no entanto o acesso precário ao modelo da língua alvo e a carência de uma ação normativa condicionam a formação de uma nova língua, que passa a ser nativizada pelas gerações seguintes. O modelo adquirido costuma caracterizar-se pela: i) perda de morfologia flexional e sintaxe aparente; ii) alteração de valores sintáticos em favor de valores não marcados; iii) e gramaticalização de itens lexicais a fim de substituir as estruturas linguísticas perdidas (cf. LUCCHESI, 2003, p. 276).

Em que pese a dedicação ao tema, pouco tem sido escrito especificamente sobre o modo imperativo em línguas crioulas. Nossas considerações partem de gramáticas e estudos linguísticos genéricos sobre as línguas crioulas (GOILO, 1953; QUINT, 2000, 2003; AGOSTINHO, 2015), bem como de extratos de línguas e análises gentilmente partilhadas por pesquisadores de outros aspectos das línguas crioulas (LIMA, 2015; FREITAS<sup>20</sup>, 2015).

O modo imperativo, tal como nas demais línguas, é empregado nos crioulos para destinar uma ordem, pedido ou conselho a um interlocutor. Como suposto, haja vista a redução da morfologia flexional que caracteriza essas línguas, não há formas específicas para expressão do imperativo; as línguas observadas, em geral, empregam a forma básica do verbo. A seguir apresentaremos a descrição do modo imperativo em diferentes línguas crioulas de base portuguesa.

Em Lung'Ie<sup>21</sup>, o imperativo afirmativo e negativo é expresso pela mesma forma verbal, a forma base do verbo, correspondente ao nosso infinitivo, conforme descrição apresentada por Agostinho (2015). Para as realizações negativas, mantêm-se as mesmas formas verbais, sendo acrescida a partícula de negação *fa* ao fim da sentença. As realizações do imperativo no Lungu'Ie seguem exemplificadas no Quadro 4.

Quadro 4 – O imperativo no Lungu'Ie

IMPERATIVO AFIRMATIVO	IMPERATIVO NEGATIVO
(29) <i>Xtuda ô!</i> Estudar ENF <sup>22</sup> . Estude!	(30) <i>Xtuda fô</i> Estudar NEG <sup>23</sup> ENF 'Não estude!'
(31) <i>Kopa izêtxi</i> Comprar azeite 'Compre óleo de Palma'	(32) <i>Kopa izêtxi fa</i> Comprar azeite NEG 'Não Compre óleo de Palma'
(33) <i>Daka kadenu!</i> Trazer caderno 'Traga o caderno!'	(34) <i>Daka kadenu fa!</i> Trazer caderno NEG. 'Não traga o caderno!'

Fonte: Dados extraídos de Agostinho (2015, p. 299-300)

<sup>20</sup> Shirley Freitas Sousa é doutoranda do programa de pós-graduação em Filologia e língua portuguesa da USP, atualmente trabalha com a Contribuição dos caboverdianos e judeus sefarditas na formação do papiamentu.

<sup>21</sup> O Lung'Ie é uma das quatro línguas crioulas do Golfo da Guiné, é falada na ilha de Príncipe (AGOSTINHO, 2015).

<sup>22</sup> Sigla empregada por Agostinho (2015) para designar partícula enfática.

<sup>23</sup> Sigla empregada por Agostinho (2015) para designar partícula negativa.

A ausência de forma flexionada para as diferentes pessoas é o traço recorrente em línguas crioulas, tal como depreendemos da descrição do imperativo no Papiamento, língua crioula falada nas Ilhas do Caribe (Curaçao, Bonaire e Aruba). No Papiamento, também não há, conforme a “Gramatica Papiamentu” de Goilo (1953), uma forma exclusiva para expressar o imperativo.

(35) *kome; bebe; sinta; drumi*<sup>24</sup>.

‘come; bebe; senta; dorme’

(36) *No hasi ku outro loque bo no ke pa nan hasi ku bo!*

NEG fazer com outro REL<sup>25</sup> PRO NEG querer CON<sup>26</sup> PRO fazer com PRO

‘Não faça com o outro o que não quer que façam com você!’

São pontuadas pelo autor algumas observações em relação a determinadas formas verbais que ganham ou perdem itens morfofonológicos nas realizações imperativas. Este é o caso dos verbos *Bai*, *Bini* e *Ta*:

- *Bai* (ir): possui uma forma específica para expressar a referência ao plural:

(37) *Ban kas*<sup>27</sup>!

Ir casa

‘Vamos para casa!’

- *Bini* (vir): perde a última letra diante de outro verbo.

(38) *Bin' kome!*

Vir comer

‘Vem comer!’

<sup>24</sup> Os exemplos do Papiamento foram extraídos de Goilo (1953) e adaptados à grafia mais atual, conforme orientações de Freitas (2015).

<sup>25</sup> Pronome relativo.

<sup>26</sup> Conjunção.

<sup>27</sup> No singular, o verbo mantém-se na forma base: *Bai casa!* (Vá pra casa!) (FREITAS, 2015).

(39) *Bin' bebe te*

Vir beber chá

‘Vem beber chá!’

- *Ta* (ser/estar): o verbo, no imperativo, assume a forma *sea*.

(40) *Sea un bon mucha*

Ser um bom criança

‘Seja uma boa criança’

(41) *Sea kordial ku bo amigonan*

Ser cordial com 2P. POSS amigo + PL ‘amigos’

‘Seja cordial com seus amigos’

Para a formação do imperativo negativo, acrescenta-se a partícula negativa *no*, conforme o exemplo apresentado (29) e as formas retomadas abaixo, no exemplo (35).

(42) *No kome; no bebe*

*NEG comer; NEG beber*

*Não coma; não beba*

Quint (2000; 2003), numa exemplificação que confirma a redução morfológica das formas imperativas, apresenta a descrição sistematizada no Quadro 5 para o imperativo no crioulo caboverdiano:

Quadro 5 – Expressão do imperativo no crioulo caboverdiano

	IMPERATIVO AFIRMATIVO	IMPERATIVO NEGATIVO
2ª P.S	<b>kánta!</b>	<u>ka</u> -u <b>kánta!</b>
2ª pessoa (o senhor)	nhu <b>kánta!</b>	<u>ka</u> -nhu <b>kánta!</b>
2ª pessoa (a senhora)	nha <b>kánta!</b>	<u>ka</u> -nha <b>kánta!</b>
1ª pessoa do plural	nu <b>kánta!</b>	<u>ka</u> -nu <b>kánta!</b>
2ª P. P	nhós <b>kánta!</b>	<u>ka</u> -nhós <b>kánta!</b>

Fonte: Adaptado de Quint (2003, p. 251)

Conforme os dados do Quadro 5, proposto a partir da exemplificação do verbo *kánta* (cantar), não há flexão verbal específica para o imperativo, o verbo é mantido na mesma forma em todas as pessoas, tanto no afirmativo como no negativo. Como particularidade do crioulo caboverdiano, destaca-se a presença do pronome sujeito associado à forma base do verbo. Quint (2000, p. 275) enleva a ausência da forma pronominal para a segunda pessoa afirmativa “à persone **bo**, ce pronom n’est pas exprimé.”. Para a composição da forma negativa do imperativo, adjunge-se a partícula negativa *ka* antes do pronome.

As descrições das línguas crioulas revelam a inexistência de formas flexionadas para expressão do imperativo como traço categórico dessas línguas. Também se evidencia o emprego da forma negativa diretamente negada nas línguas aqui descritas. Tais dados aduzem ao efeito simplificador da morfologia verbal, característico das situações em contato que marcam a formação das línguas crioulas. Ademais, destaca-se a inexistência de alternância de formas na expressão do modo imperativo, seja de caráter variacionista dialetal, como acontece no português brasileiro (cf. seção 1.2.3), seja a especialização pragmático-discursiva característica do português europeu (cf. seção 1.2.2).

As conclusões destacadas nos permitirão possíveis associações com as variedades populares do português da Bahia, sobretudo com as variedades etnicamente marcadas, no intuito de compreender a configuração da expressão do modo imperativo e suas aproximações ou distanciamentos com as variedades urbanas – o português popular de Salvador. Levantamos a hipótese de que será priorizado, em variedades do português marcadas pelo contato, o emprego de formas base do indicativo, menos marcadas do ponto de vista flexional, haja vista o efeito semelhante indicado para as línguas crioulas. Supomos que as formas indicativas teriam se fixado nas variedades rurais, sendo paulatinamente suplantadas pelas formas subjuntivas na zona urbana, seja pelo efeito da influência da mídia, seja da escolarização. Lembramos, nesse sentido, que os dados de Sampaio (2001) apontam um crescimento do emprego de subjuntivo da década de 70 para a década de 90, o que pode indicar um possível processo de mudança. Resta-nos observar os dados e investigar em que medida eles confirmam ou refutam a hipótese.

### 1.3 OS CONDICIONAMENTOS EXERCIDOS SOBRE OS USOS DO IMPERATIVO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Para o estudo do imperativo no português popular da Bahia, fez-se necessário buscar o conhecimento acerca da influência de contextos sociais e linguísticos no condicionamento do fenômeno. Esses condicionamentos, organizados a partir da revisão dos estudos sociolinguísticos<sup>28</sup> acerca do tema, serviram de base para a definição dos fatores a serem considerados nesta tese (apresentados no Capítulo 2).

A seção organiza-se em duas subseções, a primeira dedicada à revisão dos condicionamentos sociais e a segunda aos condicionamentos linguísticos. Em cada uma delas, discorreremos sobre cada condicionamento, expondo sua definição e importância teórica e as principais considerações alcançadas pelos estudos sociolinguísticos do imperativo.

Foram priorizados, na revisão, os trabalhos de caráter mais amplos (SCHERRE et al. 1998; SCHERRE et al., 2000a; SCHERRE et al., 2000b; SCHERRE et al., 2007; SCHERRE; YACOVENCO, 2011; SCHERRE, 2004, 2005, 2007, 2012) e trabalhos sociolinguísticos sobre as variedades do português falado da região Nordeste do país (SAMPAIO, 2001; ALVES, 2001; JESUS, 2006; CARDOSO, 2009), região que compartilha o padrão predominante na capital do Estado da Bahia, forma do subjuntivo.

#### 1.3.1 Os condicionamentos sociais da variação do imperativo

O encaixamento social da variação é proposto pela teoria sociolinguística a partir da concepção de que os fenômenos linguísticos são afetados pelo entorno social. Como afirmam os autores Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968], p. 123), “a estrutura linguística mutante está ela mesma encaixada no contexto mais amplo da comunidade de fala, de tal modo que variações sociais e geográficas são elementos intrínsecos da estrutura”. Desse modo, é objetivo de qualquer pesquisa sociolinguística investigar em que medida a variável em estudo é afetada pelos fatores sociais e quais deles atingem mais diretamente o uso das variantes.

Com base nesse arcabouço teórico e na literatura sociolinguística sobre o imperativo no português falado, apresentamos o comportamento das variáveis sociais já discutidos para o

---

<sup>28</sup> Corrente teórico-metodológica a qual se vincula este trabalho, a ser descrita no Capítulo 2.

estudo do fenômeno. Iniciamos nossas ponderações retomando a sistematização já realizada por Scherre (2007) a partir de estudos sociolinguísticos sobre o tema.

Em artigo sobre os aspectos sincrônicos e diacrônicos que caracterizam a variação no modo imperativo, Scherre (2007) propõe um conjunto de tendências. Do conjunto de dez aspectos, são destacadas duas tendências vinculadas a fatores sociais, conforme Quadro 6.

Quadro 6 – Tendências sociais gerais de favorecimento relativo das duas variantes do imperativo singular em termos de grandes oposições

Tendem a favorecer relativamente formas imperativas associadas ao indicativo ( <i>deixa/recebe/abre/dá/diz/vai</i> )	Tendem a favorecer relativamente formas imperativas associadas ao subjuntivo ( <i>deixe/receba/abra/dê/diga/vá</i> )
Falantes mais jovens (SCHERRE et al.; 2000b; SAMPAIO, 2001, p. 102, 121; LIMA, 2005, p. 59)	Falantes menos jovens (SCHERRE et al.; 2000b; SAMPAIO, 2001, p. 102, 121; LIMA, 2005, p. 59)
No Rio de Janeiro, falantes menos escolarizados; em Salvador e Recife, falantes mais escolarizados (SAMPALIO, 2001, p.104, 119; JESUS, 2006, p. 65)	No Rio de Janeiro, falantes mais escolarizados. Em Salvador Recife, falantes menos escolarizados (SAMPALIO, 2001, p. 104, 119; JESUS, 2006, p. 65)

Fonte: Adaptado de Scherre (2007, p. 207)

De acordo com o Quadro 6, proposto pela autora, a faixa etária e a escolaridade despontam como os grupos de fatores sociais centrais no condicionamento do imperativo. Partindo desse quadro, pontuamos a seguir as principais conclusões já alcançadas sobre esses e demais aspectos sociais, bem como os comportamentos ainda pouco delineados de algumas variáveis.

### 1.3.1.1 A faixa etária dos informantes

A definição da variável faixa etária correlaciona-se com os interesses gerais da sociolinguística de identificar os estágios de variação estável ou mudança linguística do fenômeno. Isso porque parte-se da proposta Laboviana de que

Os dados mais simples para se estabelecer a existência de uma mudança lingüística são um conjunto de observações de duas gerações sucessivas de falantes – gerações de características sociais comparáveis que representam estágios na evolução da mesma comunidade de fala. (LABOV, 2008 [1972], p. 194).

No que diz respeito ao uso do imperativo e o condicionamento exercido pela faixa etária, trabalhos de orientação sociolinguística têm buscado evidências sobre a influência da faixa etária nos usos das variantes do imperativo no português falado. Conforme destacado acima, duas tendências gerais se destacam (SCHERRE, 2007):

- (i) Tendência 1: Falantes mais jovens favorecem o emprego das formas do indicativo (*canta, faz*).
- (ii) Tendência 2: falantes mais velhos favorecem o emprego da forma subjuntiva (*cante, faça*).

Sampaio (2001), sobre os dados do português de Salvador, área de domínio de subjuntivo, encontrou evidências em favor da influência da faixa etária sobre o emprego das formas imperativas. Os dados selecionados pelo programa VARBRUL revelaram uma possível mudança em curso em favor da variante designada como não padrão (*canta*), em função do favorecimento da faixa 1 no uso dessas formas.

Alves (2001), em estudo sobre o uso do imperativo na cidade de João Pessoa (Paraíba), investigou a hipótese de os jovens (15 a 25 anos) apresentarem o maior emprego da forma imperativa, variante de subjuntivo – *cante* (forma inovadora na fala do pessoense). Os dados analisados, no entanto, se mostraram neutros e não foram selecionados pelo programa VARBRUL, levando o autor a refutar sua hipótese inicial e concluir a neutralidade da faixa etária em função dos usos do imperativo.

Jesus (2006) e Cardoso (2009), em análise de fala de Fortaleza e Recife, respectivamente, também apontam a faixa 1 como favorecedora das formas do indicativo. Vale salientar que, na amostra de Fortaleza, houve, nos resultados gerais, predominância da forma subjuntiva enquanto em Recife os dados de fala coletados por Jesus (2006) apontaram um equilíbrio entre o emprego do indicativo e do subjuntivo.

A observação superficial dos dados apontados sugere o encaixamento social no que diz respeito à faixa etária dos falantes, com os indivíduos mais jovens influenciando a aquisição das formas inovadoras da comunidade (cf. SAMPAIO, 2001; CARDOSO, 2009), o que vai ao encontro da tendência sistematizada em Scherre (2007). No entanto, vale destacar

que as definições de faixas etárias divergem nos estudos observados. Para Cardoso (2009) e Alves (2001), mais jovens são os falantes a com idades entre 11 a 21 e 15 a 25 anos, respectivamente. Percebe-se que, no que tange a fase do desenvolvimento humano, estão compreendidos no mesmo grupo etário sistematizado pelos autores falantes adolescentes e jovens. Sampaio (2001), por sua vez, define como faixa 1, o grupo de falantes com idades entre 20 e 35 anos, isolando indivíduos que supostamente estariam na mesma fase de vida. Há que se destacar, ainda, o fato de que a faixa etária é, em certa medida, um constructo social, de maneira que ser jovem numa metrópole não é a mesma coisa que ser jovem ou idoso num município da zona rural.

Essas observações incitam uma leitura cautelosa dos dados, haja vista que os limites de definição de faixas etárias para a definição das tendências de mudança não são equivalentes e estabelecem correlação com o contexto sociocultural de observação. Essas ressalvas serão pontuadas na apresentação dos nossos dados.

### 1.3.1.2 *O sexo dos informantes*

Os estudos variacionistas têm destacado a pertinência da variável sexo na configuração das variações e mudanças linguísticas. Embora haja divergências quanto à tendência de cada sexo em uma situação de variação, um comportamento sensivelmente diferenciado entre homens e mulheres tem sido registrado nos estudos sociolinguísticos.

Fernández (1998), apontando os argumentos de Chambers e Trudgil (1980), sugere que as mulheres teriam uma tendência ao uso de formas de prestígio, que coincidem com as formas da *norma padrão*, nas comunidades com uma normatização linguística mais explícita. Isso, no geral, é o resultado de uma situação de opressão a que as mulheres estariam submetidas na grande maioria dos agrupamentos humanos e de uma conseqüente busca por *status* e aceitação social. O autor ainda destaca o fato de as mulheres receberem uma educação mais coercitiva, voltada ao cumprimento e adequação às normas sociais. Essas razões seriam as principais justificativas para um comportamento conservador das mulheres em relação aos usos linguísticos.

Labov (2001) relativiza a questão, equacionando a suposta tendência conservadora feminina em termos da natureza da variação e da mudança em processo. O autor sugere a existência do *princípio do conformismo linguístico das mulheres*, segundo o qual estas tenderiam a utilizar mais as variantes de prestígio e evitar as formas estigmatizadas nas situações de variação estável. Para as situações que envolvem mudança, haveria duas

tendências: nas mudanças de cima para baixo, orientadas em função do padrão linguístico das classes mais altas, as mulheres tenderiam a utilizar as variantes de prestígio; nas mudanças de baixo para cima, cuja orientação da mudança parte dos grupos centrais ou baixos, tenderiam a usar a forma inovadora, que, nesse caso, geralmente corresponde à forma não padrão.

O relativismo da variável sexo não é desprezado por Fernández (1998), mas é associado aos aspectos sociais e não ao fenômeno linguístico ou tendência em relação à variação e a mudança. Para o autor, “o sexo pode mostrar-se, portanto, mais como um fator de segunda ordem, como algo que costuma subordinar-se a dimensões sociais diferentes e com maior poder de determinação”<sup>29</sup> (FERNÁNDEZ, 1998, p. 35 [tradução nossa]). Corrobora esse raciocínio a afirmação de Lucchesi (2004, p. 192):

Generalizações do tipo ‘as mulheres são mais inovadoras do que os homens’ (...) tem a meu ver, um valor heurístico bastante questionável, pois a ação de um determinado fator social sobre um processo particular de mudança é determinada pela maneira específica através da qual esse fator se integra no conjunto complexo de interações que constitui o processo social em que a mudança acontece.

Isto fica claro quando identificamos um sensível contraste no comportamento linguístico de homens e mulheres em zonas urbanas e rurais do Brasil. De um modo geral, os estudos sociolinguísticos de centros urbanos apontam as mulheres como líderes das mudanças em direção às formas de prestígio da norma-padrão (CHAMBERS, 1995, p. 102-103). Por outro lado, quando observamos os estudos em áreas rurais, como, por exemplo, nas comunidades afro-brasileiras do Estado da Bahia as quais se dedica o Projeto Vertentes, percebemos que os homens têm se mostrado mais inovadores, liderando os processos de mudança em direção ao uso urbano culto (LUCCHESI, 2009). Nessas comunidades, as mulheres apresentam um comportamento mais conservador, utilizando mais as variantes locais, as quais, em geral, são não-padrão e estigmatizadas ou neutras.

Nos estudos sobre o imperativo não são apresentadas evidências conclusivas em relação ao comportamento da variável sexo. Os dados de João Pessoa (ALVES, 2001) e de Salvador (SAMPAIO, 2001), por exemplo, apontam a neutralidade da variável.

---

<sup>29</sup> “El sexo puede mostrar-se, por tanto, mas como um factor de segundo orden como algo que suele subordinar-se a dimensiones sociales diferentes y con mayor poder de determinación”. (FERNÁNDEZ, 1998, p. 35).

No entanto, um estudo em particular chama a nossa atenção no que diz respeito ao efeito do sexo dos falantes. Cardoso (2009) atesta a “atuação vigorosa” da variável gênero<sup>30</sup> na fala de indivíduos nascidos em Fortaleza e residentes no Distrito Federal. Isso pode ser constatado pelo enfoque conferido à variável no título do trabalho: *Variação e mudança do imperativo no português: gênero e identidade*. Na amostra investigada, as mulheres lideraram o emprego das formas indicativas. Considerando que as formas indicativas (*canta*) seriam tendências de mudança em função do contato com a fala brasiliense, já que predominam na fala de Fortaleza as formas subjuntivas (*cante*), a autora conclui:

O falante do sexo masculino tende a conservar mais sua variante de origem quando se muda para outra região; e que as mulheres, em geral, tendem a apresentar uma mudança bem mais rápida, motivada por questões externas, com maior adaptabilidade, pressão do mercado de trabalho [...]. (CARDOSO, 2009, p. 84).

Com base no comportamento dos fenômenos variáveis alternância *tu e você*, concordância verbal e dados de Cardoso (2009) sobre o imperativo, Scherre e Yacovenco (2011) tentam estabelecer uma generalização acerca do comportamento dos gêneros.

Traços linguísticos menos marcados, no sentido de serem menos dependentes das relações interacionais ou mais frequentes ou mais aceitos socialmente, tendem a ser favorecidos pelas mulheres: o *tu* como índice de identidade geográfica, o imperativo associado ao indicativo em contatos dialetais, a presença da concordância verbal. (SCHERRE; YACOVENCO, 2011, p. 138-139)

A generalização proposta versa sobre a relação entre o gênero e sua atuação em variáveis abaixo do nível de consciência dos falantes. As autoras propõem que o comportamento favorável ao indicativo apresentado pelas mulheres em Cardoso (2009) é associado ao fato de o imperativo ser um traço abaixo do nível de consciência social.

A exceção dos dados de Cardoso (2009), vinculados a uma amostra muito particular, não têm sido apontadas evidências muito elucidativas entre os estudos observados, em relação ao encaixamento do imperativo e ao sexo dos falantes. Seu efeito parece apresentar-se aqui,

---

<sup>30</sup> A autora elege o termo *gênero* em função da abrangência do termo, dos aspectos socioculturais implicados em sua definição, e da vinculação de seu trabalho a aspectos da identidade dos sujeitos. Em nosso trabalho, optamos pela designação fisiológica *sexo*, por acreditarmos que não há, em nosso escopo de trabalho, condição suficiente para contemplar, na coleta e na análise dos dados, as dimensões identitárias e subjetivas que as definições de gênero implicam.

conforme a proposta de Fernández, como um “fator de segunda ordem”. As contingências socioculturais em que se inserem os sexos é que parecem figurar em primeiro plano.

### 1.3.1.3 Nível de escolaridade

A pertinência do fator escolaridade tem sido reconhecida em diversos estudos linguísticos. Para Votre (2004), a influência da escolarização no encaixamento, principalmente quando em cena variantes de prestígio, sustenta-se no fato de que “a escola incute gostos, normas, padrões estéticos em conformidade de dizer e escrever” (VOTRE, 2004, p. 51). Em paralelo ao processo de variação e mudança, pode-se inferir que falantes mais afetados pela escolarização tenderiam a privilegiar mudanças em favor das variantes de prestígio, mais próximas do padrão normativo.

Obviamente, a ação escolar se faz mais direta nos fenômenos que constituem objeto de ensino ou sofrem coerção social, e, portanto, mais suscetíveis à ação normatizadora, como, por exemplo, a aplicação das regras de concordância verbal e nominal. Fatores não estigmatizados ou neutros do ponto de vista da avaliação social, como a realização do pronome sujeito e o próprio modo imperativo, tendem a sofrer pouca ou nenhuma influência da escola.

No que se refere ao efeito da escolarização no uso de imperativo, cabe antes relembrar como a escola lida com este aspecto do ensino do português. De acordo com a prescrição gramatical, os parâmetros de correção para o emprego do imperativo estão vinculadas ao pronome empregado (cf. seção 1.1.1). Assim, com o interlocutor que é tratado pelo pronome *você* ou *senhor/a*, devem ser empregadas, no imperativo afirmativo e negativo, as formas do subjuntivo (*cante/ não cante*). O uso do indicativo, sem o *-s* final (*canta*), deve ser restrito ao imperativo afirmativo quando empregado o pronome *tu* e mantém a forma subjuntiva para o negativo (*não cantes*). Considerando que predomina no português falado na Bahia o pronome *você*, a forma do subjuntivo seria considerada padrão para a maioria dos falantes.

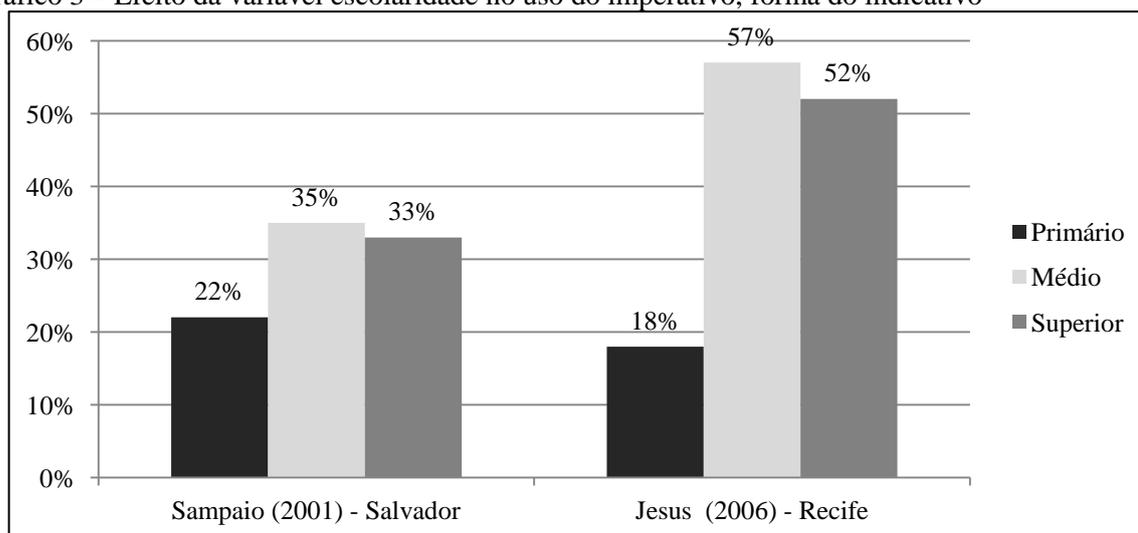
Levando em conta o padrão normativo proposto, vale lembrar que a variação no uso do imperativo não é uma variável que ilustra fortes tensões sociais em torno do seu uso. Em geral, costuma encontrar-se abaixo do nível de consciência dos falantes, de modo que não é associada claramente à noção de erro e, conseqüentemente, a estereótipos. Conforme destaca Scherre (2005):

A variação no uso do imperativo não distingue grupos sociais. Não existe estigma social evidente vinculado ao uso do imperativo na forma associada ao indicativo ou ao subjuntivo. As duas formas não são marcas de prestígio e nem são usadas como estereótipos do suposto “mal falar”. (SCHERRE, 2005, p. 122-123).

Dessa forma, seu uso não aparece claramente monitorado nos espaços escolares. Apesar da suposta pouca relação entre os usos as e as pressões sociais da escolarização, estudos linguísticos sobre o imperativo na fala da região Nordeste têm investigado a relação entre o nível de escolarização e o emprego das variantes. Nesse sentido vale destacar que o emprego de formas subjuntivas do imperativo é recurso empregado na caracterização de personagens nordestinos em telenovelas brasileiras (JESUS, 2006) e também é usado, conforme sinalizam falantes cariocas<sup>31</sup>, como estereótipo do falar baiano.

As evidências não são muito claras, sobretudo, porque predomina na fala o uso do imperativo com o apagamento do sujeito, o que nem sempre permite a recuperação do pronome empregado. Associa-se a isso o emprego alternado entre os usos do pronome *tu* e *você*. Os dados empíricos levantados em estudos da região Nordeste apontam no sentido de a escolarização favorecer o incremento das formas do indicativo (SAMPAIO, 2001; JESUS, 2006)<sup>32</sup>. O Gráfico 3 apresenta o emprego da forma do imperativo associada ao indicativo conforme os três níveis de escolaridade abordados nos trabalhos citados.

Gráfico 3 – Efeito da variável escolaridade no uso do imperativo, forma do indicativo



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de Sampaio (2001) e Jesus (2006)

<sup>31</sup> Informação concedida pelo Professor Dr. Dante Lucchesi, falante nativo do Rio de Janeiro, em comunicação pessoal.

<sup>32</sup> Vale lembrar que predomina em Salvador, os usos subjuntivos (*cante*), enquanto em Recife há um equilíbrio entre as variantes.

De acordo com o Gráfico 3, o uso de formas do indicativo (*canta*) é evidentemente superior nos níveis de escolaridade médio e superior se comparados ao nível fundamental. Ressalta-se ainda a maior produtividade, ainda que sutil, dos resultados do ensino médio em relação ao ensino superior.

Para Jesus (2006), a escola funciona no sentido de legitimar a tendência mais geral empregada no Brasil, o uso do indicativo. Sampaio (2001), por sua vez, justifica o efeito da variável escolaridade por meio da influência exercida pelo contato com a região Sul e Sudeste, zonas de emprego do indicativo e modelo linguístico da norma urbana culta.

Levanta-se a possibilidade de migração dessa forma no sentido Sul/Sudeste em direção ao Nordeste. Esse processo tanto pode vir a ocorrer através da mídia, como pelo contato entre falantes nas situações de viagem, prerrogativa dos indivíduos com nível social mais elevado, e, conseqüentemente, com maior grau de escolaridade, já que no Brasil, via de regra, o nível de escolaridade associa-se ao *status* que reflete o poder aquisitivo. (SAMPAIO, 2001, p. 104).

Essas considerações sobre tendências de mudança do português de Salvador serão, oportunamente, contrastadas com os nossos dados acerca do português de bairros populares da cidade e dados do interior da Bahia.

#### 1.3.1.4 Nível de exposição à mídia

O efeito do contato com a mídia, sobretudo no cenário urbano, é de interesse particular desta pesquisa, uma vez que parte dos dados a serem observados dizem respeito a variedades urbanas de Salvador. Conforme dados do IBGE (2010a)<sup>33</sup>, a televisão é o veículo midiático mais presente nos lares soteropolitanos. São 836.508 domicílios com TV, 97% dos 858.496 lares registrados na pesquisa. Segue-se a este número a presença do rádio em 713.521 domicílios (83%). Mídias mais modernas, como microcomputador com acesso à internet, estão presentes apenas em 41% (351.149) das casas.

Embora o efeito linguístico de toda essa constante exposição não tenha sido um objeto especificamente tratado nas pesquisas, a revisão dos trabalhos indicou algumas considerações que demarcam a sua importância sobre o fenômeno do imperativo.

---

<sup>33</sup> Conforme dados do Censo demográfico de 2010.

Scherre (2005), por exemplo, destaca as polêmicas que foram motivadas pelo uso do imperativo em campanhas publicitárias como: *Vem pra Caixa você também!* O emprego da forma pronominal *você* com a forma do indicativo, *vem*, gerou amplo debate, por conta do descumprimento da norma gramatical (ver seção 1.1.1). A autora aponta ainda, partindo da observação dos usos do imperativo na mídia impressa (jornais, rótulos, folhetos e revistas), o cumprimento quase categórico da regra gramatical, emprego do subjuntivo, considerando-se a referência ao pronome *você* como padrão *default*, mesmo quando não explícito.

Jesus (2006), em análise sobre a relação entre o uso do imperativo e os estereótipos construídos na novela global “Senhora do Destino”, constata o uso do imperativo (variante do subjuntivo) na caracterização da protagonista nordestina, Maria do Carmo, contrastando com os usos das personagens cariocas (predomínio do indicativo). Sem desprezar a presença da estereotipia dos falares pernambucanos em outros fenômenos linguísticos presentes na fala da personagem, o pesquisador conclui que, especificamente para o emprego do imperativo, “o autor da novela, ou os atores e atrizes, capturam o efeito dos fatores que evidenciam a heterogeneidade ordenada.” (JESUS, 2006, p. 124).

As informações apresentadas por Scherre (2005) e Jesus (2006) reforçam, portanto, a percepção da atuação da mídia nos usos do imperativo, seja pelo reforço das formas padronizadas ou menos marcadas, seja na caracterização da variação dialetal do fenômeno. Tais evidências assinalam a necessidade de se observar o comportamento desta variável social.

### **1.3.2 Os condicionamentos linguísticos da variação do imperativo**

Na mesma linha proposta para a revisão dos condicionamentos sociais, esta seção aponta os condicionamentos linguísticos já delineados nas pesquisas sobre o imperativo. Partimos, mais uma vez, das tendências descritas por Scherre (2007) e apresentadas no Quadro 7. Os itens elencados compreendem aspectos relacionados à natureza verbal, à estruturação sentencial e ao discurso.

Quadro 7 – Tendências gerais linguísticas de favorecimento relativo das duas variantes do imperativo singular em termos de grandes oposições

Tendem a favorecer relativamente formas imperativas associadas ao indicativo ( <i>deixa/recebe/abre/dá/diz/vai</i> )	Tendem a favorecer relativamente formas imperativas associadas ao subjuntivo ( <i>deixe/receba/abra/dê/diga/vá</i> )
1) eventos de fala menos formais e de natureza explicitamente mais dialógica (SCHERRE et al., 1998, p. 65, 68; LIMA, 2005, p. 50-57; SCHERRE, 2007)	1) eventos de fala mais formais e de natureza explicitamente menos dialógica (SCHERRE et al., 1998, p. 65, 68; LIMA, 2005, p. 50-57; SCHERRE, 2007)
2) Construções afirmativas (SCHERRE et al., 1998, p. 66; SAMPAIO, 2001, p. 96, 111)	2) Construções com negação pré-verbal (SCHERRE et al., 1998, p. 66; SAMPAIO, 2001, p. 96, 111; LIMA, 2005, p. 82; JESUS, 2006, p. 80)
3) Contexto com <i>tu</i> explícito no contexto na fala de Recife (JESUS, 2006, p. 80) ou sem <i>você</i> explícito no contexto na fala de Campo Grande (LIMA, 2005, p. 82)	3) Contexto com <i>você</i> explícito no contexto próximo (JESUS, 2006, p. 80; LIMA, 2005, p. 82)
4) Construções com pronome na forma reta em posição de objeto: <i>deixa eu ir/chama ele</i> (SCHERRE et al., 2000a; SCHERRE, 2004, p. 242; SAMPAIO, 2001, p. 88, 113; LIMA, 2005, p. 78; JESUS, 2006, p. 94)	4) Construções com pronome na forma oblíqua em posição de objeto: <i>deixe-me ir/chame-o/aproxime-se</i> (SCHERRE et al., 2000a; SCHERRE, 2004, p. 242; LIMA, 2005, p. 78)
5) paradigmas irregulares com posição menos marcada: <i>dá/dê; vai/vá; vem/venha; põe/ponha</i> (SCHERRE, 2004, p. 249) ou verbos específicos: <i>deixar e dar</i> (JESUS, 2006, p. 107);	5) paradigmas irregulares com posição mais marcada: <i>faz/faça; diz/diga; sê/seja</i> (SCHERRE, 2004, p. 249; LIMA, 2005, p. 71; JESUS, 2006, p. 107) e paradigmas regulares mais marcados (de 2ª e 3ª conjugações): <i>esquece/esqueça; sobe/suba; come/coma</i> (SCHERRE, 2004, p. 249)
6) Verbos de até duas sílabas: <i>dar, ir, vir, ter, por, olhar, deixar, falar, ficar, abrir</i> (SCHERRE, 2004, p. 247, 251; LIMA, 2005, p. 66)	6) Verbos de mais de duas sílabas: <i>esperar, apertar, perguntar, desculpar, respirar, imaginar, aproveitar</i> (SCHERRE, 2004, p. 251; LIMA, 2005, p. 66)
7) Verbos regulares da primeira conjugação com vogal precedente aberta: <i>fala/olha/espera</i> (SCHERRE et al., 1998, p. 67; SCHERRE, 2004, p. 249; LIMA, 2005, p. 71)	7) Verbos regulares da primeira conjugação com vogal precedente fechada: <i>use/abuse/imagine</i> (SCHERRE et al., 1998, p. 67; SCHERRE, 2004, p. 249; LIMA, 2005, p. 71)
8) Formas verbais em série precedidas de formas associadas ao indicativo ( <i>deixa/recebe/abre/dá/diz/vai</i> ) (SAMPALIO, 2001, p. 88; LIMA, 2005, p. 75; JESUS, 2006, p. 97)	8) Formas verbais em série precedidas de formas associadas ao subjuntivo ( <i>deixe/receba/abra/dê/diga/vá</i> ) (SAMPALIO, 2001, p. 88; LIMA, 2005, p. 75; JESUS, 2006, p. 97)

Fonte: Adaptado de Scherre (2007, p. 207)

Com base nos estudos já descritos na seção anterior, mantendo especial relevo nos trabalhos que compartilham o padrão associado à Bahia e ao Nordeste, o subjuntivo, discutimos a seguir as tendências já apontadas pelos estudos no que tange à compreensão dos condicionamentos do imperativo conforme o nível de abordagem.

### 1.3.2.1 Condicionamentos ligados ao verbo

Diversos aspectos ligados ao verbo têm sido destacados em estudos variacionistas sobre o imperativo. Em geral, as análises costumam apresentar dois tipos de tratamento do item verbal, uma abordagem complexa, que contempla diversos traços de caracterização verbal numa mesma variável explanatória, e uma abordagem exclusivista, detendo-se sobre determinado traço particular do verbo por variável explanatória. Em algumas circunstâncias, essas duas abordagens aparecem na mesma análise.

Da abordagem complexa, emergem algumas considerações importantes. De acordo com Scherre et al. (2000a), nos verbos regulares de primeira conjugação, parece haver uma relação estreita com o paralelismo fônico, pois, enquanto os verbos cuja vogal precedente ao morfema modo-temporal [+aberta] (fala/fale; espera/espere) favorecem o uso do indicativo, os verbos com vogal [-aberta] (canta/cante; tenta/tente) desfavorecem-no. Os verbos irregulares, por sua vez, também apresentam comportamento heterogêneo que aponta relação com os níveis de saliência morfofonológica entre as formas indicativa e subjuntiva (oposição mais ou menos marcada). O mesmo comportamento difuso ocorre para as formas de 2ª e 3ª conjugação.

Jesus (2006), com base na análise combinada de traços verbais apresentados em Scherre et al. (2000a) e Scherre et al. (2007), assevera a complexidade da análise do paradigma verbal.

Como mostram as pesquisas, vários aspectos estão imbricados nesta variável de forma que, na análise, é preciso levar em conta o paradigma regular/irregular, a natureza da vogal precedente, as relações internas entre as formas associadas ao indicativo e ao subjuntivo, maior ou menor saliência fônica, paradigma mais ou menos marcado, o número de sílabas. Além disso, há verbos que se comportam diferentemente dos demais, de maneira que, na análise, eles precisam ser individualizados. (JESUS, 2006, p. 102).

Assumindo a heterogeneidade do comportamento verbal para a sua análise sobre o português falado de Recife, o autor condensa os aspectos sinalizados na citação acima na variável designada *tipo de verbo*, cujos resultados seguem na Tabela 6.

Tabela 6 – Efeito da variável tipo de verbo no uso do imperativo associado ao indicativo na fala de Recife

Fatores	Frequência da forma indicativa		Peso relativo dos fatores
Olhar	38/87	44%	0,42
Deixar	56/61	92%	<b>0,91</b>
Verbos regulares de 1ª conj. com vogal precedente mais aberta	28/61	46%	0,43
Verbos regulares de 1ª conj. com vogal precedente menos aberta	23/41	51%	0,49
Verbos irregulares e especiais e de paradigma regular de 2ª conjugação e 3ª conjugação	10/15	67%	<b>0,67</b>
Dar	12/15	80%	<b>0,84</b>
Ir	11/29	38%	0,36
Ter/vir/cair/sair	8/13	62%	<b>0,57</b>
Fazer/ver	12/43	28%	0,25
Dizer	3/27	11%	0,08
Total	201/396	51%	

Fonte: Jesus (2006, p. 107)

O grupo de fatores não permite indicar um princípio geral sobre o comportamento dos verbos, pois, diferentemente do que postula a análise variacionista, os fatores propostos não parecem atender ao princípio da ortogonalidade<sup>34</sup>.

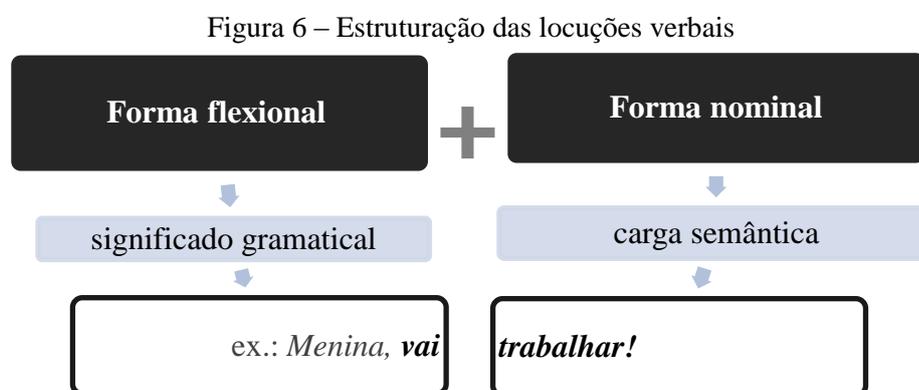
Tal situação é reconhecida por Scherre (2004), para quem “essa variável revela resultados importantes, mas ainda não atende os requisitos de uma análise variacionista *ideal*, que busca critérios únicos na codificação das variáveis e procura minimizar os parâmetros da variação.” (SCHERRE, 2004, p. 244).

Ao lado da abordagem verbal conjugada, discutida acima, alguns estudos se debruçam, sobre aspectos verbais de modo exclusivo, separando em fatores em grupos diferentes, ora centrados na morfologia, na estruturação fonológica ou ainda na quantidade de sílabas.

Sampaio (2001), em análise sobre a relevância do tipo de construção verbal (forma simples ou locucional) e, sob o rótulo *morfologia verbal*, registrou o favorecimento de

<sup>34</sup> De acordo com Guy e Zilles (2007), para uma análise eficiente da variação linguística, os grupos de fatores propostos para a apreensão dos possíveis fatores condicionadores devem atender ao princípio da ortogonalidade. “Os grupos de fatores devem ser “ortogonais” ou quase “ortogonais”. Isto é, eles devem coocorrer livremente, e não ser sub- ou supercategorias uns dos outros.” (GUY, ZILLES, 2007, p. 52).

emprego do indicativo por construções perifrásticas (peso relativo .85) nos dados de fala espontânea de Salvador (NURC e PEPP). A autora recorre à composição das formas perifrásticas ilustradas na Figura 6 para justificar o dado.



Fonte: Elaborado pela autora com base em Sampaio (2001)

Para Sampaio (2001), o fato de a forma auxiliar flexionada não carregar o conteúdo semântico induz o emprego da forma indicativa não padrão e menos marcada. O dado apresentado parece revelar um encaixamento no sentido de o emprego do indicativo ser favorecido nas perífrases verbais na fala de Salvador.

Ainda se mantendo na investigação do componente verbal, a autora designa a variável paradigma flexional do verbo, regular ou irregular, como um grupo exclusivo de fatores. Os verbos irregulares foram destacados pela seleção estatística como desfavorecedores das formas indicativas. Há que se pontuar, tendo em conta a complexidade apontada por Scherre et al. (2000a) e Jesus (2006), que a distinção proposta por Sampaio (2001) a respeito da regularidade da morfologia verbal, embora selecionada pelo pacote de programas, não abarca a diversidade de aspectos que compõem e diferenciam os verbos regulares e irregulares. Em face à carência de uma explicação própria do grupo de fatores, Sampaio (2001) atribui o comportamento dos verbos irregulares ao efeito desencadeado pela alta diferenciação morfofonológica entre as formas imperativas irregulares, ou seja, alta saliência. Dada a importância do fator e sua abordagem em outros trabalhos, tratamos detidamente desse grupo a seguir.

Tradicionalmente, a saliência tem sido uma variável associada ao estudo das concordâncias verbal e nominal. Segundo se postula, itens mais salientes, ou seja, com maior distinção morfofonológica entre as formas do singular e plural, tendem a favorecer a aplicação das marcas de concordância (SCHERRE, 1998). Assim, regida sob os mesmos princípios adotados para o estudo da concordância, observa-se em que medida diferenças

maiores tendem a favorecer o emprego de determinadas formas imperativas. No que se refere ao estudo do imperativo, a saliência tem sido analisada como um aspecto componente da caracterização verbal. Nesse sentido, Jesus (2006) afirma que

[...] somados ao número de sílabas, maior ou menor **saliência fônica** formas mais ou menos marcadas, existem processos discursivos condicionando o emprego dos verbos ora associados ao indicativo, ora associado ao subjuntivo no uso do imperativo. (JESUS, 2006, p. 115, grifo nosso).

Scherre (2004), ao propor uma análise dos paradigmas verbais, destaca uma diferenciação entre formas irregulares mais marcadas (*faz/faça*) e menos marcadas (*vai/vá*). Para a autora, os verbos irregulares não compõem uma classe homogênea no que diz respeito ao condicionamento das formas do imperativo, havendo uma variação do tipo:

[...] menor marcação interna implica tendência de uso do imperativo menos marcado – a variante de tendência mais geral, que é a forma associada ao indicativo; maior marcação interna implica tendência de uso da variante imperativa mais marcada – a variante de tendência menos geral, que é a forma associada ao subjuntivo. (SCHERRE, 2004, p. 17).

Vale destacar que a sistematização apontada remete ao uso do imperativo nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, áreas de predomínio das formas do indicativo. Resta-nos saber se as divergências em relação à saliência morfofonológica dos verbos está relacionada a uma tendência geral de emprego do indicativo em formas menos marcadas, ou relaciona-se ao emprego da forma de uso mais geral na comunidade observada. Nesse caso, as formas mais salientes tenderiam a favorecer o emprego do indicativo (*canta*) em regiões em que essa é a variante mais marcada, menos frequente, como os estados do Nordeste.

Ainda na tentativa de esboçar um parâmetro de análise que dê conta minimamente da complexidade dos padrões morfológicos verbais, é proposto o paralelismo fônico (SCHERRE et al. 1998; SCHERRE et al. 2000a). Destacado na tendência de número 5 do Quadro 7, tal variável considera a relevância do paradigma flexional das diferentes conjugações verbais. Assim, distinguem-se verbos de primeira conjugação em função do caráter mais /*fala*/-/*fale*/ ou menos aberto /*cãta*/~/*cãte*/ da vogal precedente ao morfema modo-temporal. Segundo Scherre et al. (2000a), há uma tendência ao paralelismo em dois sentidos:

[...] entre o traço [+aberto] da vogal imediatamente precedente e o imperativo na forma indicativa, cuja vogal temática nos verbos da primeira conjugação é igualmente [+aberta]; e entre o traço [-aberto] da vogal

imediatamente precedente e o imperativo na forma subjuntiva, que, nos verbos regulares da primeira conjugação, se realiza por meio de uma vogal [-aberta]. (SCHERRE et al., 2000a, p. 9).

A relação proposta é assumida como um dos desdobramentos do paralelismo linguístico, que atinge também os níveis sintático, discursivo e morfológico. Para os verbos da segunda e terceira conjugação, considera-se que as diferenças em relação à morfologia flexional – *vende ~venda/ sai ~saia* – em oposição às terminações da 1ª conjugação – *canta ~cante (você)* – podem influenciar no emprego das variantes.

Cabe ainda pontuar a relevância do número de sílabas da forma finita do item verbal (SCHERRE et al. 1998; SCHERRE et al. 2002; SCHERRE, 2004). De acordo com Scherre (2004), verbos cujo número de sílabas seja menor tendem a favorecer o uso da forma associada ao indicativo. Embora tratado de modo indireto em outras análises (JESUS, 2006; CARDOSO, 2009), a variável ainda carrega pouca clareza acerca de sua significância linguística a ponto de não permitir a interpretação e explicação clara da tendência de atuação.

Por fim, destaca-se, conforme presente nos dados de Jesus (2006), apresentados aqui na Tabela 6, o comportamento de alguns verbos específicos no condicionamento do imperativo, tais como *deixar* e *olhar*. A alta frequência da variante indicativa, mesmo em áreas de subjuntivo como Salvador (SAMPAIO, 2001), leva Scherre (2004) a sugerir a liderança desses verbos no condicionamento do indicativo com base em desdobramentos do efeito discursivo desses verbos. Os dados apontados por Jesus (2006) não apresentam a consistência necessária para assumir esse tratamento como uma tendência a ser generalizada, mas ressaltam a necessidade de observação de componentes lexicais específicos.

### 1.3.2.2 Condicionamentos ligados à estrutura da sentença

Dentre os aspectos condicionantes ligados à estruturação da sentença, relacionamos a seguir as considerações sobre a polaridade da estrutura (negativa ou afirmativa), bem como a presença de alguns elementos na sentença, a exemplo de pronomes, vocativo e âncoras discursivas.

A polaridade da estrutura diz respeito à análise do emprego das variantes do imperativo em função do caráter afirmativo ou negativo da sentença. Sobre este aspecto, cabe lembrar que as prescrições gramaticais indicam a forma do subjuntivo como padrão a ser aplicado para a formação do imperativo negativo para todas as pessoas (cf. seção 1.1.1). Numa tentativa de compreender a relação entre a norma e o uso do imperativo, Scherre (2004)

identifica o efeito desfavorecedor do emprego do indicativo em frases negativas em dados de fala e de escrita. Resultados semelhantes são encontrados por Sampaio (2001) em dados do Rio de Janeiro, região em que, reiteramos, predomina o emprego do indicativo.

Partindo da compreensão desses dados, revela-se, mais uma vez, a pertinência do fator no encaixamento linguístico duplamente motivado. De um lado a influência indireta da prescrição gramatical. Por outro, uma influência linguística, pois, segundo Sampaio (2001), o emprego por parte do falante de uma forma indicativa poderia causar ambiguidade na leitura imperativa ou indicativa da frase. Segundo a autora, em uma frase do tipo “não jogue”, o emprego da forma *joga* poderia induzir uma leitura indicativa pelo preenchimento da posição de sujeito em alguns contextos, permitindo uma interpretação do tipo “[você] não joga”.

Os estudos de Jesus (2006) e Cardoso (2009) confirmaram o favorecimento de formas indicativas em sentenças afirmativas, no entanto, os autores apresentam ainda uma correlação com o efeito do pronome empregado na construção.

A despeito desse último grupo de fatores, estudos sobre a presença do pronome na sentença (SCHERRE, 2004; JESUS, 2006; CARDOSO, 2009) revelam a influência cruzada entre o tipo e a posição do pronome empregado. Nas palavras de Cardoso:

[o] pronome oblíquo *me* ou a ausência de pronome favorecem o uso de imperativo associado ao indicativo – nesse caso a leitura imperativa está assegurada, independente da forma variante usada; pronome oblíquo *se* proclítico favorece o uso do imperativo associado ao subjuntivo – aqui a possibilidade de leitura imperativa é a explicação dos resultados. (CARDOSO, 2009, p. 42).

Scherre et al. (2000a) também estabelecem as diferenças entre o tipo e a posição do pronome complemento como importante restrição para a realização indicativa do imperativo, apontando, prioritariamente, o uso categórico da forma de subjuntivo quando o clítico *se* ocorre na posição pós-verbal e o favorecimento das formas indicativas em contexto de emprego de formas pronominais retas em posição pós-verbal (cf. item 4 do Quadro 7). Ocorrências do segundo tipo são exemplificadas com dados de fala do tipo (43):

(43) *Deixa eu ir*

Acreditamos que a ocorrência exemplificada, quando considerados os dados reais de fala, pode apresentar implicações fonológicas que afetam a análise. Isto porque, na expressão natural dos enunciados, é comum exemplos como (43) serem realizados como *Deix'eu*, numa

realização que pode sofrer um processo de elisão ou crase da vogal morfema do verbo. Nesse caso, precisar o emprego da forma indicativa – *Deixa eu* – ou subjuntiva – *Deixe eu* – nos parece uma decisão não muito nítida<sup>35</sup>.

Tal como demonstrado no Quadro 7, a correlação entre o uso dos pronomes *tu* ou *ocê* e as variantes do imperativo também é apontada como um aspecto pronominal relevante para o condicionamento do fenômeno (JESUS, 2006).

Ainda sobre elementos que fazem parte da estruturação da sentença, a presença do vocativo depois do verbo é indicada como fator favorecer das formas indicativas na análise empreendida por Cardoso (2009). A presença pré-verbal, bem como a ausência são destacados na análise como desfavorecedores das formas indicativas (cf. Tabela 7).

Tabela 7 – Efeito do uso do imperativo na forma indicativa em função da presença do vocativo e de sua posição em relação ao verbo, no *corpus* de Fortalezenses moradores do Distrito Federal

<b>Fatores</b>	<b>Indicativo/ Total</b>	<b>Porcentagem da forma indicativa</b>	<b>Peso relativo dos fatores</b>
Ausência do vocativo	383/596	64%	0,46
Vocativo antes	191/264	72%	0,47
Vocativo depois 64/80 – 80% Vocativo antes e depois 9/11 – 82% <sup>36</sup>	70/88	80%	0,63
Você/ senhor	20/24	83%	0,95
Total	664/972	68%	

Fonte: Cardoso (2009, p. 31)

Assim, conforme a Tabela 7 apresentada pela autora, não só a presença do vocativo é fator importante mas também a posição em que figura na sentença. Tal conclusão associa-se ao efeito das âncoras discursivas, elementos adverbiais ou pronomes demonstrativos que, quando posicionados imediatamente após o verbo, asseguram a leitura imperativa e favorecem o emprego das formas indicativas.

<sup>35</sup> Este tipo de dado foi tratado com cautela em nossa análise (cf. seção 2.3.1).

<sup>36</sup> Os dados aqui apresentados correspondem fielmente aos da tabela original.

### *1.3.2.3 Condicionamentos do imperativo no nível discursivo*

O paralelismo discursivo (ou formal) tem sido apontado por diversos estudos como um fator condicionador das realizações linguísticas (SCHERRE, 1998). A investigação e a relevância amplamente constatadas em variados fenômenos linguísticos têm conduzido alguns pesquisadores a pensar o paralelismo não mais como um fator de comportamento variável, mas sim como um princípio linguístico, como já assinalado em Scherre (1998, p. 50): “um princípio de base cognitiva que possibilita ao ser humano fazer agrupamentos, formar blocos pelas semelhanças formais.”.

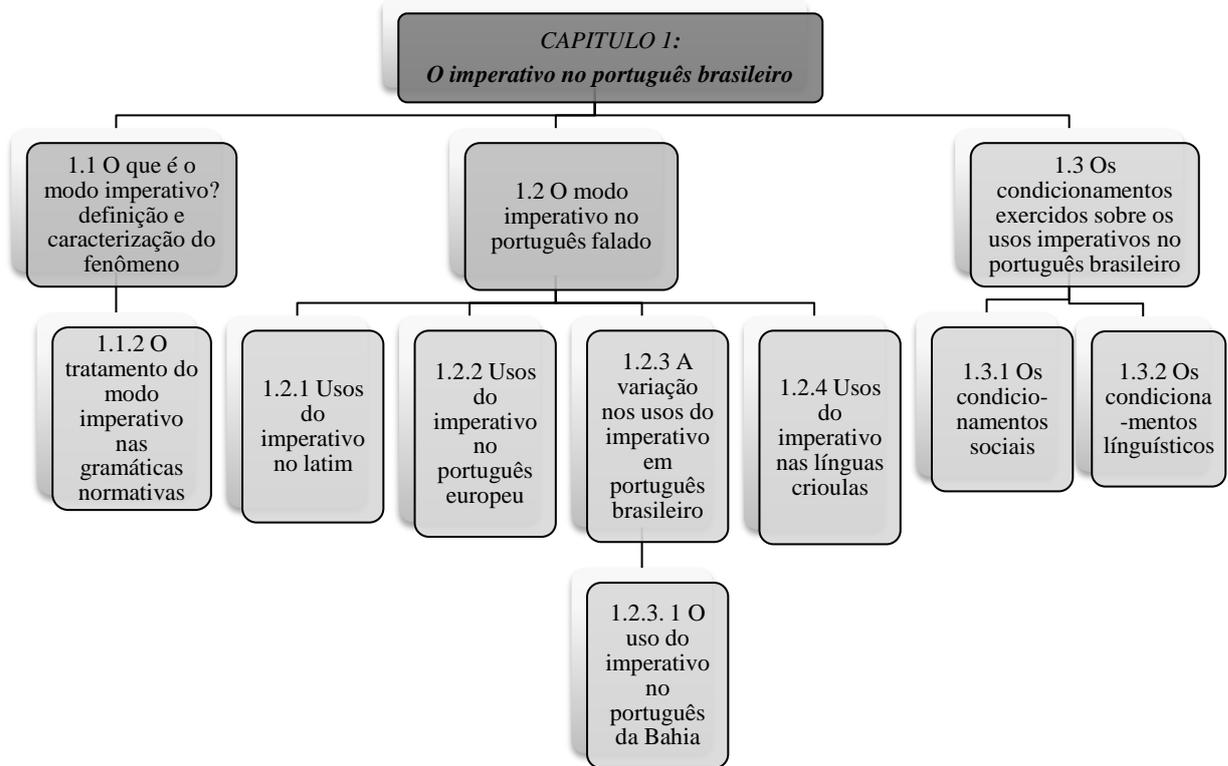
Estudos sobre o imperativo em comunidades de uso de subjuntivo revelaram a pertinência desta variável, selecionada pelo VARBRUL nos estudos de Jesus (2006), Cardoso (2009) e Sampaio (2001). Os trabalhos observados indicam que, quando o falante emprega uma forma subjuntiva, tende a reiterar a variante numa realização subsequente. O mesmo vale para os empregos indicativos. A seleção do fator pelo programa em todas as análises revisadas revela, em primeira instância, a pertinência do condicionamento.

Ainda no nível discursivo, o tipo de interação entre os falantes (CARDOSO, 2009), bem como o emprego da forma verbal como marcador discursivo (SAMPAIO, 2001; JESUS, 2006) são fatores observados pelas análises sociolinguísticas, porém não há evidências estatísticas que apontem um comportamento significativo para o condicionamento das formas imperativas.

## 1.4 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO

Este capítulo traçou uma revisão teórica do modo imperativo fundamentando sua definição e caracterização bem como seu processo de constituição e difusão no português, conforme organização disposta na Figura 7:

Figura 7 – Organização do Capítulo 1



Fonte: Elaborado pela autora

Na seção 1.1, o imperativo, especializado na expressão da modalidade deôntica, foi definido como o modo pelo qual o falante expressa uma atitude diretiva em relação a um interlocutor, intentando impelir-lhe um comportamento verbal ou não verbal (OLIVEIRA, 2003). A busca pela compreensão do fenômeno revelou a caracterização por meio da atuação dos diferentes níveis de análise da língua:

- a) **morfológico**: constituído com uma morfologia não exclusiva, derivada dos modos indicativo e subjuntivo;
- b) **semântico**: tem seu valor semântico associado a um ato diretivo de fala que varia quanto ao teor impositivo e ao controle exercido pelo locutor (ordens, exortação, pedidos, súplicas...);
- c) **sintático**: acontece em sentenças absolutas, principais ou coordenadas; apresenta, em geral, sujeito superficial nulo<sup>37</sup>; permite, ao contrário das sentenças indicativas, a presença do vocativo;

<sup>37</sup> A presença do sujeito é passível de ambiguidade na leitura imperativa.

- d) **pragmático:** intenta exercer um comportamento sobre o ouvinte, de maneira que a condição da interação entre os locutores, reais ou virtuais, e a relação com o contexto são imprescindíveis;
- e) **fonológico:** possui padrão entoacional descendente.

A fim de compor um quadro amplo da compreensão do fenômeno, observamos de que modo essas descrições alcançaram os níveis mais formais da língua. Assim, procedemos, na subseção 1.1.1, ao confronto da realidade descrita pelo arcabouço dos estudos linguísticos com as considerações do aporte prescritivista. Da análise de gramáticas normativas (CUNHA; CINTRA, 2002; BECHARA, 2002; ROCHA LIMA, 2003; CASTILHO, 2010), emergiu uma conceituação do imperativo ancorada superficialmente no critério semântico/pragmático. Ademais, o padrão apresentado não corresponde aos usos reais da língua portuguesa do Brasil, para o qual se evidencia a ausência da forma negativa de segunda pessoa do singular (*não cantes*) e a inexistência das formas da segunda pessoa do plural (*cantai* e *não canteis*).

Na seção 1.2, foram discutidos os usos do imperativo no português falado, partindo de sua origem na língua latina até o desdobramento no quadro dialetal presente no português contemporâneo. Da revisão, destacamos as seguintes conclusões:

- a) **usos no latim:** existência dos tempos presente e futuro do imperativo no latim clássico, com progressiva simplificação no latim vulgar e perda das formas de futuro na passagem ao português (FARIA, 1958);
- b) **usos no português europeu:** usos das formas imperativas em distribuição complementar. Formas usadas conforme o tipo de interação entre falante e interlocutor, imperativo de 2ª pessoa (derivado do indicativo *canta/não cantes*) usado com o pronome *tu* em situações de [- distanciamento] [+ intimidade] e imperativo de 3ª pessoa (*cante/não cante*) com pronome *você* em situações [+ distanciamento] [- intimidade] (OLIVEIRA, 2003);
- c) **usos no português do Brasil:** variação entre as formas derivadas do indicativo diretamente negadas (*canta/não canta*) e as formas derivadas do subjuntivo (*cante/não cante*). Variação de caráter diatópico que opõe as regiões Nordeste e Sul, Sudeste e Centro-Oeste (SCHERRE, 2007), com indícios de uma oposição entre as realizações rurais e urbanas do estado da Bahia;
- d) **usos nas línguas crioulas:** ausência de variação e emprego de forma base não flexionada, única para todas as pessoas, tanto na forma afirmativa quanto

negativa. O panorama de expressão do imperativo pode ter relação com o efeito do contato interlinguístico ao qual, comumente, associa-se a redução da morfologia flexional verbal.

No recorte da variação no português brasileiro, a Bahia revelou-se, conforme os estudos sobre o tema (SAMPAIO, 2001; SANTOS, 2006, 2007; ALVES, 2008), um cenário de tensões em relação às formas imperativas, com indícios de uma oposição rural–urbano .

A análise já empreendida sobre o português de Salvador, embora trate do português popular (*corpus* do PEPP), o faz de maneira conjunta com dados de fala culta, o que não nos permite uma compreensão específica dos usos imperativos em normas populares. Isso poderá ser feito a partir da análise detida dos dados de fala popular da cidade. Assim, há necessidade de um aprofundamento da compreensão do português popular de Salvador. Ademais, os dados resenhados também indicaram inadequação de associação do subjuntivo ao estado da Bahia, haja vista a forte presença das formas do indicativo no interior de estado, o que foi reforçado pelas análises das histórias em quadrinhos baianas (ALVES, 2001).

Na busca de uma compreensão da variação, delimitamos ainda o contexto de emprego do imperativo no português da Bahia. Assim, traçamos um panorama do sistema pronominal de referência de segunda pessoa, os usos de *tu e você*. Embora a Bahia seja categorizada na literatura como um estado de emprego do pronome *você*, o pronome *tu* mostrou-se ainda presente no território, sobretudo nas gravações secretas, sendo empregado em situações de interação mais íntima.

Na última seção do capítulo recobriram-se os principais condicionamentos do imperativo, conforme os estudos sociolinguísticos. Fatores de natureza social e linguística têm demonstrado relevância no uso das formas variantes do imperativo. Dentre os fatores sociais, destacam-se a faixa etária e a escolarização dos falantes. Indivíduos mais jovens favorecem o emprego das formas do indicativo em regiões de predomínio de subjuntivo (SAMPAIO, 2001; CARDOSO, 2009). Da mesma forma, a maior escolarização mostrou-se favorável ao emprego das formas do indicativo em dados da região Nordeste (SAMPAIO, 2001; JESUS, 2006).

Alguns fatores sociais mostraram-se neutros, ou não apresentaram dados suficientes para a identificação de um padrão de comportamento, tais como a exposição à mídia e o sexo. A exposição à mídia, embora não averiguada diretamente, evidenciou o predomínio das formas do subjuntivo na mídia escrita (SCHERRE, 2005) e na estereotipia de personagens nordestinos em telenovelas brasileiras (JESUS, 2006). O sexo dos falantes por sua vez,

mostrou-se neutro no condicionamento do imperativo (SAMPAIO, 2001; ALVES, 2001). Apenas Cardoso (2009) apresentou indícios da influência das mulheres em um contexto muito particular, sujeitos nativos de Fortaleza que migraram para o Distrito Federal há mais de 10 anos.

Os condicionamentos linguísticos depreendidos dos estudos revelam a influência de fatores ligados ao verbo, *morfologia verbal* (forma simples ou locução), *paradigma flexional de verbo* (regular ou irregular); *paralelismo fônico* e *saliência morfofonológica*. A importância dos aspectos ligados ao verbo e a heterogeneidade das abordagens empreendidas (complexas ou exclusivas), bem como o conhecimento ainda difuso de algumas variáveis, número de sílabas e verbos específicos, demonstram a necessidade de um tratamento detido sobre o comportamento do item verbal.

Da mesma forma, outros fatores ligados à estruturação da sentença revelaram-se importantes, tais como a *polaridade da estrutura* (afirmativa ou negativa) (SCHERRE, 2000a; SAMPAIO, 2001; JESUS, 2006; CARDOSO, 2009), o *tipo e a posição do pronome*, do *vocativo* e de *âncoras discursivas*, como o advérbio à direita do verbo. (SCHERRE et al. 2000a).

Outros condicionamentos linguísticos remetem a aspectos do discurso, tais como o *paralelismo discursivo* (SAMPAIO, 2001; JESUS, 2006; CARDOSO, 2009), o tipo de interação entre os falantes (CARDOSO, 2009), bem como o emprego da forma verbal como marcador discursivo (SAMPAIO, 2001; JESUS, 2006). Para os últimos, de delineamento ainda pouco claro, esperamos contribuir com a proposição de fatores e análise dos dados coletados a partir da nossa amostra.

Considerando o cenário de realização do imperativo, observaremos, com base na análise de dados do interior e da capital do estado da Bahia, como o fenômeno pode ser descrito e sistematizado. Além disso, a partir da comparação de dados de fala mais ou menos marcados etnicamente, discutiremos como esses padrões foram afetados pelas contingências históricas e em que medida eventuais contatos do português com as línguas africanas teriam marcado as realizações imperativas, bem como a oposição rural e urbano.

## 2 FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Após discussão e delimitação do tema, são apresentadas neste capítulo as bases teórico-metodológicas desta tese. Optamos por construir um único capítulo para a teoria e o método por considerar que o modelo linguístico adotado – a Sociolinguística variacionista – define-se como um arcabouço duplamente orientado: de um lado, uma concepção heterogênea de língua; de outro, um método de análise capaz de apreender e prever essa inerente variação. Assim, acreditamos que a forma mais objetiva de apresentar os pressupostos sociolinguísticos adotados neste trabalho é abordando teoria e métodos de modo conjunto.

Para alcançar os objetivos definidos, nosso capítulo divide-se em três seções. Na primeira seção, *A língua sob o enfoque da Sociolinguística Variacionista*, discorremos sobre as concepções basilares do estudo no que diz respeito à corrente teórica adotada na discussão do imperativo e aos aspectos teóricos assumidos para a compreensão da variedade de língua em análise, qual seja o português popular do Brasil.

Na segunda seção, *O envelope da variação*, apresentamos os aspectos teórico-metodológicos da sociolinguística que norteiam a análise do fenômeno em estudo, a *variação do imperativo*. Dessa forma, com base nos conceitos de *variável* e *variantes* linguísticas, descrevemos a nossa variável binária e as variáveis independentes consideradas na codificação dos dados como possíveis condicionamentos do fenômeno. Destacamos ainda os critérios definidos para levantamento e descarte de dados, bem como os mecanismos estatísticos utilizados no processamento quantitativo, o pacote de programas *Goldvarb*.

A terceira seção, intitulada *Delimitação e constituição do universo de observação*, dedica-se à apresentação do processo de composição dos *corpora* utilizados na pesquisa. Nesse ponto, discutimos as etapas de definição, coleta, gravação e tratamento de dados dos diferentes *corpora* investigados: o *português afro-brasileiro*, o *português popular do interior* e o *português popular da capital da Bahia*. Assim, expomos o perfil e a contextualização sócio-histórica das comunidades investigadas, bem como os aspectos metodológicos que possibilitaram a composição dos *corpora*.

### 2.1 A LINGUA SOB O ENFOQUE DA SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA

O estudo ora empreendido fundamenta-se na Sociolinguística variacionista (WEINREICH, LABOV e HERZOG (2006 [1968]); LABOV, 2008 [1972]), tendo como

aporte a compreensão e a metodologia desenvolvidas por esse modelo para a análise das línguas e dos processos de variação e mudança. É dessa corrente teórica que assumimos nossa visão de língua e de fazer linguístico.

De acordo com esse referencial, a heterogeneidade linguística seria parte da própria competência linguística do falante, de forma que, “[...] numa língua que serve a uma comunidade complexa (i.e., real), a ausência de *heterogeneidade estruturada* é que seria disfuncional” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p. 36). Perde-se, dessa forma, a noção de variação livre e se propõe uma abordagem da variação linguística dentro do próprio sistema, de modo que se torna possível a descrição e a identificação de contextos linguísticos e extralinguísticos (como *sexo, idade, origem étnica* etc.) que a condicionam. A variação, capacidade inerente às línguas de exprimir determinados conteúdos linguísticos por meio de diferentes formas, *as variantes*, consagra-se como principal preocupação do sociolinguista.

Assim, a teoria sociolinguística, além de propor um novo olhar sobre a língua, inaugura uma nova compreensão do objeto de estudo da Linguística. Com a teoria sociolinguística ou teoria da variação, o foco do estudo da língua desloca-se da *langue* para a *parole*. Conforme destacam Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968], p. 13):

A base do conhecimento intersubjetivo na linguística tem de ser encontrada na fala – a língua tal como usada na vida diária por membros da ordem social, este veículo de comunicação com que as pessoas discutem com seus cônjuges, brincam com seus amigos e ludibriam seus inimigos.

O material de estudo da sociolinguística constitui, portanto, o *vernáculo* dos falantes de determinada comunidade – no nosso caso, a fala mais espontânea e irrefletida dos falantes populares do estado da Bahia. Em termos metodológicos, o que se sugere é um estudo baseado na observação empírica do desempenho linguístico de uma *comunidade de fala*, que “se define não como um grupo de falantes que partilha o mesmo código, ou utiliza as mesmas formas, mas, sim, como um grupo que se identifica pela mesma reação subjetiva frente a uma variedade linguística” (LABOV, 2008 [1972], p. 188). A partir desse tipo de observação, seria possível deslindar como os processos linguísticos operam de modo a conferir à língua estados de *variação e mudança*.

Segundo a teoria, a partir da recolha de dados na amostra, podem ser identificadas as situações de variação, quando duas ou mais variantes coexistem, ou mudança, quando uma das formas se sobrepõe às outras. O que se propõe é que, a partir do estudo de um recorte

sincrônico, possam ser apreendidos os desdobramentos de uma situação de coocorrência ou substituição de formas linguísticas. Para alcançar este fim, Labov (2008 [1972], p. 194) propõe:

Os dados mais simples para se estabelecer a existência de uma mudança lingüística são um conjunto de observações de duas gerações sucessivas de falantes – gerações de características sociais comparáveis que representam estágios na evolução da mesma comunidade de fala.

Esse tipo de estudo, designado *estudo em tempo aparente*<sup>38</sup>, permite ao linguista simular, a partir de uma realidade sincrônica, vestígios da diacronia de determinada comunidade, de modo a prever situações de variação ou mudança numa sincronia futura. A metodologia de estudo em tempo aparente baseia-se na *hipótese clássica*, segundo a qual um falante tem sua gramática estabilizada na fase da puberdade. Mudanças em fases subsequentes da vida seriam esporádicas ou atingiriam estruturas da língua mais flexíveis (NARO, 2004). Assim, um indivíduo de 25 anos apresentaria um estado de língua de 10 anos atrás, enquanto um indivíduo de 70 anos, representa a fala adquirida há 55 anos. Acredita-se, portanto, que uma amostra organizada em níveis geracionais refletiria estados diferentes de língua, correspondentes a sincronias sucessivas.

O estudo em tempo aparente é uma projeção de estágios de mudanças por meio da correlação com o comportamento linguístico das faixas etárias e pode indicar dois diagnósticos. Se não há entre a faixa mais nova e a faixa mais velha uma diferenciação quanto ao uso privilegiado da forma inovadora, podemos inferir que as variantes convivem paralelamente e podem se manter dessa forma sem que haja uma mudança, configurando assim um caso de *variação estável*. Por outro lado, se a faixa mais jovem apresenta um uso predominante da forma inovadora, decrescendo o uso conforme eleva-se a faixa etária, diz-se que estamos diante de um processo de *mudança em curso*.

As amostras de fala investigadas neste trabalho foram orientadas por essa metodologia, de maneira que os falantes foram organizados em três faixas etárias (Faixa I: 25 a 35 anos; Faixa II: 45 a 55; Faixa III: mais de 65 anos) que recuperam, em termos metodológicos, três gerações de falantes e, conseqüentemente, três sincronias do português popular.

---

<sup>38</sup> No âmbito da Sociolinguística, podemos também desenvolver estudos a partir da comparação de duas sincronias separadas por um lapso de tempo. Esta metodologia, designada estudo em *tempo real*, pode comparar sincronias distantes (tempo real de longa duração) ou sincronias próximas (tempo real de curta duração).

Considera-se, portanto, neste estudo, a variação e a mudança como inerentes às línguas, uma vez que sua dimensão social e interativa é indissociável de sua porção estrutural e de seu funcionamento. Ademais, como as línguas não são produtos isolados, mas antes dependem dos falantes que dela se utilizam, todas as línguas existentes passaram e passarão por algum tipo de mudança. Como afirmam os teóricos basilares da Sociolinguística, “a maioria dos linguistas reconhece a evidência que demonstra que a mudança linguística é um processo contínuo e o subproduto inevitável da interação linguística” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p. 87). Por isso, é possível ponderar que, de um modo geral, a história das línguas humanas não está isenta de contato, seja direto ou indireto, seja intra ou interlinguístico.

### **2.1.1 Heterogeneidade linguística no português popular do Brasil: a polarização sociolinguística**

Tal como as demais línguas, o português é também variável e está em constante estado de mudança. Isso é evidente, sobretudo, no contraste entre as variedades nacionais brasileira e europeia. Para além das variedades nacionais do idioma, nossa atenção volta-se especificamente para a consagrada diversidade do português brasileiro, justificável na afirmação de Cardoso: “Se intimamente se liga à cultura do povo que dela faz uso, a língua, necessariamente, refletirá a diversidade e a variabilidade desse mesmo povo.” (CARDOSO, 1994, p. 230).

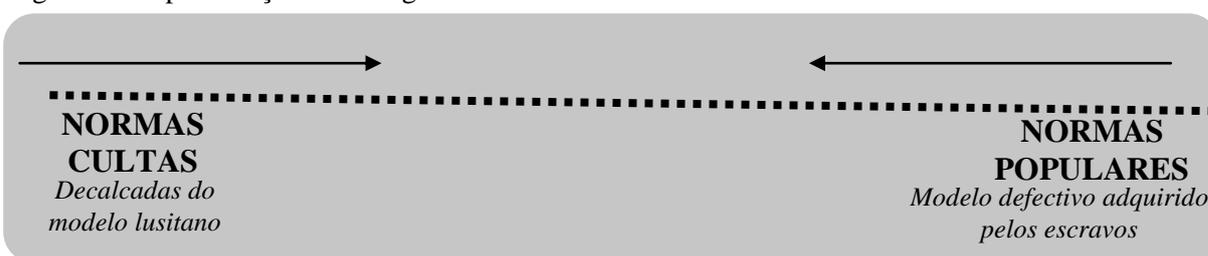
No caso brasileiro e de sua tão diversa cultura, identificamos diferenças dialetais que caracterizam variações diatópicas e, sobretudo, diastráticas em suas manifestações. Nesse ponto, recorreremos ao conceito de *norma*, inicialmente esboçado por Coseriu (1979 [1921]) e retomado por Lucchesi (2004) para a distinção entre as normas *cultas* e *populares* brasileiras:

Não apenas as diferenças nas frequências de uso das diversas variáveis linguísticas, mas, sobretudo, os distintos sistemas de avaliação das variantes linguísticas e as diferentes tendências de variação e mudança definiriam normas linguísticas distintas dentro de uma mesma comunidade de fala. (LUCCHESI, 2004).

As normas populares que integram o que designamos *português popular brasileiro* teriam sido afetadas particularmente pela influência do contato entre línguas. Esse seria um dos principais fatores que explicariam a consagrada pluralidade do nosso idioma. De acordo com Lucchesi (2004), diferentemente das normas cultas, constituídas a partir do modelo

lusitano e adquiridas de maneira regular, as normas populares brasileiras teriam sido produto de um processo histórico que marcou a aquisição e a difusão do português por falantes menos prestigiados, principalmente escravos, descendentes de escravos e indígenas. Apesar das mudanças mais recentes na configuração social do Brasil, a realidade linguística brasileira ainda pode ser equacionada em termos de uma polarização. Na Figura 8, as setas (*a* e *b*) representam as tendências opostas de mudança, mas a linha que separa os polos encontra-se descontínua, ilustrando uma situação de influência mútua.

Figura 8 – A polarização sociolinguística do PB



Fonte: Elaborado pela autora

Desse modo, teríamos a origem da *polarização sociolinguística* do Brasil: de um lado, as variedades da língua adquiridas pelos falantes plenamente escolarizados, uma variedade de língua decalcada dos modelos lusitanos; do outro, as formas do português popular, adquiridas a partir da nativização do modelo defectivo dos escravos. Na contemporaneidade, os caminhos bifurcados de aquisição e mudança da língua apresentam-se, conforme descrito por Lucchesi:

No nível dos padrões coletivos de comportamento linguístico, a língua no Brasil se divide entre uma norma culta, constituída pelos usos de uma minoria de privilegiados, e uma norma popular, constituída pela fala da grande maioria da população, com pouca ou nenhuma escolaridade. (LUCCHESI, 2012, p. 50).

Lucchesi (2003, 2004, 2006, 2012) defende, portanto, o argumento de que a realidade linguística brasileira é composta por um todo plural e polarizado. O argumento do autor fundamenta-se na identificação de dois polos com sistemas de avaliação e processos de mudança distintos. Assim, distinguir-se-iam no PB dois subsistemas: a *norma culta*, característica dos segmentos plenamente escolarizados e economicamente favorecidos, e a *norma popular*, concernente à maioria da população, desprovida de recursos financeiros e carente de educação formal.

O português popular da Bahia, a fala de comunidades rurais e urbanas do estado, consiste, portanto, numa variedade integrante das normas populares brasileiras. Pela importância do estado para a formação histórico-cultural e linguística do país, acreditamos que essa variedade reúne elementos significativos para a compreensão da difusão das normas populares no país.

Sobre a origem dessas normas populares da Bahia, acreditamos que teriam sido afetadas, seguindo o quadro geral do português descrito acima, pelo processo designado *transmissão linguística irregular (TLI)*. Segundo Lucchesi (2001, 2003, 2009), tal processo integraliza-se em duas etapas: 1ª) aquisição de uma segunda língua por uma população de falantes adultos sob condições precárias; 2ª) nativização desse modelo como língua materna das novas gerações<sup>39</sup>.

O conceito de TLI recobre, então, as situações em que uma grande parte da população de adultos de línguas distintas precisa aprender uma segunda língua emergencial em circunstância de sujeição. Esse tipo de situação aconteceu especialmente durante o colonialismo europeu, sobretudo no contexto das sociedades de plantação (*plantations*)<sup>40</sup>, nas quais esteve presente um grande contingente de escravos africanos, retirados de suas terras e culturalmente expropriados, sob uma violenta condição de dominação e sujeição.

O modelo de língua adquirido nesse contexto sociocultural caracteriza-se pela: i) perda de morfologia flexional e sintaxe aparente<sup>41</sup>, ii) alteração do valor de parâmetros sintáticos em favor de valores não marcados; iii) e gramaticalização de itens lexicais a fim de substituir gerações. Assim, o resultado do processo é determinado pelo nível de erosão gramatical sofrida pela língua alvo no estágio inicial do contato, associado à reestruturação (ou não) da gramática original. Este modelo defectivo inicialmente gerado determina o grau de alterações que a língua alvo sofrerá na sua transmissão para as novas gerações (LUCCHESI, 2003; LUCCHESI; BAXTER, 2009). Assim, como resultados, teríamos, num extremo mais radical e intenso do processo, as línguas *pidgins* e *crioulas* e, de forma mais branda, alterações significativas que resultam em variações e mudanças na língua alvo. Este último teria sido o caso do português popular brasileiro, que, afetado pelo processo de TLI, teve como resultado a perda de marcas de morfologia verbo-nominal, dentre outros aspectos.

<sup>39</sup> O conceito de Transmissão linguística irregular tem suas primeiras formulações fundamentadas a partir das discussões de Baxter e Lucchesi, entre as décadas de 80 e 90. Para mais detalhes sobre o processo, ver Baxter (1995), Lucchesi (2001, 2003) e Lucchesi e Baxter (2009).

<sup>40</sup> Sistema agrícola de monocultura de exportação, realizado em latifúndios e com mão de obra escrava.

<sup>41</sup> Marcação explícita, do ponto de vista morfofonológico, de processos gramaticais.

Tais assunções teóricas para a explicação da heterogeneidade do português brasileiro justificam em parte a seleção dos *corpora* em estudo. Na seção subsequente, descreveremos o universo de observação definido como representativo do português popular, apontando a caracterização dos *corpora* e as decisões metodológicas que orientaram sua delimitação e coleta.

## 2.2 DELIMITAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DOS *CORPORA*

A pesquisa sociolinguística, conforme apresentamos na primeira seção deste capítulo, centra-se numa metodologia eminentemente empirista. Para a compreensão da língua e de seus fenômenos em variação, parte-se da análise de dados reais, retirados de amostras da fala vernácula dos informantes.

A fim de fornecer subsídios que ampliem a caracterização e compreensão do português brasileiro, debruçamo-nos sobre a expressão do modo imperativo em normas populares do Estado da Bahia. Para contemplar nosso objetivo, definimos inicialmente como universo de observação a fala popular urbana da capital do estado. O desenvolvimento e amadurecimento do trabalho conduziram à ampliação dos objetivos, de maneira que, na formulação final, buscamos recobrir os usos do modo imperativo no português popular da Bahia, incluindo as diferentes variedades rurais do estado. Assim, os dados inicialmente coletados por Santos (2006, 2007) para o *português afro-brasileiro* e o *português do interior* foram revisitados, reanalisados e integram este trabalho.

A delimitação do universo de observação que ora apresentamos, portanto, materializa-se nas amostras de fala popular baiana que compõem atualmente o acervo do *Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia*<sup>42</sup>: o *português afro-brasileiro*, representado por comunidades isoladas remanescentes de quilombos; o *português popular do interior*, representado por municípios do interior do estado da Bahia; e o *português popular de Salvador*, representado por bairros populares da capital do estado e região metropolitana.

Do primeiro grupo, fazem parte as comunidades de Helvécia, Cinzento, Sapé e Rio de Contas. Acredita-se que essas comunidades, por serem constituídas por descendentes diretos de escravos africanos, apresentariam marcas proeminentes de processos de variação e mudança derivados da TLI. Cabe destacar que as amostras de fala das comunidades de Rio de

---

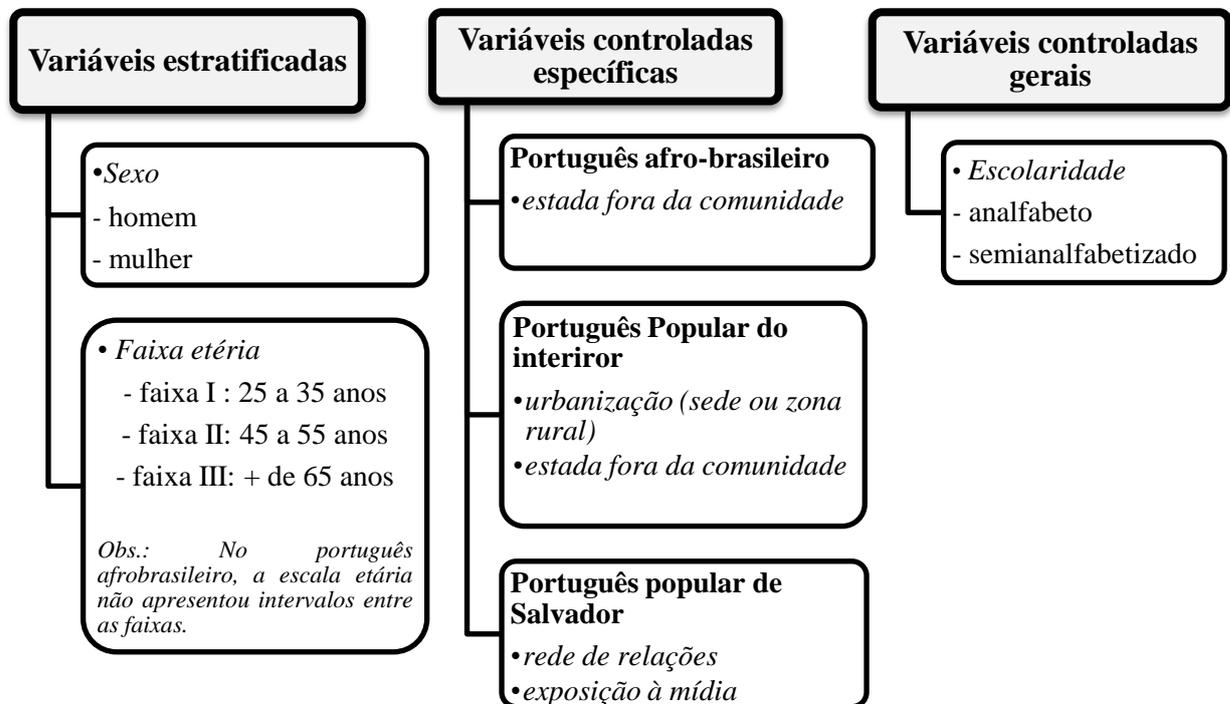
<sup>42</sup> Implementado na Universidade Federal da Bahia a partir de 2002, o *Projeto Vertentes*, coordenado pelo Professor Doutor Dante Lucchesi, tem se destacado como uma importante fonte para o conhecimento da sócia-história do português brasileiro, mais especificamente do português popular do Brasil.

Contas e Helvécia foram recolhidas no âmbito do projeto “Vestígios de línguas crioulas em comunidades afro-brasileiras”, financiado pelo *Australian Research Council* e dirigido em duas fases, pelos professores Alan Baxter e Dante Lucchesi, na década de 90. Mais tarde, esses dados foram incorporados ao acervo do Projeto Vertentes, juntamente com as demais comunidades afro-brasileiras.

A segunda variedade é estudada a partir da fala de informantes, com pouca ou nenhuma escolaridade, dos municípios de Santo Antônio de Jesus e Poções. Nessa amostra, optou-se por diferenciar falantes da sede e da zona rural dos municípios. Esta estratificação permitiu observar se há diferenças significativas relacionadas ao modo de vida e aos tipos de relações estabelecidas nesses dois espaços afetando os usos linguísticos. Para a definição da terceira etapa, foram escolhidos, a partir de um estudo histórico-geográfico, os bairros populares de Itapuã, Cajazeiras, Plataforma, Liberdade e a região metropolitana de Salvador, representada pelo município de Lauro de Freitas.

A seleção de informantes para composição dos *corpora* atendeu aos fatores dispostos na Figura 9:

Figura 9 – Variáveis estratificadas e controladas consideradas na composição das amostras de fala



Fonte: Elaborado pela autora

Dentre os aspectos gerais que caracterizam as amostras, está a escolha de falantes com baixa escolarização (integrantes das normas populares) e a organização das células sociais

distribuídas de modo equânime entre homens e mulheres. Além desses fatores estratificados, foram controladas variáveis específicas, relativas a cada um dos *corpora* investigados, os quais serão pormenorizados nas subseções a seguir.

### 2.2.1 A preparação das amostras

Para a pesquisa sociolinguística, a escolha, a coleta e o tratamento do *corpus* são etapas cruciais da investigação, pois a consistência dos dados analisados parte da condição de que a fala coletada corresponda ao registro mais informal e, portanto, mais vernacular dos informantes.

Dada a importância da tarefa, pode-se dizer que a investigação sociolinguística inicia-se no próprio projeto de concepção do trabalho, de modo que a falta de critério ou cuidado no planejamento e constituição das amostras pode comprometer os resultados e a interpretação dos dados relativos ao fenômeno em estudo, fornecendo evidências pouco elucidativas ou incoerentes com a estrutura sociocultural e a variedade da língua em estudo. Por essa razão, a coleta dos dados de fala deve ser precedida de um estudo acurado da realidade sociocultural a ser investigada e deve estar firmemente associada às especificidades do fenômeno e aos objetivos propostos.

Os três *corpora* coletados pelo Projeto Vertentes, embora tenham sido compostos em momentos diferentes, mantêm o mesmo modelo de entrevista e os mesmos métodos de coleta. Nesse sentido, como aspectos diferenciadores, destacam-se apenas a evolução dos instrumentos físicos de coleta e registro de dados que possibilitaram o aprimoramento das gravações e as transcrições, os quais serão oportunamente descritos.

O modelo de entrevista coletado pelo Projeto Vertentes caracteriza-se como diálogo espontâneo entre documentador e informante. Os diálogos gravados possuem duração média de uma hora e primam por motivar ao máximo a expressão linguística não monitorada dos falantes. Para cumprir esse objetivo e superar os efeitos do *paradoxo do observador*<sup>43</sup> (LABOV, 2008 [1972]), as entrevistas seguiram algumas orientações apresentadas a seguir.

A primeira foi a entrada mediada na comunidade, isto é, a aproximação às localidades deu-se, tanto quanto possível, por intermédio de um membro da comunidade. Assim, para o

---

<sup>43</sup> O *paradoxo do observador* diz respeito à situação contraditória de o documentador ter que coletar a fala vernácula numa situação em que sua inevitável presença pode ativar o monitoramento do falante e inibir a captação de uma fala verdadeiramente espontânea e irrefletida.

contato com os possíveis informantes, os documentadores contaram com a colaboração de líderes locais, professores ou representantes educacionais e religiosos. Especificamente no *corpus* do português popular de Salvador, contamos ainda com a colaboração dos próprios informantes que, em alguns casos, além de cooperar fornecendo seu relato pessoal, conduziam os documentadores a outros informantes, servindo de facilitadores do processo de seleção de alguns participantes. Dessa forma, foi possível que o informante estabelecesse uma relação mais espontânea com o documentador e, assim, reduzisse o nível de formalidade durante a entrevista.

O segundo cuidado foi a seleção temática das entrevistas. Embora os inquéritos tenham sido realizados sem um roteiro prévio, coube aos entrevistadores o cuidado na seleção e condução de temas que motivassem o falante. Vale salientar que a escolha dos temas está relacionada ao contexto sociocultural dos falantes e, portanto, sofre variação conforme o perfil das comunidades. Nas comunidades rurais investigadas, por exemplo, os temas principais foram: história da comunidade ou dos municípios; infância; festas religiosas; casamentos, namoros, vida conjugal; doenças; risco de vida. Este último tema apresenta-se como um traço distintivo entre os três *corpora*. No *corpus* do português afro-brasileiro, as narrativas de risco de vida concentraram-se em torno de animais peçonhentos como cobras, lacraias, escorpiões etc., pois são raros os informantes que não tiveram algum tipo de experiência com esses animais. No *português popular do interior*, os riscos envolvidos com o trabalho figuraram como principal tópico ao lado de situações familiares, doenças e, no caso específico do município de Santo Antônio de Jesus, uma tragédia que envolveu muitas pessoas do município – a explosão de uma fábrica de fogos de artifício. No *corpus* do português popular de Salvador, os riscos de vida relacionaram-se ao desenvolvimento da capital e seus consequentes problemas de crescimento populacional desordenado, característico dos grandes centros urbanos. Violência, drogas, mortes, falta de saneamento, transporte, educação e o sistema de saúde foram assuntos bem recorrentes. Isso não excluiu também assuntos mais pessoais, histórias da infância e adolescência, assim como assuntos sobre os projetos futuros.

Em todos os contextos investigados, a experiência pessoal dos indivíduos entrevistados mostrou-se produtiva. Ao narrar suas experiências, os informantes envolveram-se emocionalmente com o *que* estavam narrando, dando pequena atenção ao *como* estavam narrando. Como se trata de um tipo de entrevista sem roteiro predefinido, contamos ainda com a sagacidade e a percepção dos documentadores na identificação e abordagem de temas que despertassem o interesse do informante ao longo do diálogo. Isso foi facilitado pelo

envolvimento dos documentadores com a pesquisa sociolinguística, uma vez que todos eram vinculados ao Projeto Vertentes.

O Quadro 8 aponta o período de coleta de dados de cada comunidade, bem como os documentadores envolvidos.

Quadro 8 – Período e responsáveis pela documentação dos inquéritos

<i>Corpus</i>	<i>Comunidades</i>	<i>Ano de gravação</i>	<i>Documentadores</i> <sup>44</sup>
<i>português brasileiro afro-</i>	Helvécia	1994	Dante Lucchesi, Alan Baxter, Marcos Luciano Messeder e Nara Barreto
	Cinzento	2003	Jorge Augusto Silva
	Sapé	2004	Maria Cristina Silva
	Rio de Contas	1992	Dante Lucchesi, Alan Baxter, Marcos Luciano Messeder
<i>português popular do interior</i>	Santo Antônio de Jesus	2003	Silvana Araújo, Sônia Coutinho, Patrícia Andrade e Rute Mendes.  Gravações complementares (Maria Cristina Silva, Luanda Figueiredo, Lanuza Lima em 2004)
	Poções	2004	Jorge Augusto Silva
<i>português popular urbano de Salvador e região metropolitana</i>	Itapuã	2007-2008	Luanda Figueiredo, Lanuza Lima, Manuele Bandeira, Shirley Freitas
	Liberdade		Renata Macambira, Luanda Figueiredo, Vivian Antonino
	Cajazeiras		Vivian Antonino, Cleber Tourinho, Telma Assis
	Plataforma		Elisângela Mendes, Telma Assis
	Lauro de Freitas		Camila Melo

Fonte: Elaborado pela autora

<sup>44</sup> Todos os documentadores envolvidos na coleta e etapas subsequentes de tratamento de dados, além do coordenador, Dante Lucchesi, e dos professores pesquisadores, Alan Baxter e Maria Cristina Figueiredo, fazem ou fizeram parte do Projeto na condição de bolsistas de iniciação científica ou estudantes de pós-graduação.

Nas três etapas, a seleção dos informantes partiu do estudo prévio das comunidades e contou com a rigorosa orientação do coordenador do Projeto, o professor Dante Lucchesi. Em algumas circunstâncias, recorreu-se ainda à colaboração de consultores externos da área de geografia – prestadores de auxílio na compreensão e seleção das comunidades – e da área tecnológica, os quais forneceram os subsídios necessários para o tratamento do áudio.

No caso específico do *corpus* do português popular de Salvador, antes da gravação dos dados, foi feita uma etapa prévia de identificação de potenciais informantes e preenchidas fichas com seus dados. Após essa seleção preliminar, os indivíduos mais representativos do perfil dos bairros foram recontatados e as entrevistas foram gravadas.

### 2.2.2 Gravação, tratamento e transcrição dos dados

Os dados selecionados a partir das variáveis estratificadas e perfil das comunidades foram gravados, tratados e transcritos. Para a gravação e tratamento do áudio, foram aplicados alguns procedimentos para garantir a qualidade do material coletado. Conforme aponta Oliveira Júnior (2014), embora haja técnicas e orientações específicas para a coleta de dados<sup>45</sup>, o rigor desta etapa ainda não é priorizado em muitos projetos em virtude de fatores como a falta de conhecimento técnico por parte dos pesquisadores e a preocupação primordial com o dado de fala, e não com a qualidade do seu registro.

No Projeto Vertentes, as primeiras gravações, *corpus* do *português afro-brasileiro*, foram realizadas em mídia analógica (fitas magnéticas). As etapas subsequentes utilizaram os recursos digitais mais modernos disponíveis no período. A segunda etapa, por exemplo, foi gravada em *Minidiscs* (tecnologia eficiente, mas atualmente obsoleta) e a terceira etapa em gravadores digitais. Em todas as etapas, as entrevistas foram transpostas para o computador e submetidas a um processo de edição com o uso dos programas *sound forge* e *audacity*<sup>46</sup>, a fim de diminuir a interferência de ruídos e interrupções nas gravações. Para a execução da tarefa, membros do projeto receberam treinamento específico.

---

<sup>45</sup> Oliveira Júnior (2014) sugere o projeto *E-MELD – School of Best Practice* (<http://emeld.org/school/toolroom/software/index.cfm>), um projeto voltado à documentação de línguas ameaçadas de extinção que fornece recursos como informações técnicas e sugestões para a captura de áudio. Além disso, são mencionadas também a *Open Language Archives Community (OLAC)* (<http://www.language-archives.org>) e o Comitê Técnico da *International Association of Sound and Audiovisual Archives (IASA)* – (<http://www.iasa-web.org>).

<sup>46</sup> Todas as entrevistas, em suas versões originais e editadas, foram conservadas e encontram-se no acervo da biblioteca de áudio do Projeto Vertentes.

Para garantir a qualidade dos registros, alguns cuidados devem ser tomados ainda durante a gravação. Dentre eles destacamos dois passos simples: a escolha do ambiente a ser gravada a entrevista e a manipulação dos aparelhos. Durante a condução das entrevistas, deve-se priorizar, sempre que possível, a escolha de locais fechados, assim evita-se a interferência de ruídos como o do vento. Ademais, é sempre importante evitar situações em que haja o choque com outros ruídos, como conversas paralelas, ruídos intermitentes e a manipulação do equipamento. No Projeto Vertentes, além dos passos acima, têm-se adotado, como medida auxiliar, a participação de uma dupla de inquiridores para executar a entrevista, ficando um deles responsável pela condução do diálogo, enquanto o outro dedica-se, prioritariamente, à manipulação e controle do gravador.

Os dados tratados foram submetidos ao trabalho de transcrição com base em uma chave de critérios<sup>47</sup> definidos pelo coordenador do Projeto. A chave de transcrição adotada pelo Projeto Vertentes é do tipo grafemática e prioriza o registro de marcas específicas do dialeto dos falantes, principalmente no nível da morfossintaxe. Cabe ressaltar que fatos fônicos, embora não sejam objeto principal de análise das pesquisas do Projeto, são registrados no caso de constituírem traços idiossincráticos das variedades estudadas, tais como o rotacismo /*pranta*/ e a inserção de segmentos no início do vocábulo, como em /*ieu*/. A pontuação, por sua vez, segue a norma canônica com o acréscimo de elementos específicos para indicar interrupções ou quebra de encadeamento, os quais são usados com moderação.

Para garantir o máximo de fidelidade ao texto oral, o processo de transcrição dos inquéritos foi executado em três etapas:

1. **transcrição do áudio:** transposição do texto oral para a versão escrita;
2. **revisão de transcrição:** revisão da transcrição com base numa segunda audição.
3. **revisão de leitura:** revisão realizada a partir da leitura do texto escrito, a fim de garantir a correção e a legibilidade sem o suporte do texto oral.

Todos os inquéritos analisados neste trabalho (cf. Tabela 8) passaram por todas as etapas previstas. Ainda assim, cada ocorrência encontrada no levantamento do texto transcrito foi ouvida no registro de áudio a fim de garantir a sua veracidade.

---

<sup>47</sup> A chave de transcrição pode ser consultada no endereço do Projeto Vertentes: [http://www.vertentes.ufba.br/images/paginas/projeto/chave\\_de\\_transcricao.pdf](http://www.vertentes.ufba.br/images/paginas/projeto/chave_de_transcricao.pdf).

Tabela 8 – Universo de observação delimitado para o estudo

<i>Corpus</i>	<b>Comunidades</b>	<b>Número de inquéritos</b>
<i>português afro-brasileiro</i>	Helvécia	18
	Cinzento	12
	Sapé	12
	Rio de Contas	19
<i>português popular do interior</i> <sup>48</sup>	Santo Antônio de Jesus	24
	Poções	24
<i>português popular de Salvador</i>	Itapuã	12
	Liberdade	12
	Cajazeiras	12
	Plataforma	12
	Lauro de Freitas	12
	Total	169

Fonte: Elaborado pela autora

Os inquéritos do *português afro-brasileiro* foram investigados em sua totalidade, *corpus* principal, tendo em vista o baixo número de ocorrências encontradas em sua análise preliminar. Os inquéritos do *português popular do interior* estão divididos em sede e zona rural dos municípios, 12 inquéritos para cada subgrupo. Para os inquéritos do português popular de Salvador, são 12 inquéritos para cada bairro estudado. Nossa amostra completa perfaz, portanto, um total de 164 inquéritos. A seguir descreveremos cada *corpus*, com destaque às especificidades de cada amostra e à apresentação das comunidades investigadas.

### 2.2.3 O *corpus* do português afro-brasileiro

O *corpus* do português afro-brasileiro, primeira etapa do Projeto Vertentes, foi cotejado entre 1992 e 2004 com o intuito de identificar os efeitos do contato entre línguas que teria marcado a constituição do português popular do Brasil. As comunidades que formam este *corpus* são, em geral, remanescentes de quilombos, formadas por afrodescendentes e estiveram isoladas até parte do século XX. Esse relativo isolamento nos conduziu a considerá-las importantes testemunhas dos processos históricos que marcam a heterogeneidade do português brasileiro.

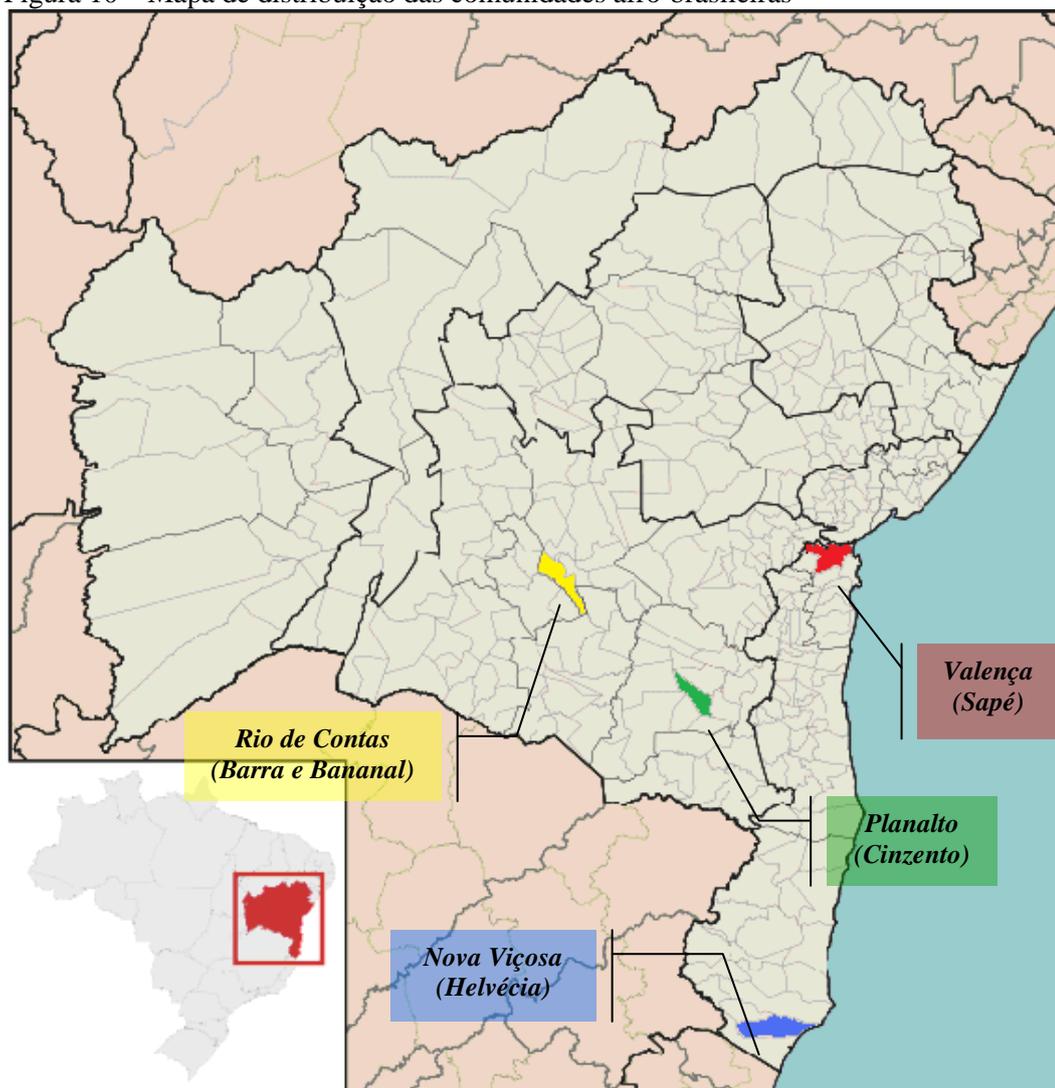
Do ponto de vista linguístico, essas comunidades teriam se mantido distantes dos centros difusores da norma culta, o que as tornou um ambiente propício para o desenvolvimento de uma variedade diferenciada do português brasileiro. O relativo isolamento dessas comunidades, bem como a forte influência da matriz africana teriam

<sup>48</sup> Os inquéritos do português popular do interior estão organizados em dois grupos: sede e zona rural.

produzido condições favoráveis ao processo de transmissão linguística irregular (LUCCHESI, 2003, 2009; LUCCHESI; BAXTER, 1995; BAXTER, 2009).

As amostras de fala são formadas por quatro localidades: as comunidades geminadas de Barra e Bananal (situadas no município de Rio de Contas); a comunidade de Sapé (em Valença); a comunidade de Cinzento (no município de Planalto) e Helvécia (no extremo sul da Bahia, município de Nova Viçosa). A disposição geográfica das comunidades pode ser observada na Figura 10:

Figura 10 – Mapa de distribuição das comunidades afro-brasileiras



Fonte: Elaborado pela autora com base no site IGBE- cidades: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>

Cada comunidade é representada por um *corpus* com uma média de 12 inquéritos, distribuídos conforme as variáveis estratificadas sexo (masculino/feminino) e faixa etária (Faixa I: de 20 a 40 anos; Faixa II: de 40 a 60 anos; Faixa III: mais de 60 anos e Faixa IV:

mais de 80 anos). As comunidades de Rio de Contas e Helvécia possuem mais de 12 entrevistas (19 e 24, respectivamente). Todos os informantes possuem baixo nível de escolarização, sendo categorizados em dois grupos: analfabetos e semianalfabetos. Pela importância do isolamento social dos indivíduos para a configuração linguística da comunidade, durante a análise dos dados, controlou-se ainda se os falantes estiveram ou não fora das comunidades por um período de pelo menos seis meses.

Em geral, nas comunidades investigadas, os informantes possuem pouca mobilidade social e uma rede de relações concentrada na região. Como se trata de pequenas comunidades, poucos são os dados sociodemográficos específicos disponíveis sobre essas localidades. No entanto, o interesse da história e das ciências sociais pelo estudo sociocultural de comunidades quilombolas tem contribuído para a compreensão histórica e social desses espaços. Recorremos a esses textos, bem como às evidências coletadas durante a gravação das entrevistas, para a caracterização das comunidades.

#### *2.2.3.1 Helvécia*

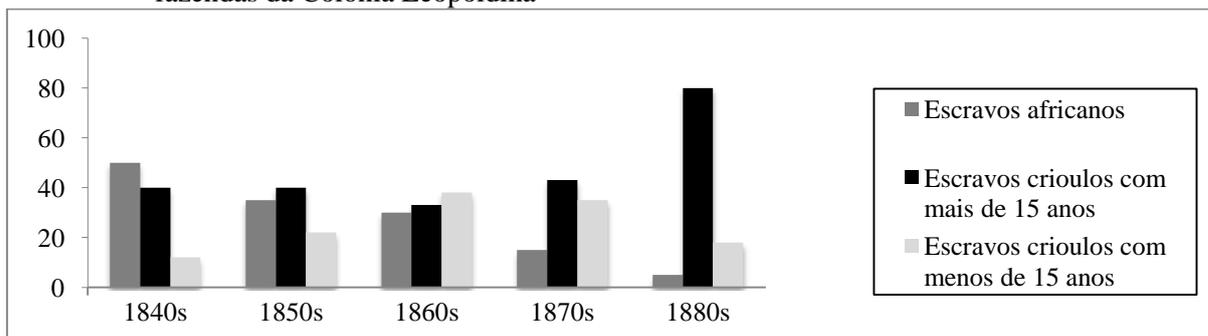
A comunidade de Helvécia pertence ao município de Nova Viçosa, cidade do extremo sul baiano, microrregião de Porto Seguro. De acordo com dados históricos apresentados pelo IBGE (2010a), o território era primitivamente ocupado por índios aimorés. Nos idos de 1720, iniciou-se seu povoamento, por meio de colonos advindos do município atualmente conhecido como Mucuri que se fixaram na foz do Rio Peruípe. A chegada de colonos estrangeiros por designação do Governo Geral levou, em 1818, à fundação da Colônia Leopoldina, território conhecido hoje como Distrito de Helvécia.

Conforme Lucchesi et al. (2009), os primeiros indivíduos a chegar à região de Helvécia, três alemães, receberam sesmarias do Governo Geral e, mais tarde, juntamente com colonos franceses e suíços, fundaram a chamada Colônia Leopoldina, um importante reduto para o cultivo e a exportação cafeeira do Recôncavo Baiano, movido à mão de obra escrava. A colônia prosperou, de modo a responder por quase 90% da produção de café do país. O crescimento econômico da Colônia Leopoldina entrou em declínio a partir da expansão da produção para outras regiões e, sobretudo, pelo fim da escravidão.

Com a decadência econômica da colônia, por volta de 1880, ex-escravos e seus descendentes mantiveram-se na região em relativo isolamento, garantindo seu sustento por meio da agricultura de subsistência. Dados da ocupação demográfica da região de Helvécia (cf. Gráfico 4) reforçam essa realidade na medida em que apontam um crescente incremento

do contingente escravo adulto nascido na colônia de 1840 a 1880. Os dados sugerem um alto grau de filiação e continuidade geracional na população, compondo uma demografia, nos termos de Lucchesi et al. (2009), “estável e hermética”.

Gráfico 4 – Proporção de escravos africanos e de escravos brasileiros adultos e pré-adolescentes nas fazendas da Colônia Leopoldina



Fonte: Baxter e Lucchesi (1999) apud Lucchesi et al. (2009, p. 88)

O quadro sócio-histórico apresentado reflete-se como um importante testemunho da constituição do português brasileiro. Evidências linguísticas, flagradas inicialmente pela linguista Carlota Ferreira em 1961 (FERREIRA, 1984), apontaram a existência de um suposto português crioulo falado pelos moradores mais velhos, marcado por traços como a redução de morfologia verbal, a variação na concordância de gênero e o uso variável do artigo indefinido.

Esses e outros aspectos linguísticos foram revisitados e gravados inicialmente pelo projeto *Vestígios de línguas crioulas em comunidades afro-brasileiras*, na década de 90, e compilados, posteriormente pelo *Projeto Vertentes*. Desde então, têm servido de base para análises sistemáticas<sup>49</sup> que permitiram uma interpretação do português falado em Helvécia como resultado do aprendizado defectivo do português brasileiro pela população de escravos e seus descendentes.

Além dos aspectos destacados por Carlota Ferreira, as análises do português falado em Helvécia empreendidas pelo Projeto Vertentes detectaram a presença de alguns fenômenos comumente associados a situações de contato entre línguas, tais como: ausência de preposição em estruturas nominais (*folha de mandioca*); ausência de verbo copulativo (*esse aí é neto de Casemiro*); orações encaixadas sem complementizador (*ele disse ~~que~~ a irmã dele veio do*

<sup>49</sup> Em 2009, alguns trabalhos realizados no âmbito do projeto foram compilados no livro *O Português Afro-Brasileiro*, publicado pela EDUFBA e organizado pelos professores Alan Baxter, Ilza Ribeiro e Dante Lucchesi.

Rio); dupla negação verbal (*nenhum descarado num tá trabaiano não*); alternância dativa (*Dá pessoal muita lembrança*); uso generalizado das formas do presente (*meu pai é de cativoiro* – com o sentido de *meu pai era escravo*) (LUCCHESI et al. 2009, p. 93-94).

Dessa forma, do português criouliizado identificado por Carlota Ferreira na década de 1960, restou, 30 anos depois, uma variedade descrioulizada do português com aspectos salientes que nos permitem defini-lo como *português afro-brasileiro de Helvécia*. No intuito de ampliar a compreensão dessa variedade do português, foram investigadas outras comunidades afro-brasileiras, descritas a seguir.

#### 2.4.3.2 Cinzento

Politicamente ligada ao município de Planalto, no sudoeste baiano, a comunidade afro-brasileira de Cinzento localiza-se a 450 km de Salvador. Marcada por um relevo acidentado, a região, reconhecida oficialmente como remanescente de quilombo, tem sua origem associada à fuga de escravos. Nunes (2008) registrou um índice de aproximadamente 70 famílias residentes na comunidade, totalizando um número de 500 habitantes.

Estima-se que a ocupação de Cinzento remonta ao ano de 1800. Conforme Ferreira (1999), os primeiros habitantes se fixaram às margens do Rio Gavião. Dados colhidos a partir das memórias dos habitantes indicam que a comunidade possui mais de 200 anos e que os primeiros moradores chegaram fugidos do antigo Arraial do Creoulos, atual região de Rio de Contas.

A origem do nome da comunidade não é muito clara. A informante mais antiga do local (107 anos) forneceu uma explicação lendária ao documentador (cf. trecho da transcrição CZ-10, abaixo).

DOC: Me conta aí, com'ê... por que que Cinzento chama Cinzento?

INF: Diz o povo que... que, quano eles chegô, achô o Cinzento, mas diz que é poque ele não... os home mais veio diz que sumiu um boi...

DOC: Hum...

INF: ...O boi num 'pareceu mais não... ININT... o Cinzento era mato.

DOC: Hum.

INF: A [cada madêra assim], ó. Aí, o boi sumiu muntos tempo. Quano foi quato... três ano... quano foi com uns quato ano, o boi 'pareceu. Quano 'pareceu, 'pareceu Cinzento, aí eles foi veno o boi Cinzento, boi Cinzento, aí ficô. (CZ-10).

De acordo com Nunes (2008), essa narrativa do boi cinzento, embora conviva com outro mito fundacional<sup>50</sup>, é comumente recontada com certo consenso pelos habitantes como uma justificativa para a designação da comunidade. A autora, baseada em relatos coletados para sua pesquisa de mestrado, reforça a versão apresentada pela informante CZ-10:

Em tempos de muita fome e dificuldade no quilombo, foi encontrado um boi muito gordo perdido nas matas da região. Este fato foi interpretado como uma benção em resposta às dificuldades. O boi de cor cinza foi abatido ao redor da lagoa, havendo grande festa por três dias, passando o local a ser conhecido como Lagoa do Cinzento e não mais lagoa do Periperi. (NUNES, 2008, p. 39-40).

O registro, além de revelar a resistência de tradições tipicamente rurais, como as lendas, revela a configuração sociodemográfica do local: “Cinzento era mato”. Segundo Silva (2005), a geografia de Cinzento é caracterizada por um terreno pedregoso e pela escassez de fontes de água. Nesse cenário de difícil acesso, teriam se fixado escravos e crioulos que partilhavam, além dos traços raciais, uma realidade de subjugação e resistência. As marcas do passado quilombola deixaram vestígios evidentes na comunidade. Não raro, é possível encontrar informantes que relatam histórias de pais e avós escravos. Além disso, como bem salienta Silva (2005, p. 189), o fenótipo local é bem marcado: “os cinzentenses são pretos de pele bem escura. Todos muito parecidos devido à endogamia de segundo grau”. O traço de endogamia, segundo o autor, teria sido usado como recurso de autoproteção da comunidade, a fim de evitar a repartição de terras.

Esses traços de isolamento e manutenção parental da comunidade nos interessam particularmente, haja vista os desdobramentos linguísticos que podem favorecer. De acordo com Ferreira (1999), a partir de dados coletados dos moradores e de inventários e observações que fundamentaram sua pesquisa de mestrado, é um traço comum na comunidade a manutenção de modos particulares de ser e de viver, típicos do isolamento étnico-racial do povoado. O casamento entre parentes, a agricultura de subsistência e o preconceito sofrido pelo município no qual se inserem favoreceram um movimento de fechamento sócio cultural.

Vale destacar que, mesmo nos registros mais recentes, os quais identificam uma relativa abertura para os elementos exógenos, ainda resiste a preservação das tradições locais, tal como nos descreve Nunes (2008):

---

<sup>50</sup> A segunda versão, em geral contada por moradores da vizinhança de Planalto, associa o nome Cinzento à cor dos pés dos habitantes, repousados sobre as cinzas das fogueiras que aqueciam o frio inverno planaltense.

Para a comunidade de Cinzento, a TV possui força menor, mas ela tem acesso. No entanto, os meios de comunicação não exercem tanta influência devido à dificuldade de acesso aos mesmos e aos trabalhos desenvolvidos. As brincadeiras, as conversas, as comemorações em comum buscam a preservação da cultura comunitária. [...] Os efeitos da globalização nos remanescentes não superam a força da tradição. Nessas comunidades, vale a palavra dos mais velhos, e os novos costumes sofrem resistência e questionamento. (NUNES, 2008, p. 79).

Embora não haja, como em Helvécia, dados pretéritos sobre falares de Cinzento, o quadro apresentado sobre sua filiação escrava e seu modo de organização social são aqui assumidos como elementos suficientes para caracterizar essa comunidade como importante representante dos falares afro-brasileiros, afetados pelo contato do português com as línguas africanas.

#### 2.2.3.3 *Rio de Contas*

As entrevistas coletadas no ano de 1992 em Rio de Contas recobriram as comunidades geminadas de Barra e Bananal. Situado no Centro Sul baiano, o município integra a Região do Parque Nacional da Chapada Diamantina, importante polo de Ecoturismo da Bahia, distante de Salvador cerca de 736 km.

A ocupação do município data do final do século XVII e foi atravessada pela exploração das Bandeiras e pela descoberta de ouro na região, elemento crucial para o seu desenvolvimento. Como importante rota dos caminhos reais e de mineração, Rio de Contas experimentou crescimento expressivo até o início do século XIX.

Do ponto de vista da composição social, Rio de Contas, durante seu período áureo, caracterizou-se pela clivagem étnico-racial, com classes hierarquizadas principalmente pelo critério de cor, conforme descreve Capinan (2009, p. 134):

[...] em Rio de Contas existiam, basicamente, duas classes sociais caracterizadas pela hegemonia étnica de seus membros. A organização das classes numa pirâmide social permitia a averiguação de que o branco ocupava o topo (a elite) e o negro a base (o pobre). Entre um e outro extremo da pirâmide existia uma classe média, composta por brancos e negros ricos, porém, por meio de uma clivagem racial, essa classe era subdividida, cabendo ao negro um *status* social inferior e próximo à base da pirâmide. Tal estrutura social era reforçada ideologicamente pelo preconceito de cor.

Parte da realidade social retratada pode ser associada ao forte insumo escravocrata que fundamentou o desenvolvimento econômico da cidade, uma vez que essa era a mão de obra

principal do município até o começo do século XIX. É registrada, inclusive, a posse de escravos por proprietários de classe baixa e também a existência de cativos possuidores de escravos, com os quais pagavam a própria alforria. Segundo Capinan (2009), no município, a convivência dos escravos rio contenses com os trabalhadores livres e a proximidade das relações com os senhores diferenciam-se do processo geral de escravidão aplicado no Brasil.

As comunidades de Barra e Bananal, oficialmente certificadas como remanescentes de quilombo em 1999, se constituem em meio a esse cenário marcado pela exploração escrava e preconceito racial. Sua composição histórica escravo-descendente é pouco evidenciada nas narrativas dos moradores, de modo que, por vezes, é apagada uma possível associação com a escravidão na região, sendo referenciadas outras origens.

Dentre os mitos fundacionais, Capinan (2009) destaca, a partir de relatos de moradores, duas versões divergentes. A primeira remonta ao período anterior à chegada dos bandeirantes, segundo a qual os primeiros moradores seriam sobreviventes de um naufrágio de navio escravo e teriam seguido o curso do rio, fixando-se em diferentes áreas da Chapada Diamantina. Quando os bandeirantes chegaram e povoaram a região de Mato Grosso, encontraram esse povo escondido, que passou a ser escravizado em troca de roupa e comida. O presidente da Associação de moradores, um dos informantes entrevistados, destaca o preconceito racial e a segregação sofridos por esses escravos que eram usados exclusivamente para o trabalho, sendo obrigados a retornar à sua terra ao fim do serviço. A segunda versão, contada por uma informante de 68 anos, nega claramente a gênese escrava da comunidade:

Escravo não tinha tempo de fugir não. Escravo era... escravo quando sai do serviço era pé amarrado e braço. Aí ó, tá amarrado. Quando fugia um, era disnortiado [sic]. Não ia fugir de Rio de Contas mais Livramento pra ficar aqui não. Ele ia pra outro lugar mais distante.<sup>51</sup> (CAPINAN, 2009 p. 44).

Essa versão associa a fundação da região à exploração garimpeira, descolando sua formação de um passado escravo. Para Capinan (2009), destaca-se, no mito e no comportamento dos informantes durante as entrevistas, o fato de resistirem a um suposto passado escravo na gênese da comunidade.

---

<sup>51</sup> Relato colhido por Ubiraneila Capinan com moradores locais em sua tese dissertação de mestrado: CAPINAN, Ubiraneila. **O quilombo que renasce**: estudo de caso acerca dos impactos da política pública de certificação e de titulação do território sobre a identidade étnica dos quilombos remanescentes Barra e Bananal em Rio de Contas, Bahia. 2009. 205 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

Em certa medida, a análise de Capinan (2009) sobre o processo identitário das comunidades, revela que, após a abolição da escravatura no Brasil, “a presunção negra era manipulada depreciativamente pelo outro”. Em Rio de Contas, isso se acentuara de tal forma que ao negro restou a definição de um *status* social inferior se comparado com pessoas brancas, com fortes manifestações de preconceito racial. Para o autor, “é presumível que a escravidão, melhor dizendo, a possibilidade de antepassados terem sido subjulgados a essa condição, foi elaborada de forma a se constituir em amnésia estrutural” (CAPINAN, 2009, p. 142). Isso justificaria a evasão ao tema e a negação da ancestralidade escrava por parte de alguns membros da comunidade.

Atualmente, alguns fatores comprometeram o relativo isolamento da comunidade, como as relações com o entorno, ocasionadas pelo desenvolvimento turístico do município; a assunção de valores do catolicismo, religião predominante; e os incentivos advindos do reconhecimento como comunidade quilombola. Os incentivos chegam sob a forma de infraestrutura local e também como apoio concedido por Organizações não governamentais (ONGs) na educação de jovens, estimulados a frequentar a universidade dentro e fora do país (Cuba). Obviamente, esses fatores afetam também as trocas linguísticas, motivando a incorporação de alguns traços externos.

No entanto, de acordo com Lucchesi et al. (2009), no ano da gravação das entrevistas, a comunidade ainda preservava algumas características que revelam certo grau de isolamento, tais como a agricultura de subsistência, a endogamia e as condições precárias de saneamento e educação. Além disso, a forte manifestação do preconceito racial teria dificultado, no passado, o estreitamento da integração linguística desses indivíduos com as comunidades do entorno. Esse isolamento, motivado por diferentes fatores, pode ter afetado a constituição do português da comunidade, deixando marcas que nos fornecem evidências linguísticas interessantes.

#### 2.2.3.4 *Sapé*

Também conhecida como Sapé Grande e Sapé Alto, a comunidade de Sapé faz parte do município de Valença-BA, no Recôncavo Baiano, integrante da região conhecida atualmente como Costa do Dendê. De acordo com dados da Fundação Cultural Palmares, além de Sapé, há ainda no município mais seis comunidades certificadas como remanescentes de quilombo, a saber: Arueira, Buraco Azul, Jaqueira, Novo Horizonte I, Sarapuí, Vila Velha do Jequiriá.

Segundo Silva (2004), principal responsável pela coleta das entrevistas, a formação da comunidade é marcada pelo processo de escravidão. Grupos de negros, após a abolição da escravatura, teriam se fixado nessa região:

Os fazendeiros, para quitar suas dívidas com os ex-escravos, “doaram”-lhes pedaços de terra improdutivos, mais altos, sem trato e distantes da água. Esses ex-escravos ali permaneceram e casaram entre si aumentando a população local, e curiosamente, mantendo-se isolados. De acordo com Sr. João Barreto, foram cinco negras de uma família de oito que deram origem à comunidade (...) (SILVA, 2004, p. 80).

A relação com a escravidão é reforçada pelo relato de moradores, segundo os quais, no passado, eram encontradas nas fazendas recém ocupadas alguns artefatos que remetiam à presença escrava, tais como senzala e pelourinhos (troncos de tortura de escravos). Sob o olhar da investigação científica, os estudos históricos sobre a cidade e o povoado são raros.

Na ocasião da realização das entrevistas, 2004, o povoado constituía-se uma região muito carente de infraestrutura e recursos. Basicamente, as suas principais atividades mantenedoras eram a agricultura de subsistência e a produção de farinha. Os moradores, cerca de 100 habitantes, sobreviviam essencialmente do trabalho nas roças e apresentavam pouca motivação para deixar a comunidade. Esse comportamento, associado ao quadro histórico da escravidão, constituem elementos profícuos para uma possível manutenção de traços específicos na aquisição do português.

As comunidades afro-brasileiras comungam, portanto, conforme a Figura 11, de um passado escravo, cujo produto teria deixado evidências importantes no português popular.

Figura 11 – Gênese das comunidades afro-brasileiras



Fonte: Elaborada pela autora

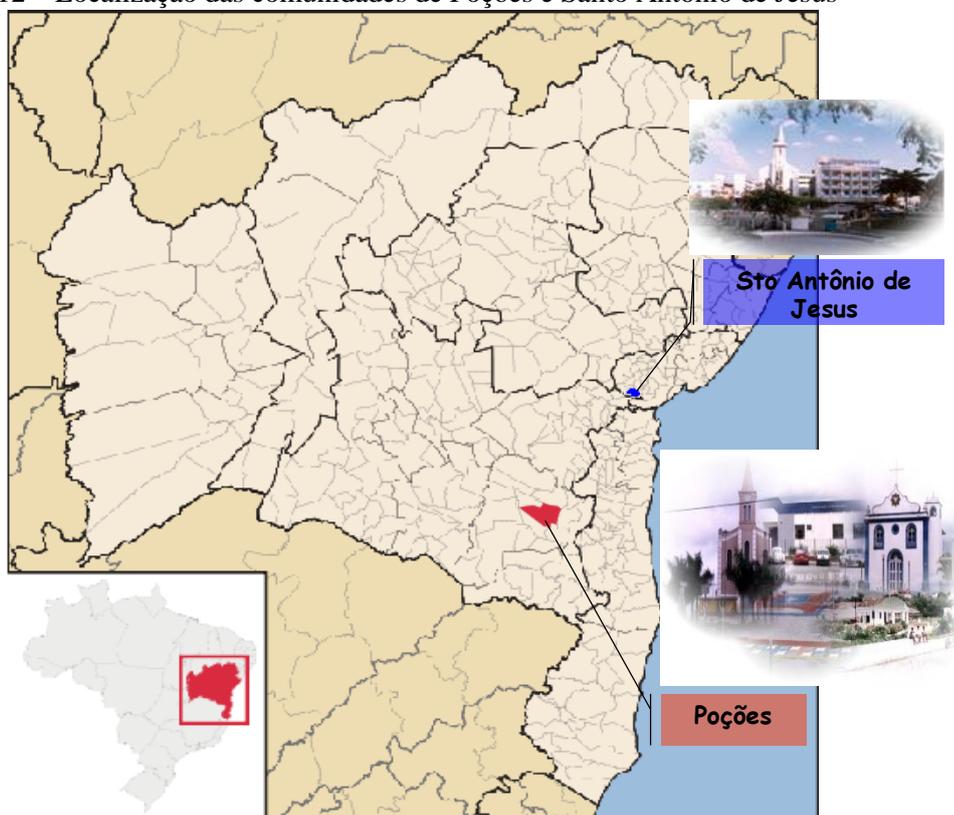
As evidências históricas apontam, no entanto, traços particulares em cada uma delas, sendo Helvécia a comunidade mais próxima da situação prototípica de *plantation*, comum nas

situações de TLI. Por essa razão, acredita-se que podem ser encontradas algumas diferenças linguísticas no que diz respeito à profundidade dos efeitos de contato.

#### 2.2.4 *O corpus do português popular do interior*

No intuito de reunir elementos para a compreensão da constituição e difusão do português popular da Bahia, o Projeto Vertentes iniciou em 2002 a constituição de um *corpus* representativo do português do interior, não marcado etnicamente. A mostra visou recobrir a diversidade do cenário baiano. Isso porque acreditamos que um panorama das normas populares baianas compõe-se de modo *continuum* por normas mais isoladas, afro-brasileiras, até as variedades mais centrais, mais afetadas pelos efeitos da urbanização e dos instrumentos educacionais e midiáticos. Desse modo, as comunidades do interior ilustram as normas intermediárias, afetadas de modo indireto pelo processo histórico de formação do Brasil, mas com relativa relação com as normas urbanas centrais, no nosso caso, o português popular de Salvador. Para tanto, foram escolhidas duas cidades do interior da Bahia: os municípios de Santo Antônio de Jesus e Poções (cf. Figura 12):

Figura 12 – Localização das comunidades de Poções e Santo Antônio de Jesus



Fonte: Elaborado pela autora com base no site IGBE- cidades:  
<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>

Para a composição do *corpus*, optou-se ainda pela diferenciação entre as sedes, mais desenvolvidas e urbanizadas, e as zonas rurais dos municípios, totalizando 48 entrevistas gravadas e transcritas.

As amostras do *português popular do interior* fazem parte da segunda etapa de trabalho do Projeto Vertentes, motivo que levou à reflexão e atualização de alguns aspectos metodológicos, tais como a faixa etária. Ao contrário da disposição contínua adotada no *corpus* do *português afro-brasileiro*, adotou-se, no português do interior, um intervalo de tempo entre as faixas etárias. Assim, foram delimitadas três faixas etárias, resguardando-se entre elas um intervalo de 10 anos: faixa I: 25 a 35 anos; faixa II: 45 a 55 anos; faixa III: mais de 65 anos. Desse modo, acredita-se caracterizar mais nitidamente o comportamento da geração, evitando falantes intermediários entre as fases.

O tempo em que o falante ausentou-se da comunidade e a localidade onde reside (sede ou zona rural) também foram aspectos incorporados na composição das amostras de fala (cf. Figura 9). Para os demais aspectos definidores do perfil dos falantes, mantiveram-se as variáveis estratificadas descritas na seção 2.2. Além da localização, há, entre as comunidades, algumas distinções em relação ao perfil socioeconômico e demográfico, o que nos permite avaliar diferentes elementos característicos do interior do estado.

#### 2.2.4.1 Santo Antônio de Jesus

O município de Santo Antônio de Jesus é um dos mais importantes do Recôncavo Baiano, destacando-se como importante polo comercial e de serviços de sua microrregião. Situada a 200 Km da capital do estado, a cidade registrou uma população de 77.368 habitantes em 2002<sup>52</sup>. Inicialmente, o território que deu origem ao município pode ter sido habitado por índios cariris, tupinambás e aimorés (SANTOS, 1999). Os primeiros assentamentos populacionais aconteceram por volta do século XVIII. A princípio, o território vinculava-se ao município de Nazaré, alcançando independência política e institucional em 1880.

Segundo dados do IBGE, o município apresentou grau de urbanização<sup>53</sup> de 85,62% em 2000. Vale destacar que tem sido cada vez mais frequente o deslocamento dos indivíduos da zona rural para a sede do município, motivados sobretudo pela necessidade de serviços

---

<sup>52</sup> As entrevistas do município foram coletadas em 2003, motivo pelo qual são utilizados aqui os dados do censo demográfico de 2000. Em 2010, a população do município contabilizou 90.985 habitantes, com estimativas de 100.550 habitantes para 2014, segundo dados do IBGE.

<sup>53</sup> Indica a porção da população residente nas áreas urbanas do município, no período considerado.

básicos, como saúde, educação e também pela busca por emprego. O desenvolvimento urbano da cidade deu-se com a evolução das atividades comerciais, desencadeadas, sobretudo, pelo incremento das vias de transporte ferroviário e rodoviário. Além do comércio, ponto alto da região, destacam-se como atividades econômicas do município a produção de gêneros agrícolas (amendoim, limão e laranja), a pecuária (criação de bovinos e muares) e a produção de fogos de artifício.

Ao desenvolvimento alcançado pela cidade estão atrelados problemas de crescimento populacional desordenado, tais como violência urbana e carência de infraestrutura. O município registrou, em 2000, densidade demográfica de 306,99 h/Km<sup>2</sup>, taxa muito alta se comparada ao índice estadual no mesmo período (23,16 h/Km<sup>2</sup>).

As entrevistas analisadas em Santo Antônio de Jesus foram coletadas em 2002, no entanto se fez uma segunda incursão ao município em 2006, a fim de substituir duas entrevistas que não cumpriam os requisitos necessários para compor o *corpus*.

#### 2.2.4.2 Poções

Situado na mesorregião do Centro Sul da Bahia, mais especificamente na microrregião de Vitória da Conquista, o município de Poções dista 444 km de Salvador e conta com uma população de 44.213 habitantes, sendo a maior parte concentrada na zona urbana (cf. IBGE, grau de urbanização de 71,93% em 2000). Dados do IBGE (2010a) registraram um contingente de 44.701 habitantes em 2010, indicando um baixo crescimento populacional no município. O índice revela um desenvolvimento bem inferior ao município de Santo Antônio de Jesus, com densidade demográfica de 45,86 h/km<sup>2</sup>.

A história do povoamento de Poções data da segunda metade do século XVIII. Além da presença europeia, há registros da presença indígena e africana (SILVA, 2005). A independência política do município só foi alcançada em 1883, quando foi desvinculado oficialmente de Vitória da Conquista.

As principais atividades econômicas do local são a agricultura (produção de café, feijão, tomate, mandioca, banana, milho, aipim e mamona) e a pecuária. Além disso, há destaque no setor de bens minerais pela produção de ferro e amianto. Do ponto de vista cultural, Poções é caracterizada pela manutenção de algumas tradições folclóricas, como o Reisado e a tradicional festa do Divino Espírito Santo, eventos frequentemente mencionados pelos informantes durante as entrevistas. A cidade ainda guarda muitos traços da tradição rural, pois, mesmo com o crescimento da cidade, pouco se modificou a paisagem local,

conservando-se um clima de calma, com pouca circulação de pessoas, e um forte apego às tradições religiosas.

Na zona rural do município, destaca-se o distrito de Morrinhos, eminentemente agrário, mas de grande importância para a região, pois, além dos insumos agrícolas que produz, concentra a barragem que abastece de água a cidade e regiões circunvizinhas.

### **2.2.5 O corpus do português popular de Salvador**

A inclusão de dados de Salvador no Projeto Vertentes e, destacadamente, no projeto desta tese, teve por objetivo recobrir a variedade urbana do português popular da Bahia.

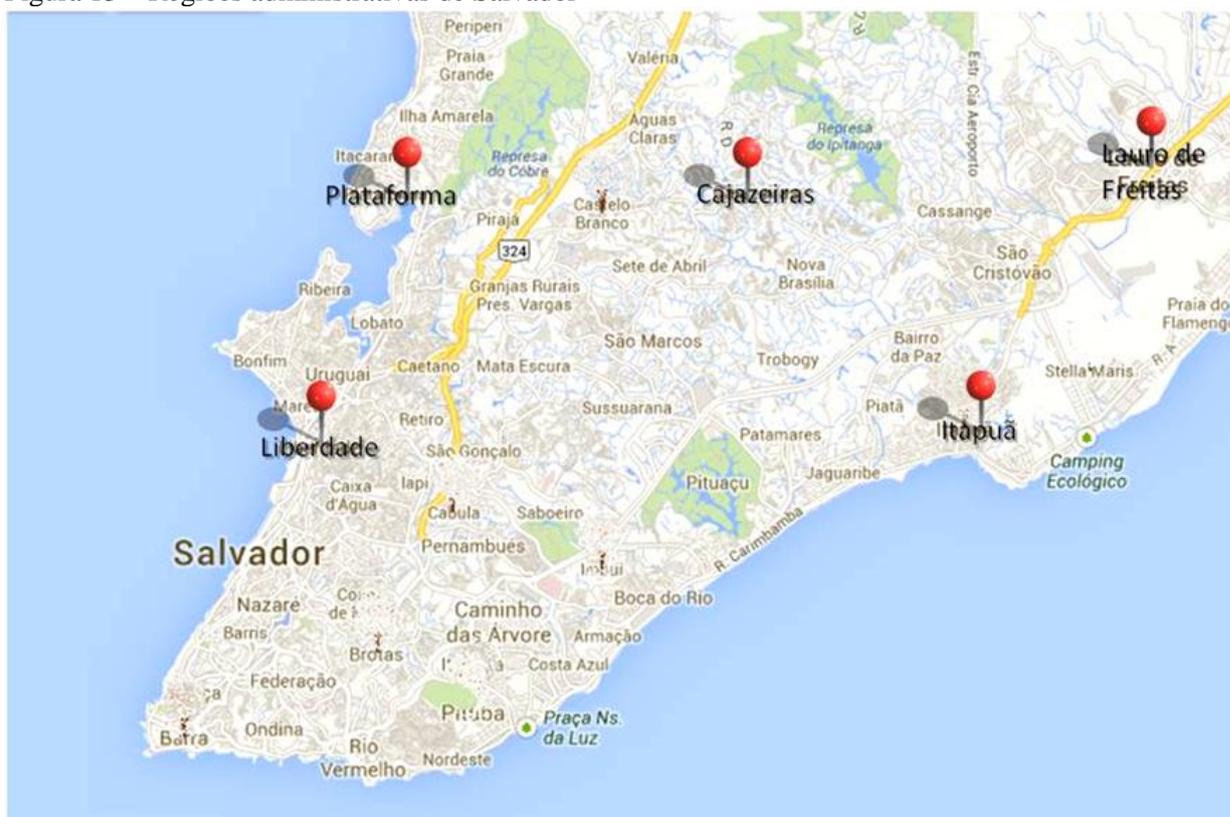
Caracterizada como uma cidade fragmentada e polinucleada<sup>54</sup>, o cenário sociodemográfico de Salvador é fortemente definido como um território de profunda desigualdade social: “o urbanismo moderno dos arranha céus e *shopping centers* por vezes se avizinha aos espaços onde a pobreza se faz absoluta” (ANDRADE; BRANDÃO, 2009, p. 105), como acontece com o elitizado bairro da Barra e sua indesejada vizinha, a ocupação de baixíssima renda, Calabar.

Ao longo do tempo, o Centro tradicional, palco da formação da cidade, perdeu sua importância e novas áreas ganharam centralidade. Registrou-se também o surgimento de novas regiões periféricas, algumas de crescimento desordenado e não planejado, como Bairro da Paz, resultado do alto índice de crescimento demográfico. Salvador ainda perdeu alguns limites territoriais emancipados, como a antiga Água Comprida (atual município de Simões Filho) e Santo Amaro de Ipitanga (atualmente município de Lauro de Freitas). Além disso, o entorno da cidade, a região metropolitana, passou a concentrar importantes polos econômicos que influenciam o município, como a produção industrial do Polo Petroquímico de Camaçari. A distribuição dos bairros de Salvador segue ilustrada na Figura 13.

---

<sup>54</sup> O adjetivo polinucleada, diz respeito à convivência em Salvador de vários centros e subcentros urbanos onde se concentram atividades como comércio e serviços, tais como o atual centro formado em torno do Shopping Iguatemi, atual Shopping da Bahia, Itapuã e São Cristóvão, Paripe e Periperi (no Subúrbio Ferroviário) e São Caetano (no Miolo central da cidade). (SANTOS, 2013)

Figura 13 – Regiões administrativas de Salvador



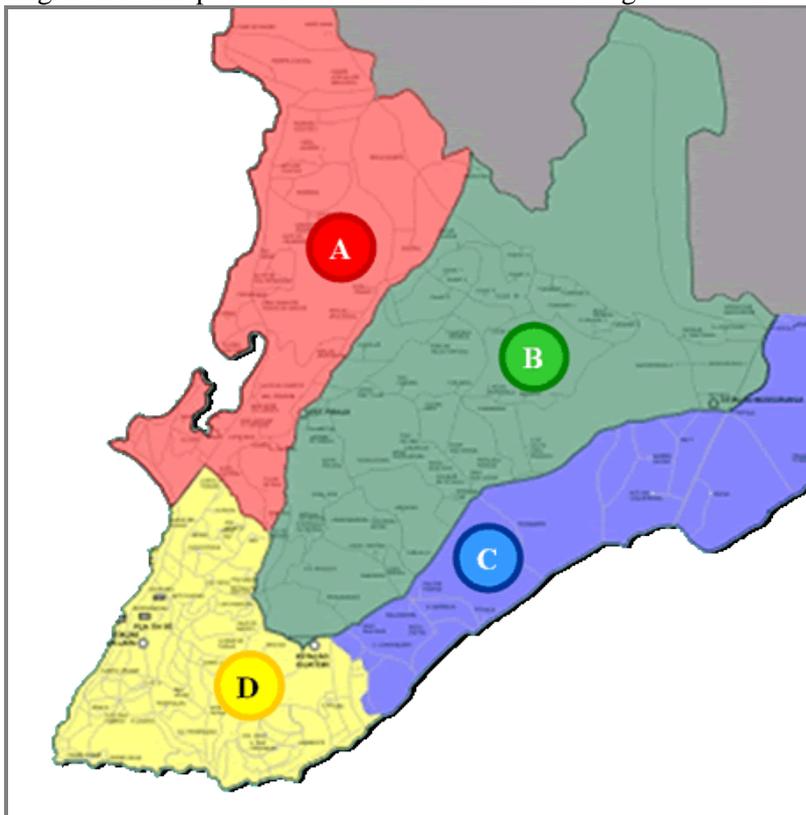
Fonte: Elaborado pela autora a partir do aplicativo MyMaps. Disponível em <<https://www.google.com/maps/d/u/0/?hl=pt>>

Vale destacar que a distribuição das regiões administrativas não coincide com a delimitação dos bairros da cidade, a qual, segundo informações do *Projeto Delimitação de Bairros*, apresenta divergências conforme o referencial adotado (VEIGA et al., 2012). Esse projeto, fruto da parceria da Universidade Federal da Bahia com órgãos institucionais do Estado, propôs uma delimitação de 160 bairros e três ilhas para a cidade de Salvador<sup>55</sup>.

Em termos macroestruturais, a extensão urbana da cidade organiza-se em quatro grandes áreas, conforme o mapa da Figura 14, da Prefeitura Municipal:

<sup>55</sup> A proposta do projeto, além de aspectos administrativos, adota uma compreensão mais complexa da dinâmica urbana para a delimitação dos bairros. Levou-se em conta, por meio de pesquisas e reuniões entre estudiosos e habitantes, aspectos simbólicos, como a identidade e pertencimento dos moradores, e aspectos urbanísticos.

Figura 14 – Mapa da cidade de Salvador - macrorregiões de Salvador



Fonte: site da Prefeitura Municipal de Salvador

A região A, definida como Subúrbio Ferroviário, concentra os bairros que começaram a emergir a partir da década de 70, paralelos ao desenvolvimento da malha viária e da linha de trem do local. Integram essa região os bairros de Plataforma até São Tomé de Paripe e Base Naval. Na região B, temos o que se designou Miolo, onde se concentram bairros de ocupação ainda mais recente, com alta densidade demográfica, como Cajazeiras, Pau da Lima, Tancredo Neves e Cabula. A região C, Orla Atlântica, é formada pelos bairros de Itapuã e Boca do Rio, além dos demais da Costa Leste da cidade. Na região D, o Centro, tem-se a parte mais antiga da cidade, com bairros históricos como Liberdade, Nazaré, Brotas e Federação, além das regiões da Barra e Ondina.

A delimitação do *corpus* representativo do português popular de Salvador considerou a cobertura dessas macroáreas, de modo que foi selecionado um bairro representativo do Centro (Liberdade), um bairro da Orla Atlântica (Itapuã), um bairro do Miolo (Cajazeiras) e um bairro do Subúrbio Ferroviário (Plataforma). Além desses, incorporamos a região metropolitana de Salvador, representada pelo município de Lauro de Freitas. Para essa escolha, levamos em consideração critérios geográficos, a importância demográfica e a relevância socio-histórica, cujas informações foram obtidas de análises bibliográficas e consultoria de profissionais da área de geografia da Universidade Federal da Bahia. Dessa

forma, foi possível traçar um *corpus* que acreditamos ser representativo da fala popular de Salvador, pois:

- (i) recobre as diferentes zonas do município: Centro (bairro da Liberdade), Orla Atlântica (Itapuã), Subúrbio (Plataforma) e Miolo da cidade (Cajazeiras);
- (ii) contempla divergências históricas em relação à origem, ocupação e expansão dos bairros, com regiões fundadas a partir da década de 50 (bairros antigos, como Liberdade e Plataforma) e regiões definidas como bairros novos, consolidadas após a década de 70, como Itapuã e Cajazeiras;
- (iii) leva em conta o trânsito e a incorporação das áreas fronteiriças, que, embora definidas atualmente como região metropolitana, são resultado da expansão demográfica e econômica da cidade e apresentam trânsito e interinfluência constante com o município de Salvador (Lauro de Freitas).

Conforme Quadro 9, foram selecionados homens e mulheres de três faixas etárias, com pouco ou nenhum acesso à escolarização. As células sociais foram compostas de modo a constituir um *corpus* base, formado por 12 inquéritos, mais um *corpus* reserva, com seis inquéritos, para cada bairro.

Quadro 9 – Organização do *corpus* base do português popular de Salvador<sup>56</sup>

FATORES SOCIAIS LOCALIDADE	SEX O	FAIXA ETÁRIA			TOTAL POR LOCALIDADE
		25 a 35	45 a 55	+ de 65	
Itapuã	M	2	2	2	12
	F	2	2	2	
Cajazeiras	M	2	2	2	12
	F	2	2	2	
Plataforma	M	2	2	2	12
	F	2	2	2	
Liberdade	M	2	2	2	12
	F	2	2	2	
Lauro de Freitas	M	2	2	2	12
	F	2	2	2	

Fonte: Elaborado pela autora

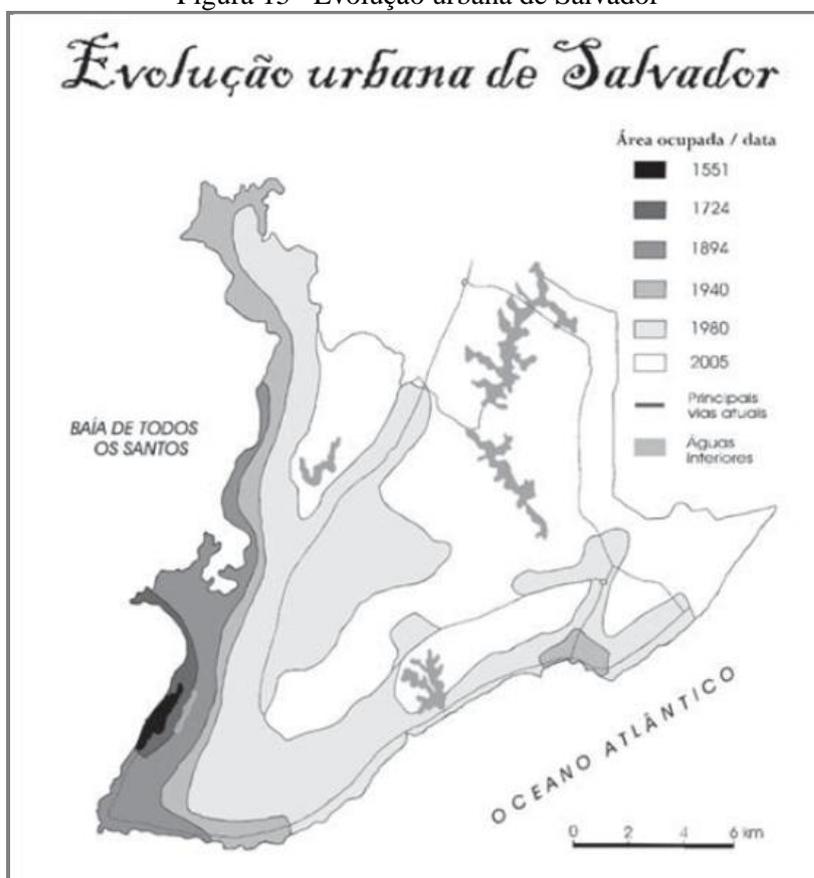
<sup>56</sup> Os dados informados no Quadro 3 foram extraídos do acervo do Projeto Vertentes e podem ser consultados no endereço eletrônico [www.vertentes.ufba.br](http://www.vertentes.ufba.br).

Cada uma das comunidades investigadas apresenta traços específicos, o que conduziu à delimitação de determinado perfil de falantes para as comunidades estudadas.

### 2.2.5.1 O bairro de Itapuã

O bairro de Itapuã localiza-se, conforme apresentado na Figura 14, na Orla Atlântica de Salvador. Distante do inicial centro administrativo do município (função inicial da colônia), as primeiras menções de sua ocupação referem-se a um parco desenvolvimento agrícola e à formação de vilarejos após o século XVII (AZEVEDO, 1969). Somente no século XX, são apontados indícios significativos de povoamento, a princípio na condição de balneários, onde famílias construam casas de veraneio que só mais tarde, com o desenvolvimento viário da cidade, seriam incorporadas ao tecido urbano. O mapa da Figura 15, apresentado por Andrade e Brandão (2009), demonstra as tendências de ocupação de Salvador ao longo do tempo, notadamente a ocupação incipiente de Itapuã somente a partir de 1940 e mais significativa entre 1980 e 2005.

Figura 15 –Evolução urbana de Salvador



Fonte: Andrade e Brandão (2009, p. 139).

A dinâmica de povoamento do bairro apresentada na Figura 15 conduziu à caracterização de Itapuã como integrante do grupo dos bairros mais novos no *corpus* investigado. Dentre os fatores que motivaram o desenvolvimento urbano da localidade na atualidade, Andrade e Brandão (2009, p. 113-114) apontam:

O bairro de Itapuã [...] teve seu crescimento populacional e certa diversificação econômica, [sic] vinculados à proximidade em relação ao vetor da avenida Paralela e ao setor hoteleiro e de turismo em geral, apesar da quantidade de áreas de favelas.

Além disso, o bairro é um ponto de conexão entre a cidade de Salvador e a região metropolitana, tendo em vista a proximidade e a facilidade de acesso aos municípios de Lauro de Freitas, Simões Filho e Camaçari.

A escolha de Itapuã para compor a amostra de dados representativos da fala popular de Salvador deveu-se a fatores de diferentes naturezas. Do ponto de vista geográfico, é representativo da zona C do município – Orla atlântica (cf. Figura 15). Do ponto de vista sociocultural, é um representativo polo cultural de Salvador, sendo reconhecido internacionalmente a partir das canções de Vinícius de Moraes e pelas importantes manifestações da tradição cultural soteropolitana, a exemplo da *Lavagem de Itapuã*, das *Ganhadeiras de Itapuã*, da *Festa da Baleia*, além de sediar o importante bloco afro-brasileiro *Male de Balê*.

Atualmente, a ocupação de Itapuã contrasta entre a tradição e a modernidade. De um lado, ruas inteiramente habitadas por antigos moradores que narram com saudosismo os tempos de uma Itapuã aprazível e pacata, ainda preservada em seus aspectos naturais e nos pontos turísticos (pouco atrativos em função da violência urbana). Do outro, a Itapuã da modernidade, entrecortada por invasões e baixas, afetada, como os bairros das demais metrópoles brasileiras, pelos problemas da ocupação desordenada, violência e tráfico de drogas, como nos conta uma informante:

Nasci e me criei aqui. Itapuã já foi bom. A gente dormia de porta aberta, ia po morro, esse morro aí grande, a gente brincava, tinha a lagoa do dois doido, a gente ia, tomava banho, num tinha problema nenhum. [...] Hoje em dia, a gente se encontra prisionera. Porque a gente num pode ficá com porta aberta, num pode recebê os amigo. Tem os amigo... num pode vim uma pessoa de fora. (ITA-07).

Após a etapa de reconhecimento e o recrutamento dos falantes (conforme descrito na subseção 2.2.5), definimos o perfil dos informantes do bairro. Além dos critérios comuns aos demais bairros e *corpora* do Projeto Vertentes, como faixa etária e escolaridade, os informantes do bairro de Itapuã apresentaram um perfil caracterizado como nascidos na localidade e com uma rede de relações local. Assim, todos os informantes coletados enquadram-se nesses dois últimos critérios sociais. A fim de garantir a representatividade do bairro, foram coletadas entrevistas de diferentes pontos da localidade, tais como, a colônia de pescadores da Rua K<sup>57</sup>, a Baixa do Soronha, Nova Brasília<sup>58</sup> e áreas centrais, como as Ruas Alto da Bela Vista, Guararapes e Ladeira do Abaeté.

#### 2.2.5.2 O bairro de Plataforma

O bairro de Plataforma faz parte do conjunto de bairros antigos que compõem a amostra de fala popular de Salvador. Conforme Santos et al. (2010), o nome do bairro tem seu surgimento associado a uma fortificação do século XVI que cumpria as funções de defesa da cidade. A região tem, segundo os autores, uma vista estratégica, sendo possível observar a Cidade Alta, a Ilha de Itaparica, a Ilha de Maré e a Ribeira.

A região integra o chamado Subúrbio Ferroviário de Salvador. De acordo com Carvalho e Pereira (2008), essa área popular da cidade alcançou expressivo crescimento populacional a partir do século XIX, com a implantação da linha férrea.

O subúrbio ferroviário teve sua ocupação impulsionada inicialmente pela implantação da linha férrea, em 1860, constituindo, a partir da década de 1940, a localização de muitos loteamentos populares, que foram ocupados nas décadas seguintes sem o devido controle urbanístico, com suas áreas livres também invadidas. (CARVALHO; PEREIRA, 2008, p. 86).

Do ponto de vista social, Plataforma integra uma das regiões mais precárias da cidade, com infraestrutura e serviços básicos carentes. A área é ocupada por uma população de 28.932<sup>59</sup> habitantes, caracterizados principalmente pelas baixas renda e escolaridade. A região

---

<sup>57</sup> Tradicional colônia com mais de 700 pescadores profissionais cadastrados, que ainda serve de fonte de renda para muitos pais de família. Atualmente funciona num regime de associação que procura organizar e viabilizar a pesca no local, a qual, segundo os moradores, está cada vez mais difícil.

<sup>58</sup> Zonas conhecidas como invasões, extremamente carentes de recursos e infraestrutura.

<sup>59</sup> Dados do censo demográfico de 2010. Fonte: IBGE (2010).

está compreendida no que o IBGE (2010b) define como *aglomerados subnormais*<sup>60</sup>, comuns em várias capitais e regiões metropolitanas, principalmente nas regiões Sudeste e Nordeste.

A partir da seleção preliminar de informantes, definimos como perfil característico do bairro falantes nascidos no local e com rede de relações centrada em Plataforma. As entrevistas realizadas sob a orientação dessa definição preliminar foram feitas principalmente na parte baixa do bairro, região conhecida como São João do Cabrito, onde se encontra uma colônia de pescadores, atividade desempenhada por alguns moradores como garantia de sustento.

### 2.2.5.3 O bairro da Liberdade

A formação do bairro da Liberdade data do século XVIII, a partir da estrada das Boiadas, trilha pela qual eram transportados os rebanhos bovinos do interior à capital. Na ocasião da independência da Bahia, essa estrada ganhou destaque como rota das tropas militares, passando a ser conhecida como estrada da Liberdade. Ao redor de uma das estradas mais importantes do Brasil do século XVIII, cresce uma região que passaria a ser conhecida pelo grande índice populacional, por sua riqueza cultural e por sua identificação afrodescendente (RAMOS, 2007).

Ramos (2007) aponta uma ancestralidade negra como traço constitutivo da população da Liberdade, destacando a presença de escravos e libertos no seu processo formativo. Alguns moradores mais antigos entrevistados relatam a filiação escrava da comunidade: “Tinha muitos que eram africanos mesmo, mas a maioria era filhos deles, os filhos da escravidão.” (Mãe Hilda, líder espiritual da comunidade do Ilê-Ayiê-Curuzu).

Atualmente, a Liberdade, com cerca de 190 hectares, é integrada pelas localidades de Soledade, Lapinha, Sieiro, Japão, Duque de Caxias, Curuzu, Cravinas, Bairro Guarani, Alegria, Jardim São Cristovão, São Lourenço e parte do Largo do Tanque e da Baixa do Fiscal. O extenso território situa-se na região que divide a Cidade Alta e a Cidade Baixa de Salvador.

---

<sup>60</sup> Conglomerado subnormal é definido pelo IBGE (2010) como “o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características abaixo:

- irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública).” (IBGE, 2010b, p. 2).

As entrevistas realizadas pelo Projeto Vertentes recobriram a Rua do Curuzu, o Pero Vaz, IAPI, a Feira do Japão e a Avenida Lima e Silva. Como realidades sociais sobrepujantes desses espaços, violência e falta de infraestrutura foram tópicos recorrentes nos diálogos. A história da comunidade também foi contatada pelos moradores, principalmente pelos mais velhos.

Os informantes que compõem o perfil da Liberdade, além dos traços comuns de faixa etária e baixa escolaridade, são indivíduos nascidos no bairro. Acreditamos que assim a identidade peculiar e tradicional do bairro seria recuperada pela amostra. Os falantes foram ainda caracterizados por uma rede de relações dispersa, pois é comum o exercício profissional dos moradores em localidades externas à comunidade, bem como o contato expressivo com indivíduos de outros bairros, atraídos para a Liberdade pelo comércio desenvolvido.

#### *2.2.5.4 O bairro de Cajazeiras*

O bairro de Cajazeiras é uma das regiões de origem mais recente entre as comunidades estudadas neste trabalho e foi composto inicialmente como conjunto habitacional popular na década de 80. Além de abrigar a crescente população, o conglomerado, formado inicialmente por 13 conjuntos habitacionais, foi concebido como via alternativa de crescimento da cidade, combinando, além da habitação, atividades comerciais e de serviços.

Dez anos depois, Cajazeiras passou a abrigar uma população expressiva, originária de outros bairros e também do interior do estado. Esse crescimento, associado ao incremento de muitas habitações não regulamentadas em encostas e demais áreas não habitadas, levariam Cajazeiras a compor dimensões inimagináveis, proporcionais aos seus problemas sociais e de infraestrutura. Há quem defina o bairro como outra cidade em Salvador, seja por suas dimensões (20 milhões de m<sup>2</sup>) ou pela distância do centro da cidade.

Por ser um bairro novo, o perfil delineado para os falantes das faixas II (45-55 anos) e III (+ de 65 anos) foi de indivíduos nascidos no interior e moradores do bairro há pelo menos quinze anos. Somente os falantes da faixa I (25-35 anos) são indivíduos nascidos no local. Não foi definido para o bairro um perfil quanto à rede de relações sociais, uma vez que as dimensões e a diversidade do bairro sugerem a existência de um perfil híbrido.

#### 2.2.5.5 A região metropolitana de Salvador, o município de Lauro de Freitas

O município de Lauro de Freitas, integrante da região metropolitana de Salvador, só alcançou sua emancipação política em 1960. Até então, esteve ligado a Salvador em diferentes condições: freguesia, zona, distrito ou subdistrito.

O território, com uma pequena extensão de 57,662 km<sup>2</sup>, localiza-se na área mais extrema de Salvador, fazendo limite com os municípios de Camaçari e Simões Filho e com o bairro de Itapuã. A população, conforme contagem do censo 2010, é estimada em um total de 163.449 habitantes. Além das atividades comerciais, e de um aporte industrial, a cidade ainda conta com um potencial turístico que movimenta sua economia.

Da seleção preliminar dos informantes, emergiu uma caracterização sociocultural em que predominou um perfil de indivíduos com rede de relações dispersas. Muitos moradores do local transitam, motivados pelas relações de trabalho e estudo, por municípios do entorno, como Salvador, Camaçari e Simões Filho. Além disso, a análise da exposição à mídia demonstrou um comportamento particular no perfil dessa comunidade, indivíduos mais jovens apresentaram um índice menor de exposição (média de duas horas diárias) do que os falantes mais velhos (média de seis horas).

Assim, o perfil dos informantes da fala popular de Lauro de Freitas pode ser sintetizado pelos critérios:

- i) **procedência do interior:** falantes nascidos no interior da Bahia, residentes em Lauro de Freitas há, no mínimo, 10 e 15 anos;
- ii) **exposição à mídia variável:** baixa exposição de falantes jovens e alta exposição dos falantes mais velhos;
- iii) **rede de relações dispersa:** indivíduos que mantêm relações sociais fora de sua comunidade de fala.

A seleção e a gravação das entrevistas dos informantes de Lauro de Freitas aconteceram entre os meses de outubro de 2007 e julho de 2008 e recobriram os bairros de Itinga, Portão e Vila Praiana. Devido à dificuldade de encontrar informantes que se enquadrassem no perfil definido ou que fossem receptivos à exposição exigida pelo trabalho, algumas entrevistas foram realizadas no centro de Lauro Freitas, a partir do contato com escolas públicas do município.

A escolha do município para compor o quadro representativo da fala popular soteropolitana justificou-se, do ponto de vista histórico, pela pertença da região a Salvador até 1960, de modo que os falantes coletados estão presentes em um importante cenário da tessitura social de Salvador. Além disso, dentre os municípios da região metropolitana, Lauro de Freitas, pela vinculação histórica e proximidade geográfica, apresenta um intenso trânsito cotidiano de seus moradores com os diversos bairros de Salvador.

Definido o nosso universo de observação, passamos à descrição do objeto de análise. Nos termos de Tarallo (1985), tratamos na seção 2.3 do “envelope da variação”, expondo a variável em estudo, suas variantes e seus possíveis contextos de realização.

### 2.3 O ENVELOPE DA VARIAÇÃO

Os falantes de uma língua têm a seu dispor diferentes formas linguísticas para expressar um significado. Dessa forma, podemos dizer que um fenômeno linguístico encontra-se em variação quando apresenta duas ou mais formas de ser expresso no mesmo contexto, conservando seu significado referencial. Tomando de empréstimo o jargão da estatística, designa-se o fenômeno em variação como *variável dependente* e suas diferentes formas de realização como *variantes*.

Conforme já descrito no primeiro capítulo, este trabalho centra-se no estudo das realizações **do modo verbal imperativo**. Esta é, portanto, a nossa variável dependente, definida como uma variável binária, realizada conforme o Quadro 10, a seguir:

Quadro 10 – Descrição da variável dependente

Variável dependente	Variantes	Exemplos
Realização do modo imperativo	a) Forma do indicativo	<b><i>Bota</i></b> sabão em pó e quiboa (Inf. ITA-01)
	b) Forma do subjuntivo	<b><i>Bote</i></b> as criança pra dormi cedo (Inf. ITA-01)

Fonte: Elaborado pela autora

As variantes do modo imperativo apresentam designações divergentes. Alguns autores, tais como Scherre et al. (2007), designam a forma (a) como **imperativo verdadeiro**, com base nas considerações sintáticas de Rivero (1994) e Rivero e Terzi (1995), ou ainda **imperativo associado ao indicativo ou ao subjuntivo**. Outros, como Faraco (1985/1986),

assumem a designação de **forma padrão** para as formas (b) do Quadro 10, tendo em vista o uso do pronome *você* ser a forma mais empregada no português brasileiro. Outros, como Sampaio (2001), ainda preferem a associação com as formas pronominais, assumindo os rótulos formas de 2ª e 3ª pessoa para as variantes (a) e (b), respectivamente. As diferentes designações, além de opções metodológicas, correspondem a diferentes interpretações teóricas e sócio-históricas do fenômeno.

O conceito de normas assumido nesta tese (LUCCHESI, 2004) leva em conta os usos e avaliações das formas linguísticas por uma comunidade de fala. Por esta razão, tratar as variantes como formas padrão e não padrão, sem uma reflexão sobre as diferentes formas de recepção por parte das comunidades de fala, seria, dentro dessa perspectiva, incompleto ou inadequado. As designações *formas de 2ª e 3ª pessoa* também não recuperam a distinção presente entre as formas, uma vez que, no português popular, as formas pronominais de 2ª e 3ª pessoa do indicativo apresentam a mesma flexão verbal (*tu/você pega*). Assim, nos parece mais adequado tratar as formas por meio de sua derivação morfológica, como formas do indicativo (*pega*) e de subjuntivo (*pegue*).

Consideramos, para a definição das variantes, o sentido proposto por Labov (1978): “[...] duas sentenças que se referem ao mesmo estado de coisas possuem o mesmo valor de verdade.”<sup>61</sup> (LABOV, 1978, p. 2, tradução nossa). Assim, assumimos que as formas por nós designadas como **indicativa** (canta/não canta) e **subjuntiva** (cante/não cante) apresentam o mesmo valor referencial de expressão do modo imperativo e, portanto, constituem-se variantes de uma mesma variável.

As variantes aqui definidas foram levantadas e codificadas conforme uma chave de fatores que considerou aspectos do encaixamento linguístico e social. Nas próximas seções, apresentamos os critérios de levantamento dos dados, os fatores considerados na codificação e o instrumento estatísticos utilizado na análise.

### 2.3.1 Considerações sobre o levantamento da variável dependente

O levantamento das ocorrências descritas no envelope da variação deu-se de modo exaustivo. Assim foram recolhidas todas as ocorrências do modo imperativo referentes à segunda pessoa, expressas na forma do indicativo (*canta*) ou subjuntivo (*cante*), em construções afirmativa ou negativa. A opção pela exaustão tem em vista a particularidade da

<sup>61</sup> “[...] two utterances that refer to the same state of affairs have the same truth-value.”. (LABOV, 1978, p. 2).

estrutura imperativa e a baixa ocorrência do fenômeno em estudo no gênero textual analisado, as entrevistas sociolinguísticas. Nos diálogos entre documentador e informante nem sempre situações que envolvem ordem, pedido ou exortação são evidenciadas, pois o tipo de enunciação mais frequente é a narrativa de eventos. No entanto, além de atos de fala diretivos dirigidos ao interlocutor (*Apareça umas hora pra você vê o corre-corre* – SUB-05<sup>62</sup>), foram encontradas nas narrativas empreendidas pelos falantes situações de discurso reportado em que o falante simula uma ordem dada ou recebida de um interlocutor (*Daí, ligô pra mim, falô: Rapaz, volte logo* – LAU 02). Além disso, há muitas situações em que o falante interage com um interlocutor circunstante impelindo-lhe determinado comportamento, tais como vizinhos ou crianças que aparecem esporadicamente durante as entrevistas (*Vá brincá pra lá* – SUB-10). Foram levantadas, portanto, todas as ocorrências do modo imperativo, conforme definido no envelope da variação, nos inquéritos que compõem o universo de observação.

Durante o levantamento, identificaram-se alguns contextos inválidos para a análise do fenômeno. Vale destacar que, em algumas circunstâncias, as ocorrências a serem descartadas são tão importantes para a obtenção de bons resultados quanto os dados válidos. Isso porque, dados que envolvem neutralizações, cristalizações ou contextos impróprios para o estudo do fenômeno podem fornecer falsos resultados e comprometer a análise. Dessa forma, partindo do pressuposto de que podem comprometer análise da variação, foram descartadas as seguintes ocorrências:

- a) **Expressões cristalizadas:** expressões consolidadas nos usos, empregadas como expressões idiomáticas, gírias ou letras de música;

(44) DOC 1: Inventaram até uma musiquinha, num foi... inventaram até uma musiquinha, só porque tem os... a ôtra.

INF: “*Chupa que é de uva*” (INF12 CAJ)

A sentença exposta no exemplo é proveniente de uma letra de música popular usada como grito de provocação de uma torcida de futebol baiana. Acredita-se que, embora o contexto admita a variação, trata-se de um uso cristalizado, um trecho musical reportado pelo falante, não correspondente a um dado variável de fala vernácula.

---

<sup>62</sup> As siglas apresentadas após os exemplos extraídos dos *corpora* dizem respeito ao bairro e informante em que foram coletadas. Assim, LAU corresponde a Lauro de Freitas; SUB, ao bairro de Plataforma, no Subúrbio Ferroviário; ITA, Itapuã; CAJ, Cajazeiras e LIB, Liberdade.

b) **Neutralizações:** situações em que não é possível precisar a variante empregada.

(45)a. *Ah, ôh mãe, dêxa a gente brincá mai um pôquinho.* (INF07 - LAU)

b. *Ah dêxe ela ir*<sup>63</sup> (INF07 - LAU)

c. *Bot'uma aí* (Inf 03 - SUB)

Nos casos de neutralização, nem sempre é possível atestar a realização do morfema de indicativo (*deixA*) ou de subjuntivo (*deixE*) devido à amálgama do morfema com o elemento subsequente. Na elisão do morfema modo temporal ilustrada nos exemplos em (45), não é possível precisar o processo fonológico envolvido de maneira a garantir a variante empregada. Assim, num exemplo como *Ah, dêx'ela ir* pode estar presente uma ressilabação (*deixa* + elisão + *ela*) ou uma crase com a vogal subsequente (*deixe* + *ela*). Mesmo que assumamos como parâmetro o emprego da forma mais frequente da comunidade, isso não passaria de uma conjectura e ainda não teríamos certeza de qual é a variante efetivamente usada, o que poderia afetar a quantificação dos dados. Por esta razão, nos casos em que a pronúncia dos dois segmentos é fundida, optou-se pela exclusão da ocorrência.

As formas em que a realização morfológica de uma das variantes apresenta diferenciações em seu radical foram mantidas, bem como as situações em que os segmentos são claramente pronunciados, sendo possível sua identificação no nível fônico.

Levando em conta a definição da variável e de suas variantes, bem como dos contextos a serem descartados, passamos à codificação dos dados, a qual considerou os hipotéticos encaixamentos linguísticos e extralinguísticos a serem analisados.

## 2.4 VARIÁVEIS EXPLANATÓRIAS CONSIDERADAS NO ESTUDO

O termo *variável*, além de designar o fenômeno em estudo (*a variável dependente*), pode ainda referir-se aos grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionam a realização das variantes (MOLLICA, 2004). Nesse caso, são denominadas *variáveis independentes* ou *explanatórias*. No estudo sociolinguístico, esses grupos de fatores são constituídos a partir de hipóteses explicativas para o emprego das variantes e são organizados

---

<sup>63</sup> Embora os exemplos tenham sido transcritos com a realização clara do morfema modo temporal, a audição das entrevistas demonstrou uma realização aglutinada.

em uma chave de codificação que serve de subsídio para a análise dos dados. Do ponto de vista teórico, tal empreitada metodológica visa responder ao problema do encaixamento da variação em estudo.

Na perspectiva teórica da Sociolinguística, o **problema do encaixamento** (*embedding problem*) sustenta-se na noção de que nenhuma mudança acontece no vácuo, mas antes se encontra encaixada nas estruturas linguística e social circundantes. Conforme Labov (2008 [1972], p. 193), o problema do encaixamento está associado à noção de covariação, seja esta com aspectos intra ou extralinguísticos. A esse respeito, Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968], p. 123) afirmam que “a estrutura linguística mutante está ela mesma encaixada no contexto mais amplo da comunidade de fala, de tal modo que variações sociais e geográficas são elementos intrínsecos da estrutura”.

Diante da necessidade de se responder ao problema do encaixamento, a definição e investigação de contextos condicionantes da variação se constituíram etapas cruciais da pesquisa sociolinguística (TARALLO, 1985). Metodologicamente, esta etapa, precedente à análise, consiste na delimitação dos grupos de fatores, ou variáveis independentes, que servirão de parâmetro para codificação das ocorrências levantadas nos *corpora* e sua subsequente análise.

Esses grupos de fatores, definidos a partir da revisão dos estudos sociolinguísticos acerca do tema (cf. seção 1.3) e da reflexão sobre o fenômeno e a estrutura social em que se insere a variação, serviram de base para a definição do conjunto de variáveis explanatórias aqui apresentadas. Expomos a seguir a nossa apreensão dessas variáveis, levando a cabo as tarefas de apresentação, exemplificação e, quando pertinente<sup>64</sup>, das hipóteses de trabalho.

#### **2.4.1 Variáveis explanatórias sociais**

As variáveis sociais definidas para o estudo consideram os fatores sociais já discutidos na subseção 1.3.1, bem como aspectos característicos das comunidades estudadas (cf. seção 2.2). Assim, são consideradas seis variáveis sociais na codificação das ocorrências do imperativo encontradas nos nossos *corpora*. Os fatores definidos para cada grupo seguem descritos a seguir:

---

<sup>64</sup> Em função do caráter comparativo dos nossos dados, optamos por apresentar as hipóteses junto aos dados quantitativos para algumas variáveis sociais. Acreditamos que assim será mais fácil explicitar as diferentes tendências esperadas para cada amostra.

1. *faixa etária*: faixa I (20 a 40 anos), faixa II (40 a 60 anos), faixa III<sup>65</sup> (mais de 60 anos)<sup>66</sup>;
2. *sexo dos informantes*: masculino e feminino;
3. *nível de escolaridade*: analfabeto (sem contato com a escolarização) e semialfabetizado (baixo contato com a escolarização);
4. *estada fora da comunidade*: falantes que estiverem fora da comunidade por um período superior a seis meses;
5. *nível de exposição à mídia* (exposição à televisão e rádio): alta (mais de 4 horas diárias), baixa (até duas horas diárias) e religiosa (exposição prioritária a programas religiosos – evangélicos);
6. *rede de relações sociais*: rede concentrada na comunidade de fala, rede dispersa por outras comunidades.

Conforme apontado na revisão dos trabalhos sociolinguísticos sobre o imperativo (seção 1.3.1), a faixa etária tem indicado resultados importantes. Particularmente para os dados da Bahia, entre os dados de fala da norma culta de Salvador, a faixa 1 apresentou um possível quadro de mudança em favor do indicativo, variante inovadora da comunidade (SAMPAIO, 2001). Esperamos, a partir da análise dessa variável em nossos *corpora*, reunir elementos que nos permitam identificar quadros de variação estável ou mudança para as variedades do português popular do estado, colaborando para a composição da variação do imperativo na Bahia. Acreditamos que o comportamento desse grupo de fatores apresentará dados que nos permitirão confrontar as variedades rurais e urbanas do estado e suas tendências de mudança, contribuindo para a compreensão do processo de dialeção do português.

Para a variável sexo do falante, levamos em consideração a complexidade de se estabelecer uma leitura absoluta sobre o comportamento linguístico de homens e mulheres nos diferentes cenários sociais por nós observados. As hipóteses aqui propostas, reconhecemos, partem de uma leitura superficial e correlata à percepção dos comportamentos desses mesmos falantes em outros fenômenos linguísticos já estudados no âmbito do Projeto Vertentes.

---

<sup>65</sup> Entre os falantes das comunidades afro-brasileiras, considerou-se ainda uma quarta faixa etária, falantes com mais de 80 anos (cf. seção 2.4).

<sup>66</sup> Para os falantes do português popular do interior (Santo Antonio de Jesus e Poções), reiteramos que foi considerado um lapso temporal entre as faixas, assim, tem-se: faixa I (25 a 35 anos), faixa II (45 a 55 anos); faixa III (mais de 65 anos).

Recorremos ainda ao perfil dos informantes masculinos e femininos exposto nas fichas de identificação, bem como nos relatos pessoais apresentados durante as entrevistas e pressupostos teóricos delimitados na subseção 1.3.1.

Com base nessas considerações, partimos da hipótese de que, para o contexto rural, a permanência das mulheres nas comunidades e a dedicação destas às tarefas ligadas à rotina domiciliar favoreceriam a manutenção das formas locais. Dessa forma, nesse contexto, os homens favoreceriam as formas exógenas à comunidade. Vale destacar que, nos contextos rurais observados, os homens tendem a manter um intercâmbio linguístico maior que as mulheres, pois saem mais da comunidade em busca de trabalho. A importância desse comportamento é recuperada pela variável *estada fora da comunidade*, considerada nos dados do português rural, com a qual esperamos aferir se as migrações dos indivíduos para outras cidades, motivadas, sobretudo, por interesses profissionais, afetam o desempenho linguístico dos informantes.

No que diz respeito ao tratamento da variável sexo nas comunidades urbanas, relembremos que os dados já existentes sobre o imperativo em Salvador apontam as mulheres como favorecedoras das formas indicativas. Este comportamento seria, segundo Sampaio (2001), resultado da influência exercida pelo padrão mais frequente nos centros de prestígio, difusores de cultura de massa do país – Rio de Janeiro e São Paulo. Para nós, as formas indicativas, se presentes no português popular urbano da Bahia, devem estar associadas a marcas precedentes advindas do interior do estado e não seriam, portanto, formas de prestígio.

Ainda no intuito de recobrir a influência dos fatores sociais, observamos em que medida o contato com a escolarização afeta os usos do imperativo. Vale salientar que o nosso estudo tem na escolarização, variável controlada na composição dos *corpora* (cf. seção 2.2), um importante caracterizador da condição sociolinguística dos informantes, tendo em vista o pouco acesso a este direito pelas classes mais desprestigiadas, falantes das normas populares. Nesse sentido, nossos fatores não são definidos em função dos níveis de escolaridade, mas sim numa variável binária:

- i) Falantes analfabetos: indivíduos com nenhum contato com a escolarização;
- ii) Falantes semiafabetizados: indivíduos com pouquíssimo contato com a escolarização.

Considerando as evidências apresentadas na subseção 1.3.1, assumimos que a escolarização é um traço importante do encaixamento social da variação em estudo. Nossa

análise prevê identificar em que medida o efeito da escolarização aproxima-se do já encontrado por Sampaio (2001) e Jesus (2006), com falantes escolarizados favorecendo as formas indicativas. Nossa hipótese é de que, ao contrário das normas cultas, a escolarização favoreça a aquisição de formas subjuntivas, no português popular da Bahia.

As especificidades do contexto urbano, bem como a maturidade das pesquisas desenvolvidas no Projeto Vertentes conduziram à inserção de suas novas variáveis na composição das amostras de Salvador: *exposição à mídia e rede de relações sociais dos falantes*.

Para o controle da *exposição à mídia*, foram especificados inicialmente dois níveis: exposição baixa e exposição alta. A definição desses valores levou em consideração o tempo de exposição diária e a natureza dos programas assistidos. No entanto, durante a realização das entrevistas, percebeu-se um tipo específico de exposição, o que determinou a inclusão de um terceiro valor para a variável: exposição à mídia religiosa. Um grupo de falantes, devido à vinculação com as religiões evangélicas, apresentou predileção, quando não exclusividade, pelos programas de rádio e televisão de cunho religioso<sup>67</sup>. Considerando que nesse tipo de programa, principalmente pela influência da leitura do texto bíblico, predomina o emprego de textos orais mais formais e próximos da norma-padrão, optamos por isolar esse tipo de influência midiática. Em síntese, partimos da hipótese de que a análise dessa variável revelará a influência da exposição alta à mídia como um importante encaixamento para a realização das formas indicativas. Tem-se em vista a circulação da variante indicativa (*canta*) na mídia televisiva proveniente da região Sudeste, polo difusor dos meios de massa. A exposição às produções midiáticas dessas regiões, além de favorecer o convívio com diferentes realizações linguísticas, confrontam os falantes com delimitações importantes sobre a avaliação desses usos.

O tratamento da variável *rede de relações* sociais pautou-se nas considerações de Milroy (2004) e Bortoni-Ricardo (2011). Parte-se do pressuposto de que os usos linguísticos podem ser afetados pela densidade e natureza dos vínculos sociais exercidos pelos falantes de uma comunidade em suas interações sociais. De acordo com Bortoni-Ricardo (2011, p. 95), a utilidade do conceito de redes para os estudos sociolinguísticos reside no fato de que “ele se apresenta em um nível mais baixo de abstração em relação à comunidade de fala”. Para

---

<sup>67</sup> Vale destacar que, dentre a população de Salvador com idade de 25 ou mais com nível de escolaridade sem instrução ou fundamental incompleto (perfil característico dos nossos informantes), 111.539 declaram-se como de religião evangélica, esta superada apenas pelo índice de declarantes da religião católica: 275.669. (IBGE, 2010).

Milroy (2004), as redes são categorias sociais capazes de recuperar a dinâmica subjacente à interação social entre os indivíduos. Com base em características como densidade e redundância dos vínculos, Bortoni-Ricardo (2011) diferencia redes abertas e fechadas. A densidade das redes diz respeito à quantidade de vínculos desempenhados pelo indivíduo na comunidade. Em redes menos densas (tessitura larga), os indivíduos tendem a estabelecer poucos vínculos com os membros da comunidade. Nas redes mais densas (tessitura miúda), o número de vínculos estabelecidos entre os membros da comunidade tende a ser maior. A redundância dos vínculos diz respeito à natureza dos vínculos estabelecidos. Nas palavras da autora,

Um vínculo entre duas pessoas será unilinear ou uniplex se elas estiverem relacionadas somente em uma capacidade, por exemplo, como empregador/empregado. Ele será multilinear ou multiplex se elas estiverem ligadas de muitas maneiras, por exemplo, como parentes, amigos, colegas de trabalho, vizinhos etc. (BORTONI-RICARDO, 2011, p. 92).

Redes fechadas, com alta densidade e multiplexidade, costumam ser características de comunidades rurais ou tradicionais. As redes mais modernas, como as comunidades urbanas metropolitanas, tendem a ser caracterizadas como redes fechadas, com baixa densidade e uniplexidade.

Em nosso trabalho, a investigação desses aspectos iniciou-se, conforme já sinalizado, ainda na fase da coleta das amostras de fala. A princípio, buscou-se a descrição do perfil dos indivíduos selecionados, partindo-se da identificação do tipo de relações sociais estabelecidas pelos informantes nas comunidades, mais locais, concentradas no bairro, ou mais dispersas. Da análise inicial, alcançamos a compreensão de que os bairros de Salvador apresentam perfis diferenciados quanto às redes sociais. Bairros como Itapuã apresentam uma rede predominantemente local, ou seja, as principais relações são estabelecidas dentro do próprio bairro; em bairros como Plataforma, o perfil característico dos informantes é de rede dispersa, de modo que os informantes desempenham atividades ou papéis sociais em diferentes regiões da cidade. Dessa forma, os fatores *rede local* e *rede dispersa* passaram a constituir um aspecto caracterizador do perfil dos bairros, orientando a recolha das amostras. O contraste entre os usos nos permitirá identificar a hipótese apresentada por Milroy (2004), para quem: “Redes sociais constituídas principalmente de vínculos fortes (densos e multiplex) mantêm normas

linguísticas locais, resistindo a pressões para adotar normas externas concorrentes.<sup>68</sup>” (MILROY, 2004, p. 550, tradução nossa). Investigamos, portanto, a hipótese de que as comunidades cujos falantes apresentam redes sociais mais dispersas tenderiam a favorecer o incremento das formas variantes externas ao padrão local.

## 2.4.2 Variáveis explanatórias linguísticas

Tal como as variáveis consideradas para a investigação do encaixamento social, a definição dos grupos de fatores linguísticos partiu das reflexões dos estudos sistematizados na seção 1.3. Assim, para a composição da nossa chave de codificação foram delimitados fatores ligados ao verbo, à estrutura da sentença e ao contexto discursivo. Aos grupos discutidos e exemplificados na revisão teórica, foram acrescentadas algumas adaptações atinentes à variedade de português por nós estudada. Além disso, novos grupos de fatores e modificações em fatores já existentes foram incorporados à análise em função das reflexões desenvolvidas sobre o tema.

### 2.4.2.1 Abordagem do item verbal

Sem desconsiderar a complexidade do item verbal no que tange à variação do imperativo, para o tratamento dessa variável, optou-se por adotar uma chave de codificação que cumprisse, tanto quanto possível, os critérios de ortogonalidade e exclusividade (GUY; ZILLES, 2007). Dessa forma, foram definidos grupos que abordassem particularmente cada um dos aspectos que caracterizam as formas verbais, tais como *morfologia verbal* (forma simples ou locução), *paradigma flexional do verbo* (regular ou irregular), *paralelismo fônico* e *saliência morfofonológica*.

A definição do fator *morfologia verbal* teve como objetivo atestar o efeito do emprego de uma forma verbal simples ou de uma construção perifrástica na realização do imperativo, fatores controlados e significativos na amostra de fala observada por Sampaio (2001), conforme já apresentado na subseção 1.3.2. Para esta variável dependente, definiram-se os seguintes valores exemplificados em (46) e (47):

---

<sup>68</sup> “Networks constituted chiefly of strong (dense and multiplex) ties support localized linguistic norms, resisting pressures to adopt competing external norms.” (MILROY, 2004, p. 550).

a) **Forma simples:**

- (46) a. *Não vai lá!* (ITA-10)  
 b. *Ó, não vá pr'ali,* (ITA-10)

b) **Forma locucional:**

- (47) a. *Minha filha, vai descansá!* (ITA-06)  
 b. *Vá estudá, vá costurá, (...) num tá no tempo de namorá não!* (ITA-06)

Para o tratamento do paradigma flexional do verbo, consideramos os padrões de regularidade e irregularidade, definidos nos seguintes termos:

- a) **Verbos regulares:** verbos em que não há variação no radical quando flexionado, seguindo o modelo de flexão proposto para sua conjugação: Ex.: *cantar, comprar*.
- b) **Verbos irregulares:** verbos que apresentam mudança no radical ou na flexão<sup>69</sup>. Ex.: *Saber, dizer, ser, ir*.

No cômputo das variáveis ligadas aos verbos, incluímos para a codificação das ocorrências verbais a variável *paralelismo fônico*, considerando a relevância já apontada pelos estudos (SCHERRE et al., 1998; SCHERRE et al. 2000a; JESUS, 2006). Os valores definidos para esta variável levam em consideração o modelo proposto no trabalho de Scherre et al. (1998) e são descritos a seguir.

- a) **Forma de primeira conjugação, vogal precedente [-aberta]:** *cantar, vender, costurar;*
- b) **Forma de primeira conjugação, vogal precedente [+aberta]:** *levar, falar, botar;*
- c) **Forma de segunda conjugação:** *vender, fazer;*
- d) **Forma de terceira conjugação:** *sair, cair.*

---

<sup>69</sup> Considerou-se nesse grupo os verbos irregulares com alteração no radical (*dizer – diga*) em relação à forma subjuntiva ou mudança no modelo da flexão proposta para sua conjugação (*estou – canto*). Incluem-se ainda nesse grupo os verbos anômalos tais como *ser, ir*, cujos radicais apresentam, quando conjugados, radicais primários diferentes.

Com base nos aspectos revisados na subseção 1.3.2 e nas hipóteses propostas em estudos sobre o tema, investigaremos nas amostras em análise como a *conjugação verbal* interfere na realização das formas imperativas. Nossa hipótese recai principalmente no efeito esperado para os verbos da primeira conjugação, os verbos com vogal precedente [-aberta] favoreceriam a realização do morfema derivado do subjuntivo, também [-aberto] nos verbos desse paradigma (e.g. *cante*). No mesmo sentido, quando a vogal precedente é [+aberta] a forma favorecida seria a indicativa (e.g. *leva*). Haveria, portanto, uma espécie de harmonização vocálica entre a vogal precedente e a vogal do morfema.

Nosso olhar sobre a morfologia verbal observou ainda o efeito do nível de saliência no condicionamento do imperativo. Seguindo as tendências morfofonológicas exercidas pela variável *saliência fônica* para outros fenômenos linguísticos e as considerações apontadas por Scherre (2004) para o imperativo, postulamos uma escala de saliência aplicável ao modo imperativo, apresentada no Quadro 11, a seguir.

Quadro 11 – Níveis de saliência morfofonológica entre as variantes do imperativo

MACRONÍVEL	SUBNÍVEL	DEFINIÇÃO	EXEMPLO
NÍVEL I	Nível 1	Mudanças apenas no morfema modo temporal, sem alterações no radical.	<i>olha/olhe cumpre/cumpra espera/espere</i>
NÍVEL II	Nível 2	Alteração no radical em função de mudanças nos sons consonantais	<i>ouve/ouça pede/peça</i>
	Nível 3	Alteração no radical em função das mudanças vocálicas, timbre e altura de vogal presente no radical.	<i>investe/invista sobe/suba serve/sirva dá/dê</i>
NÍVEL III	Nível 4	Acréscimo ou supressão de segmento vocálico.	<i>sai/saia cai/caia ri/ria vai/vá</i>
NÍVEL IV	Nível 5	Acréscimo de segmento silábico com presença de vogal nasalizada	<i>vem/venha tem/tenha põe/ponha</i>
	Nível 6	Acréscimo de segmento silábico (com inclusão/alteração de som consonantal existente)	<i>diz/diga traz/ traga</i>
	Nível 7	Acréscimo de segmento consonantal.	<i>vê/veja</i>

Fonte: elaborado pela autora

Defendemos como hipótese de trabalho o condicionamento das formas mais salientes em favor das variantes mais marcadas (menos frequentes) nas comunidades estudadas.

Ao lado dos condicionamentos já previstos em análises preliminares, controlamos, por meio da variável *verbo empregado*, cada um dos lexemas da amostra. Com esta variável esperamos: observar a produtividade dos itens verbais utilizados no modo imperativo e seu efeito na escolha das variantes; identificar comportamentos idiossincráticos dos verbos; atestar a relevância da teoria da difusão lexical como caminho percorrido pela variação do imperativo; e observar, a partir das características morfofonológicas e pragmáticas de cada item, as categorizações presumíveis. Estamos cientes de que a análise do mesmo item a partir de diferentes abordagens em uma mesma rodada de dados pode acarretar a sobreposição de um grupo de fatores sobre outro. Para evitar tal desvio analítico, realizaremos rodadas alternativas, com a exclusão de eventuais fatores convergentes. O Quadro 12 sintetiza os fatores considerados na análise do item verbal, com exemplos extraídos das amostras de fala.

Quadro 12 – Quadro síntese das variáveis linguísticas independentes relacionadas ao item verbal

VARIÁVEL DEPENDENTE	FATORES
<b>Morfologia verbal</b>	Forma simples: <i>Não vai lá!</i> (ITA-10)
	Locução verbal: <i>Ó, não vá pr'ali,</i> (ITA-10)
<b>Paradigma flexional</b>	Verbos regulares: <i>Ai, Daiana, me dêxe, me esquece!</i> (CAJ- 01)
	Verbos irregulares: <i>vai lá pra fora!</i> (CAJ- 12)
<b>Conjugação verbal</b>	1ª conjugação, vogal precedente [-aberta]: <i>Fique calado...</i> (ITA-02)
	1ª conjugação, vogal precedente [+aberta]: <i>Bote minha comida, mãe.</i> (CAJ-07)
	1ª conjugação, monossilábico: <i>Minha mãe, me dê um tênis?</i> (ITA-07)
	2ª conjugação: <i>Mãe, traz meu registo que Dona Ana qué.</i> (LAU-11)
	3ª conjugação: <i>Vá pra casa!</i> (ITA-09)
<b>Verbo</b>	Delimitação dos diferentes verbos empregados
<b>Saliência morfofonológica</b>	Nível 1: <i>Seus filho, não bata!</i> (ITA-09)
	Nível 2: <i>peça o carro a seu Manolo</i> (CAJ-06)
	Nível 3: <i>óia, num bula</i> (CAJ-11)
	Nível 4: <i>Sai já, meu filho</i> (CAJ-11)
	Nível 5: <i>Ô, Jô, venha tomano banho aqui!</i> (CAJ-11)
	Nível 6: <i>Nalvinha, [...] traz seu pai aqui</i> (LAU-11)
	Nível 7: <i>Veja minha conta aí</i> (SUB-10)

Fonte: Elaborado pela autora

Reiteramos que a definição desses grupos de fatores visa à apreensão pormenorizada dos diferentes aspectos que caracterizam o item verbal no modo imperativo. Além disso, o controle da variável *verbo empregado*, além de permitir verificar o efeito da difusão lexical no fenômeno, teve por objetivo controlar comportamentos particulares, levando em consideração, ainda, o fato de que há lexemas mais produtivos que outros no tocante à expressão do imperativo. Não foi considerado para a análise dos dados o grupo de fatores *número de sílabas do verbo*, tendo em vista a ausência de dados significativos em nossas análises preliminares, bem como a carência de uma hipótese explicativa que justificasse essa investigação.

#### 2.4.2.2 Abordagem da estrutura sentencial

Para a análise dos condicionamentos ligados à estrutura da sentença, definimos as variáveis descritas e exemplificadas no Quadro 13, a seguir.

Quadro 13 – Quadro síntese das variáveis linguísticas independentes relacionadas à estrutura da sentença

VARIÁVEL DEPENDENTE	FATORES/ EXEMPLOS
Polaridade da estrutura	Afirmativa: <i>Vai pa escola</i> (ITA-02)
	Negativa: <i>não saia</i> pa rua! (ITA-07)
Presença do pronome sujeito	Presença do pronome sujeito: <i>ocês me dêxe, viu</i> (SUB-12)
	Ausência do pronome sujeito: <i>Chame cá!</i> (SUB-11)
Presença do vocativo	Presença do vocativo: <i>Bob, desça daí</i> (SUB-07)
	Ausência do vocativo: <i>Fale direito</i> (SUB-03)
Presença do pronome complemento	Presença do clítico: <i>Aí, me diga aí</i> (ITA -05)
	Ausência do clítico: <i>diga, meu velho</i> (ITA-06)

Fonte: Elaborado pela autora

Além dos fatores *paralelismo discursivo*, *presença do pronome*, *polaridade da estrutura* e *presença do vocativo*, amplamente discutidos na subseção 1.3.2, foi acrescida, para a compreensão do condicionamento exercido pelos elementos sentenciais, a variável *presença do pronome sujeito*.

Dentre as hipóteses que norteiam o tratamento dos grupos, alguns depreendidos dos estudos e já discutidos no Capítulo 1, destacam-se:

- a) favorecimento da realização subjuntiva nas sentenças de polaridade negativa em função de restrições de natureza sintática;
- b) uso indicativo favorecido na presença do vocativo como traço de manutenção do direcionamento de uma ordem.

Ao lado desses condicionamentos gerais, buscamos verificar o papel dos empregos pronominais nos usos imperativos. Observamos o efeito da presença do pronome complemento e do pronome sujeito. Para este último, acreditamos que a realização do sujeito pronominal em sentenças imperativas pode ser um elemento marcante das variedades rurais do português, como uma possível consequência da redução da flexão verbal.

#### 2.4.2.3 Abordagem dos aspectos discursivos

Para a codificação dos traços discursivos de nossas ocorrências, mantivemos a análise das variáveis *paralelismo discursivo* e *característica da unidade textual* (marcador discursivo), prevista por outros trabalhos e apresentadas nesta tese na revisão dos condicionamentos (cf. subseção 1.3.2). A estes foram incluídos novos fatores discursivos, tais como a *relação com o interlocutor*, *tipo de interlocutor*, *tipo de discurso* (direto ou indireto), *pronome empregado com o interlocutor* e *gradação* semântica. No Quadro 14, seguem especificados cada um dos grupos de fatores.

Quadro 14 – Quadro síntese das variáveis linguísticas independentes relacionadas ao discurso

VARIÁVEL DEPENDENTE	FATORES/ EXEMPLOS
<b>Paralelismo discursivo</b>	Forma subjuntiva na oração anterior: <i><u>Chame</u> cá. Num <b>diga</b> que é Lúcia não.</i> (SUB-11)
	Forma indicativa na oração anterior: <i><u>Vai</u> comê na casa de sua mãe, cê tem mãe, <b>vá</b> pra lá!</i> (SUB-05)
<b>Característica da unidade textual</b>	Forma verbal [+] marcador: <i><b>Olha</b>, saiu eu e um.</i> (ITA-06)
	Forma verbal [-] marcador: <i>Era gordona, <b>olha</b> como eu tô.</i> (ITA-05)
<b>Tipo de interlocutor</b>	Hierarquia neutra/ + intimidade: (vizinhos, primos, irmãos) <i>ó Edna, <b>ligue</b> daqui, ó!</i> (ITA-01)
	Hierarquia neutra/ - intimidade: (entrevistador): <i><b>Pergunte</b> aos professô aí que eu...</i> (ITA-07)
	Hierarquia inferior/ + intimidade: (crianças, filhos, alunos, nora, genro): <i>Você botô Taila em cima da cama, Taíssa, <b>tire</b> ela pa ela não caí!</i> (SUB-03)
	Hierarquia inferior/ – intimidade: (empregados): <i>sem ocorrências no discurso direto</i>
	Hierarquia superior/ +intimidade: (pessoas mais velhas, pai, mãe, avô): <i>sem ocorrências no discurso direto</i>
	Hierarquia superior/ – intimidade: (patrão, médico, delegado): <i>Sem ocorrências no discurso direto</i>
	Interlocutor não identificado
<b>Pronome utilizado com o interlocutor</b>	Pronome tu: <i>tu volta, vai lá [...] e <b>traga</b> nosso... nossos móvel...</i> (CAJ-06)
	Pronome você: <i><b>Olhe</b> cum as pessoas com quem <u>você</u> brinca.</i> (ITA-02)
<b>Tipo de discurso</b>	Discurso direto: <i><b>Pára</b>, Taíssa!</i> (SUB-03)
	Discurso reportado: <i><u>Aí ela disse</u>: Ô pró, num <b>amostre</b> mais, não</i> (ITA-07)
<b>Gradação semântica do imperativo</b>	Ordem enfática: <i>E aí, ali... <b>pára</b>, menino</i> (LAU 11)
	Pedido, súplica: <i>Ah, Alic[ia], me <b>dá</b> essa menina pra mim.</i> (LAU 11)
	Exortação: <i>Dêxe essa vida, põe sua mulé e seu filho...</i> (ITA-11)
	Sugestão, conselho: <i>A senhora vai levá a nenê? <b>Pede</b> um vizinho pa ficá esses dia</i> (LAU-06)
	Instrução: <i>Cê vai pa Dois com ela, faz um raio-x.</i> (SAS- 05)
	Esvaziamento semântico: <i>Rapaz, <b>olhe</b>, enquanto eu tava pequeno, você podia fazê o que cê quisesse</i> (CZ-08)

Fonte: Elaborado pela autora

Para o paralelismo discursivo, partimos do pressuposto de que o uso da forma de indicativo na oração anterior favoreceria a reiteração de uma forma da mesma natureza (ex.: *mete a mão aqui por den'dos garguelo dele aqui assim e **prende*** – ITA-06) ao passo que o uso da forma de subjuntivo seria um contexto desfavorável ao emprego dessa forma e favorável à presença da forma subjuntiva (ex.: ***Olha**, **qualqué coisa aqui, só comigo, num guarda nada de ninguém*** – ITA-07).

Com a variável *característica da unidade textual*, investigamos o emprego das formas de imperativo com valor de marcador discursivo. Para tanto, consideraram-se como marcadores as formas que, conforme Risso e Urbano (2006, p. 404), compõem:

[...] um amplo grupo de elementos de constituição bastante diversificada, envolvendo, no plano verbal, sons não lexicalizados, palavras, locuções e sintagmas mais desenvolvidos, aos quais se pode atribuir homogeneamente a condição de uma categoria pragmática bem consolidada no funcionamento da linguagem.

As formas verbais empregadas nesse contexto são elementos típicos da linguagem oral, orientadas e orientadoras das situações de interação entre falantes. No âmbito da estruturação textual, os marcadores atuam nas funções de organização do discurso, manutenção de turnos, elementos de coesão e coerência textual do texto oral, modalizadores de opiniões e atenuadores (MARCUSCHI, 1989).

Nossa variável independente comporta dois valores, conforme os exemplos abaixo:

**a) Forma verbal [+] marcador:**

(47) a. ***Olha**, saiu eu e um colega pa podê pescá de noite.* (ITA-06)

b. *Rapaz, **olhe**, tô cum uma rixa aqui...* (ITA-04)

**a) Forma verbal [-] marcador:**

(48) a. *Era gordona, **olha** como eu tô.* (ITA-05)

b. ***Olhe** pra'qui eu vou lhe dá-lhe uma, seu... {maleducado}!* (ITA-05)

A proposição deste fator inspira-se nas considerações de Sampaio (2001) e Jesus (2006), apresentadas na subseção 1.3.2.3. Nesse sentido, investigamos o comportamento dos marcadores, ancorados na hipótese de que as estruturas verbais discursivizadas na função de marcador apresentam restrições semelhantes às demais formas verbais, o que nos permite tratá-las a partir de seu caráter morfológico de imperativo.

A criação da variável *tipo de interlocutor* buscou observar se o nível de distanciamento entre o informante e o seu interlocutor exerce alguma influência no emprego das formas. Pautamos a análise dessa variável nos efeitos evidentes no emprego do imperativo em Portugal, para o qual o traço de distanciamento é determinante, primeiramente, na seleção pronominal, e, conseqüentemente, na seleção das formas imperativas (conforme seção 1.2), conduzindo ao emprego das formas de *tu* (ou de indicativo) com os interlocutores mais íntimos do falante.

A princípio, definiram-se como valores para esta variável os três fatores descritos a seguir:

- a) **Membro da comunidade:** indivíduos do convívio do falante, tais como familiares, vizinhos e amigos.
- b) **Pessoa de fora:** indivíduos que não fazem parte do convívio diário do falante, tais como médicos, políticos, autoridades administrativas.
- c) **Entrevistador:** Inquiridor que conduz a entrevista.

Os resultados preliminares da pesquisa e a diversidade de informantes que compõem cada um das categorias previstas induziram à reelaboração do fator. Optou-se, assim, por uma distribuição mais detalhada dos interlocutores a fim de capturar, de forma mais clara, as influências exercidas no condicionamento do imperativo. Dessa forma, a redefinição da variável *tipo de interlocutor* levou em conta a conjugação de dois traços, [hierarquia] e a relação de [intimidade] do falante em relação ao seu interlocutor. Os traços da variável aplicados na etapa final de análise dos dados são, portanto, os seguintes:

- a) **Hierarquia neutra/ + intimidade:** (vizinhos, primos, irmãos)
- b) **Hierarquia neutra/ - intimidade:** (entrevistador)
- c) **Hierarquia inferior/ + intimidade:** (crianças, filhos, alunos, nora, genro)
- d) **Hierarquia inferior/ – intimidade:** (empregados)
- e) **Hierarquia superior/ +intimidade:** (pessoas mais velhas, pai, mãe, avô)
- f) **Hierarquia superior/ – intimidade:** (patrão, médico, delegado...)
- g) **Interlocutor não identificado**

Acreditamos que o detalhamento do fator nos fornecerá dados mais claros sobre a identidade dos interlocutores e o uso do imperativo. Como hipótese analítica da variável,

postulamos que os indivíduos cuja relação apresenta um traço mais íntimo com o falante tenderão a favorecer o emprego das formas predominantes das comunidades, enquanto os falantes mais distantes favorecerão o emprego das formas externas ao uso mais amplo e comum.

Associado à compreensão da influência exercida pelo interlocutor nos usos do imperativo, postulamos outra variável discursiva, a qual diz respeito ao efeito do emprego pronominal no discurso nas realizações do imperativo. Designada *pronome utilizado com o interlocutor*, a variável codificou as realizações fora do escopo da sentença selecionada. Para tanto, serão levantadas as realizações pronominais de *tu* e *você* imediatamente anteriores ou posteriores à ocorrência do imperativo. Como domínio para a codificação do dado, definimos os limites de três turnos anteriores e posteriores à ocorrência.

No plano discursivo, observamos o efeito do tipo de discurso, se *direto* ou *reportado*. Os valores e hipóteses da variável designada *tipo de discurso* seguem descritos abaixo.

- a) **Discurso direto:** sentença direta (ordem, pedido...), emitida pelo próprio falante durante a entrevista.
- b) **Discurso reportado:** reprodução da fala de terceiros ou do próprio falante em um momento pretérito.

Esperamos, em nossa análise, identificar o efeito da variável, partindo da hipótese de que a o discurso indireto, como reporte de uma realização (nos termos definidos nesta análise e exemplificados acima), favoreceria o uso da forma oposta ao padrão comum da comunidade. Da mesma forma, as realizações diretas e, por conseguinte, mais irrefletidas, revelariam usos mais vernáculos dos falantes.

A definição da *gradação semântica* teve por objetivo identificar a interferência deste aspecto na variação do imperativo. Conforme já discutido no Capítulo 1, a expressão do imperativo varia em níveis semânticos para expressão de atos mais ou menos impositivos de fala. Encontra-se na literatura a identificação deste modo verbal como especializado, em primeira instância, em exprimir um ato impositivo de fala que indica uma ordem, tal como na frase *Cale a boca, agora!* No entanto, outros valores ou funções expressivas são associados a este modo verbal, tais como a exortação, o pedido, a súplica, a sugestão, o conselho ou a instrução. Nesta etapa, assumimos a heterogeneidade semântico-pragmática como um aspecto linguístico a ser controlado para a definição dos condicionamentos das variantes do imperativo.

Do ponto de vista metodológico, vale destacar que a avaliação de uma variável vinculada ao nível semântico revela-se um trabalho delicado, tendo em vista a tenuidade que muitas vezes distingue os diferentes valores. Isso ficou claro ao aplicarmos um pequeno teste com pesquisadores da área de Letras. Solicitou-se que identificassem os valores semânticos em um conjunto de sentenças imperativas. Nessa pequena atividade, observaram-se oscilações entre os valores atribuídos pelos entrevistados. Por essa razão, optou-se por definir níveis mais genéricos e menos discretos entre os fatores. Desse modo, têm-se como valores da variável descrita os seguintes fatores:

- a) **Ordem enfática:** indicação para que o interlocutor cumpra prontamente uma ação indicada no discurso.
- (49) “E aí, ali... *pára, menino, vá [puntá] sua mãe lá fora, vá.* (LAU 11)
- b) **Pedido, súplica:** solicitação polida dirigida ao interlocutor.
- (50) a. “*Ôh, vai desculpano aí*” (LAU 11)  
 b. “*Ah, Alic[ia], me dá essa menina pra mim.*” (LAU 11)
- c) **exortação, sugestão, conselho:** advertência dado ao interlocutor como indicativo de resolução de uma situação ou cumprimento de uma ação em benefício próprio do interlocutor.
- (51) a. “*Como é que sua mulhé anda assim?[...] Dá uma [prega] nela!*” (LAU-01)  
 b. “*Repare que a gente de lá do Sul é a, a pele diferente, né?*” (LAU 09)  
 c. “*A senhora vai levá a nenê? Pede um vizinho pa ficá esses dia, enquanto a senhora tá andano pa justiça aqui,* (LAU-06)  
 d. “*Rapaz, largue de sê besta*” (LAU- 02).
- c) **Instrução:** conjunto de ações dirigidas ao interlocutor para um cumprimento de um propósito final.
- (52) “*Cê vai pa Dois com ela, faz um raio-x*” (SAS- 05)
- e) **Esvaziamento semântico:** perda de conteúdo semântico pragmático das formas imperativas.
- (53) “*Rapaz, ói, enquanto eu tava pequeno, você podia fazê o que cê quisesse*” (LAU 08)

Como etapa metodológica importante da análise dos condicionamentos discursivos, destacamos o fato de que, para a codificação das variáveis relacionadas ao discurso, fez-se necessário a audição de cada uma das ocorrências, pois algumas dependem da entonação empregada pelo falante para a sua definição (e.g. a *gradação semântica*).

Os dados levantados e codificados conforme os condicionamentos propostos foram submetidos ao processamento estatístico computacional, por meio do programa *Goldvarb*.

## 2.5 O SUPORTE ESTATÍSTICO COMPUTACIONAL *GOLDVARB*

A Sociolinguística Laboviana tem se desenvolvido com uma forte vinculação à ferramenta estatística, fato que levou o modelo a ser conhecido como *sociolinguística quantitativa*. Na busca da compreensão de como a variação e a mudança operam, o suporte estatístico tem servido de base para o estudo de diversos fenômenos linguísticos. Vale ressaltar, no entanto, que o recurso estatístico não pode ser usado como lei para a compreensão de qualquer fenômeno linguístico, mas sim como um auxílio, conforme assinalam Guy e Zilles (2007, p. 32):

Deve-se observar que toda estatística inferencial deve ser vista como ferramenta para ajudar no processo de descoberta do pesquisador, na testagem de hipóteses e assim por diante, em vez de ser considerada como “prova” (ou refutação) definitiva de uma hipótese.

Dessa forma, é o linguista o principal responsável pela análise e interpretação dos dados gerados pelo suporte estatístico computacional.

O pacote de programas das regras variáveis – VARBRUL (PINTZUK, 1988) e sua versão mais atual, *Goldvarb* – tem servido de suporte metodológico para o tratamento e a análise de processos de variação e mudança na sociolinguística. O *software* funciona com base no modelo matemático misto ou logístico. Embora esse não seja o único modelo disponível – antes desse, figuram outros como o modelo aditivo (LABOV, 1969) e o modelo multiplicativo de aplicação (CEDERGREN; SANKOFF, 1974) –, tem-se mostrado o mais eficaz para análises linguísticas e é o mais utilizado e indicado pelos linguistas.

O *Goldvarb*, versão para o sistema operacional Windows utilizada no tratamento dos dados desta tese, funciona a partir da formulação de regras variáveis, “um tipo de análise

multivariada” que tem como objetivo “separar, quantificar e testar a significância dos efeitos de fatores contextuais em uma variável linguística.” (GUY; ZILLES, 2007, p. 33-34).

O uso do método multivariado na análise linguística justifica-se pela natureza desse tipo de problema/fenômeno. A análise de fenômenos linguísticos revela a atuação concomitante de vários fatores de ordem linguística e extralinguística. Dessa forma, uma análise univariada, que trate separadamente essas influências, não comporta a complexidade e a ação simultânea dos fatores sobre o fenômeno em questão. A adoção de uma análise multivariada, por sua vez, é capaz de “mensurar” a influência mútua dos fatores e “dará resultados mais precisos, porque ao mesmo tempo em que computa o efeito de uma variável independente, ela controla explicitamente o efeito de todas as outras variáveis independentes conhecidas” (GUY; ZILLES, 2007, p. 34).

Os dados gerados pelo pacote fornecem, em termos probabilísticos, as inferências para a identificação dos prováveis condicionamentos estabelecidos pelo linguista. Para tanto, são usadas medidas de confiabilidade<sup>70</sup>, tais como *input*, *log-likelihood*, nível de significância (*threshold*) e peso relativo. Cada uma dessas medidas desempenha um papel específico na formulação dos resultados finais. O *input* corresponde à média global de uso de um valor da variável dependente e “funciona como um ponto de referência para o fenômeno variável” (NARO; SCHERRE, 2004, p. 165). É feita a comparação do *input* geral com os gerados em cada um dos fatores, de modo que um desvio em referência à taxa geral pode ser interpretado como um desequilíbrio dos dados em função dos fatores (GUY e ZILLES, 2007, p. 238). O *input* corresponde, portanto, ao índice geral de aplicação da regra variável e sua medida será tanto mais confiável quanto mais próximo do valor percentual de distribuição da regra na amostra.

Ainda sobre os valores probabilísticos fornecidos pela análise do programa, tem-se o nível de convergência, o *log-likelihood* e o nível de significância. O primeiro informa o ponto em que os fatores condicionantes foram selecionados, de modo que medidas mais inferiores a 20 revelam alta convergência dos dados em relação ao modelo e conseqüentemente, adequação dos dados ao modelo. Os valores dos *log-likelihood* e dos níveis de significância são os responsáveis pela indicação de determinado fator como influente no condicionamento da variável dependente. Convencionalmente, define-se uma margem de no máximo 0,05 para o nível de significância, de forma que os fatores que apresentam, ao longo da rodada, índices superiores a este valor (>0,05) são indicados como irrelevantes no condicionamento do

---

<sup>70</sup> Para mais informações, consultar Guy e Zilles (2007).

fenômeno em estudo. Em síntese, um nível de significância  $<0,05$  equivale à possibilidade de se negar a *hipótese nula*<sup>71</sup>, de modo que essa hipótese teria menos de 5 chances em 100 de ser verdadeira, o que indicaria o grupo de fatores como relevante no condicionamento do fenômeno. O peso relativo refere-se especificamente aos valores das variáveis independentes. Em análise de variáveis dependentes binárias, define-se o ponto neutro como 0,50 (GUY; ZILLES, 2007, p. 239). Os valores acima ou abaixo, respectivamente, favorecem ou desfavorecem a aplicação da regra em questão.

Cabe pontuar que os dados numéricos fornecidos pelo programa não têm em si valor linguístico algum. O suporte consiste em um auxílio e o êxito da análise probabilística depende em grande parte da qualidade dos dados e da percepção e conhecimento aprofundados do linguista. Conforme afirma Scherre (1993), “os números selecionados ou eliminados só têm valor estatísticos: o significado linguístico é de total responsabilidade do pesquisador”. (SCHERRE, 1993, p. 27).

Além dos procedimentos elementares de definição da variável e suas variantes, bem como a identificação de hipotéticos contextos condicionadores, cabe ao pesquisador garantir a composição de uma base de dados consistente para a submissão ao *Goldvarb*. Para tanto, devem ser cuidadosamente observados alguns critérios na formulação do modelo analítico, tais como a *ortogonalidade*, a *exaustão* e a *exclusividade*. Ao definir os fatores condicionadores a serem investigados, deve-se estar atento à independência entre os grupos de fatores. Em outras palavras, os grupos de fatores devem ser ortogonais, podendo coocorrer livremente, de modo que não constituam subcategorias uns de outros (GUY; ZILLES, 2007, p. 52). Quando isso não ocorre, o VARBUL pode gerar resultados imprecisos ou não-convergentes, o que prejudicará a análise do fenômeno.

Além disso, os fatores de um grupo devem abarcar, tanto quanto possível, todas as possibilidades de cada contexto, de modo que seja alcançada a exaustão. Vale ressaltar que a formulação de um grupo de fatores nem sempre chega à exaustão na primeira observação. Ao longo do estudo, podem ser identificados e inseridos novos fatores na análise. A aplicação dos fatores a cada ocorrência tem de obedecer, também, ao critério da exclusividade, de maneira que cada ocorrência deve ser identificada com apenas um fator de um grupo.

---

<sup>71</sup> “[...] sempre afirma que nada está acontecendo, que a fonte da distribuição é normal, que as variáveis independentes não influenciam as variáveis dependentes.” (GUY; ZILLES, 2007, p. 86).

Observando essas orientações, cabe ao linguista a formulação de uma chave de codificação com os prováveis fatores condicionantes. Os dados coletados na amostra devem ser submetidos a uma rigorosa codificação, para posterior submissão ao programa.

Do ponto de vista do funcionamento e operacionalização do programa, o *Goldvarb*, conforme mencionado, constitui um pacote de programas que, desempenhando funções diferenciadas, operam conjuntamente para obtenção das regras variáveis. Alguns comandos desempenham funções básicas de preparação de dados para a obtenção dos valores probabilísticos e outras aplicações oferecem funções opcionais, como cruzamento de variáveis e procura e reordenação de dados. A realização de uma rodada obedece a um fluxo contínuo de preparação dos dados e segue a ordem esquematizada no Quadro 15:

Quadro 15 – Visão de conjunto do fluxo de programas de regras variáveis – *Goldvarb*

<b>ENTRADA</b>	<b>COMANDO</b>	<b>SAÍDA</b>
Arquivo de ocorrências (.tkn)  +  Fatores de especificação	TOKENS : >GENERATE FACTORSPECIFICATIONS: >SHOW FACTOR >CHECK SPECIFICATIONS (ctrl+K) >FIND AND REPLACE (ctrl+F)  > NO RECODE	Arquivo de ocorrências
Arquivo de ocorrências corrigido  + Arquivo de condições (.cnd)	CELLS:  > LOAD CELLS TO MEMORY	Arquivo de resultados percentuais (.res)
Arquivo de resultados percentuais  + Arquivo de condições editado (sem KNOCKOUTS e SINGLETON GROUPS)	CELLS:  >BINOMIAL, UP AND DOWN	Arquivos com valores probabilísticos.

Fonte: Elaborado pela autora

Como é possível observar no Quadro 15, a operação da ferramenta estatística segue uma ordem linear de execução, na qual cada comando desempenha uma tarefa a fim de

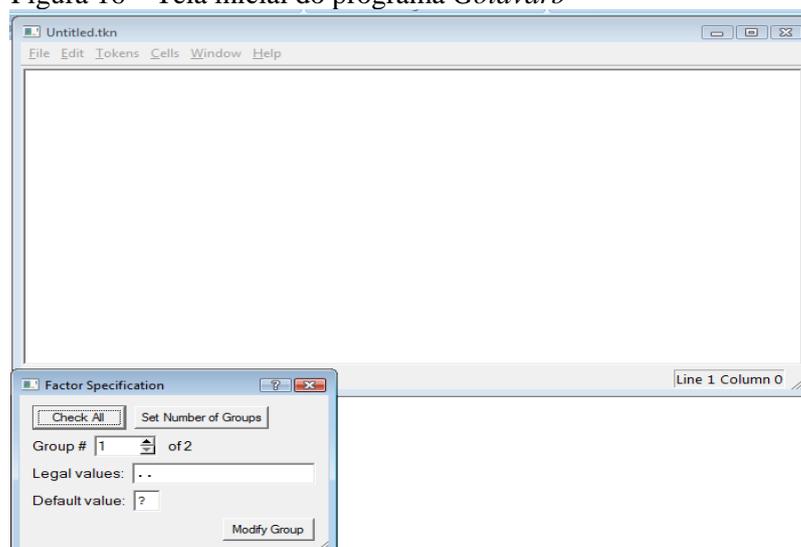
preparar os dados para a etapa seguinte. Por vezes, é preciso recombina dados e repetir etapas da análise a fim de atingir uma compreensão mais complexa do fenômeno em estudo.

Com base na definição da variável dependente binária, bem como nos critérios de levantamento e de descarte exemplificados na subseção 2.3.3, submetemos os dados do imperativo levantados à codificação dos possíveis condicionamentos linguísticos e extralinguísticos propostos (cf. seção 2.3) e posteriormente ao tratamento estatístico do GOLDBARV, conforme descreveremos a seguir.

### 2.5.1 Passos para a rodada de dados

Ao abrir o programa, são apresentadas uma janela (UNTITLED.tkn) e uma caixa de diálogo adicional (FACTOR SPECIFICATION), conforme a Figura 16. Na janela, são inseridos todos os dados codificados.

Figura 16 – Tela inicial do programa *Goldvarb*

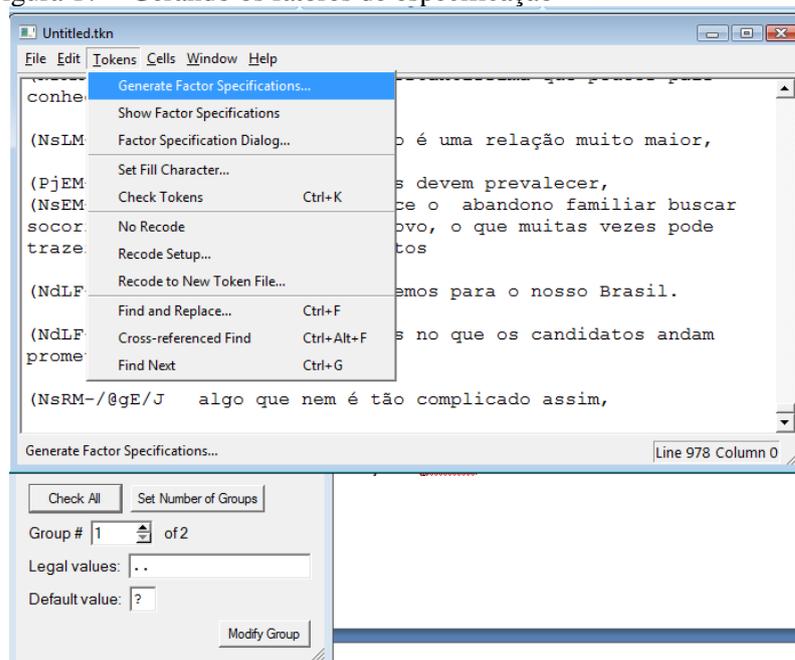


Fonte: *Print screen da execução do software*<sup>72</sup>

Com os dados codificados inseridos no programa, é preciso gerar os fatores de especificação. O *Goldvarb* faz isso a partir da varredura dos dados codificados, seguindo o comando **Tokens > Generate Factor Specification**. Também é possível inserir manualmente cada um dos fatores a partir da caixa de diálogo.

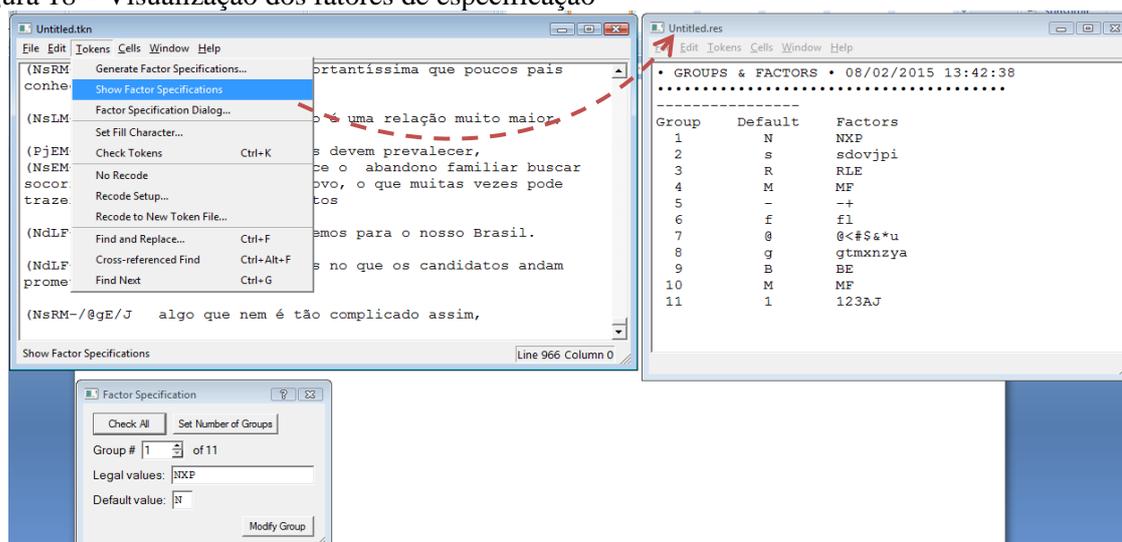
<sup>72</sup> Fonte comum a todas as imagens referentes à execução do *Goldvarb*.

Figura 17 – Gerando os fatores de especificação



Os fatores encontrados podem ser visualizados na opção **Tokens>Show Factor Specification**. Em caso de divergências, são corrigidos na caixa **Factor Specification**. As mudanças são registradas na opção **MODIFY GROUP** e checadas em **Tokens>CHECK TOKENS**.

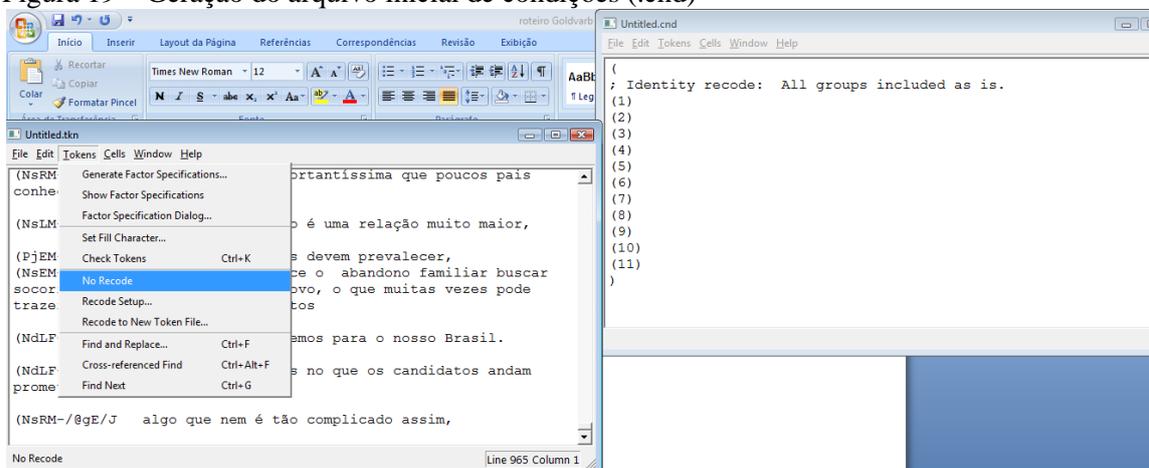
Figura 18 – Visualização dos fatores de especificação



Após a preparação dos dados, chega-se à análise preliminar dos resultados, a partir dos quais são gerados os dados de frequência, em **TOKENS > NO RECODE**. O programa abrirá a janela do **Arquivo de Condições** (Untitled.cnd) em que exclusões e amalgamações de

fatores podem ser feitas em etapas posteriores. Nessa janela, a opção **CELLS > LOAD CELLS TO MEMORY** fornecerá os resultados preliminares.

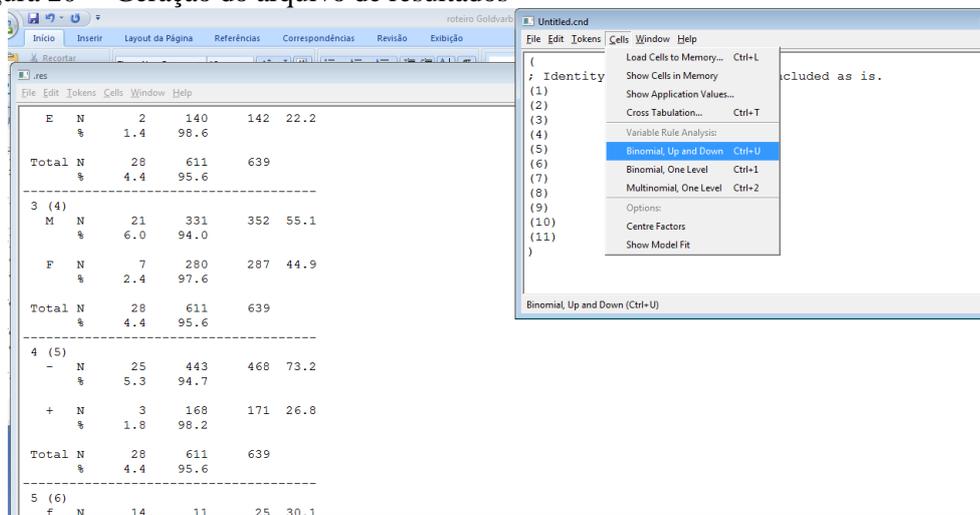
Figura 19 – Geração do arquivo inicial de condições (.cnd)



Caso o arquivo de resultados gerado apresente *Knockouts* (quando um fator de um grupo apresenta comportamento categórico em relação à variação – 0% ou 100% de frequência de uma das variantes) ou *Singleton groups* (quando um grupo de fatores apresenta ocorrências para apenas um fator), é necessário rever o arquivo de condições para fazer as exclusões e/ou as amálgamas necessárias e repetir a operação.

Com o arquivo de células livre de *Knockouts* e *Singleton groups*, é o momento de gerar o arquivo com os pesos relativos, opção **CELLS > BINOMIAL, UP AND DOWN**.

Figura 20 – Geração do arquivo de resultados



O programa mostrará os resultados da análise multidimensional, com as rodadas e pesos relativos, no **Arquivo de Resultados** (.res). Cabe ao linguista ler e interpretar os

resultados, ponderando a necessidade de refazer a análise, testar os fatores e, eventualmente, aplicar a combinação de fatores.

Para o estudo do modo imperativo serão realizadas tantas análises quanto necessárias à compreensão do fenômeno, sendo explicitadas no capítulo de análise de dados as amálgamas e os índices probabilísticos produzidos pelo programa. Serão também comentados os resultados categóricos e demais comportamentos que conduzam à junção de fatores, por acreditarmos serem esses dados também relevantes para a compreensão do fato linguístico.

Ademais, cumpre destacar a possibilidade de o programa realizar cruzamentos entre variáveis dependentes, fornecendo a distribuição do fenômeno em relação à ocorrência de dois fatores simultaneamente. Lançaremos mão desse recurso, quando necessário, a fim de fornecer uma leitura mais abrangente dos efeitos das variáveis dependentes.

É importante reiterar que a ferramenta estatística constitui apenas um suporte para o trabalho analítico da linguagem. Os dados numéricos obtidos pelo *Goldvarb* não constituem verdades ou juízos categóricos, servem apenas como base para o trabalho de inferência do pesquisador. As apropriadas análise e manipulação do modelo dependem da acuidade do pesquisador sobre seu objeto de estudo e o universo de observação, seja na recolha adequada da amostra, na definição dos grupos de fatores, seja no conhecimento necessário para a interpretação adequada dos resultados.

## 2.6 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO

Neste capítulo, discorreremos acerca da fundamentação teórico-metodológica desta tese, o modelo sociolinguístico variacionista laboviano (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]); LABOV, 2008 [1972]), que subjaz à nossa concepção de língua e à leitura sobre o fenômeno linguístico em estudo. A partir das principais considerações teórico-metodológicas da corrente linguística, apresentamos os parâmetros que orientaram a condução da pesquisa, desde a seleção e constituição dos *corpora* até a delimitação do fenômeno, os seus prováveis condicionamentos e o suporte estatístico computacional utilizado na análise.

Da compreensão da língua como um sistema heterogêneo e sistematizado, parte também a nossa apreensão teórica do português brasileiro, em especial as suas variedades populares. A diversidade que caracteriza o português popular não é, conforme a nossa visão, produto de um processo caótico e resultado exclusivo de um modelo ineficiente de educação em língua materna. A esse quadro contemporâneo, antecipa-se uma motivação histórica que

contribui, ao contrário de uma expropriação do idioma, para uma diversidade, fruto de contatos linguísticos processados em condições sócio-históricas particulares.

A partir dessa realidade, compõem-se, de um lado, normas cultas, decalcadas do modelo lusitano durante a gênese do português brasileiro, e, de outro, as normas populares, erigidas a partir dos contatos linguísticos – entre escravos e seus descendentes com a língua portuguesa – que marcaram uma aquisição de um modelo de português diferenciado, sobretudo, pela adoção de uma morfologia mais reduzida. Essa realidade heterogênea do português brasileiro, consagrada como polarização sociolinguística (LUCCHESI, 2004, 2015), nos serviu de base para a composição dos *corpora*.

Nosso universo de observação, portanto, teve como objetivo o recorte de variedades populares do português, em suas diferentes nuances, orientadas pelo vetor da urbanização. Assim, partimos das variedades do português da Bahia de comunidades do interior do estado, as comunidades afro-brasileiras isoladas remanescentes de quilombo (Helvécia, Sapé, Cinzento e Barra e Bananal) e as comunidades do interior, de perfil menos isolado e sem uma relação direta com o passado escravocrata – os municípios de Santo Antônio de Jesus e Poções. Juntos, esses *corpora* constituem o polo rural da nossa análise. Em paralelo a esse universo rural, selecionamos um *corpus*, também de fala popular, de caráter urbano – as amostras de fala do português popular de Salvador. Assim, nosso estudo, desenvolvido a partir dos *corpora* constituídos no âmbito do Projeto Vertentes, busca reproduzir as variedades de língua que mais detidamente conservam aspectos que remontem a constituição do português popular, considerando a oposição *rural-urbano*.

Se divergente em sua constituição, o português faz-se também diferente em seus usos, o que o consagra como um todo plural e polarizado. Dessa forma, sua diversidade pode ser descrita e sistematizada, conforme prevê a teoria sociolinguística. Nesse sentido, destacamos o fenômeno da variação nos usos do modo imperativo, apresentado em função de duas variantes, as formas derivadas do indicativo (*canta/não canta*) e as formas derivadas do subjuntivo (*cante/ não cante*).

Nossa variável dependente foi coletada exaustivamente nos *corpora*. Desse levantamento, emergiram alguns contextos de neutralização da variação, dentre os quais o emprego de formas cristalizadas (músicas e expressões idiomáticas) e a neutralização vocálica do morfema junto ao elemento subsequente (elisão do morfema modo temporal). A exclusão desses contextos fez-se necessária a fim de garantir uma análise mais consistente dos dados.

Como toda variável linguística materializa-se encaixada em sua estrutura linguística e social, coube-nos delimitar as variáveis explanatórias adequadas para a investigação do

fenômeno. Das leituras e reflexões acerca do tema, destacaram-se alguns aspectos sociais e linguísticos importantes que compuseram a nossa chave de codificação das ocorrências.

A fim de identificar os condicionamentos que atuam sobre o imperativo em nossas variedades linguísticas, elencamos aspectos sociais gerais, *faixa etária* e *sexo dos informantes*, ao lado de aspectos caracterizadores de nossas amostras, tais como o *nível de escolaridade* (analfabeto e semialfabetizados), *estada fora da comunidade*, *rede de relações sociais* e *exposição à mídia* como grupos de fatores a serem controlados em nossa análise.

Além disso, foram assumidos como fatores sociais do grupo *comunidade* os povoados e municípios de fala tratados na pesquisa bem como a divergência *zona rural x sede* que caracteriza os *corpora* dos municípios de Santo Antônio de Jesus e Poções, variável tratada sob o rótulo *zona* (rural ou sede).

Para a investigação dos condicionamentos linguísticos, definimos grupos de fatores ligados ao verbo (*morfologia verbal*, *paradigma flexional do verbo*, *paralelismo fônico/conjugação verbal*, *saliência morfofonológica*), à estruturação da sentença (*polaridade da estrutura*, *presença do pronome sujeito*, *presença do pronome complemento*, *presença do vocativo*) e ao discurso (*paralelismo discursivo*, *pronome empregado com o interlocutor*, *característica da unidade textual*, *tipo de interlocutor*, *gradação semântica*, *tipo de discurso*).

A descrição dos fatores e das hipóteses apresentadas para os condicionamentos propostos foram descritas ao longo da discussão deste capítulo. No entanto, para alguns fatores, cujos resultados esperados partem de proposições relacionadas especificamente a cada um dos *corpora*, optamos por apresentá-las por ocasião da análise.

Todos os dados levantados e codificados foram submetidos ao pacote de programas *Goldvarb*, versão para Windows do programa VARBRUL (PINTZUK, 1988), mantendo-se a ressalva de que o alcance do programa restringe-se ao tratamento quantitativo, o qual, embora tenha muito a nos indicar sobre o funcionamento do fenômeno, está sujeito à capacidade interpretativa do pesquisador.

Cabe destacar que, embora esta pesquisa se construa a partir de um modelo sólido, cujos princípios foram descritos da maneira mais objetiva possível, sobretudo para a definição das variáveis explanatórias, é preciso sublinhar a necessidade de certa flexibilidade. Durante a condução do trabalho de análise, o tratamento dos dados pode requerer a criação de novos arranjos nos grupos de fatores e isso, sem dúvida, é o tratamento esperado para uma análise que não se encerre em si. Destacamos que estes e outros casos que promovam qualquer tipo de mudança em relação ao método aqui exposto serão explicitados ao longo da análise.

### 3 ANÁLISE DOS DADOS

O objeto precípua deste capítulo são os resultados da investigação sociolinguística sobre usos do imperativo no português popular da Bahia. Consoante definido no Capítulo 2, a análise dos dados partiu da codificação dos fatores propostos como possíveis condicionantes do fenômeno em estudo. As ocorrências levantadas e codificadas nos inquiridos foram submetidas à ferramenta estatística – o pacote de programas *Goldvarb* – e compuseram os dados quantitativos que embasam os argumentos aqui desenvolvidos para a compreensão da variável dependente.

A análise ora apresentada é precedida de uma descrição geral dos resultados (seção 3.1), dedicada à discussão de aspectos comuns aos dois contextos socioculturais em estudo – as comunidades populares de fala rurais e urbanas da Bahia. À descrição e discussão preliminar, segue-se a análise quantitativa das variáveis independentes pertinentes a cada um dos *corpora* (seção 3.2 – *Análise quantitativa do imperativo no português popular da Bahia*).

A análise quantitativa encontra-se organizada em duas subseções: 3.2.1 – *O português popular rural da Bahia* e 3.2.2 – *O português popular urbano da Bahia*. A disposição dos resultados em dois blocos justifica-se pelo arcabouço teórico considerado para a compreensão do português popular do Brasil (cf. Capítulo 2), a saber: a polarização sociolinguística (LUCCHESI, 2004, 2015), a transmissão linguística irregular (LUCCHESI, 2004) e o *continuum* de urbanização (BORTONI-RICARDO, 2011). Assim, a seção 3.2.1 ocupa-se das variedades rurais do idioma, na qual se discutem conjuntamente os resultados representativos do *português afro-brasileiro* (Helvécia, Cinzento, Rio de Contas e Sapé) e do *português popular do interior* (Poções e Santo Antônio de Jesus). A seção 3.2.1 discorre sobre os usos do imperativo no português popular urbano da Bahia – bairros de Itapuã, Liberdade, Cajazeiras, Plataforma e região metropolitana de Salvador, o município de Lauro de Freitas.

O capítulo ocupa-se, portanto, da descrição e análise geral da variável dependente (o emprego variável do imperativo) e da definição dos condicionamentos linguísticos e extralinguísticos que caracterizam o uso das variantes nos contextos investigados. A disposição dos dados visa contrastar as variedades do português popular da Bahia e traçar um panorama linguístico que nos aponte caminhos para compreender sua dialeção, sobretudo no que diz respeito à oposição rural–urbano e à influência do contato entre línguas em sua constituição.

### 3.1 A EXPRESSÃO DO IMPERATIVO NO PORTUGUÊS POPULAR DA BAHIA: CONSIDERAÇÕES QUALITATIVAS

Nesta seção, são apresentados os aspectos gerais que caracterizaram a expressão do imperativo no português popular da Bahia e as considerações não comportadas pela análise quantitativa dos dados, tais como ocorrências em contextos específicos ou não previstos e demais peculiaridades trabalho.

As primeiras observações a serem destacadas dizem respeito à coleta das ocorrências. Os dados analisados, conforme as orientações previstas na metodologia desta tese (cf. subseção 2.2.1), foram recolhidos de modo exaustivo – levantamento de todas as ocorrências do fenômeno presentes nos *corpora*. Nesse quesito, vale registrar que a quantidade de ocorrências imperativas mostrou-se levemente inferior à de outros aspectos linguísticos, tais como a concordância no sintagma nominal (OLIVEIRA, 2014) e as realizações pronominais (MENDES, 2016), cuja recorrência das formas variantes no texto verbal (índices acima de 3.000 ocorrências) independe de um contexto pragmático e/ou textual particular. Isso se deve ao fato de que o imperativo vincula-se a uma tessitura complexa que envolve todos os níveis da linguagem (cf. seção 1.1), mas, sobretudo, tem suporte no domínio da interação e atende a motivações discursivo-pragmáticas. Além disso, o fenômeno tem sua produtividade estimulada no tipo textual<sup>73</sup> injuntivo, não abundante no gênero textual utilizado na pesquisa, as entrevistas sociolinguísticas<sup>74</sup> (cf. seção 2.4.1), nas quais é predominante o tipo textual narrativo.

Ainda sobre a produtividade do levantamento de dados, merecem atenção especial o tipo de discurso e a interferência da tipologia textual na produtividade das sentenças imperativas. As ocorrências encontradas apresentaram-se em dois tipos de discurso, *direto* e *reportado*. As especificidades do modelo de entrevistas resultaram no maior número de ocorrências do modo imperativo no tipo de *discurso reportado*, quando o falante reproduz sua

---

<sup>73</sup> Assume-se aqui a definição de Marcuschi (2008, p. 154-155) para os tipos textuais: “Uma espécie de construção teórica {em geral uma sequência subjacente aos textos} definida pela natureza linguística de sua composição {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas, estilo}. [...]. Em geral, os *tipos textuais* abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: *narração, argumentação, exposição, descrição, injunção*.”

<sup>74</sup> Partimos da compreensão dos gêneros textuais como “os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sócio-comunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas.” (MARCUSCHI, 2008, p. 155). As entrevistas sociolinguísticas atendem, portanto, a traços específicos que dizem respeito à estruturação e aos objetivos sociocomunicativos, conforme disposto no Capítulo 2.

fala ou de outrem a partir de um diálogo que aconteceu em algum momento passado (exemplo (54)).

(54) *A doutôra ainda gritô: “Pega, minha gente!” (SAS-10)*

A predominância desse tipo de contexto, acreditamos, relaciona-se às especificidades do tipo de inquérito utilizado na pesquisa (cf. seção 2.2.4). Embora se constituam a partir de diálogos espontâneos, as entrevistas foram dirigidas pelo pesquisador a fim de garantir o máximo de expressão do informante. Tal situação demanda do falante, quase sempre, a evocação de narrativas em que reproduz diálogos com os personagens que fazem ou fizeram parte de sua história de vida. Ademais, a hierarquia entre o entrevistador – indivíduo exógeno à comunidade e associado ao ambiente acadêmico – e o entrevistado conduziram a uma situação comunicativa menos propícia à direção de ordens e demais formas de interação típicas do modo imperativo.

Não obstante a predominância dos contextos reportados, foram coletadas algumas ocorrências significativas de discurso direto. Em geral, nesse tipo de contexto, o interlocutor era o próprio entrevistador ou algum circunstante (vizinhos, amigos, parentes) que interveio durante a entrevista, sendo interpolado pelo informante com algum tipo de comando, pedido ou ordem. Vejamos o exemplo (55) em que o falante dirige-se ao filho, uma criança que interfere no andamento da conversação.

(55) DOC: *É? Eles trabalham com quê lá?*

INF: *Aí ieu num sei... num sei não... - Para, menino!*

Ou ainda, no exemplo (56), em que o informante direciona-se ao entrevistador, concedendo-lhe permissão para tirar foto do seu santuário.

(56) DOC: *A senhora me deixa tirá uma foto dos seus...*

INF: *Santos? Tira.* (SAS-10)

Considerando ainda a observação do contexto de produção da nossa variável, a investigação do fenômeno no português popular da Bahia, conforme previsto na revisão do tema (Capítulo 1), revelou o emprego de outras estratégias além do modo imperativo para a expressão da modalidade deôntica, como demonstram os exemplos (57) e (58):

**a) Presente do indicativo:**

- (57) a. *Didiu, pode gastá, que não tem dono não.* (SUB-08)  
 b. *Cê vai ficá na sala pra não tê problema pra mim.* (SUB-08)  
 c. *Quando minha mãe dizia "num vai saí", num tinha acordo* (ITA- 02)

**b) Uso do infinitivo com o modalizador *pode* ou *ter*:**

- (58) a. *Pode chamá.* (ITA 08)  
 b. *Cê tem que largá de fumá e pará de bebê* (SUB-02)

Sobre o uso do infinitivo, Bechara (2002) destaca o emprego com o verbo *querer* como modalizador (cf. seção 1.1.1), exemplo (59).

(59) *Queira aceitar meus cumprimentos.*

Da observação geral das amostras de fala, destaca-se ainda a realização indicativa para as formas de primeira pessoa do plural, denotando a inclusão do falante em uma ação que ele deseja que o seu receptor execute (ROCHA LIMA, 2003). Cabe lembrar que o uso das formas indicativas para expressão da modalidade deôntica, exemplos em (60a) e (60b), é apontado por Oliveira (2003) para o português europeu (cf. seção 1.2.2).

- (60) a. *Rapaz, vamos ficá alerta que aquele navio num vai saí.* (ITA-06)  
 b. *Dielson, vumbora*<sup>75</sup>. (ITA-06)

Embora seja relevante apresentar as realizações alternativas ao imperativo para a expressão da modalidade deôntica, as formas acima descritas não foram computadas na análise dos dados, haja vista o foco desta tese ser a variação morfológica que afeta o modo imperativo na referência à segunda pessoa do discurso (*[não]canta~[não]cante*). Julgamos importante, no entanto, ressaltá-las tendo em vista a tríplice motivação: i) necessidade de contextualização do trabalho; ii) possibilidade de desdobramentos para futuras investigações e; iii) transparência da nossa análise. A partir dessas considerações, partimos para a

<sup>75</sup> Entende-se a forma *vumbora* como a contração de *vamos embora*.

caracterização geral das formas centrais desta tese. Os exemplos (61) e (62) ilustram o paradigma imperativo encontrado nas amostras.

**a) Formas afirmativas**

- (61) a. *Saia, meu fio.* (CZ-06)  
 b. *Sai já, meu filho* (CAJ-11)

**b) Formas negativas**

- (62) a. *Ó, filho, num sai não* (POR-04)  
 b. *Num saia do hospital não* (POR-02)

A expressão do imperativo no português popular da Bahia é, a princípio, compatível com as descrições propostas pelos estudos linguísticos sobre o fenômeno no português do Brasil (FARACO 1985/86; SCHERRE, et al., 1998; SILVA; SANTOS; RIBEIRO, 2000; SCHERRE et al., 2000a; SCHERRE, 2007). Entretanto, considerações particulares sobre as formas do plural merecem ser comentadas. Os poucos dados levantados nesse contexto são inequivalentes com as considerações de Faraco (1985/86) e Scherre (2007), para os quais as formas referentes à segunda pessoa do plural (*vocês*) são empregadas com a forma flexionada do verbo no plural do subjuntivo (*cantem vocês*). Scherre (2007), em explicação sobre a origem das formas plurais do imperativo, apresenta exemplos, todos também no plural.

Com o desaparecimento de *vós* do português brasileiro falado e a inserção de *ocê* no sistema pronominal, repetimos, são então adotadas para o imperativo plural as formas associadas ao subjuntivo (*deixem; recebam; abram; dêem; digam; vão*). (SCHERRE, 2007, p. 199).

Em nossos dados, as formas de referência plural não seguiram o paradigma previsto por Faraco (1985/86) e Scherre (2007). Antes de expor as ocorrências, cabe lembrar que as variedades de português por nós estudadas inserem-se no que Lucchesi (2012) define como normas populares, caracterizadas na seção 2.2.1, sobretudo, pela perda da morfologia flexional que afeta, dentre outros aspectos, a concordância verbal (LUCCHESI; BAXTER; SILVA, 2009). Os exemplos (63) e (64) reforçam a hipótese apontada por Lucchesi (2012) ao revelar o efeito da perda da concordância na expressão do modo imperativo nos usos afirmativos e negativos em referência à segunda pessoa do plural:

**a) Usos afirmativos do modo imperativo – segunda pessoa do plural**

- (63) a. *Ói, vote em mim que vocês aqui da Lib... da... da Central vô fazê, vô acontecê.* (LIB-08)
- b. *Ah, ocês põe um pedreiro pra aju... põe um trabalhador pá ajuda ocês!* (RC-11)
- c. *Agora cês dois se vire aí, que eu vô...* (POR-01)
- d. *Vocês colabore!* (SAS-02)
- e. *Vocês tivé bem de vida, lembra da mãe!* (SAS-11)
- f. *Vocês me descurpe a palavra!* (ITA-08)
- g. *Desculpa vocês!* (CAJ-12)
- h. *Olhe, cês saia, veja a hora que vortam!* (ITA -08)
- i. *Ela di... ensinava a gente muito: “viu uma coisa lá,lá dêxa, num tem que cês trazê”.* (LAU-05)

**b) Usos do imperativo negativo na referência à segunda pessoa plural:**

- (64) a. *Mas não, vocês num fala não!* (CZ-09)
- b. *Vocês tivere incomodada<sup>76</sup>, não fique sentada den'da essa água!* (ITA-11)
- c. *Num vai não que lá cês num sai!* (CZ-06)

**c) Usos do imperativo na função de marcador discursivo na referência à segunda pessoal do plural:**

- (65) a. *Olha, a escola de vocês é amanhã o cabo da enxada* (SP-12)
- b. *Olha, eu garanto a vocês* (HV-06)
- c. *Ocês me dêxe, viu!* (SUB-12)

Os exemplos alternam variantes indicativas e subjuntivas, com emprego categórico das formas singulares do verbo (*canta/cante*). Nas sentenças em que o modo imperativo é usado na função de marcador discursivo (65), com perda de conteúdo semântico, aplica-se o mesmo paradigma. No contexto em realce, é destacável a realização do sujeito em posição

<sup>76</sup> Estar *incomodada* significa, em variedades do português popular, estar menstruada.

pré-verbal, como nos exemplos (63d) e (64a), tendo em conta a produtividade desse tipo de ocorrência em nossos dados.

Como discutimos na seção 1.1, além das características semânticas, fonológicas e pragmático-discursivas apontadas para a delimitação do modo imperativo, o usual sujeito nulo é aspecto sintático particularmente pontuado por linguistas e gramáticos (FARACO, 1985/86; CUNHA; CINTRA, 2002; OLIVEIRA, 2003; BRITO; DUARTE; MATOS, 2003; DI DOMENICO, 2004; CARDOSO, 2009). Tal traço costuma afetar até mesmo as línguas em que o sujeito é obrigatório, conforme exemplo (66).

(66) *Eat your meal! (Coma sua comida!)*<sup>77</sup>.

O traço usual do sujeito nulo, no entanto, não é uma restrição plena, sendo encontradas em português sentenças em que o sujeito é expresso, conforme ocorrências ilustradas em (67).

(67) a. *Tu **fica** ~ **fique** quieto, menino!*  
 b. *Você **veja** aí a relutância dos homens.*<sup>78</sup>

Em nossa análise, foram encontradas, predominantemente, sentenças com sujeito não realizado. No entanto, estruturas com sujeito em posição pós (68) e, sobretudo, pré-verbal (69), também foram observadas.

(68) a. *Vá tu tomem (SP-11) (VS)*  
 b. *Desculpa vocês! (CAJ-11) (VS)*  
 (69) *Então você tome também! (CAJ-01) (SV)*

Entre as sentenças com sujeito realizado, as pré-verbais se destacaram pela relativa recorrência. Conforme os exemplos (70) e (71), as sentenças imperativas aconteceram em contextos de leitura inclusiva, mas, sobretudo, de leitura neutra.

(70) *minha mãe chegava e falava pra mim... dizia assim: 'Você não faça isso' (POS-09) (SV – leitura neutra).*

<sup>77</sup> O exemplo é inicialmente apresentado em (3) no Capítulo 1.

<sup>78</sup> A discussão desse tipo de ocorrência é tratada na seção 1.1.

(71) *Você que fez, então você tome também!* (CAJ-01) (SV leitura inclusiva)

Não foram registradas ocorrências em leitura contrastiva, provavelmente por conta da reduzida frequência de interação direta nas entrevistas, conforme já discutido no início deste capítulo. Ademais, contrariamente às considerações de Cavalcante e Simioni (2015), discutidas na seção 1.1., o contexto neutro destaca-se como o mais produtivo em relação às ocorrências com sujeito pré-verbal, conforme demonstram as sentenças abaixo:

(72) a. *Mas você não me ensine não, que eu não tenho vício.* (LIB-05)

b. *Você preste atenção numa igreja pra você vê.* (SUB-05)

c. *Oiá pa minha cara, você me arrespeita...* (HV-22)

d. [...] *ele disse: ‘você num ande!’* (SP-09)

e. *Ah, ocês põe um pedreiro pra aju...* (RC-11)

Em alguns pontos, a classificação das ocorrências com sujeito realizado como indicativas ou imperativas mostrou-se tênue, haja vista o sincretismo das formas morfológicas. Para evitar falsos juízos, todas as ocorrências foram ouvidas, atentando-se detidamente à prosódia da sentença. Além disso, adotou-se um conjunto de critérios descritos no Quadro 16 a fim de assegurar o caráter imperativo das ocorrências.

Quadro 16 – Aspectos distintivos entre as formas sincréticas de segunda pessoa singular dos modos indicativo e imperativo

<b>MODO IMPERATIVO</b>	<b>MODO INDICATIVO</b>
<p><i>Agora cês dois se vire aí</i> (POS-01)</p> <p><i>Você não faça isso</i> (POS-09)</p> <p><i>Você num venha não que eu lhe atiro</i>(SAR-03)</p> <p><i>Tu estuda, Vera, que é bom!</i> (POS-08)</p>	<p>“<i>Num vai na praia ninguém, tá frio!</i>” (sub-06)</p> <p><i>Cê num vai saí pa lugá nenhum</i> (ITA-02)</p>
Entonação descendente	Entonação nivelada
Valor modal deôntico	Valor modal epistêmico
Ato diretivo de fala	Ato de fala assertivo
Predomínio do falante	Predomínio do assunto
Traço semântico-pragmático de ordem, pedido, exortação ou afins.	Intenção comunicativa de informação ou declaração.

Tem como resposta uma ação física ou verbal	Tem como resposta um juízo de verdade
Admite, no contexto, a variação ( <i>cante~canta</i> )	Não admite, necessariamente, a variação ( <i>cante~canta</i> )

Fonte: Elaborado pela autora com base nas considerações de Faria (2003), Oliveira (2003) e Castilho (2010).

As distinções apontadas no Quadro 16 foram cuidadosamente observadas a fim de se evitar uma leitura equivocada do fenômeno e o enviesamento dos resultados. Os casos de falta de transparência na interpretação dos contextos de produção e, conseqüentemente, na avaliação dos critérios propostos não foram considerados na análise.

Ressaltamos, por fim, que a predominância de construções com sujeito realizado em posição pré-verbal foi mais elevada em comunidades rurais (8,1%), sobretudo as comunidades afro-brasileiras, em detrimento do português popular urbano de Salvador (2,0%). Nesse sentido, cabe ressaltar que a presença do pronome sujeito no modo imperativo foi traço comum ao crioulo caboverdiano, conforme dados de Quint (2003) (cf. subseção 1.2.4). Acreditamos que, tal como acontece nessa língua, a expressão do sujeito pronominal está relacionada à perda da morfologia flexional que marca o português brasileiro em oposição ao português europeu.

Defendemos, portanto, o argumento de que a ausência de flexão verbal motiva a realização pronominal nas sentenças, a fim de assegurar o direcionamento do comando ao interlocutor. Isso é reforçado ainda mais quando observamos as formas plurais. O uso, no português popular da Bahia, de uma forma base indistinta para as formas singulares e plural de segunda pessoa do imperativo, tal como acontece nas línguas crioulas (subseção 1.2.4), reforça o argumento de que o caráter menos *prodrop*<sup>79</sup>, resultante da redução da flexão verbal, estimula a presença do pronome sujeito.

### 3.2 ANÁLISE QUANTITATIVA DO IMPERATIVO NO PORTUGUÊS POPULAR DA BAHIA

Com base nas considerações linguísticas discutidas até aqui e tomando a polarização sociolinguística (seção 2.1.1) como fundamentação para a compreensão da dialeção do português popular da Bahia, partimos da hipótese de que serão identificadas marcas

<sup>79</sup> Parâmetro que diz respeito à propriedade que algumas línguas possuem de permitir a “queda” ou não realização do pronome sujeito.

contrastivas entre as comunidades estudadas no que se refere ao uso do imperativo. Defendemos que a variante do indicativo (*canta*), forma básica e morfologicamente menos marcada, será predominante no português rural enquanto a forma subjuntiva (*cante*), predominante no português urbano culto de Salvador (SAMPAIO, 2001), será também priorizada nas variedades populares da cidade.

Tal quadro sustenta-se nas diferenças que se imprimem na constituição histórica e perfil sociocultural dos dois universos em estudo, rural e urbano. Acreditamos que a configuração de elementos como a presença e influência da matriz africana na formação das variedades de língua, o contato com a mídia, os processos de escolarização, a convivência com as normas cultas e a caracterização das redes de relações sociais dos falantes exercem, nas comunidades observadas, um conjunto de efeitos que se desdobram, de modo direto e indireto, sobre a expressão do imperativo<sup>80</sup>.

Assim, norteamos nossa hipótese e a leitura dos dados quantitativos com base no pressuposto de que as formas básicas do indicativo teriam se fixado nas comunidades rurais por razões sócio-históricas, constituindo as formas não marcadas dessas comunidades de fala. Dois motivos convergem para esse quadro: i) o uso, nas relações entre colonos e a população escrava, das formas que marcam a hierarquia das relações, ainda produtivas no português europeu (OLIVEIRA, 2003); ii) a adoção de uma forma morfologicamente reduzida por parte dessa população em virtude do contato entre línguas que marcou a aquisição do português.

O incremento do pronome *você* e sua difusão no cenário urbano favoreceriam, sobretudo a partir de 1930, período marcante para o desenvolvimento industrial e urbano do Brasil, a fixação progressiva das formas subjuntivas na capital, as quais avançam e influenciam atualmente o português do interior, as comunidades rurais não marcadas etnicamente. Nesse cenário, as formas subjuntivas seriam as formas inovadoras no português popular da Bahia, tanto no cenário rural, quanto na capital. Nesse último caso, num processo mais avançado de mudança.

As considerações quantitativas a respeito das hipóteses traçadas e dos condicionamentos das variantes imperativas de segunda pessoa serão tratadas com o devido rigor nas seções dedicadas à tarefa 3.2.1 *O imperativo no português popular rural da Bahia* e 3.2.2 *O imperativo no português popular urbano da Bahia*. As diferenças marcantes em

---

<sup>80</sup> A importância dos aspectos sócio-históricos das comunidades para a compreensão do nosso estudo conduziu à opção dedicar um capítulo específico ao tema. No Capítulo 4, reunimos argumentos que nos auxiliaram no desenvolvimento de nossa tese.

relação a cada um dos universos de observação também serão desenvolvidas dentro das respectivas seções.

Pontuamos que a análise quantitativa dos usos do imperativo concentrou-se, conforme descrito na metodologia deste trabalho (Capítulo 2), nas formas de segunda pessoa, variantes associadas ao indicativo (*canta*) e ao subjuntivo (*cante*) e processou-se por meio do programa de regra variáveis *Goldvarb* (ver seção 2.3.1). Para o processamento estatístico dos dados, assumimos como valor de aplicação as formas aqui consideradas como inovadoras, aquelas associadas ao subjuntivo (*cante/ não cante*).

### 3.2.1 O imperativo no *português popular rural da Bahia*

Descrevemos, a seguir, os dados representativos da expressão do imperativo nas comunidades afro-brasileiras (Hélcia, Rio de Contas, Sapé e Cinzento) e nas comunidades do interior da Bahia (Santo Antônio de Jesus e Poções). As ocorrências analisadas conjuntamente compõem o conjunto de dados do *português popular rural da Bahia*. As nuances de urbanização e os efeitos na expressão do imperativo serão tratados a partir dos resultados da variável comunidade.

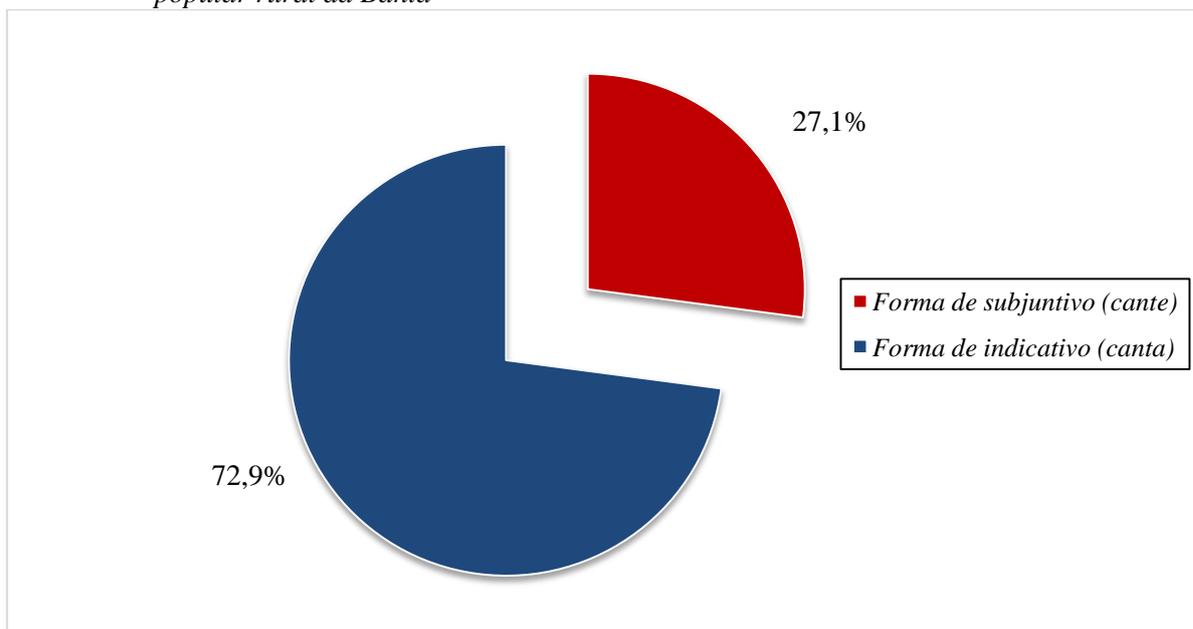
A rodada base dos dados do *português popular rural da Bahia* alcançou como índices probabilísticos o *input* 0.141, *log-likelihood* = -217.472, nível de convergência 14 e nível de significância 0.42. Esses dados correspondem aos valores gerais da rodada #105, em que foram selecionados os grupos de fatores estatisticamente<sup>81</sup> relevantes no condicionamento do fenômeno. Dados específicos de grupos não selecionados, ou produzidos a partir de rodadas alternativas são relatados nas respectivas tabelas.

Após os ajustes da análise, os resultados quantitativos do imperativo no português rural da Bahia perfizeram um total de 432 ocorrências. Evidenciou-se como padrão das comunidades o predomínio das formas associadas ao indicativo, com percentual de 72,9 %, contra 27,1% das formas subjuntivas, conforme Gráfico 5.

---

<sup>81</sup> Ver importância dos valores probabilísticos na seção 2.5.

Gráfico 5 – Distribuição das variantes do imperativo nas comunidades representativas do *português popular rural da Bahia*



Fonte: Elaborado pela autora

O Gráfico 5 demonstra a predominância das formas associadas ao indicativo (*canta*) nas comunidades rurais da Bahia – 72,9% das ocorrências levantadas. O resultado é contrário ao paradigma associado ao estado da Bahia (SAMPAIO, 2001) e à região Nordeste, onde, em geral, a forma do subjuntivo (*cante*) é predominante. Tal resultado é condizente com a hipótese proposta na subseção 3.2.1 e com os indícios apontados pelos trabalhos preliminares de Santos (2006, 2007) e reforçados pela análise de Alves (2008), nos quais se registram traços de uma oposição rural–urbano no uso variável do imperativo na Bahia.

Vale lembrar que o contraste entre comunidades mais e menos urbanizadas também foi apontado, embora em sentido oposto, por Bonfá, Pinto e Luiz (1997) para os dados da região Sul, num contraste que opõe Florianópolis, com 100% de formas indicativas, ao município de Lages, de caráter mais rural, onde predomina o emprego das formas do subjuntivo (80%). Nesse caso, atribui-se a distribuição contrastiva do imperativo na região Sul ao emprego das formas pronominais *tu* e *você*, a primeira mais frequente em Florianópolis e a segunda em Lages (LOREGIAN-PENKAL, 2004). Acresce-se a esse contraste a concordância do emprego do pronome com a flexão canônica de segunda pessoa e o traço [ $\pm$  distanciamento], que arbitra o emprego das variantes do imperativo (BONFÁ; PINTO; LUIZ, 1997). Em estudo mais recente, Cardoso (2012), a partir de dados do projeto VARSUL (variação Linguística do Sul do Brasil), ratifica a oposição entre Lages e Florianópolis em relação à variação do imperativo:

Os resultados para Florianópolis e Lages fluem em direções diametralmente opostas: enquanto Florianópolis se comporta em nosso *corpus* como uma cidade de elevada produção de formas imperativas indicativas – com um peso relativo de 0.70 e 86% de frequência – Lages, em contrapartida, assume-se em nosso *corpus* como uma localidade mais retentora de formas imperativas subjuntivas – os resultados assinalam um peso relativo de 0.30 e uma frequência de 66%. (CARDOSO, 2012, p. 107)

Conforme indicado nos estudos anteriores, os processos de “tuteamento” e “voceamento” são sinalizados como motivações da diferenciação. Segundo Cardoso (2012), razões sócio-históricas, mais especificamente diferenças quanto à colonização vigente em cada localidade, estariam na base do processo posterior de encaixamento linguístico da variação.

Embora os dados a respeito do emprego de *tu* e *você*<sup>82</sup> no português da Bahia demonstrem certa diferença no predomínio dos pronomes em comunidades rurais e urbanas – 12% de *tu* (OLIVEIRA, 2005, 2007) contra apenas 2,7% para a capital Salvador (NOGUEIRA, 2013) –, a distinção não nos parece suficiente para assumir exclusivamente a explicação proposta para Santa Catarina. Isso porque ainda se mantém o padrão de predomínio de *você* e o uso dos pronomes, na Bahia, alterna-se indistintamente no que diz respeito à morfologia verbal.

Assim, consideramos que o efeito observado, ao contrário de uma estreita relação com o pronome de segunda pessoa *tu*, seria, mais expressivamente, produto da fixação das formas base do indicativo, haja vista a perda da morfologia flexional típica das situações de contato entre línguas. Essas formas, adquiridas durante o processo de constituição das normas populares da Bahia, teriam se difundido pelo interior da Bahia e estariam hodiernamente sendo influenciadas pelas normas urbanas.

Não se pode negligenciar o fato de que as hipóteses e explicações até aqui discutidas necessitam da sustentação de outros aspectos, sobretudo a análise do comportamento dos fatores linguísticos e sociais das comunidades de fala, aos quais nos dedicamos a seguir.

A rodada base dos dados selecionou, conforme ordem apresentada, sete fatores como relevantes no condicionamento do imperativo, a saber:

#### 1º) Paralelismo discursivo

---

<sup>82</sup> Ver subseção 1.2.3.1.

- 2º) Comunidade
- 3º) Pronome utilizado com o interlocutor
- 4º) Escolaridade
- 5º) Polaridade da estrutura
- 6º) Nível de saliência morfofonológica
- 7º) Presença do vocativo

Para fins de organização, a discussão dos resultados segue subdividida em encaixamento linguístico, subseção 3.1.1, e encaixamento social, subseção 3.1.2. Tal disposição, longe de propor a independência dos grupos de condicionamentos, objetiva facilitar a leitura e comparação dos dados com os resultados sobre o português popular urbano, a serem apresentados.

### 3.2.1.1 *O encaixamento linguístico do fenômeno*

A investigação do encaixamento linguístico do fenômeno apontou a atuação predominante do fator discursivo *paralelismo discursivo*, selecionado em primeiro lugar entre os dados. Ainda no escopo do discurso, o pronome utilizado no tratamento com o interlocutor no contexto da sentença e a presença do vocativo também se revelaram importantes para o emprego das formas imperativas associadas ao subjuntivo. A estrutura verbal, mais especificamente o nível de diferenciação entre a forma indicativa e a subjuntiva e a *polaridade*, negativa ou afirmativa, da sentença também foram apontados pelo *Goldvarb* como fatores relevantes para o estudo.

Os valores, bem como os condicionamentos apontados para cada variável independente, seguem descritos.

#### 3.2.1.1.1 Paralelismo discursivo

A formulação da variável paralelismo discursivo buscou testar, conforme discutido na subseção 2.4.2.2, o efeito discursivo do emprego de formas morfológicas. Partiu-se do pressuposto de que o uso de uma variante na oração anterior favoreceria a reiteração de uma forma do mesmo tipo na sentença subsequente. Assim, foram consideradas duas situações para este fator, conforme os exemplos (73) e (74):

a) **Forma de indicativo na oração anterior:**

(73) “Aí, *atende*, dá a Renildo, dê a Renildo” (SAR-06)

b) **Forma de subjuntivo na oração anterior:**

(74) “ói, num *vá*, vá primêro com documento...” (SAS-11)

Foram quantificados na análise apenas os contextos em que houve realização do modo imperativo na sentença imediatamente anterior e relacionada, estrutural ou semanticamente, à seguinte. Por essa razão, os resultados da Tabela 9 têm sua referência de total com apenas 139 ocorrências, ou seja, apenas os contextos passíveis da avaliação da variável em discussão.

Tabela 9 – Uso da variante do subjuntivo com valor imperativo no português popular rural da Bahia, segundo a variável *paralelismo discursivo*

<b>Paralelismo discursivo</b>	<b>Nº de oco./TOTAL</b>	<b>Frequência</b>	<b>Peso relativo</b>
<b>Forma de subjuntivo na oração anterior</b>	21/31	67,7%	<b>0.882</b>
<b>Forma de indicativo na oração anterior</b>	9/108	8,3%	<b>0.360</b>
<b>TOTAL</b>	<b>30/139</b>	<b>21,6%</b>	

Fonte: Dados produzidos pela autora<sup>83</sup>

Os dados da Tabela 9 demonstram que a variável *paralelismo discursivo* apresentou um comportamento claramente marcado no condicionamento da variante subjuntiva associada ao indicativo (peso relativo 0.882); o mesmo ocorrendo, naturalmente, com a forma indicativa, com peso relativo 0.360. Os dados de frequência, embora sem o mesmo peso estatístico, seguem o mesmo quadro, 67% da variante do subjuntivo contra apenas 8,3% quando a forma anterior é indicativa. Esses resultados reforçam a pertinência do paralelismo para o imperativo, conforme já atestado pelos estudos de Jesus (2006), Cardoso (2009) e Sampaio (2001).

A pertinência do fator neste e em outros fenômenos, concordância verbal e nominal, por exemplo, e sua seleção em todas as análises do imperativo aqui recuperadas nos levam a reiterar as considerações de Scherre (1998) e assumir a clássica variável paralelismo discursivo como um princípio linguístico de atuação vigorosa sobre as formas variantes do imperativo.

<sup>83</sup> Todas as tabelas referentes à análise dos dados do português popular da Bahia presentes neste Capítulo são de elaboração da autora da tese, razão pela qual esta informação não será repetida nos próximos resultados.

### 3.2.1.1.2 Pronome utilizado com o interlocutor

Os critérios de codificação da variável *pronome utilizado com o interlocutor*, já descritos na metodologia deste trabalho (subseção 2.4.2), visaram recuperar a forma empregada com o interlocutor no contexto de realização da ocorrência do imperativo. Assim, ressaltamos, o controle dessa variável não diz respeito à presença do pronome sujeito<sup>84</sup> na realização da forma imperativo, embora esse seja também um caso válido e incluído na codificação, mas, antes, numa observação mais ampla, busca identificar o pronome que está sendo utilizado para referência ao interlocutor no âmbito da realização da sentença. Para tanto, reiteramos, são considerados domínios um pouco mais extensos que a sentença. Para fins metodológicos, definimos o limite de três turnos anteriores e posteriores da sentença. Tal exposição nos parece importante como justificativa do número total de ocorrências na Tabela 10, 150 ocorrências válidas para análise da variável. Os dados encontrados para essa variável seguem descritos na Tabela 10.

Tabela 10 – Uso da variante do subjuntivo com valor imperativo no *português popular rural da Bahia*, segundo a variável *pronome empregado com o interlocutor*

<b>Pronome utilizado com o interlocutor</b>	<b>Nº de oco./TOTAL</b>	<b>Frequência</b>	<b>Peso relativo</b>
<i>Tu</i>	6/29	20,7%	<b>0.304</b>
<i>Você</i>	46/121	38%	<b>0.549</b>
<b>TOTAL</b>	<b>52/150</b>	<b>34,7%</b>	

De acordo com os resultados da Tabela 10, a forma subjuntiva é favorecida pelo tratamento do interlocutor com o pronome *você*, frequência 38% e peso relativo 0.549. A forma *tu* desfavorece o emprego do subjuntivo com os valores 20,7% e peso relativo 0.304.

Os resultados podem ser associados a duas explicações. Por um lado, tem-se o efeito da escolarização, o qual, conforme proposto pela gramática normativa (subseção 1.1.1), associa o tratamento do interlocutor com o pronome *você* às formas imperativas derivadas do modo subjuntivo, enquanto para o tratamento com o *tu* tem-se a prescrição das formas de segunda pessoa do indicativo sem o *-s* para as sentenças afirmativas. Por outro lado, considerando que as formas do indicativo teriam se fixado primeiro no português rural, juntamente com as formas pronominais *tu* de amplo emprego, as formas subjuntivas foram

<sup>84</sup> Para a análise particular deste condicionamento, tem-se a variável presença do pronome sujeito, descrita na seção 2.4.2.9 do capítulo 2, cujos resultados não foram selecionados pelo GOLDVARB nesta análise, mas serão apresentados na seção 3.2.3.

introduzidas via influência dos padrões da capital, as quais tem um emprego um pouco mais expressivo do *você*, o que justificaria o condicionamento descrito pelos resultados.

### 3.2.1.1.3 Polaridade da estrutura

O tipo de frase, afirmativa ou negativa, referido na literatura como *polaridade da estrutura* (SCHERRE, 2004), foi selecionado entre os fatores condicionantes das realizações do imperativo. Para a análise desse fator, partimos da hipótese de que as formas do subjuntivo seriam favorecidas em contextos de frases negativas.

O fator tem sido descrito entre os estudos sociolinguísticos como um importante condicionamento da variação do imperativo, a exemplo de Sampaio (2001), Jesus (2006) e Cardoso (2009). Os resultados da variável para a nossa análise seguem descritos na Tabela 11:

Tabela 11 – Uso da variante do subjuntivo com valor imperativo no *português popular rural da Bahia*, segundo a variável *polaridade da estrutura*

<b>Polaridade da estrutura</b>	<b>Nº de oco./TOTAL</b>	<b>Frequência</b>	<b>Peso relativo</b>
<b>Afirmativo</b>	93/385	24,2%	<b>0.475</b>
<b>Negativo</b>	24/47	51,1%	<b>0.692</b>
<b>TOTAL</b>	<b>117/432</b>	<b>27,1%</b>	

Semelhante ao que acontece nos trabalhos sociolinguísticos apontados anteriormente, os resultados da nossa análise comprovam a hipótese inicial, uma vez que ficou constatado que as frases negativas favorecem uso das formas do imperativo derivadas do subjuntivo (*cante*) com peso relativo 0,692.

Reiteramos aqui o papel de restrições sintáticas acerca das sentenças imperativas, mais especificamente restrições relacionadas ao tipo de frase negativa. Segundo Rivero (1994), a não ocorrência de formas negativas em línguas de imperativo verdadeiro constitui-se uma restrição sintática. O português europeu, integrante das línguas de imperativo verdadeiro de classe II, permitiria a negação com restrições. No caso do português brasileiro, Cavalcante (2011) defende que não se trata de uma língua de imperativo verdadeiro, sendo todas as formas associadas ao imperativo, tal como no francês, formas supletivas derivadas de outros modos verbais. Tal explicação dá conta das formas do indicativo encontradas em frases negativas na amostra observada (49% das formas negativas, de um total de 47 ocorrências nesse contexto). Há que se destacar que, embora o peso relativo indique o favorecimento das sentenças negativas, o resultado sutil, bem como os dados de frequência, sustentam a análise de Cavalcante (2011) sobre a natureza das variantes imperativas como supletivas.

Ao lado das explicações sintáticas, as quais não comportam completamente a compreensão do condicionamento, reiteramos os argumentos apresentados na metodologia deste trabalho acerca da ação indireta da escolarização e da função discursiva das sentenças.

- a) O efeito prescritivista: segundo a norma padrão, as formas negativas são derivadas exclusivamente do modo subjuntivo para todas as pessoas;
- b) O efeito discursivo: possibilidade de leitura ambígua de formas indicativas em contextos negativos – “[você] não joga” –, frente à leitura imperativa mais explícita quando na presença de uma forma do subjuntivo “[você] não jogue” (SAMPAIO, 2001).

Assim, defendemos que as restrições sintáticas pontuadas, o efeito, ainda que indireto, exercido pela escolarização, associando as formas negativas exclusivamente às formas supletivas do subjuntivo, bem como a associação mais evidente dessas formas ao valor deôntico se manifestam no quadro apresentado na Tabela 11, justificando o condicionamento exercido pela frase negativa sobre a realização do imperativo na variante subjuntiva.

#### 3.2.1.1.4 Nível de Saliência morfofonológica

A *saliência fônica*, consabidamente um importante condicionamento de fenômenos do nível morfossintático, como a concordância verbal (LUCCHESI; BAXTER; SILVA, 2009), por exemplo, diz respeito ao nível de diferenciação entre a forma flexionada e as formas variantes. Para a adequação da variável ao fenômeno em estudo, partiu-se das asserções de Scherre (2004) sobre o efeito da menor ou maior marcação entre as formas no condicionamento das variantes do imperativo.

menor marcação interna implica tendência de uso do imperativo menos marcado – a variante de tendência mais geral, que é a forma associada ao indicativo; maior marcação interna implica tendência de uso da variante imperativa mais marcada – a variante de tendência menos geral, que é a forma associada ao subjuntivo [...] (SCHERRE, 2004, p. 17)

Assumindo as considerações como hipóteses plausíveis para as comunidades de fala em análise, buscamos definir uma escala de saliência imperativa, por nós constituída, com base nos níveis de diferenciação entre as formas variantes, de modo que a definição do nível de saliência seria maior tanto quanto fosse a substancialidade da diferenciação do ponto de vista

morfológico. Para a análise das ocorrências, partiu-se da codificação dos fatores previstos na metodologia deste trabalho, com a discriminação de sete níveis de saliência morfofonológica. A observação preliminar dos dados revelou a relativa ineficácia de se manterem níveis tão discretos de diferenciação, pois, além de muitos se aproximarem do ponto de vista estrutural, a distribuição, abundante para alguns níveis e rarefeita para outros, colocaria os dados numa condição de forte assimetria. Segundo demonstrações do linguista Guy e Zilles (2007), esse tipo de desequilíbrio pode prejudicar a análise probabilística do programa estatístico, afetando consideravelmente os níveis de significância e convergência. Para o autor, “com uma distribuição equilibrada, obtemos resultados analíticos robustos e significativos”. (GUY; ZILLES, 2007, p. 59). A formulação final da escala de saliência levou a cabo a amálgama de alguns fatores e a reestruturação da escala o que reduziu a variável a 4 níveis mais abrangentes, conforme o Quadro 17.

Quadro 17 – Níveis de saliência morfofonológica para a análise do modo imperativo

REORDENAMENTO	NÍVEL	DEFINIÇÃO	EXEMPLO
<b>NÍVEL I</b>	Nível 1	Mudanças apenas no morfema modo temporal, sem alterações no radical.	<i>olha/olhe cumpre/cumpra espera/espere</i>
	Nível 2	Alteração no radical em função de mudanças nos sons consonantais	<i>ouve/ouça pede/peça</i>
<b>NÍVEL II</b>	Nível 3	Alteração no radical em função das mudanças vocálicas, timbre e altura de vogal presente no radical.	<i>investe/invista sobe/suba serve/sirva dá/dê</i>
	Nível 4	Acréscimo de segmento vocálico.	<i>sai/saia cai/caia ri/ria vai/vá</i>
<b>NÍVEL III</b>	Nível 5	Acréscimo de segmento silábico com presença de vogal nasalizada	<i>vem/venha tem/tenha põe/ponha</i>
	Nível 6	Acréscimo de segmento silábico (com inclusão/alteração de som consonantal existente)	<i>diz/diga traz/ traga</i>
	Nível 7	Acréscimo de segmento consonantal.	<i>vê/veja</i>

Fonte: Elaborado pela autora

Para a análise da variável, partiu-se da hipótese de que níveis maiores de saliência condicionariam o emprego das formas do subjuntivo, de tendência menos geral e, portanto,

mais marcadas nos usos das comunidades. Os resultados da variável seguem dispostos na Tabela 12.

Tabela 12 – Uso da variante do subjuntivo com valor imperativo no *português popular rural da Bahia*, segundo a variável *saliência morfofonológica*

<b>Saliência morfofonológica</b>	<b>Nº de oco./TOTAL</b>	<b>Frequência</b>	<b>Peso relativo</b>
<b>Nível 1</b>	48/206	23,3%	<b>0.478</b>
<b>Nível 2</b>	8/60	13,3%	<b>0.328</b>
<b>Nível 3</b>	40/90	44,4%	<b>0.649</b>
<b>Nível 4</b>	21/76	27,6%	<b>0.519</b>
<b>TOTAL</b>	<b>117/432</b>	<b>21,7%</b>	

A seleção do grupo de fatores pelo *Goldvarb* evidenciou a significância para a realização variante do subjuntivo. O índice de frequência de 44% e peso relativo 0.649 indicou o Nível III como o mais favorável à realização da forma marcada do subjuntivo. O Nível II desfavorece as formas em análise com peso relativo 0.328. Os níveis I e IV alcançaram índices muito próximos à neutralidade, com pesos relativos 0.478 e 0.519, respectivamente. Tal resultado não encontra total consonância com a proposição de Scherre (2004) acerca da associação entre a maior saliência e o uso da forma menos marcada, de menor frequência.

#### 3.2.1.1.5 Presença do vocativo

O vocativo, elemento importante e recorrente nas sentenças imperativas, desempenha o papel de direcionar o comando expresso ao interlocutor. Segundo Scherre (2004), a evocação do interlocutor por meio do vocativo funciona no sentido de assegurar a leitura imperativa da sentença (cf. subseção 2.4.2.2). Partimos, para a análise desta variável, dos valores definidos na metodologia deste trabalho e aqui reiterados e exemplificados em (78) e (79):

**a) Presença do vocativo:**

(78) *Ô menino, volta, pelo amor de Deus!* (POR-07)

**b) Ausência do vocativo:**

(79) *num bole em minha perna não* (POR-08)

O subjuntivo depende menos de reforço contextual para garantir a interpretação imperativa, enquanto a forma do indicativo, por possibilitar uma leitura ambígua em algumas situações, necessita de um reforço discursivo, nesse caso, o vocativo.

A hipótese orientadora desta análise centra-se, portanto, na definição de que a presença do vocativo seria mais significativa para o uso das formas do indicativo, haja vista as razões discursivas já descritas. Por oposição, as formas em relevo nesta análise, subjuntivas (*cante*), seriam desfavorecidas na presença do vocativo e, conseqüentemente, favorecidas em sua ausência.

Tabela 13 – Uso da variante do subjuntivo com valor imperativo no *português popular rural da Bahia*, segundo a variável *presença do vocativo*

<b>Vocativo</b>	<b>Nº de oco./TOTAL</b>	<b>Frequência</b>	<b>Peso relativo</b>
<b>Presença</b>	24/113	21,2%	<b>0.390</b>
<b>Ausência</b>	95/319	29,7%	<b>0.540</b>
<b>TOTAL</b>	<b>117/432</b>	<b>27,1%</b>	

Os resultados da Tabela 13 apontam conformidade com a hipótese proposta: a presença do vocativo desfavorece o emprego da variante do subjuntivo com peso relativo 0.390 e frequência 21,2%. É importante ressaltar que o efeito desfavorecedor desse fator parece ser mais expressivo do que o efeito da ausência do vocativo, uma vez que o peso relativo 0.540 mostrou-se reativamente próximo ao índice de neutralidade definido para a análise probabilística do programa, a saber, 0.500.

### 3.2.1.2 O encaixamento social do fenômeno

A análise do encaixamento social partiu do pressuposto de que a variação e a mudança linguística são afetadas pelo contexto social no qual está inserido o fenômeno em estudo. Em nosso trabalho, além dos objetivos específicos ligados aos interesses da pesquisa sociolinguística, as variáveis sociais têm o propósito de recobrir aspectos particulares que caracterizam as comunidades de fala estudadas. Desse modo, além de identificar as tendências gerais de variação e mudança, apontam quais elementos atuam na definição do perfil sociolinguístico do português popular rural, trabalhado nesta seção, e urbano, a ser discutido na subseção 3.2.2.2.

Para a investigação do encaixamento social da variação do imperativo, foram consideradas as variáveis sociais descritas na delimitação dos *corpora* (cf. seção 2.2). Às

variáveis gerais estudadas nesta tese – a), b) e c) – foram acrescidos grupos de fatores específicos do perfil das comunidades rurais – d), e), e f):

- a) Faixa etária;
- b) sexo do informante;
- c) escolaridade;
- d) localidade;
- e) estada fora da comunidade;
- f) comunidade de fala

Do conjunto inicial de seis variáveis sociais, foram selecionados pelo *Goldvarb* dois grupos de fatores significativos: a *escolaridade* e a *comunidade de fala do informante*. Os dados referentes ao encaixamento dessas variáveis seguem descritos em 3.2.1.2.1 e 3.2.1.2.2.

#### 3.2.1.2.1 Escolaridade

A investigação do condicionamento da variável explanatória *escolaridade* sobre o imperativo tem sido postulada pelos trabalhos sociolinguísticos num espectro amplo de distinção entre os níveis de escolaridade. Jesus (2006) e Sampaio (2001), por exemplo, distinguem os níveis médio, primário e superior. Nesse cenário, as formas do indicativo (*canta*) são apontadas como favorecidas nos níveis mais altos de escolarização – médio e superior – conforme discutido na seção 2.4. Os argumentos apresentados pelos autores diferem entre si. Para Jesus (2006), a escolarização tende a favorecer o emprego da forma de uso mais amplo no Brasil, a forma indicativa. Sampaio (2001), por sua vez, apontando os resultados de maior frequência das formas indicativas nos níveis médio e superior como contraditórios à hipótese inicial, justifica o resultado como efeito da influência socioeconômica dos modelos da região Sul e Sudeste, defendendo o argumento de que os altos níveis de escolaridade promoveriam o maior contato, via viagens, dos falantes de Salvador com indivíduos dessas regiões de paradigma de indicativo, referências culturais e socioeconômicas do país.

Em nosso trabalho, conforme anteriormente delimitado (cf. seção 2.2), distinguem-se na composição dos *corpora* dois níveis de escolaridade, analfabetos e semialfabetizados. Nossa opção por níveis baixos e sutilmente discretos é coerente com a dedicação à

compreensão do português popular da Bahia, cuja caracterização engloba, sobremaneira, o precário acesso à escolarização.

Considerando o efeito da normatização linguística no sentido de prescrever o uso das formas derivadas do subjuntivo para o tratamento do interlocutor com o pronome *você* (cf. subseção 1.1.1), e a prevalência desse pronome (88%) em detrimento do *tu* nas comunidades estudadas (OLIVEIRA, 2005, 2007), defende-se a hipótese de que o contato com o processo de escolarização, ainda que incipiente, favorecerá o emprego das formas subjuntivas na amostra observada.

Os resultados dessa variável seguem descritos na Tabela 14:

Tabela 14 – Uso da variante do subjuntivo com valor imperativo no *português popular rural da Bahia*, segundo a variável *escolaridade*

<b>Escolaridade</b>	<b>Nº de oco./TOTAL</b>	<b>Frequência</b>	<b>Peso relativo</b>
<b>Semialfabetizados</b>	67/186	36%	<b>0.611</b>
<b>Analfabeto</b>	50/246	20,3%	<b>0.416</b>
<b>TOTAL</b>	117/432	27,1%	

Os resultados da Tabela 14 confirmam a hipótese de trabalho com os indivíduos semialfabetizados favorecendo o emprego das formas inovadoras do subjuntivo (*cante*) com frequência 36% e peso relativo 0.611. Os indivíduos que não frequentaram a escola e não receberam qualquer tipo de instrução formal desfavorecem a aplicação das variantes do subjuntivo com frequência 20,3% e peso relativo 0.416.

Considerando os dados revisados sobre o efeito da variável escolarização, os resultados são contrários aos dados do português culto de Salvador, para os quais se verificou que os altos níveis de escolarização favorecem as formas indicativas, inovadoras nessas comunidades (SAMPAIO, 2001).

### 3.2.1.2.2 Comunidade

Para a constituição de uma amostra que se opusesse ao português urbano da capital, compôs-se um *corpus* representativo da fala rural da Bahia, formado pelos *corpora* do *português afro-brasileiro* e do *português popular do interior da Bahia*, conforme já descrito na metodologia deste trabalho (subseções 2.2.3 e 2.2.4). Para tanto, levou-se em conta a escolha de comunidades cuja caracterização sócio-histórica refletisse possíveis marcas de um eventual contato entre línguas na formação do português brasileiro, as comunidades afro-

brasileiras, ao lado de comunidades, também integrantes da zona rural do país, sem evidências proeminentes de contato massivo entre línguas e com níveis diferentes de desenvolvimento urbano. Dessa forma, para a avaliação do efeito desta variável, têm-se como variantes as comunidades do interior da Bahia – Poções e Santo Antônio de Jesus – e as comunidades afro-brasileiras – Helvécia, Cinzento, Sapé e Rio de Contas.

A formulação geral do fator partiu da hipótese de que as comunidades rurais apresentariam um perfil diferenciado de distribuição das variantes do imperativo em relação ao português popular urbano da Bahia. Tal hipótese ancora-se na compreensão do diferenciado processo de formação das comunidades rurais em detrimento das comunidades urbanas, a ser detidamente tratado no Capítulo 4, bem como nos indícios apontados pelas pesquisas preliminares sobre o imperativo na Bahia.

Como hipótese secundária, supomos que as comunidades afro-brasileiras, mais marcadas pelo contato massivo entre línguas, apresentariam índices maiores de formas imperativas derivadas do modo indicativo (*canta*), em detrimento das comunidades de Santo Antônio de Jesus e Poções, para as quais se esperam índices maiores de formas do subjuntivo. Postula-se ainda uma diferenciação entre a sede e a zona rural desses municípios em função do efeito do grau de urbanização, o qual teria repercutido, dentre outras coisas, na convivência com falantes de diferentes normas e no contato com indivíduos escolarizados e com o falar dos grandes centros urbanos. Os resultados encontrados para esta variável seguem sistematizados na Tabela 15.

Tabela 15 – Uso da variante do subjuntivo com valor imperativo no *português popular rural da Bahia*, segundo a variável *comunidade de fala*

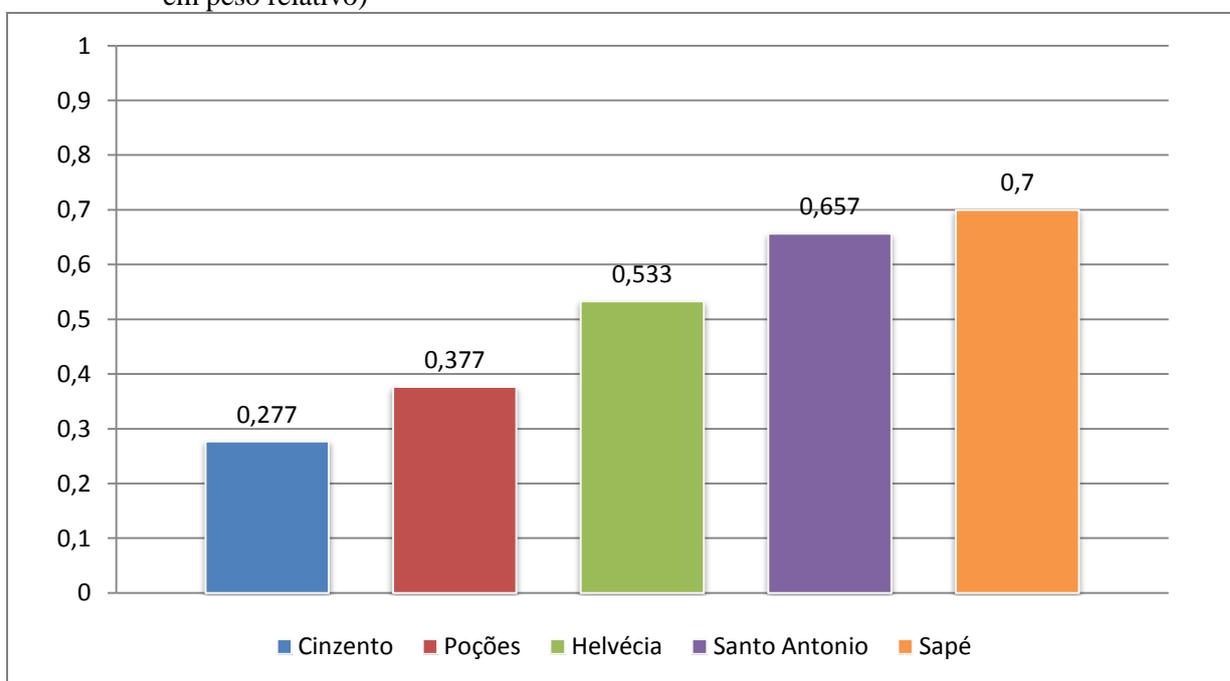
<b>Comunidade de fala</b>	<b>Nº de oco./TOTAL</b>	<b>Frequência</b>	<b>Peso relativo</b>
<b>Poções</b>	25/136	18,4%	<b>0.377</b>
<b>Santo Antônio de Jesus</b>	60/140	42,9%	<b>0.657</b>
<b>Helvécia</b>	10/44	22,7%	<b>0.533</b>
<b>Cinzento</b>	4/42	9,5%	<b>0.277</b>
<b>Rio de Contas</b>	2/24	8,3%	<b>0.244</b>
<b>Sapé</b>	16/46	34,8	<b>0.700</b>
<b>TOTAL</b>	<b>117/432</b>	<b>27,1%</b>	

Os dados apontados pelo programa demonstram, a princípio, a manutenção do quadro de predomínio das formas indicativas em todas as comunidades, reforçando a hipótese de que tal padrão traduz a realidade rural da Bahia. Por outro lado, a diferenciação na distribuição dos dados de frequência, bem como nos pesos relativos entre as comunidades contempla

parcialmente a hipótese esboçada para a oposição entre comunidades marcadas e não marcadas etnicamente.

Os resultados dos pesos relativos, apresentados na Tabela 15 e sistematizados no Gráfico 6, a fim de facilitar a visualização, apontam as comunidade de Sapé (peso relativo 0,700) e Santo Antônio de Jesus (peso relativo 0,657) como principais favorecedoras da forma do subjuntivo. A essas comunidades, segue, com peso relativo bem próximo do nível de neutralidade (0,533), a comunidade de Helvécia. Como desfavorecedoras, o *Goldvarb* indicou as comunidades de fala de Poções (0,377), Cinzento (0,277) e Rio de Contas (0,244).

Gráfico 6 – Usos das formas do subjuntivo com valor imperativo conforme as comunidades (valores em peso relativo)



Para a compreensão da distribuição dos dados, há que se recorrer à descrição da sócio-história e geografia das comunidades de fala estudadas, dispostas no Capítulo 2, e aqui rerepresentadas. As comunidades de Santo Antônio de Jesus e Poções, integrantes do *português popular do interior* do estado e não marcadas diretamente do ponto de vista étnico, apresentam diferenças importantes acerca dos dados sociais e demográficos que podem ser evocadas para a diferenciação do padrão de imperativo.

Quadro 18 – Indicadores sociais e demográficos das comunidades de Santo Antônio de Jesus e Poções

INDICADORES SOCIAIS E DEMOGRÁFICOS DAS COMUNIDADES <sup>85</sup>					
Comunidade	População <sup>86</sup>	Extensão	Densidade demográfica em 2000	Distância de Salvador	Grau de urbanização
<b>Santo Antônio</b>	77.368 (2000)	259 Km <sup>2</sup>	306,99 h/Km <sup>2</sup>	200 Km	85,62
	90.985 (2010)				
	101.548 (2015)				
<b>Poções</b>	44.213 (2000)	963 Km <sup>2</sup>	45,86 h/Km <sup>2</sup>	444 Km	71,93
	44.701 (2010)				
	48.729 (2015)				

Fonte: IBGE (2002)

O município de Santo Antônio, conforme o Quadro 18, está localizado mais próximo<sup>87</sup> à capital Salvador, assim estaria mais susceptível à influência dessa zona dialetal que prioriza o uso da forma do subjuntivo (SAMPAIO, 2001). Vale ressaltar, também, a influência do caráter urbano da cidade na configuração do padrão linguístico descrito, reforçado pelo intenso comércio e elevada densidade demográfica (cf. Quadro 18). Deslocam-se para a região indivíduos dos municípios circunvizinhos e também da capital e região metropolitana, atraídos pela busca de gêneros agrícolas, pelas atividades laborais que exercem e pelo forte desenvolvimento comercial da região. Ademais, o município de Santo Antônio de Jesus conta com a presença de um *campus* da Universidade Estadual da Bahia (UNEB) e outro da Universidade do Recôncavo da Bahia (UFRB) o que, sem dúvida, reverbera na dinâmica social e linguística da população.

Contrariamente, o município de Poções, geograficamente mais distante da capital (963 km), apresenta um caráter mais rural, com menor índice demográfico e menor grau de urbanização (cf. Quadro 18). De acordo com os dados do Capítulo 2, o município ainda mantém características tradicionais dos ambientes rurais, com pouca circulação de indivíduos de comunidades externas, além de um forte apego às tradições e religiosidade. Tal resistência justificaria a manutenção das formas base de indicativo e frente às formas inovadoras de subjuntivo.

<sup>85</sup> Dados extraídos do Censo do IBGE (2000), período próximo ao início da coleta dos dados das comunidades. Dados complementares extraídos de outros períodos seguem especificados.

<sup>86</sup> Os dados referentes à população de 2015 fazem parte das estimativas divulgadas pelo IBGE (2010).

<sup>87</sup> Considerando a possibilidade de deslocamento para Santo Antônio via Ferry Boat, a distância entre o município e a capital pode ser reduzida em até 100 km, segundo dados do portal *Ferry boat Salvador*, <http://ferryboatsalvador.com.br/distancia-ferry-boat-para-cidades/>.

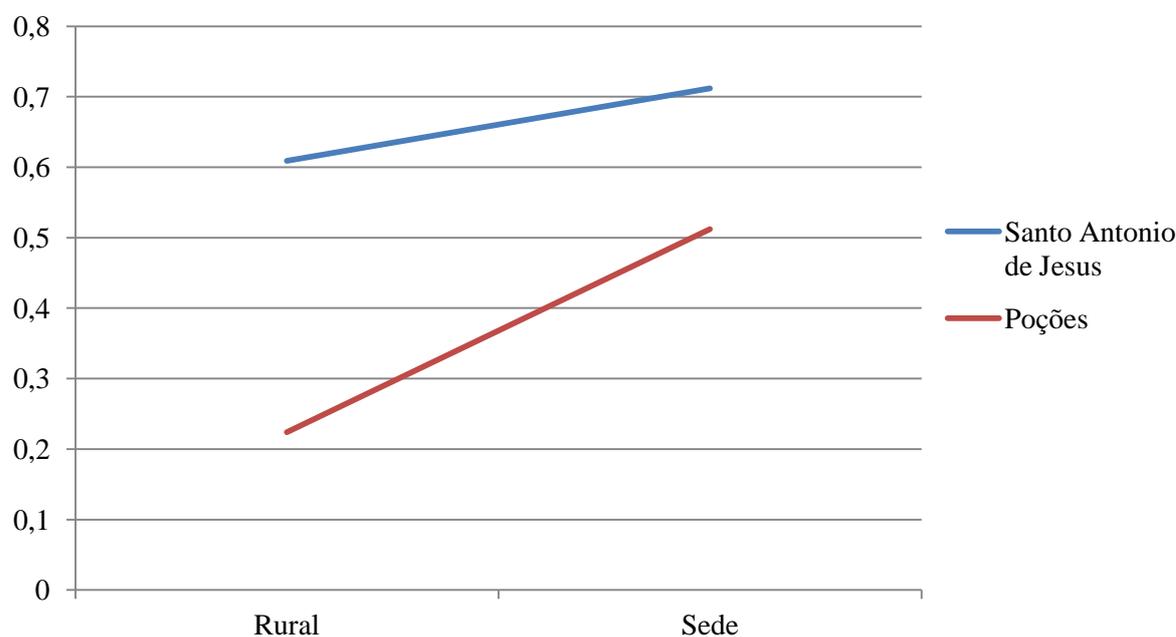
A justificativa acima esboçada reforça-se quando observamos a diferenciação entre as zonas rurais e as sedes desses municípios. Embora o grupo de fatores *localidade* não tenha sido selecionado pelo programa na rodada base, a observação do emprego do imperativo em áreas mais e menos urbanizadas revelou que o desenvolvimento e o modo de vida da localidade afetam o emprego das variantes do imperativo. Os resultados do cruzamento entre os municípios de Santo Antônio de Jesus e Poções e suas respectivas sedes e zonas rurais foram selecionados numa rodada completar com os seguintes valores estatísticos: *Input* 0.191, *Log likelihood* -196.330 e nível de significância 0.045. O comportamento cruzado das variáveis segue descrito na Tabela 16:

Tabela 16 – O uso da variante do subjuntivo segundo o cruzamento dos resultados dos municípios de Santo Antônio de Jesus e Poções com a variável *localidade* (sede ou zona rural)

<b>Município</b>	<b>Localidade</b>	<b>Nº de oco./TOTAL</b>	<b>Frequência</b>	<b>Peso relativo</b>
<b>Santo Antônio de Jesus</b>	<i>Rural</i>	10/80	12,5%	<b>0.609</b>
	<i>Sede</i>	15/56	26,8%	<b>0.712</b>
<b>Poções</b>	<i>Rural</i>	27/66	40,9%	<b>0.224</b>
	<i>Sede</i>	33/74	44,6%	<b>0.512</b>
<b>TOTAL</b>		<b>85/276</b>	<b>30,8%</b>	

Os resultados da Tabela 16 mantêm a prevalência da comunidade de Santo Antônio de Jesus sobre Poções no favorecimento das formas do subjuntivo: peso relativo 0.609 para a zona rural e 0.712. Os resultados de Poções ou desfavorecem, 0.224 na zona rural, ou aproximam-se da neutralidade, 0.512 na sede do município. Tais dados, em primeira instância, reforçam os argumentos levantados para a diferenciação das comunidades de fala anteriormente discutida. Por outro lado, conforme se torna evidente pela disposição dos dados no Gráfico 7, os resultados destacam uma tendência clara de incremento das formas inovadoras do subjuntivo nas duas comunidades, condicionada pelo grau de desenvolvimento urbano da localidade do município.

Gráfico 7 – Uso das formas imperativas variantes do subjuntivo em função do desenvolvimento urbano das localidades

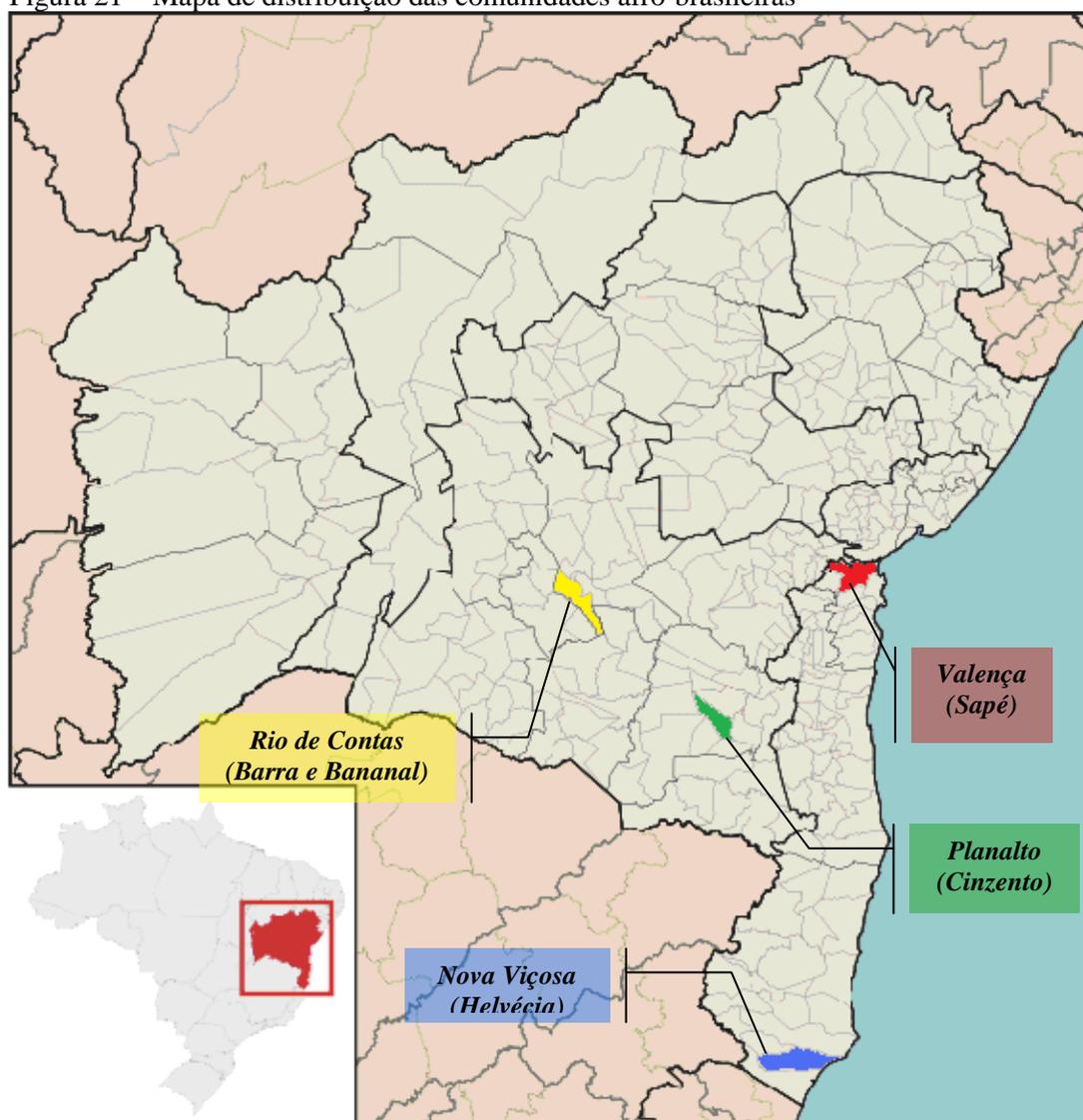


Podemos afirmar, portanto, que, no que concerne ao comportamento das comunidades do interior, há uma relação clara entre o grau de desenvolvimento urbano, do município como um todo e das regiões internamente observadas, com o emprego das formas do subjuntivo, empregadas majoritariamente no centro urbano de referência do estado, a cidade de Salvador (SAMPAIO, 2001). Resta-nos compreender de que modo o comportamento das comunidades afro-brasileiras se relaciona com as regiões do interior da Bahia.

Embora todas as comunidades afro-brasileiras tenham contabilizado níveis de frequência predominantes de formas imperativas associadas ao indicativo, índices acima de 65%, foram observadas diferenças entre as comunidades no tocante ao condicionamento das formas. A comunidade de Sapé favoreceu a aplicação da variante do subjuntivo, com peso relativo 0,700 e frequência 34,8%. A comunidade de Helvécia, com peso 0,533 e frequência 22,7%, mostrou-se próxima ao nível de neutralidade. Como desfavorecedoras, destacaram-se as comunidades de Cinzento (0,277) e Rio de Contas (0,244).

Os resultados encontrados comprovam, parcialmente, a hipótese postulada para as comunidades em questão. Por essa razão, há que destacar aspectos particulares que caracterizam as comunidades cujo comportamento destoou da hipótese prevista. Retomamos, em primeiro lugar, a distribuição geográfica das comunidades, apresentada inicialmente na Figura 10 e aqui reenumerada na Figura 21.

Figura 21 – Mapa de distribuição das comunidades afro-brasileiras



Fonte: Elaborado pela autora com base no site IGBE- cidades: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>

Conforme disposição visível na Figura 21, a comunidade de Sapé, situada no município de Valença, é, entre as comunidades afro-brasileiras, a mais próxima da capital do estado, Salvador (123 km), estando ainda afastada de Santo Antônio de Jesus, favorecedor do emprego da variante do subjuntivo, por apenas 77,1 km. O comportamento da comunidade de Sapé pode ser, portanto, resultado do efeito exercido pelo contato dialetal com o entorno, notadamente a zona de influência Salvador, que também atinge, conforme discutido anteriormente, o município de Santo Antônio de Jesus. Esse contato dialetal na sincronia estaria sobrepondo-se ao efeito pretérito de aquisição das formas base do indicativo e motivando o incremento das formas do subjuntivo. Além disso, há que se ressaltar que o contato dialetal na região é bastante estimulado, pois Valença, município em que se insere a

comunidade de Sapé, é um importante porto de passagem de indivíduos que se deslocam da capital para o Recôncavo da Bahia, bem como de turistas que visitam as muitas atrações da Costa do Dendê<sup>88</sup>. Com exceção de Helvécia (0,533), as demais comunidades afro-brasileiras, Cinzento (0,277) e Rio de Contas (0,244), confirmaram a hipótese, com índices bastante refratários à entrada da forma inovadora do subjuntivo (*cante*).

Em síntese, da análise da variável *comunidade*, duas considerações importantes despontam. A primeira é o efeito do desenvolvimento urbano das comunidades no uso das formas variantes imperativas associadas ao subjuntivo. Outra, ainda associada à primeira, diz respeito ao efeito do contato dialetal, que se mostrou elemento importante para o condicionamento do fenômeno na comunidade de Sapé, no município de Valença.

Considerando os argumentos sociodemográficos levantados para a oposição entre os municípios de Santo Antônio de Jesus e Poções e o caráter particular de localização em que se insere Sapé, podemos concluir que a hipótese inicialmente levantada é relevante, ainda que não o seja confirmada em absoluto.

Para uma compreensão mais completa da hipótese, recorreremos aos dados relativos à distribuição das variantes segundo a faixa etária dos falantes. Esse fator, embora não selecionado, pode trazer a lume evidências para a identificação das tendências de mudança que afetam o fenômeno na variedade linguística em foco.

### 3.2.1.2.3 Faixa etária

Embora a faixa etária não tenha sido selecionada pelo pacote estatístico, a discussão do seu comportamento é essencial para a pesquisa sociolinguística, seja com o intuito de marcar o registro do comportamento no estudo, seja para apontar indícios sinalizados por outras variáveis selecionadas.

Para a análise deste grupo de fatores, partimos da hipótese de que os falantes mais velhos apresentariam, como resquício do efeito do contato entre língua que prefigurou na constituição das variedades do português dessas comunidades, o maior índice de formas não marcadas indicativas. As formas subjuntivas, por consequência, seriam menos presentes haja vista a manutenção, entre esses indivíduos, de um padrão mais coeso e menos aberto às

---

<sup>88</sup> A Costa do Dendê é uma importante delimitação turística do litoral baiano. Com 115 km de extensão, abrange a região da foz do Rio Jaguaripe à Baía de Camamu. Nesse espaço, encontram-se cachoeiras, rios, manguezais e belíssimas praias, distribuídas entre as localidades de Valença, Morro de São Paulo, Boipeba, Igrapiúna, Cairu, Camamu, Taperoá, Nilo Peçanha, Ituberá e Maraú.

influências externas de contato com a mídia, escolarização e demais instrumentos socioculturais. Entre os jovens, por sua vez, devido à influência do mercado de trabalho e à pressão exercida pela escolarização, seria mais evidente a entrada da variante inovadora do subjuntivo. Na Tabela 17, encontram-se os dados gerais sobre o comportamento linguístico da variável faixa etária no português popular rural da Bahia.

Tabela 17 – O uso da variante do imperativo associada ao subjuntivo no *português popular urbano da Bahia*, segundo a faixa etária dos informantes

<b>Comunidade de fala</b>	<b>Nº de oco./TOTAL</b>	<b>Frequência</b>
<b>Faixa I</b>	25/77	<b>32,5%</b>
<b>Faixa II</b>	43/184	<b>23,4%</b>
<b>Faixa III</b>	41/126	<b>32,5%</b>
<b>Faixa IV</b>	8/45	<b>17,8%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>117/432</b>	<b>27,1%</b>

Assumindo como referência para a leitura dos dados a frequência geral das formas subjuntivas na amostra, 27,1%, podemos dizer que os resultados apresentam alguns pontos que favorecem a hipótese inicial, pois os falantes com índices claramente mais refratários ao emprego das formas subjuntivas são os indivíduos da Faixa IV, com idade superior a 80 anos. Por fazerem parte da construção histórica e sociolinguística das comunidades, acreditamos que entre eles estão preservados os padrões mais antigos das comunidades de fala, com uso de uma forma base menos flexionada, a forma do indicativo.

As demais faixas etárias não apresentam resultados tão claros. Faixa I e III apresentam percentual de 32,5% de aplicação da forma inovadora. Numa tentativa de compreensão da situação, podemos inferir que a aquisição das formas de subjuntivo acontece prioritariamente por parte dos jovens, considerando que esse grupo, nas comunidades estudadas, é o que apresenta, em média, mais contato com a escolarização, mais exposição aos meios de comunicação de massa e maior deslocamento. Isso facilitaria a assimilação por parte desse grupo da forma de expressão do imperativo hegemônica em Salvador, centro de irradiação linguística dentro do Estado.

Para a compreensão do comportamento desviante da faixa III, fez-se necessário a observação dos desempenhos individuais dos falantes. Dessa tarefa, resultou a identificação de um falante de comportamento desviante em relação aos demais componentes da faixa. Dos 24 informantes que compõem a faixa etária III, o informante SAS-11 foi o único com padrão invertido em relação aos índices gerais da amostra e da faixa, com 63% de formas subjuntivas. A análise do perfil e da entrevista apontou como justificativa o fato de o

informante deslocar-se para outras cidades e apresentar laços importantes de convivência com a cidade de Salvador, onde residem seus irmãos, filhos e netos.

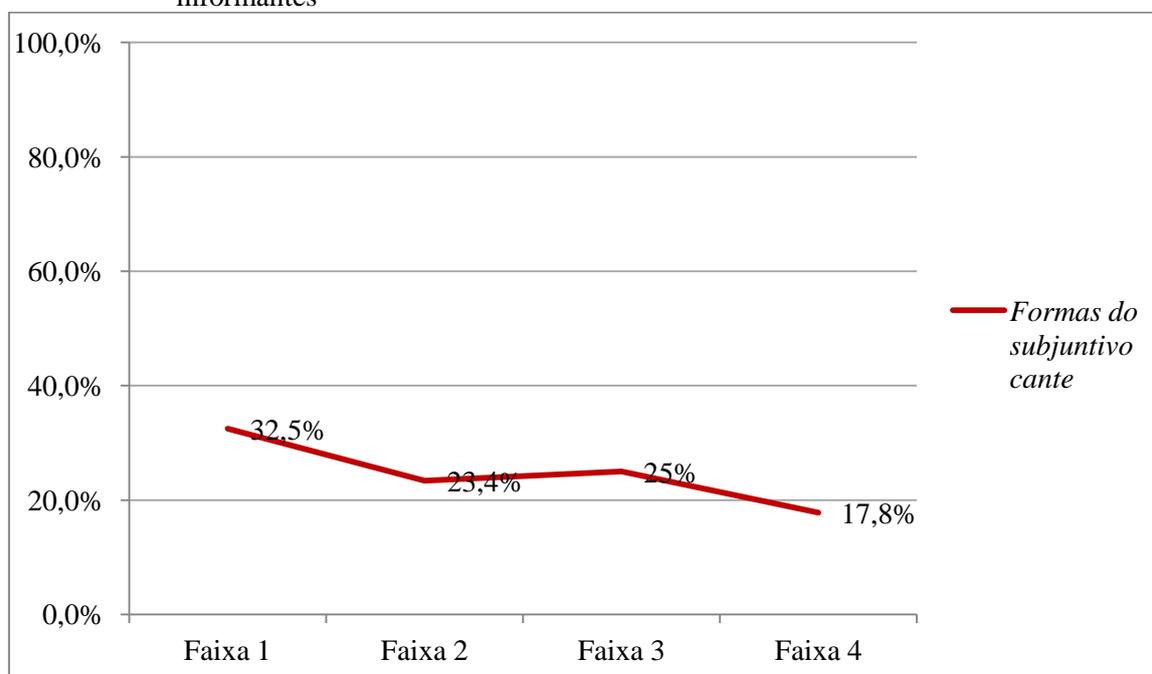
INF: [...] Olha, eu vô em Salvador, na casa de minha filha, na casa de minhas irmã...

DOC: Humhum. Então senhô conhece bem Salvadô, né?

INF: Conheço. (SAS-11)

A retirada dos dados desse informante alterou o percentual geral da faixa, que passou a 25%. Os dados de faixa etária seguem reordenados após a intervenção analítica do fator.

Gráfico 8 – O uso da variante do imperativo associada ao subjuntivo segundo a faixa etária dos informantes



Conforme o Gráfico 8, reordenados os dados de faixa etária, a curva de distribuição das formas sugere uma mudança em curso em direção à variável inovadora do subjuntivo. A mudança seria desencadeada pelos falantes da faixa I e sofreria influência do padrão característico da capital.

### 3.2.2 O imperativo no português popular urbano da Bahia

A fim de cobrir a expressão do imperativo no português popular da Bahia, descrevemos, nas seções a seguir, o comportamento do fenômeno na variedade urbana do

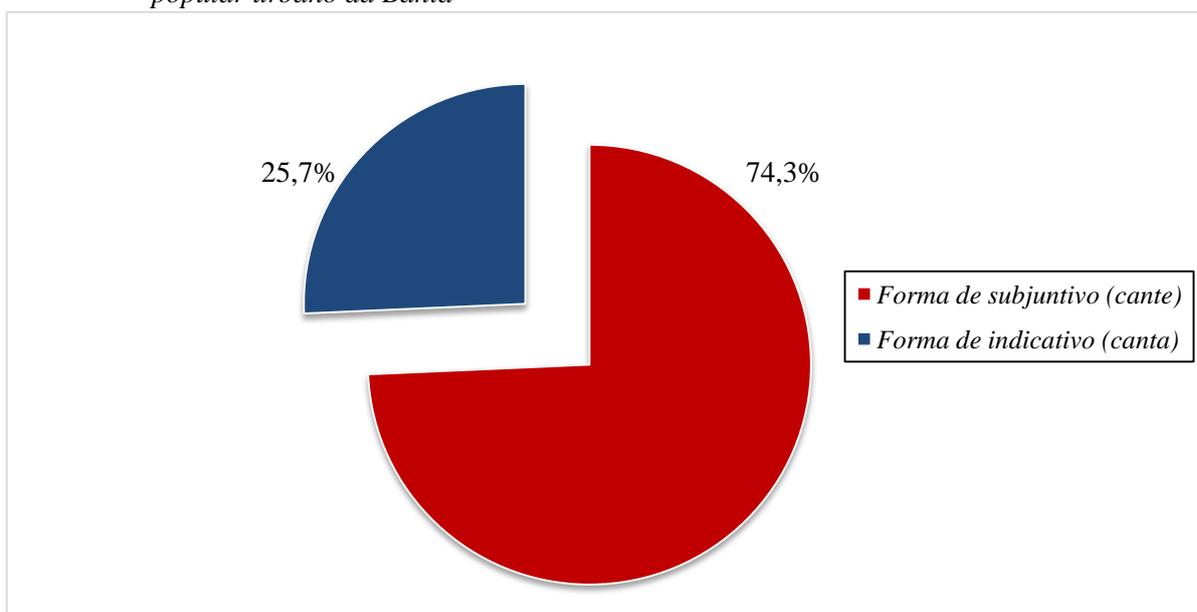
português baiano, representada pelas amostras de fala de regiões populares da capital do estado, os bairros Cajazeiras, Itapuã, Plataforma, Liberdade e o município de Lauro de Freitas, região metropolitana de Salvador.

A partir do levantamento exaustivo do modo imperativo na amostra observada, computou-se um total de 939 ocorrências, constituindo 393 células. A rodada base de dados (*run* #117) apresentou os seguintes valores estatísticos: *log likelihood* -439.721, nível de significância 0.036, *input* 0.831 e nível de convergência e interação 20. Rodadas adicionais realizadas ao longo da análise terão seus valores indicados.

Considerando o padrão comumente associado ao imperativo na região Nordeste (CARDOSO, 2009; ALVES, 2001) e em variedades cultas do português da capital (SAMPAIO, 2001), partimos da hipótese de que o *português popular urbano da Bahia* apresentará um padrão predominante de formas subjuntivas. Isto porque, ao lado da forma indicativa, fixada e difundida a partir do interior da Bahia, teriam sido progressivamente implementadas as formas do subjuntivo, seja pelo incremento do emprego do pronome *você*, seja pelo efeito das redes de relações dos falantes com o entorno.

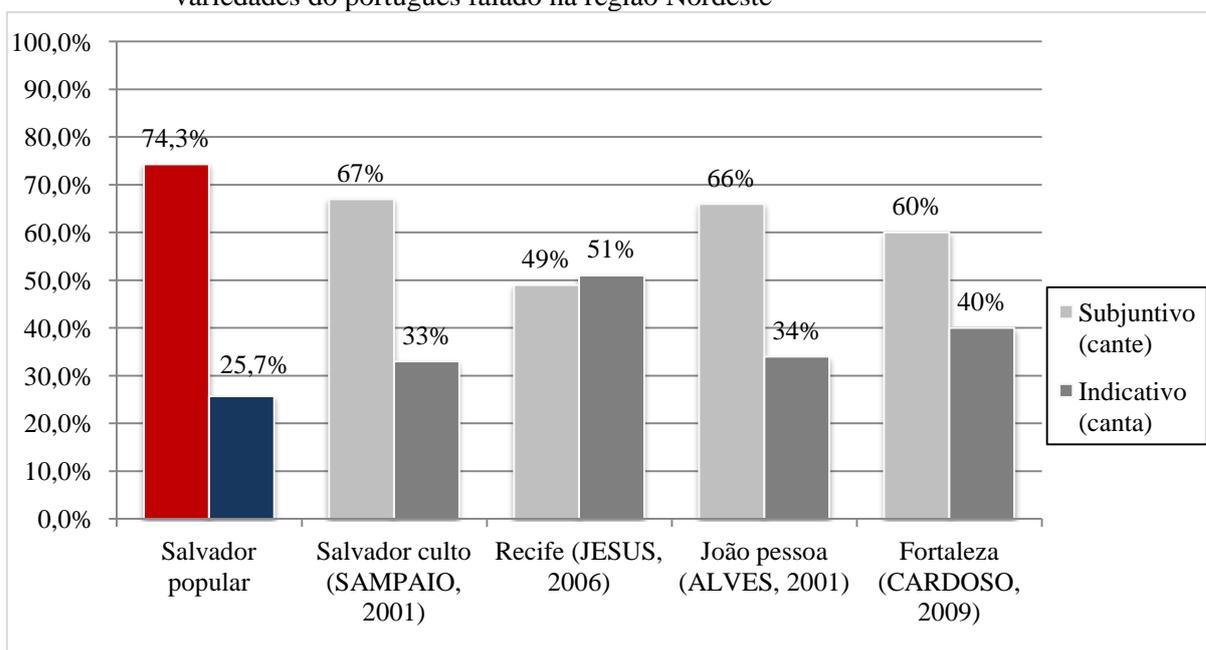
Posta a contextualização das hipóteses, passemos à discussão dos resultados estatísticos das ocorrências levantadas e codificadas com o pacote de programas *Goldvarb*. A análise das ocorrências nos inquéritos revelou como padrão mais frequente o uso da variante subjuntiva (*cante*), 74,3%, contra 25,7% da variante indicativa (*canta*), conforme Gráfico 9:

Gráfico 9 – Distribuição das variantes do imperativo nas comunidades representativas do *português popular urbano da Bahia*



Pode-se dizer, portanto, que a opção de uso do imperativo para o português popular urbano da Bahia é a variante do subjuntivo (*cante*), o que ratifica a hipótese inicialmente proposta. Conforme disposição do Gráfico 10, abaixo, os resultados indicam simetria com o padrão geralmente associado à região Nordeste (CARDOSO, 2009; ALVES, 2001). A única exceção mostrou-se em relação a Recife, capital que foge do suposto padrão nordestino e possui distribuição equilibrada entre as variantes.

Gráfico 10 – Comparação da variação do imperativo entre o *português popular urbano da Bahia* e variedades do português falado na região Nordeste

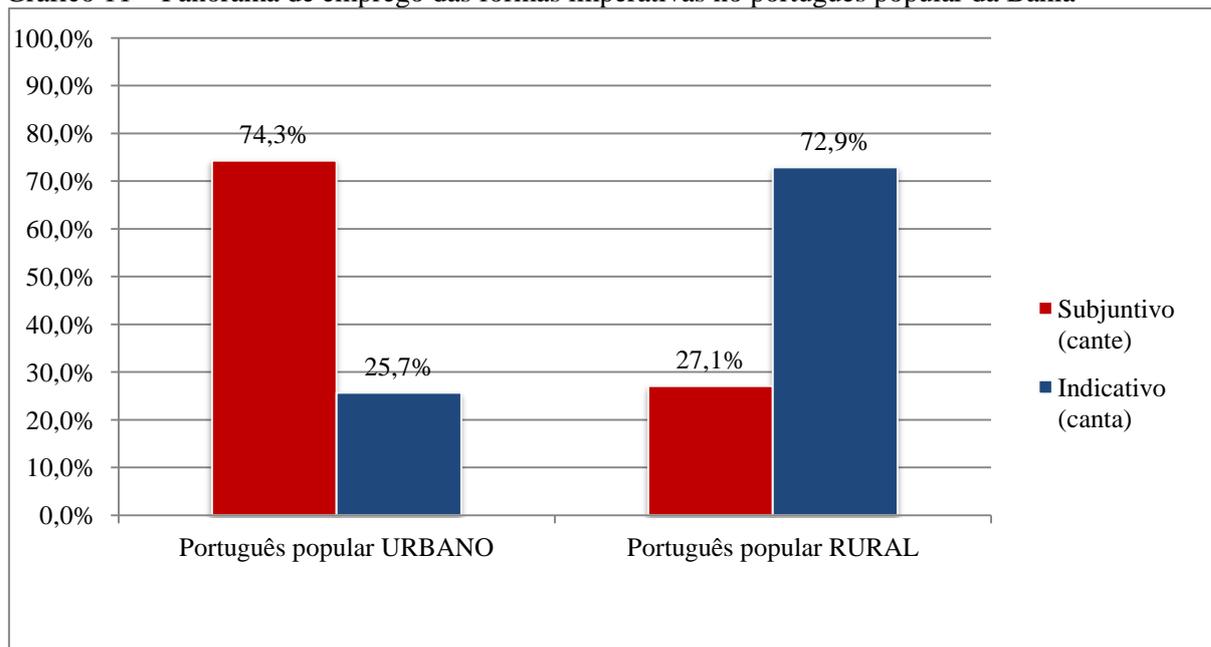


A comparação dos dados nos revela ainda a aproximação das realizações do português culto (SAMPAIO, 2001) e popular de Salvador para a expressão do imperativo. Parece não haver para este fenômeno, no espaço urbano, uma polarização entre normas cultas e populares. Tal comportamento linguístico pode ser justificado pela natureza da variação observada, a qual não comporta, ao contrário como acontece com as regras de concordâncias verbal e nominal, traços evidentes de estigmatização.

Ademais, há que se considerar que, no espaço fortemente marcado pelo desenvolvimento urbano, as diferentes normas tendem a coexistir, seja pelo efeito e difusão da mídia, seja pelo convívio entre os falantes. Isso porque, ao contrário das áreas rurais prototípicas, as atividades profissionais exercidas pelos falantes das classes populares são, muitas vezes, desempenhadas em cenários onde também circulam falantes de norma culta.

Comparando-se os dados urbanos com os resultados já discutidos para o *português popular rural*, revela-se um interessante contraste no fenômeno em estudo. Para a expressão do imperativo, os dados observados indicam uma clivagem entre a capital e o interior do estado da Bahia. Enquanto no interior predomina o uso das formas indicativas, a capital apresenta um quadro de predomínio das formas de subjuntivo (cf. Gráfico 11).

Gráfico 11 – Panorama de emprego das formas imperativas no português popular da Bahia



De posse dos dados sobre a distribuição das formas e da hipótese de trabalho, cabe buscar a compreensão dos condicionamentos que afetam o imperativo e a inserção das formas subjuntivas nas comunidades urbanas. Em última instância, nossa análise intenta compreender quais são as contingências que afetam as formas e de que modo os resultados dos condicionamentos podem nos levar a inferir quadros de variação e mudança, sobretudo em contraste com as formas encontradas no interior do estado, discutidas na subseção 3.2.1

A primeira rodada de dados considerou os 22 fatores descritos na metodologia deste trabalho (cf. seção 2.2). Da ponderação estatística dos dados, levando em conta os necessários ajustes de *knockouts* e exclusões, foram selecionados pelo *Goldvarb* 8 grupos de fatores, dentre aqueles ligados a condicionamentos sociais e linguísticos, conforme a ordem disposta abaixo:

- 1º) Paralelismo discursivo
- 2º) Paralelismo fônico

- 3º) Comunidade
- 4º) Sexo
- 5º) Rede de relações
- 6º) Verbo empregado
- 7º) Saliência morfofonológica
- 8º) Mídia

Cada um dos condicionamentos, bem como os resultados relevantes não selecionados, seguem descritos e discutidos nas subseções 3.2.1 e 3.2.2. Todos os dados são dispostos em função da variante do subjuntivo, padrão mais frequente na amostra, portanto a forma não marcada na comunidade. Reiteramos que, conforme hipótese delineada no início desta seção, acreditamos que a variável está inserida num processo avançado de mudança linguística em direção ao subjuntivo, razão adicional que justifica o valor de aplicação das rodadas. Para fins de organização, a discussão dos grupos de fatores está categorizada em condicionamentos linguísticos e sociais.

### 3.2.2.1 O encaixamento linguístico do fenômeno

A análise base dos fatores linguísticos revelou encaixamentos da variação do imperativo associados à estruturação da sentença (*paralelismo discursivo*) e ao verbo (*paralelismo fônico, verbo empregado*). Durante a análise, algumas variáveis linguísticas não selecionadas pelo programa serão comentadas, com a explicitação de sua condição estatística dentro da análise.

#### 3.2.2.1.1 Paralelismo discursivo

Tal como acontece nas comunidades representativas do português rural da Bahia, a variável *paralelismo discursivo* apresentou um comportamento claramente marcado no condicionamento da variante imperativa associada ao subjuntivo; o mesmo ocorrendo, naturalmente, com o indicativo. A formulação desse fator, conforme mencionado anteriormente, partiu do pressuposto de que o uso da forma de indicativo na oração anterior favoreceria a reiteração de uma forma da mesma natureza. Os exemplos (74) e (75) ilustram o grupo de fatores com ocorrências retiradas das amostras de fala do bairro de Cajazeiras.

**a) Forma de indicativo na oração anterior:**

(74) ... *vai lá, peça o carro a seu Manolo* ... (CAJ-08)

**b) Forma de subjuntivo na oração anterior:**

(75) *peça o carro a seu Manolo e traga nosso... nossas móvel, nossas coisinha que tem lá* (CAJ-08)

Destacamos que o total de ocorrências na Tabela 18 é menor que o número total de ocorrências da amostra, pois nem todos os contextos de realização do imperativo permitem a avaliação do paralelismo discursivo. Desse modo, os resultados são apresentados na Tabela 18 em função de um total de 352 ocorrências.

Tabela 18 – O uso da forma do subjuntivo com valor imperativo no *português popular urbano da Bahia*, segundo a variável *paralelismo discursivo*

<b>Paralelismo discursivo</b>	<b>Nº de oco./TOTAL</b>	<b>Frequência</b>	<b>Peso relativo</b>
Forma do subjuntivo na oração anterior	231/262	88,2%	<b>0.647</b>
Forma do indicativo na oração anterior	37/90	41,1%	0.146
<b>TOTAL</b>	<b>268/352</b>	<b>74,3%</b>	

O paralelismo formal, tal como acontece nos dados do português rural (subseção 3.2.1.1.1), mostrou-se relevante no condicionamento das variantes do imperativo. O emprego da forma do subjuntivo na oração anterior favorece a reiteração de uma forma do mesmo tipo com peso relativo 0.647 e frequência 88,2%. O uso da variante do indicativo, por sua vez, demonstrou um forte efeito refratário ao emprego das formas tomadas como valor de aplicação, subjuntivas (*cante*), com peso relativo 0.146 e frequência 41,1%.

Em outras palavras, podemos afirmar que a tessitura da cadeia discursiva favorece a escolha da variante empregada, conduzindo o falante a uma espécie de coesão morfossintática, uma vez que o emprego da morfologia imperativa derivada do subjuntivo tende a ser mantido na oração subsequente.

Mais uma vez, testifica-se a pertinência da assunção da variável explanatória em análise como um princípio linguístico que afeta, além do imperativo, estudado por nós e por outros linguistas (SAMPAIO, 2001; JESUS, 2006; CARDOSO, 2009), outros fenômenos linguísticos, conforme já discutido neste trabalho.

### 3.2.2.1.2 Verbo empregado

Os condicionamentos ligados ao verbo têm sido apontados como relevantes em diversas análises. No entanto, a forma como os verbos são categorizados diferencia-se nos trabalhos sobre o imperativo, seja pela adoção do parâmetro morfológico (regular ou irregular) (SAMPAIO, 2001), da quantidade de sílabas (SCHERRE, 2007), da conjugação verbal (SCHERRE et al. 1998; SCHERRE, 2000) ou até mesmo através da análise conjugada desses fatores (SCHERRE et al., 2000a; JESUS, 2006).

Com base na diversidade das análises, optamos por uma abordagem inicial mais detalhada do fenômeno, partindo da especificação de cada um dos verbos empregados. Tal opção visou identificar comportamentos particulares que nos apontassem caminhos e nos permitissem avaliar a hipótese da difusão lexical para uma variação do nível morfológico.

Na codificação inicial dos dados, identificou-se o emprego de mais de 100 diferentes verbos, no entanto, a produtividade do uso no modo imperativo mostrou-se muito diversa, de modo que se registrou o emprego significativo do imperativo em um grupo restrito de formas verbais. Ao lado desse grupo particular, figuram os demais verbos que apresentam, na maioria das vezes, um número muito baixo de ocorrências, chegando ao computo de apenas uma ocorrência para muitos verbos.

Após a análise preliminar, os verbos que apresentaram baixa ocorrência (máximo de 10 ocorrências, com média de 2 ocorrências por verbo) foram agrupados em um único fator. Os verbos de comportamento categórico, em geral uma única ocorrência por verbo, foram reorganizados em dois fatores: *verbos de comportamento categórico do indicativo* e *verbos de comportamento categórico de subjuntivo*. Para fins de obtenção dos pesos relativos, os comportamentos categóricos foram desconsiderados na etapa final da análise.

Após a exclusão dos numerosos *knockouts* e reorganização da variável, chegamos a um quadro que nos permite identificar o comportamento dos verbos com frequência mais significativa na amostra. A seleção da variável na primeira rodada de dados revela a pertinência da abordagem. Os dados apontados seguem descritos na Tabela 19:

Tabela 19 – O uso da forma do subjuntivo (*cante*) com valor imperativo no *português popular urbano da Bahia*, segundo a variável *verbo empregado*

Verbo empregado	Ocorrências/ TOTAL	Frequência	Peso relativo
<i>Olhar</i>	67/121	55,4%	0.347
<i>Ficar</i>	12/20	60%	0.177
<i>Deixar</i>	36/55	65,5%	0.217
<i>Ir</i>	110/161	68,3%	0.339
<i>Botar</i>	21/29	72,4%	<b>0.576</b>
<i>Tomar</i>	26/34	76,5%	0.332
<i>Dar</i>	58/74	78,4%	0.500
<i>Fazer</i>	26/31	83,9%	<b>0.912</b>
<i>Vir</i>	44/49	89,8%	<b>0.929</b>
<i>Dizer</i>	22/23	95,7%	<b>0.966</b>
<i>Ver</i>	17/18	94,4%	<b>0.958</b>
<b>Verbos de baixa frequência variável<sup>89</sup></b>	122/162	75,3%	0.454
<b>TOTAL</b>	<b>567/787</b>	<b>76%</b>	

Os dados apresentados revelaram, em primeira instância, uma distribuição bastante desequilibrada entre as diversas formas verbais. Enquanto alguns verbos chegam a índices maiores que 100 ocorrências (verbos *ir*, *olhar*), a maioria dos verbos significativamente empregados apresenta frequência muito menor (entre 20 e 75 ocorrências). No terceiro grupo, amálgama das baixas ocorrências, a média foi de 2 ocorrências por verbo.

Entre os verbos que favorecem o emprego da forma subjuntiva, estão *vir* (0.929), *dizer* (0.966), *ver* (0.958) *fazer* (0.912), com alto peso relativo. O verbo *botar* favorece o emprego da forma subjuntiva com peso relativo (0.576). Os demais verbos, com maior ou menor intensidade, desfavorecem o emprego das formas subjuntivas. Este resultado contempla os verbos *olhar* (0.347), *ir* (0.339), *ficar* (0.177), *tomar* (0.332), *deixar* (0.217). O verbo *dar* (0.500) apresentou comportamento neutro.

Como os resultados não são generalizações, a contribuição apontada destaca o fato de que, nas categorizações propostas para os verbos, muitas vezes, podem estar agrupados

<sup>89</sup> Os verbos: *passar, parar, entrar, tratar, voltar, levantar, abrir, aprender, levar, tirar, esperar, pedir, preocupar, falar, desculpar, jogar, perguntar, jogar, cortar, deitar, ligar, desligar.*

lexemas de comportamento muito diferente, seja pela produtividade de emprego do imperativo, seja pelo comportamento quanto ao condicionamento do fenômeno.

Na tentativa de se estabelecer uma categorização que nos permita compreender o comportamento verbal no condicionamento do imperativo, sistematizamos, no Quadro 19, abaixo, os verbos de frequência mais significativa apontados pelo *Goldvarb* como favorecedores e desfavorecedores das formas subjuntivas.

Quadro 19 – Verbos favorecedores e desfavorecedores da variante subjuntiva associada ao imperativo

Verbos favorecedores	Verbos desfavorecedores
Fazer (0.912)	Olhar (0.347)
Vir (0.929)	Ficar (0.177)
Ver (0.958)	Deixar (0.217)
Dizer (0.966)	Ir (0.339)
Botar (0.576)	Tomar (0.332)

Fonte: Elaborado pela autora

O Quadro 19 revela, ainda que, de modo não categórico, há predominância de verbos irregulares entre os favorecedores e de verbos regulares entre os verbos que desfavorecem o emprego das formas subjuntivas. Para uma leitura mais consistente dessa hipótese, recorreremos aos dados de frequência apontados pelo programa para a variável *paradigma flexional do verbo* (regular/ irregular), na Tabela 20:

Tabela 20 – O uso da forma do subjuntivo com valor imperativo no *português popular urbano da Bahia*, segundo a variável *paralelismo discursivo*

Paradigma flexional do verbo	Nº de oco./TOTAL	Frequência
<b>Regular</b>	434/598	<b>72,6%</b>
<b>Irregular</b>	264/341	<b>77,4%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>698/939</b>	<b>74,3%</b>

Os resultados da Tabela 20 sustentam a hipótese de uma associação entre o paradigma flexional e a realização do imperativo, pois os índices de frequência das formas subjuntivas elevam-se entre as formas irregulares (77,4%). Entre os verbos regulares, a frequência de formas subjuntivas é reduzida para 72,6%. Embora os dados reforcem a categorização proposta, reconhecemos que ela não é suficientemente capaz de explicar o comportamento verbal identificado.

Ao lado de uma possível categorização, os dados sinalizam que a variação e/ou mudança pode processar-se de modo gradual entre os verbos, atingindo com intensidade diferente cada um dos lexemas utilizados. No intuito de entender a distribuição desses dados, recorreremos à teoria da difusão lexical, a qual, em termos genéricos, prevê que uma mudança fonética acontece de forma abrupta do ponto de vista do som, mas de forma gradual do ponto de vista da implementação lexical (WANG, 1969; CHEN; WANG, 1975).

A teoria da difusão lexical se opõe à hipótese neogramática, para a qual a mudança sonora é regular e atinge todos os itens que satisfaçam os mesmos contextos de mudança (CRISTÓFARO, 2001). Numa abordagem da dimensão lexical da mudança, Wang e Chen (1975) opõem-se à teoria neogramática e defendem a gradualidade da mudança,

A mudança fonológica pode ser, em última análise, regular, i. e., afetar todos os itens lexicais relevantes completando seu curso. No entanto, mais frequentemente que os linguistas possam acreditar, uma regra fonológica pode chegar ao fim da sua vida útil ou ser restringida por outra regra competindo pelos mesmos lexemas<sup>90</sup>. (CHEN; WANG, 1975, p. 257, tradução nossa).

Ampliando a teoria para o escopo da sintaxe, Mollica (1992), em estudo sobre o dequeísmo/queísmo<sup>91</sup>, investiga a pertinência de duas premissas a respeito do efeito da difusão lexical na sintaxe: “a) quanto mais implementada e desprestigiada é uma estrutura, mais ela tende a incidir em itens de alta frequência e de baixa formalidade; b) quanto mais rara e mais prestigiada é a estrutura, mais ela tende a ocorrer em itens menos frequentes e mais formais.” (MOLLICA, 1992, p. 81).

Os resultados cotejados pela autora conduzem à conclusão de que, tomando a forma dequeísta como a variante menos recorrente e de prestígio, a frequência dos itens está intimamente relacionada à difusão da mudança.

Os itens de baixa ocorrência são menos afetados pelo queísmo. A taxa de afetamento do processo aumenta, na medida em que se eleva o número de

---

<sup>90</sup> “[...] a phonological rule gradually extends its scope of operation to a larger and larger portion of the lexicon, until all relevant items have been transformed by the process. A phonological innovation may turn out to be ultimately regular, i. e. to affect all relevant lexical item, given the time to complete its course. But more often than linguists have thought, a phonological rule peters out to be end of this life span, or is thwarted by another rule competing for the same lexemes.” (CHEN; WANG, 1975, p. 256).

<sup>91</sup> A variação queísmo e dequeísmo diz respeito ao fenômeno em que “as variantes 'o que' e 'de que' se alternam em fronteiras sintagmáticas enquanto opções preposicionais em conexões inter-sentenciais.” (MOLLICA, 1992, p. 81). Como exemplos, temos a alternância possível nas sentenças: i) *a menina que eu gosto chegou/ a menina de que eu gosto chegou.*

ocorrências de um certo item. Por outro lado, os itens menos frequentes são justamente mais atingidos pelo dequeísmo. O percentual de afetamento cai a  $\emptyset$  em itens que ocorrem mais. (MOLLICA, 1992, p. 82).

Na Tabela 21, apresentada pela autora, encontram-se os dados que fundamentam a análise.

Tabela 21 – Relação entre queísmo e dequeísmo e frequência<sup>92</sup>

	Frequência		
	Baixa	Média	Alta
QUEÍSMO	39/114 = 34%	153/309 = 49%	341/485 = 70%
DEQUEÍSMO	45/121 = 37%	51/347 = 14%	72/2623 = 2%

Fonte: Adaptado de Mollica (1992, p. 81)

Embora não seja possível estabelecer uma correlação direta com a o comportamento observado para a relação exposta por Mollica (1992), o reconhecimento de um processo gradual de variação nos parece uma assertiva cabível para a compreensão do processo de implementação da mudança do imperativo no português popular urbano da Bahia.

### 3.2.2.1.3 Saliência morfofonológica

A variável saliência morfofonológica, já descrita na subseção 3.2.1.1.4 e com atuação significativa para o nível de saliência III no *português popular rural da Bahia*, inicialmente mostrou-se estatisticamente importante para o condicionamento do imperativo no português da capital. Mantiveram-se, para a codificação do fator, os mesmos critérios metodológicos aplicados à análise do português rural, inclusive o reordenamento e simplificação dos fatores do grupo de 7 para 4.

Nossa hipótese inicial de que a saliência seria relevante para o condicionamento das formas foi confirmada pela seleção da variável. Considerando a proposição de Scherre (2004) acerca da relação entre formas mais salientes e o emprego de formas menos marcadas, confirmada pelos dados do *português popular rural da Bahia*, buscamos investigar em que medida esse efeito é replicado nos dados urbanos. Assim, esperamos que a variante do

<sup>92</sup> Segundo a autora, “No caso do parâmetro **Frequência**, nela estão calculados todos os itens potencialmente afetados pelos processos em questão em todas as amostras rastreadas.” (MOLLICA, 1992, p. 81, grifo da autora).

subjuntivo, de uso mais genérico e, portanto, variante mais marcada, seja desfavorecida pelos contextos de maior saliência. Nossos resultados encontram-se sistematizados na Tabela 22, abaixo.

Tabela 22 – Uso da forma do subjuntivo com valor imperativo no *português popular urbano da Bahia*, segundo a variável *saliência morfofonológica*

<b>Fônica</b>	<b>Nº de oco./ TOTAL</b>	<b>Frequência</b>	<b>Peso relativo</b>
<b>Nível I</b>	339/551	72,4%	<b>0.603</b>
<b>Nível II</b>	71/91	78%	<b>0.501</b>
<b>Nível III</b>	119/172	69,2%	<b>0.522</b>
<b>Nível IV</b>	109/125	87,2%	<b>0.123</b>
<b>TOTAL</b>	698/939	74,3%	

Os dados apresentados na Tabela 22 são marcados por uma inversão entre os valores de frequência e peso relativo do fator *Nível IV*. A investigação da rodada nos revelou que a alteração aconteceu no momento em que a sexta variável, *verbo empregado*, foi selecionada. O fato de as duas variáveis estarem relacionadas à constituição verbal pode ter gerado compensações que afetaram os cálculos probabilísticos. A fim de dirimir as eventuais interferências na análise da *saliência morfofonológica*, realizamos uma nova rodada com a exclusão da variável *verbo empregado* (cf. Tabela 23). Desse modo, acreditamos obter dados mais consistentes para a análise da variável.

Tabela 23 – Uso da forma do subjuntivo com valor imperativo no *português popular urbano da Bahia*, segundo a variável *saliência morfofonológica*, (run #93, nível de significância 0.093)

<b>Saliência morfofonológica</b>	<b>Nº de oco./ TOTAL</b>	<b>Frequência</b>	<b>Peso relativo</b>
<b>Nível I</b>	339/551	72,4%	0.538
<b>Nível II</b>	71/91	78%	0.505
<b>Nível III</b>	119/172	69,2%	0.339
<b>Nível IV</b>	109/125	87,2%	<b>0.558</b>
<b>TOTAL</b>	698/939	74,3%	

Na análise apresentada pelo *Goldvarb* para a segunda rodada não foi selecionada a variável saliência morfofonológica, o que conduziu à conclusão de que sua seleção na rodada base se dá por associação à variável verbo empregado. Embora os resultados apontados na Tabela 23 indiquem o efeito desfavorecedor do *Nível III* para as formas associadas ao subjuntivo, não é possível esboçar uma leitura consistente do efeito da variável sobre o português popular urbano. Nossa leitura é a de que a falta de significância da variável para o universo urbano está relacionada ao quadro avançado de mudança em que, provavelmente, se

encontra a variação do imperativo em Salvador. Relembramos que, no português rural, onde acreditamos haver um processo mais recente de mudança, a variável mostrou contornos mais claros.

#### 3.2.2.1.4 Paralelismo Fônico

O paralelismo fônico investiga o efeito fonológico exercido pela correlação entre o morfema modo-temporal indicativo do imperativo e a vogal precedente. O condicionamento, assumido como um desdobramento do paralelismo linguístico define-se da seguinte forma:

Vogal precedente mais aberta tende a favorecer vogal seguinte aberta – a realização associada ao indicativo (espera; fala); vogal precedente menos aberta tende a favorecer vogal seguinte menos aberta – a realização associada ao subjuntivo (desculpe; mande) (SCHERRE, 2004, p. 49)

Os resultados encontrados seguem descritos na Tabela 24.

Tabela 24 – O uso da forma do subjuntivo com valor imperativo no *português popular urbano da Bahia*, segundo a variável *paralelismo fônico*

<b>Paralelismo fônico</b>	<b>Nº de oco./ TOTAL</b>	<b>Frequência</b>	<b>Peso relativo</b>
<b>Primeira conjugação vogal precedente [+alta/fechada]</b>	200/255	78,4%	<b>0.569</b>
<b>Primeira conjugação, vogal precedente [+baixa/aberta]</b>	179/279	64,2%	0.354
<b>Segunda conjugação</b>	91/103	88,3%	<b>0.642</b>
<b>Terceira conjugação</b>	175/238	73,5%	<b>0.538</b>
<b>TOTAL</b>	<b>645/875</b>	<b>73,7%</b>	

A análise do paralelismo fônico indica as formas verbais de segunda e terceira conjugação como condicionamentos importantes da realização das variantes do subjuntivo, com peso relativo 0.642 para a segunda conjugação e 0.538 a terceira.

Sobre as formas de primeira conjugação, evidenciou-se a diferença já apontada por Scherre (1998, 2000, 2004) a respeito da relação do morfema modo-temporal com a vogal precedente. As formas de primeira conjugação cuja vogal precedente é +baixa/aberta (*falar*)

tendem a desfavorecer as realizações subjuntivas (*fale*) com peso relativo 0.354. Quando a forma tem a vogal precedente +alta/fechada, a forma subjuntiva é favorecida com peso relativo 0.569.

### 3.2.2.2 O encaixamento social do fenômeno

Com o intuito de caracterizar socialmente o fenômeno em estudo, foram investigadas as variáveis sociais apontadas na metodologia, a saber:

- a) faixa etária;
- b) sexo do informante;
- c) escolaridade;
- d) nível de exposição à mídia;
- e) rede de relações do falante;
- f) comunidade.

Das cinco variáveis propostas, quatro foram apontadas como relevantes no português popular urbano da Bahia: o *nível de exposição à mídia*, o *sexo do informante*, a *rede de relações sociais* e a *comunidade* a que pertence o falante. As demais variáveis não foram consideradas estatisticamente importantes para o condicionamento do imperativo nesta amostra. No curso da análise, algumas variáveis não selecionadas serão comentadas, tendo em vista a importância para o conhecimento do comportamento do fenômeno.

#### 3.3.2.2.1 Comunidade

A fim de recobrir a diversidade de comunidades e traços que compõem a fala popular urbana da Bahia, foram escolhidas comunidades caracterizadas por diferentes origem e perfil sociocultural.

- a) *Cajazeiras*: bairro novo, informantes nascidos no interior, rede de relações local e dispersa;
- b) *Lauro de Freitas*: município novo, informantes nascidos no interior, rede de relações dispersa.
- c) *Itapuã*: bairro novo, informantes nascidos no bairro, rede de relações local;

- d) *Plataforma*: bairro antigo, informantes nascidos no local, rede de relações local;  
 e) *Liberdade*: bairro antigo, informantes nascidos no local, rede de relações dispersa.

A formulação do grupo de fatores partiu da hipótese de que as diferenças no perfil dos falantes bem como na constituição histórica das comunidades apresentariam reflexos na realização das formas imperativas. Assim, bairros cujos falantes têm uma relação histórica mais estreita com o interior do estado desfavoreceriam o emprego da forma mais evidente em Salvador, o subjuntivo, apresentando vestígios da norma prevalente no interior (o uso do indicativo). Seria o caso dos bairros de Cajazeiras e Lauro de Freitas. Os demais bairros, tendo em vista a dinâmica social da capital do estado e o perfil dos informantes, favoreceriam o emprego do subjuntivo, norma geral da capital.

Os dados obtidos a partir da análise probabilística seguem descritos na Tabela 25.

Tabela 25 – O uso da forma do subjuntivo com valor imperativo no *português popular urbano da Bahia*, segundo a variável *comunidade*

Nível de exposição à mídia	Nº de oco./ TOTAL	Frequência	Peso relativo
Cajazeiras	135/219	61,6%	0.392
Itapuã	204/257	79,4%	<b>0.591</b>
Lauro de Freitas	172/207	83,1%	0.415
Plataforma	110/149	73,8%	0.465
Liberdade	172/207	83,1%	<b>0.571</b>
<b>TOTAL</b>	<b>698/939</b>	<b>74,3%</b>	

Para o efeito desfavorecedor do subjuntivo identificado nas comunidades de Cajazeiras (0.392) e Lauro de Freitas (0.415), a justificativa imediata é a origem dos informantes das regiões do interior da Bahia, área em que, reiteramos, predomina a variante do indicativo. Isto confirma a hipótese anteriormente formulada. A comunidade de Plataforma, que também desfavorece o emprego do subjuntivo (0.465), foge ao padrão esperado na formulação do grupo de fatores, não havendo, no nosso entendimento, uma justificativa evidente para o comportamento.

Na comunidade de Itapuã, também favorecedora do emprego do subjuntivo (0.591), os informantes caracterizam-se por uma rede de relações local, inclusive exercendo atividades dentro da própria comunidade, tais como a pesca, para os homens, e profissões como lavadeira, baiana de acarajé e merendeira da escola local, para as mulheres. Isso pode favorecer a manutenção do padrão local de emprego do subjuntivo.

A Liberdade reflete o padrão predominante em Salvador, favorecendo as formas subjuntivas (0.571). Embora seja um bairro mais antigo, a posição estratégica, entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa (cf. seção 4.2.1), possibilita o contato com falantes de outros bairros. Conforme já discorrido na subseção 2.2.5.3, os informantes da Liberdade possuem uma rede de relações dispersa, o que motiva a convivência com falantes de outros bairros e de outras normas linguísticas, seja pela saída dos moradores que trabalham em outras regiões, seja pelos indivíduos de outras áreas da cidade que se deslocam para a Liberdade em busca do comércio local. Dessa forma, seu perfil configura uma situação propícia ao contato linguístico e influências das normas urbanas.

### 3.3.2.2.2 Rede de relações sociais

Considerando a extensão e a complexidade do espaço urbano de Salvador, delimitou-se, ainda na fase de composição dos *corpora*, a variável *rede de relações sociais*. Conforme discutido na metodologia desta pesquisa, buscamos identificar se a manutenção de laços e o deslocamento para áreas externas da localidade do informante atuavam sobre suas realizações linguísticas. Nossa hipótese é de que a existência de relações sociais fora da comunidade, rede dispersa, favorece o contato com outros falantes e normas de modo a influenciar a aquisição da variável hegemônica da cidade, as formas de subjuntivo (*cante*). Os resultados desta variável, selecionados pelo *Goldvarb*, seguem descritos na Tabela 26:

Tabela 26 – O uso da forma do subjuntivo com valor imperativo no *português popular urbano da Bahia*, segundo a variável *rede de relações sociais*

Rede de relações sociais	Nº de oco./ TOTAL	Frequência	Peso relativo
Dispersa	375/491	76,1%	<b>0.559</b>
Concentrada	323/448	72,1%	0.436
<b>TOTAL</b>	<b>698/939</b>	<b>74,3%</b>	

Conforme expresso na Tabela 26, os resultados da variável concordaram com a hipótese traçada. Com frequência 76,1% e peso relativo 0.559, a rede dispersa mostrou-se favorecedora das formas subjuntivas. Os falantes que mantêm relações mais concentradas no bairro desfavoreceram a aplicação da forma subjuntiva com percentual 72,1% e peso relativo 0.436.

### 3.3.2.2.3 Sexo do informante

O fator sexo constitui-se uma variável estratificada nas amostras de fala do português popular da Bahia. Dessa forma, sua distribuição foi criteriosamente seguida durante a etapa de constituição das células do *corpus* do Projeto Vertentes.

No que se refere ao perfil sociocultural dos indivíduos dessas comunidades, há que se destacar a pluralidade de papéis e atividades exercidas pelos diferentes sexos no cenário urbano. Nos bairros de Itapuã e Plataforma, os homens estão ligados em suas atividades profissionais às atividades pesqueiras, com algumas exceções de indivíduos que desempenham atividades fabris fora da comunidade, ou seja, em outros bairros, ou na região metropolitana. Já as mulheres estão, em sua maioria, ligadas às atividades do lar, ou, quando trabalham, exercem atividades dentro da própria comunidade, como merendeira da escola do bairro, lavadeiras, baianas de acarajé. Para as mulheres da Liberdade, o papel social está relacionado a uma diversidade de atividades, em geral exercidas em outros pontos da cidade, como cabeleireira, operária de fábrica de sapatos, auxiliar de serviços gerais. A comunidade de Lauro tem, entre seus informantes homens e mulheres, o predomínio de atividades ligadas ao setor de serviços, costureira, motorista, segurança, bem como atividades ligadas à construção civil. Em Cajazeiras, entre as mulheres, houve a presença do trabalho doméstico como predominante, mas também o desempenho de atividades exercidas fora de casa, como o serviço de costureira e de merendeira; enquanto entre os indivíduos masculinos, há atividades predominantemente ligadas à segurança (policial, segurança e agente de casa de recuperação). Como se pode ver, ambos os sexos caracterizam-se pela diversidade de funções ocupadas, o que não nos permite traçar um perfil exclusivo para cada um deles.

No que concerne ao efeito linguístico exercido pelo grupo de fatores no condicionamento das variantes do imperativo, recuperamos o fato de que os estudos não se revelam muito claros, apontando ora para a neutralidade (ALVES, 2011; SAMPAIO, 2001), ora para o favorecimento das formas indicativas por parte das mulheres em contextos de mudança (CARDOSO, 2009).

Postas as considerações sobre a variável e seu comportamento em relação ao tema, seguem descritos na Tabela 27 os resultados da variável sexo destacada como relevante pelo *Goldvarb* para esta análise.

Tabela 27 – O uso da forma do subjuntivo com valor imperativo no *português popular urbano da Bahia*, segundo a variável *sexo do informante*

<b>Sexo do informante</b>	<b>Nº de oco./ TOTAL</b>	<b>Frequência</b>	<b>Peso relativo</b>
<b>Masculino</b>	236/347	68%	0.396
<b>Feminino</b>	462/592	78%	<b>0.562</b>
<b>TOTAL</b>	<b>698/939</b>	<b>74,3%</b>	

Os dados apresentados apontam as mulheres como favorecedoras das formas subjuntivas com peso relativo de 0.562 contra 0.396 do sexo masculino. Tal resultado é importante para a análise, pois indica uma orientação das mulheres das zonas urbanas em favor das formas não marcadas da comunidade frente às formas interioranas do indicativo, possivelmente menos prestigiadas por associarem-se ao conjunto de traços que caracterizam o falante rural, socialmente desprestigiado.

Os resultados reforçam, portanto, as predições acerca do comportamento de mulheres em relação à variação linguística propostas por Chambers (1995). Segundo o autor, as mulheres da zona urbana tenderiam às formas padrão ou de prestígio. Reiteramos que o possível desprestígio aqui associado às formas do indicativo, menos frequentes em Salvador, pode estar vinculado ao fato de essas formas, ainda que de modo menos explícito, serem representativas do falar rural. Lembramos ainda que a orientação das mulheres para o prestígio é também, ainda que numa perspectiva diferenciada<sup>93</sup>, sinalizada como significativa para a expressão do imperativo por Cardoso (2009).

#### 3.3.2.2.4 Exposição à mídia

A definição do fator exposição à mídia levou em consideração a exposição ao rádio e à televisão, com base, conforme dados já apresentados na metodologia deste trabalho, no alcance desses instrumentos midiáticos em Salvador.

A definição dos níveis de exposição tomou o tipo de programação como critério, diferenciando programações locais veiculadoras das formas vernáculas do informante (tais como *Bocão*, *Varela*, *Que venha o povo*, mencionados pelos informantes); programação religiosa, programas evangélicos, veiculadores do texto bíblico conservador e amplamente carregado de admoestações; programas de divulgação nacional, difusores das normas

<sup>93</sup> Relembramos que o estudo de Cardoso (2009) debruça-se sobre a fala de indivíduos nativos de Fortaleza que residem no Distrito Federal.

modelares do país. A leitura final dos dados sobre mídia (cf., Tabela 28) conduziu a uma reorganização dos fatores, os quais foram simplificados aqui em dois, a exposição à mídia laica e à exposição à mídia religiosa, em virtude da confluência do tipo e tempo de mídia dificultar o nível específico de exposição.

Tabela 28 – O uso da forma do subjuntivo com valor imperativo no *português popular urbano da Bahia*, segundo a variável *nível de exposição à mídia*

Nível de exposição à mídia	Nº de oco./ TOTAL	Frequência	Peso relativo
<b>Laica</b>	693/926	74,8%	<b>0.505</b>
<b>Religiosa</b>	5/13	38,5%	0.189
<b>TOTAL</b>	<b>698/939</b>	<b>74,35</b>	

A mídia laica mostrou-se neutra no condicionamento das formas subjuntivas com peso relativo 0.505. Resultado mais expressivo é o efeito da mídia religiosa no imperativo, com redução significativa no padrão de frequência das formas subjuntivas, 38,5%, e índices fortemente desfavoráveis de peso relativo, 0.189.

Julgamos que o efeito da mídia religiosa está associado à influência do texto bíblico. Em pregações apresentadas no rádio e na TV, bem como em músicas evangélicas, é comum a reprodução de admoestações e pedidos presentes no texto bíblico, as quais, em geral, são apresentadas nas formas indicativas de 2ª pessoa do singular e/ou do plural, conforme podemos ver no exemplo, extraído do livro de *Salmos da Bíblia Sagrada*: “*Ouve, senhor, a justiça; atende ao meu clamor; dá ouvidos à minha oração [...] (Salmo 17-7 [grifo nosso] )*. O efeito exercido pelo contato intenso com o texto bíblico via mídia seria, portanto, a justificativa para o favorecimento das formas indicativas e conseqüente condicionamento desfavorável das formas do subjuntivo.

### 3.3.2.2.5 Faixa etária

Embora não tenham sido selecionados, optamos por comentar os dados das faixas etárias, tendo em vista a importância para a compreensão de estados de variação e mudança. Acreditamos que o conhecimento desses resultados irá colaborar na leitura dos demais fatores, pois permitirá a identificação das tendências de emprego das formas.

Tabela 29 – Emprego da variante do subjuntivo com valor imperativo, no *português popular urbano da Bahia*, segundo a variável *faixa etária*

<b>Faixa etária</b>	<b>Nº de oco./ TOTAL</b>	<b>Frequência</b>
<b>Faixa I</b>	174/226	<b>77%</b>
<b>Faixa II</b>	253/346	<b>73,1%</b>
<b>Faixa III</b>	271/367	<b>73,8%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>698/939</b>	<b>74,3%</b>

De acordo com os resultados da Tabela 29, a variante do subjuntivo (*cante*) é mais empregada pela Faixa I, frequência 77%. As faixas II e III, por seu turno, desfavorecem o emprego da forma inovadora da comunidade, com percentuais bem aproximados, 73,1% e 73,8%, respectivamente. Uma interpretação possível seria o fato de que as variantes indicativas, mais presentes no *português popular do interior*, seriam um vestígio do efeito do contato que prefigurou no português popular da Bahia, consoante discussão da seção 3.2.1.

Consideramos, portanto o raciocínio subjacente de que a norma antiga da comunidade era o indicativo (prova disso é a permanência dessas formas nas zonas rurais). A difusão do *você* e a urbanização teriam espalhado e consolidado as formas de subjuntivo, mais marcantes na fala dos mais jovens, conforme Tabela 29. As formas indicativas teriam resistido na fala dos mais velhos e em contextos discursivos e sociais particulares (mídia religiosa, rede de relações concentrada e em bairros cuja população provém diretamente do interior do estado), estando atualmente em declínio na fala dos mais novos.

### 3.3 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO

O presente capítulo buscou identificar, a partir da análise de amostras de fala do interior e da capital do estado da Bahia, os padrões de emprego do modo imperativo no que tange o uso das variantes indicativa (*canta*) ou subjuntiva (*cante*) e seu encaixamento linguístico e social. Nossa abordagem aliou a necessidade de se ampliar o conhecimento sobre o fenômeno ao objetivo central deste trabalho, a compreensão do processo de aquisição e difusão do imperativo na Bahia e sua relação com a constituição sócio-histórica do português popular do Brasil, particularmente o efeito do contato entre línguas.

Da apreciação qualitativa dos dados, foram extraídos alguns aspectos que colaboram com os objetivos propostos e com a leitura dos dados quantitativos. Dessa etapa são relevantes para a caracterização do fenômeno no contexto em estudo aspectos como:

- a) a prevalência de ocorrências imperativas no discurso reportado em função do modelo de entrevista utilizado;
- b) o uso de estratégias alternativas ao modo imperativo para a expressão da modalidade deôntica;
- c) a ocorrência de formas imperativas com sujeito realizado em posição pré-verbal;
- d) a ausência de concordância nas realizações imperativas de referência plural.

Os dados preliminarmente apresentados e discutidos foram submetidos ao pacote de programas *Goldvarb* em dois blocos de análise. A adoção de análises separadas para os dados rurais e urbanos mostrou-se uma importante decisão metodológica, haja vista as divergências nos padrões de variações dos *corpora*. Além de avaliar a difusão dialetal do imperativo no extenso e diverso território, tal opção visou observar a relevância dos efeitos do contato para a constituição das normas populares, mais expressivos, conforme nossas hipóteses, nos espaços rurais.

A análise quantitativa revelou uma clivagem entre os padrões de emprego do imperativo nos dois cenários investigados: nas variedades rurais (comunidades do interior e do português afro-brasileiro), prioriza-se o emprego das variantes do indicativo (*canta*); nas comunidades urbanas (bairros populares de Salvador e sua região metropolitana - Lauro de Freitas), tem-se como padrão predominante o uso das variantes do subjuntivo (*cante*). Tal dado vai de encontro à comum associação da Bahia ao padrão subjuntivo caracterizador de outros estados do Nordeste, revelando um cenário mais complexo para a questão.

Na investigação dos condicionamentos da variação nos dois contextos, foram identificados grupos de fatores comuns. No plano linguístico, o *paralelismo discursivo* demonstrou sua relevância, com a forma (subjuntiva ou indicativa) usada na primeira ocorrência da sequência favorecendo a reiteração de uma forma da mesma natureza. No plano social, a seleção, nos dois *corpora*, da variável *comunidade* reforça a dimensão dialetal da variável em estudo, além de apontar os indícios do efeito da urbanização e das relações de proximidade do centro linguístico difusor do estado, Salvador. No entanto, há que se destacar que as divergências entre os dois universos de observação se estendem à análise dos fatores condicionadores. Embora tenham sido apresentadas variáveis comuns, as diferenças marcam o encaixamento da variação. Além dos grupos de fatores comuns, no português popular rural, a variável subjuntiva (*cante*), assumida por nós como forma inovadora nessas comunidades, é, segundo os dados do *Goldvarb*, condicionada pelos fatores linguísticos *pronomes utilizados pelo interlocutor*, *polaridade da estrutura* e *saliência morfofonológica*. Além da *comunidade*,

a *escolaridade* também se mostrou uma variável social relevante para o fenômeno. Predominam, portanto, nesse contexto, fatores de natureza linguística, mais especificamente aspectos ligados à estruturação da sentença e ao verbo. Dados de faixa etária, não selecionados, sugerem uma mudança em curso em favor da forma subjuntiva (*cante*).

Em linhas gerais, podemos inferir que, nas comunidades rurais, ao lado de uma forma menos flexionada (a variante do indicativo – *canta*), adquirida sob efeito do contato linguístico, está sendo introduzida a variante subjuntiva a partir dos mais jovens, mais escolarizados e pela influência da urbanização. Ademais, as variantes subjuntivas tendem a ser favorecidas em contextos de maior saliência morfofonológica, o que sugere uma leitura das formas como inovadoras nas comunidades. A relação com a forma pronominal *você* e a *polaridade negativa*, aspectos consagrados por outros estudos como condicionamentos importantes do imperativo, também foram apontados no encaixamento linguístico.

No português popular urbano, as formas do subjuntivo, compreendidas por nós como resultado de um avançado processo de mudança, foram influenciadas, predominantemente, por fatores sociais. Além da comunidade, as variáveis *sexo*, *exposição à mídia* e *rede de relações sociais* foram selecionadas pelo *Goldvarb* como condicionamentos importantes da variável inovadora do subjuntivo. Do ponto de vista linguístico, o *paralelismo fônico* e o *verbo empregado*, juntamente com o *paralelismo discursivo*, se destacam como condicionamentos da variação.

Lembramos que a inserção das variáveis *rede de relações* e *exposição à mídia* foi uma inovação proposta pelo Projeto Vertentes a partir da seleção e organização dos *corpora* do português popular de Salvador. Além dos contributos à compreensão do imperativo, a relevância alcançada pelos grupos de fatores demonstra a pertinência de sua abordagem em estudos de variedades urbanas.

Em síntese, a variante subjuntiva é favorecida, em Salvador, pelos falantes do sexo feminino, mais jovens e indivíduos com rede de relações dispersa. A observação desse quadro reforça a leitura das formas subjuntivas como inovadoras. Particularmente a variável *rede de relações* pode ser pensada como explicação parcial para o fato de, no âmbito urbano, os padrões culto e popular do imperativo convergirem.

Para a expressão variável do imperativo no português popular da Bahia, temos, portanto, uma marcada clivagem entre as normas populares urbanas e rurais. O quadro traçado aponta no sentido de uma variação orientada para o subjuntivo, em estágios diferentes de mudança:

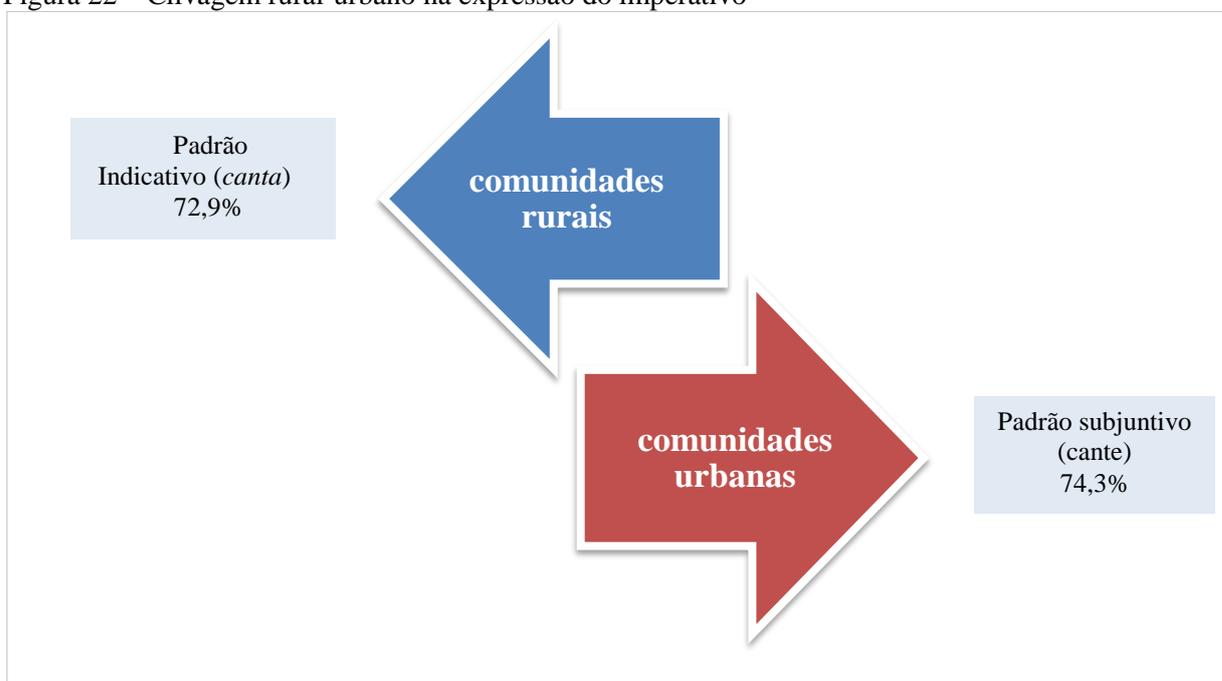
- 1) **Comunidades rurais:** tendência mais recente de mudança das formas indicativas para as formas subjuntivas, como influência da fala urbana da capital para o interior.
- 2) **Comunidades urbanas:** tendência de mudança em estágio mais avançado: do indicativo para o subjuntivo, com possível motivação da inserção do *você* e diferenciação do falar rural;

Diante da necessidade de se compreender mais detidamente a clivagem rural-urbano, o processo de difusão e as tendências de mudança dos usos do imperativo na Bahia, reunimos, no Capítulo 4, elementos da sócio-história da Bahia que colaborem com a nossa análise.

#### 4 A CLIVAGEM RURAL-URBANO NA EXPRESSÃO DO IMPERATIVO NA BAHIA: ELEMENTOS PARA UMA COMPREENSÃO SOCIOHISTÓRICA

Conforme dados apresentados e discutidos na análise dos dados, uma clivagem relevante marca a expressão do imperativo no português popular da Bahia, a predominância das formas indicativas (*canta*), com 72,9%, no português popular rural frente ao padrão subjuntivo da capital do estado (*cante*), com 74,3% (cf. Figura 22)

Figura 22 – Clivagem rural-urbano na expressão do imperativo



Fonte: Elaborado pela autora

A necessidade de se compreender a clivagem evidente na expressão do fenômeno motivou o aprofundamento nos aspectos socio-históricos que caracterizam a constituição da Bahia. Além disso, nossa pesquisa, pauta-se numa corrente teórica que prima pela compreensão da língua como um fato sociocultural e, por isso mesmo, produto de um conjunto de circunstâncias históricas, fato que nos leva a compreender o português brasileiro e, por consequência, o português popular da Bahia, como produto de um particular processo histórico e social. Por essa razão, e por tantas outras que serão discutidas ao longo do capítulo, não poderíamos desprezar o tratamento da dimensão socio-histórica em nosso trabalho.

Lucchesi (2015) reconhece a carência dessa dimensão entre as pesquisas de orientação sociolinguística:

O segundo grande impasse teórico que a pesquisa sociolinguística se tem deparado ao longo do seu desenvolvimento situa-se no plano do problema da avaliação e diz respeito ao enquadramento do processo de mudança no contexto mais amplo das disposições sociais e ideológicas, ou seja, em sua dimensão socio-histórica. (LUCCHESI, 2015, p. 56).

A fim de compreender a clivagem que atinge o fenômeno em estudo e cumprir os objetivos da pesquisa sociolinguística, nos dedicamos, nas próximas páginas, à tarefa indispensável de resgate da socio-história da Bahia. A partir das leituras sobre o tema, intentamos elucidar os aspectos socio-históricos que diferenciam o interior da capital do estado, capazes de se desdobrar como possíveis influências linguísticas, diretas ou indiretas, na expressão do imperativo.

Duas hipóteses orientam a desenvolvimento do capítulo. A primeira repousa sobre o processo de ocupação da Bahia e diz respeito ao papel desempenhado por africanos e afrodescendente na constituição do português popular da Bahia, mais especificamente na fixação de um padrão morfológicamente reduzido que teria favorecido a consolidação o padrão indicativo (*canta*) nas comunidades rurais. A segunda considera o efeito da urbanização, já atestada como relevante no condicionamento do fenômeno (cf. Capítulo 3), na difusão das formas subjuntivas, típicas das zonas urbanas.

O capítulo organiza-se em três seções. A seção 4.1, *Antecedentes da ocupação da Bahia*, cuja finalidade principal é situar a Bahia na teia da história, apresenta uma breve revisão da ocupação indígena no território, bem como os primeiros contatos com o universo europeu. A preocupação em demarcar a existência de uma história pré-colonial é parte do nosso objetivo político de evitar o olhar eurocêntrico e assumir a legitimidade das culturas preexistentes, sobretudo do ponto de vista linguístico.

A seção 4.2, *Ocupação da Bahia: da costa ao interior*, mais afeta aos objetivos sociolinguísticos desta tese, discorre efetivamente sobre o processo de ocupação da Bahia, apontando caminhos percorridos da chegada europeia da costa ao interior do estado, de modo a avançar na compreensão dos dados discutidos no Capítulo 3.

Por fim, na seção 4.3, *Considerações sobre o processo de urbanização da Bahia*, encerramos o capítulo com a abordagem do processo de urbanização do estado e destacamos o encaixamento das comunidades que compõem o nosso universo de observação. Reiteramos que, em nossos dados quantitativos, a urbanização mostrou-se um grupo de fatores significativo tanto pela oposição dos nossos *corpora* – rural e urbano – quanto pela distribuição das variantes imperativas conforme a variável localidade – sedes e zona rural – nos municípios de Santo Antônio de Jesus e Poções. Visamos, portanto, elucidar a

compreensão do fator, tendo em vista a relevância, duplamente significativa indicada pelo *Goldvarb*, na análise dos dados.

#### 4.1 ANTECEDENTES DA OCUPAÇÃO DA BAHIA

Esta seção detém-se sobre os antecedentes da ocupação da Bahia, de modo a reconhecer os traços culturais das populações preexistentes à ocupação europeia, bem como demarcar os processos que caracterizam os primeiros contatos interculturais.

Para fins de organização, dispomos as discussões em duas subseções. Em *4.1.1, Pré-história e presença indígena*, discorremos sobre os primeiros habitantes, apontando, principalmente, sua distribuição e importância na ocupação do território que hoje corresponde ao estado da Bahia. Em *4.1.2, Achamento e desbravamento do território, primeiras aproximações europeias na Bahia*, tratamos da chegada europeia, destacando o modo como se deram os primeiros contatos no Brasil. Os processos de aproximação europeia apresentados nesse item serão importantes, pois ajudarão a compreender como os europeus atuaram na ocupação da capital e do interior do estado. A subseção ora desenvolvida tem, portanto, um caráter introdutório e contextual.

##### 4.1.1 Presença indígena na Bahia pré-colonial

Nunes (2013), em breve reconstituição da Pré-história baiana, assinala evidências arqueológicas reveladoras da existência de povos pré-histórico brasílicos. Com base no trabalho de Theodoro Sampaio e Carlos Teschauer (1995)<sup>94</sup>, a autora define as três fases que teriam caracterizado a pré-história brasileira.

Na primeira, de época afastada [cerca de 12.000 anos atrás] [sic] habitava este território uma população de origem ignorada que dominava o litoral e o interior, vivia de caça e dos produtos do mar, população à qual são atribuídos os depósitos de cascas de ostras e restos de cozinha chamados *casqueiros* ou *sambaquis*<sup>95</sup>. Dessa gente são os crânios e restos humanos encontrados, tanto em sambaquis como nas cavernas da Lagoa Santa, vale do Rio São

<sup>94</sup> A autora refere-se à obra *Os naturalistas viajantes dos séculos XVIII e XIX e o progresso da etnografia indígena no Brasil* de 1995.

<sup>95</sup> Os sambaquis “Constituem colinas formadas por conchas de moluscos, utensílios, traços de habitações, cerâmica e outros restos de alimentos consumidos por populações pré-históricas existentes no litoral brasileiro, do Nordeste até o Rio Grande do Sul.” (NUNES, 2013, p. 29).

Francisco. Seus representantes atuais, já um tanto modificados seriam os *Botocudos*. (NUNES, 2013, p. 26, grifos da autora).

As épocas subsequentes, precedentes à chegada europeia em 1500, seriam marcadas pela invasão de povos ou tribos oriundos de diferentes regiões do país ou de outros pontos do continente e estariam mais ligadas aos grupos etnolinguísticos encontrados pelos europeus na ocasião da chegada ao Brasil.

Sobre a segunda época, Nunes (2013, p. 26) informa:

Num segundo momento [...] ocorreu a migração *tapuia*. Foi um período de invasões incessantes de hordas, famílias ou tribos de tamanho diverso, vindas de regiões setentrionais, que traziam costumes mais apurados, noções religiosas e artes de um povo do qual certamente procediam ou estiveram em mais contato.

O terceiro momento é protagonizado pela invasão dos *tupis*, principalmente do grupo *carijó* que, majoritariamente, ocupou o litoral brasileiro cerca de dois séculos antes da chegada europeia.

O índio que o europeu encontrou no litoral foi o Tupi, ali instalado (calcula-se) há cerca de dois séculos antes do desembarque dos portugueses no sul da Bahia (1500). É provável que tenha vindo do Alto do Xingu, Norte do Brasil, descendo pelo litoral norte, nordeste e leste, combatendo e expulsando para o interior as tribos Jê, posteriormente também conhecidas como tapuias. (TAVARES, 2001 [ 1926], p. 16).

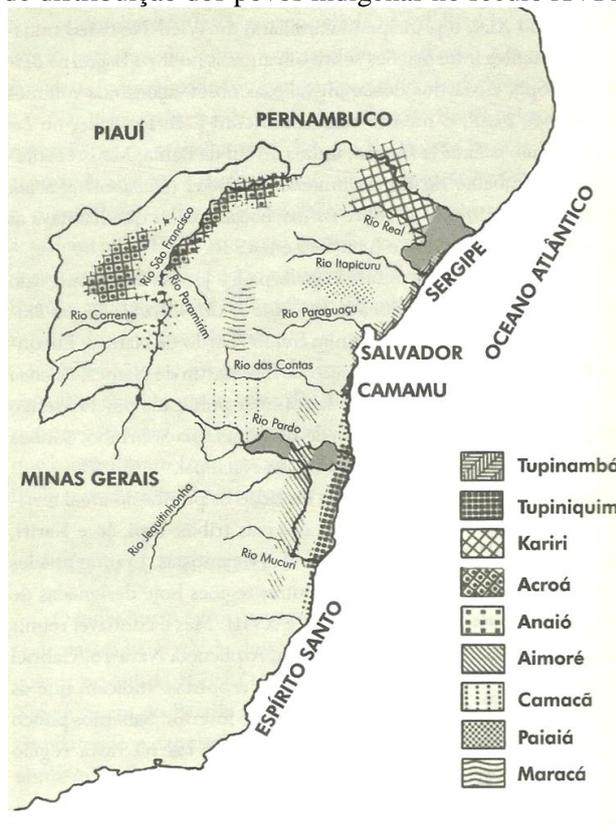
Na Bahia, restos humanos e artefatos arqueológicos encontrados em escavações, bem como pinturas rupestres, são apontados como provas da ocupação pretérita do território. Dentre as regiões, destacam-se a Chapada Diamantina, o São Francisco e também áreas do Recôncavo Baiano, como as cidades de Amargosa, Itatim, Santa Terezinha e Milagres. De acordo com Nunes (2013), a distribuição dos três momentos e as evidências de presença humana tão remota são relevantes para nos ajudar a compreender as impressões europeias acerca do nomadismo das populações indígenas e da presença dos *tupis* na costa brasileira por ocasião do achamento do Brasil. Tal quadro é descrito por Darcy Ribeiro (1995, p. 20):

A costa atlântica, ao longo dos milênios, foi percorrida e ocupada por inumeráveis povos indígenas. Disputando os melhores nichos ecológicos, eles se alojavam, desalojavam e realojavam, incessantemente. Nos últimos séculos, porém, índios de fala tupi, bons guerreiros, se instalaram, dominadores, na imensidade da área, tanto à beira-mar, ao longo de toda a

costa atlântica e pelo Amazonas acima, como subindo pelos rios principais, como o Paraguai, o Guaporé, o Tapajós, até suas nascentes.

O mapa apresentado por Tavares (2001 [1959]) ilustra a realidade descrita por Ribeiro (1995), demonstrando a possível distribuição dos povos indígenas na ocasião do contato com o europeu.

Figura 23 – Sugestão de distribuição dos povos indígenas no século XVI na Bahia



Fonte: Tavares (2001 [1959]. p. 18)

Tavares (2001 [1959]) faz a ressalva de que é difícil precisar a localização dos povos em virtude do comportamento nômade de muitas tribos, de tal modo que o mapa proposto deve ser tomado como sugestão. As informações apresentadas na Figura 23 a respeito da predominância do *tupi* (tupinambás e tupiniquins) na costa, e dos tapuias (jê, aimorés) no interior são endossadas por Nunes (2013) e, também, por Aryon Rodrigues (2006), numa abordagem linguística:

Não só o Brasil de há 500 anos estava inteiramente ocupado por muitos povos que falavam muitas outras línguas, mas duas dessas línguas, muito semelhantes entre si, eram faladas ao longo de quase toda a costa atlântica onde primeiro se estabeleceram os portugueses, o *tupí* no litoral paulista e o

tupinambá do Rio de Janeiro até a desembocadura do Rio Amazonas. (RODRIGUES, 2006, p. 145).

O aspecto sobressalente acerca da presença indígena na Bahia é a pluralidade etnolinguística que marca o território pré-colonização. Conforme Lucchesi (2012, p. 50), “Quando os portugueses iniciaram efetivamente a colonização do território brasileiro, em 1532, cerca de mil línguas dos troncos tupi-guarani e macro-jê eram faladas por mais de um milhão de índios.”. Nesse cenário plurilinguístico e multicultural, chegam os europeus e começam a se desdobrar um processo de aproximação e ocupação que mais tarde resultaria no estado da Bahia. A distribuição demográfica dos povos indígenas sugere um contato inicial com os tupis (troco linguístico tupi-guarani) da costa, mais dados às relações interculturais que os tapuias (tronco linguístico macrô-jê) do interior, o que pode ter implicado maior abertura à aquisição e fixação da língua portuguesa naquele espaço, num período posterior.

#### **4.1.2 Achamento e desbravamento do território baiano, primeiras aproximações europeias na Bahia**

Os primeiros contatos do europeu como o Brasil se dão a partir da Bahia, por esta razão, em certa medida, falar da chegada ao Brasil é, conforme define Tavares (2001 [1959], p. 44), falar do encontro da Bahia, pois “Tudo que aconteceu na semana de 22 de abril a 1º de maio de 1500 é parte da história do Brasil e, portanto, da Bahia. A Bahia é o Brasil. São inseparáveis.” Desse momento introdutor da história colonial, nos interessa registrar as estratégias utilizadas para o contato europeu e formas progressivas de fixação na nova terra.

As expedições europeias que chegam à Bahia, no século XVI, são produto da mudança econômica que começam a atingir a Europa entre os séculos XII e XIII, marcando a passagem do feudalismo ao sistema mercantilista (TAVARES, 2001 [1959]). O surgimento da burguesia e a evolução das ciências, no século XV, dão subsídios para que se comecem, nesse século, as grandes navegações portuguesas. Nesse contexto, chegam ao Brasil, entre os séculos XV e XVI, portugueses de diferentes regiões e europeus de outros países.

Sobre a origem dos povos europeus que chegaram à Bahia, Tavares (2001 [1959]), com base nos dados de Carlos Ott (1955) sobre a formação e evolução étnica de Salvador, apresenta a procedência dos portugueses entre os séculos XVI e XIX<sup>96</sup>, conforme Quadro 20:

Quadro 20 – Origem dos portugueses habitantes da Bahia desde o século XVI

<b>SÉCULOS</b>					
	XVI	XVII	XVIII	XIX	Totais
Entre Douro e Minho	20	789	1.072	1.064	2.954
Trás-os-Montes	1	32	53	28	114
Beira	7	137	135	118	397
Estremadura	16	428	356	157	957
Alentejo	8	29	22	2	61
Algarve	1	8	13	3	25
Ilhas	5	252	218	58	533

Fonte: Tavares (2001 [1959], p. 66)

O quadro apresentado sugere a prevalência de indivíduos saídos do norte de Portugal. Há de se supor que as diferentes origens dos portugueses podem ter trazido traços diferentes da língua lusitana para o Brasil. Tal dimensão dialetal do português europeu é evidenciada por Mattos e Silva (1988), a partir das primeiras reflexões sobre as “dicções usadas”, apresentadas por Fernão de Oliveira em 1536 e transcritas pela autora:

E, porém, de todas elas [as dicções], ou são gerais a todos, como **Deus, pão, vinho, céu e terra** ou são particulares e esta particularidade ou se faz entre ofícios e tratos, como os cavaleiros que têm uns vocábulos e os lavradores outros, e os cortesãos outros e os mercadores outros. Ou também se faz em terras esta particularidade, porque os da Beira têm umas falas e os do Alentejo outras e os homens da Estremadura são diferentes dos de Entre Douro e Minho, porque, assim como os tempos, assim também as terras criam diversas condições e conceitos. E o velho, como tem o entender mais firme, com o que mais sabe, também suas falas são de peso, e as do mancebo, mais leves. (OLIVEIRA, 1975 apud MATTOS E SILVA, 1988, p. 10).

Como podemos observar, são evidenciadas, no trecho transcrito, diferenças linguísticas de natureza diastrática – “[...] entre ofícios e tratos... cavaleiros que têm uns vocábulos e os lavradores outros... [...]”; diatópica – “[...] também de faz em terras esta

<sup>96</sup> As estimativas de migração dos portugueses para todo o Brasil nos primeiros anos após o descobrimento variam, segundo Venâncio (2007), de 500 a 5.000 mil portugueses por ano, não contabilizados os possíveis naufrágios, voltas para a Europa e mortes por diferentes causas durante o trajeto.

particularidade, porque os da Beira têm umas falas e os do Alentejo outras[...]; e geracionais – “e o velho [...] suas palavras são de peso, e as do mancebo, mais leves”.

Embora esses dados sugiram que as variações linguísticas do português já tenham sido importadas das variedades lusitanas, é preciso ponderar alguns contrargumentos. Considerando a pequena quantidade de portugueses que chegam a Salvador no contato inicial (por volta de 130 no século XVI, segundo dados presentes no Quadro 20) e a predominância de indivíduos do norte de Portugal, é de se supor também que essas diferenças, no momento inicial, pouco impacto tiveram na aquisição do português diante do cenário linguístico generalizado de línguas indígenas no território (cf. Figura 23).

A esse fato soma-se a informação apresentada por Rosa (2003, p. 138), segundo a qual “os estrangeiros em contato com os nativos procuraram aprender ‘a língua’, em vez de tentar ensinar a sua [...]”, situação que conduz à constituição de uma política linguística fundada no uso da língua geral<sup>97</sup> de base tupi cunhada pelos colonizadores e amplamente usada até a segunda metade do século XVIII, ocasião da reforma Pombalina (BORGES, 2003).

Ademais, a partir do século XVI, inicia-se o processo de consolidação de uma norma linguística portuguesa, conforme assevera Mattos e Silva (1988, p. 13):

A par dessa diversidade linguística e dialectal se afirma ao longo do século XVI a norma, explicitada de formas diversas [...]

.....  
No contexto europeu da época, a questão das línguas nacionais, os «vulgares», como então eram designadas em oposição ao latim, emerge como uma forma de afirmação de identidade e autonomia nacionais. No caso português, soma-se a esse factor cultural próprio à Europa românica, a necessidade local de afirmar-se frente ao poder, não só político, como linguístico, castelhano, que, no âmbito cortesão, dividia o prestígio com o português [...]. A esses dois factos se acrescenta o do Império que se expandia e tinha de firmar-se, e a língua, sua companheira, para plagiar Nebrija, devia, necessitava de ser regulada para, a partir daí, criarem-se mecanismos efectivos de dominação, para os quais a língua é instrumento indispensável.

Desse modo, podemos inferir que o português que se instala nos séculos subsequentes ao contato inicial, com contingentes progressivamente mais expressivos de lusitanos, encontra-se sob efeito dessa normatização. São esses os portugueses que deslocam até o novo mundo e

---

<sup>97</sup> Na Bahia, teria se constituído na costa sul uma língua geral, formada no seio de uma população mameluca bilíngue e extinta a partir de 1780 por ocasião da migração de indivíduos falantes de português em busca de terras férteis, propícias ao cultivo de cacau (NOBRE, 2011).

instauram um processo cada vez mais expressivo de contato, domínio territorial e, mais tarde, subjugação.

Embora a chegada à América seja demarcada com a viagem de Colombo, em 1492, essa data não é o marco do início da exploração do território, tarefa que será levada a cabo mais tarde, depois da assinatura do Tratado de Tordesilhas, em 1494, com as expedições exploradoras (a partir de 1501) e o estabelecimento de arraiais, vilas e feitorias. De acordo com Nunes (2013), as feitorias eram instalações rudimentares, não somente portuguesas, em geral ranchos precariamente cercados, que serviam a diferentes objetivos dos viajantes que passavam pela costa, dentre os quais:

a) começar relacionamento com grupos indígenas e aprender a sua língua; b) tratar o corte do pau-brasil com os indígenas e recolhê-lo quando já derrubado e descascado; c) guardar as mercadorias a serem embarcadas quando um próximo navio passasse. (NUNES, 2013, p. 50).

A autora aponta como objetivo adicional o uso das feitorias como defesa contra autóctones hostis e marinheiros invasores estrangeiros.

Nas expedições exploradoras, processam-se atividades como escambo de pau-brasil, trocado com os indígenas por machados, miçangas e outros utensílios portugueses. Outras formas de contato intercultural se dão por meio de degredados deixados na terra, bem como os chamados “meninos de língua”, crianças órfãs portuguesas, trazidas ao Brasil com o intuito de aprender a língua local e facilitar a exploração da terra e as relações comerciais (NUNES, 2013).

As expedições colonizadoras começam somente a partir de 1530 e culminam na instalação do sistema de capitanias hereditárias em 1534. Fazem parte do atual território da Bahia, cinco das dezessete capitanias: capitania da Baía de Todos os Santos, de Ilhéus, de Porto Seguro, de Itaparica e do Recôncavo (TAVARES, 2001 [1959]).

## 4.2 OCUPAÇÃO DA BAHIA: DA COSTA AO INTERIOR

Após a breve contextualização histórica, discorreremos acerca dos principais aspectos que marcam ocupação do território até o início do século XIX. Reiteramos que nosso objetivo não é fazer um levantamento histórico, tarefa muito mais bem empreendida por historiadores, mas destacar os principais aspectos sócio-históricos que marcam a ocupação da Bahia, a fim de estabelecer uma possível relação com o quadro linguístico por nós encontrado.

De acordo com informações da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o povoamento do território que hoje corresponde à Bahia começa de maneira lenta:

A ocupação, até meados do século [XVI], era incipiente, podendo-se afirmar que era restrita a vilas, sedes de capitânicas. Mais tarde, atingiu o baixo curso dos rios do entorno da Bahia de Todos os Santos, onde proliferava a cana de açúcar, beneficiada nos engenhos, primitivos núcleos de povoamento, localizados em Água de Meninos, Pirajá, Paripe, Praia Grande, Passé, Matoim, Aratu, Iguape, Itaparica, Jaguaripe e Tinharé. (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2001, p. 26).

A expansão do território avança nos séculos subsequentes, em função da necessidade de desenvolvimento das capitânicas, de defesa do território e aprimoramento de atividades econômicas. O disperso povoamento inicial segue adensando-se a partir do litoral, com algumas iniciativas de adentramento em direção ao norte, sul e centro – sertão.

Para fins didáticos, separamos as informações referentes à ocupação da Bahia em dois eixos. O primeiro detém-se sobre a cidade de Salvador, da chegada portuguesa o seu estabelecimento e desenvolvimento, destacando as principais transformações sofridas. O segundo recobre o processo de ocupação do interior do estado, com enfoque nas principais atividades econômicas que motivaram o deslocamento e consolidação dos nichos populacionais. A seção encerra-se com a discussão do papel dos africanos e afrodescendentes na expansão e sociodemografia do território baiano, evidenciando as possíveis consequências sociolinguísticas dessa participação.

#### **4.2.1 A ocupação da capital**

Salvador foi a primeira capital brasileira e, durante os três séculos de colonização, consolidou-se como o principal porto do Atlântico Sul, funcionando como importante polo comercial. Sua relevância revela-se ainda na contemporaneidade, conforme Andrade e Brandão (2009, p. 14),

Salvador, primeira cidade e capital do Brasil colonial, núcleo urbano fundamental do comércio português ao longo de três séculos de colonização, se constituindo no principal porto de todo o Atlântico Sul, chega ao século XXI como uma das mais populosas do Brasil, sede de uma das nove mais antigas regiões metropolitanas do país, com sua área municipal praticamente

tomada pelo espaço urbano e exercendo o papel de uma metrópole regional com hinterlândia (espaço de influência) que supera o limite estadual.

A implantação da cidade começa a partir de 1549, cumprindo, segundo os autores, as funções de ocupação e proteção da colônia lusa na América e abastecimento portuário do Atlântico Sul. A cidade Sede do Governo Geral no Brasil nasce como espaço de garantia do domínio português no Novo Mundo e é erigida, do ponto de vista geográfico, a partir de uma lógica defensiva. Trata-se, portanto, de uma construção estratégica que garante o controle da extensão litorânea e a antecipação diante dos ataques de índios e estrangeiros por via terrestre ou marítima. Isso é garantido por sua localização:

O ponto definido para a construção da cidade encontra-se dentro da Baía de Todos os Santos, a 13° de latitude sul e 38°30' de longitude oeste, e seu núcleo original localizado sobre uma falha geológica, a aproximadamente 60m acima do nível do mar. O local, a nordeste do Brasil, é equidistante do norte e do sul do litoral brasileiro, o que permite melhor controle de qualquer ponto da costa. (PINHEIRO, 2011, p. 177).

Ali teriam o olhar estratégico sobre a baía e águas calmas para aportar qualquer grande fragata. Os muros viabilizavam a defesa interior contra os índios. (ANDRADE; BRANDÃO, 2009, p. 16-17).

A Figura 24 apresenta a primeira planta da cidade, de 1559, do engenheiro Luis Dias.

Figura 24 – Primeira planta da Cidade de Salvador (1549)<sup>98</sup>



Fonte: Andrade e Brandão (2009, p. 31)

<sup>98</sup> Reconstituição feita pelo pensador brasileiro do século XIX Theodoro Sampaio, a partir da planta registrada na base da estátua de Tomé de Souza, na Praça Municipal da cidade.

A disposição inicial aliava, segundo Andrade e Brandão (2009), o caráter de fortificação, de influência medieval, e o ordenamento, marcado pela disposição quadricular, tipicamente renascentista. Essa tentativa de organização cedo seria abandonada pela instauração de becos, ruas e vielas no entorno do núcleo Central (PINHEIRO, 2011). Da organização preliminar inicial salta a primeira dualidade arquitetônica e social da cidade, a divisão entre Cidade Alta, eixo administrativo, religioso e político, e a Cidade Baixa, localizada ao nível do mar, onde se instalaram o porto e seus armazéns. Nesse período, Salvador apresenta considerável centralidade, pois sua ocupação se desenvolve no entorno das importantes atividades portuárias e comerciais. As tendências de expansão do território e da ocupação são registradas ainda no século XVI:

Ainda no século XVI, Salvador superou em muito a sua dimensão original, assumindo um crescimento linear, direcionado no sentido norte-sul. As sólidas construções extra-muros da ordem religiosa do Carmo na primeira cumeada da periferia norte e dos Beneditinos na extremidade sul, no caminho da Vila Velha, bem como a ampliação do sistema defensivo obedecendo à mesma lógica espacial, foram fundamentais na continuidade da ocupação urbana, já que havia, por parte da população civil, uma crescente sensação de segurança. (ANDRADE; BRANDÃO, 2009, p. 35).

Os séculos subsequentes à colonização, XVII e a primeira metade do século XVIII, período conhecido como *idade do ouro*, consagram Salvador como uma cidade próspera e em expansão, graças às atividades econômicas de fumegaria, lavoura canavieira e tráfico de escravos. A circulação direta e indireta dessas atividades econômicas na capital da colônia garantiu a geração de riquezas e “embelezamento da cidade”.

A partir do final do século XVIII, iniciam-se consideráveis transformações que marcaram a decadência de Salvador do ponto de vista político e econômico em relação ao cenário nacional. Eventos como a transferência da capital do país para o Rio de Janeiro (1763) e, mais tarde, o fim do tráfico negreiro (1850) e a abolição da escravidão (1888) afetam a cidade e a sua estruturação.

Do ponto de vista geográfico, a expansão territorial, já consagrada anteriormente, no século XIX, marca ainda mais o distanciamento da ordenação prevista no projeto inaugural, e os contrastes entre as porções alta e baixa da cidade intensificam-se. Pinheiro (2011, p. 179) caracteriza a Cidade Baixa como um espaço em que

As construções erguem-se sem ordenação, as ruas são estreitas e sem alinhamento reto. Por ali se encontram o Arsenal da Marinha, a Alfândega, a Associação Comercial e os consulados, ao lado de armazéns, trapiches, mercados – inclusive o de escravos –, comércio atacadista e varejista, escritórios de importadores e exportadores, pequenas indústrias e agências marítimas. Nessa parte da cidade, o movimento de gente é constante. O ruído do comércio, dos barcos no porto, dos vendedores ambulantes e das negras que vendem comida mistura-se com a sujeira das ruas.

A Cidade Alta, onde reside a maioria da população no período e onde estavam centralizadas as funções ordenadoras da *urbe*, é, segundo a autora, “mais limpa e mais acolhedora que a baixa” (PINHEIRO, 2011, p. 179).

O evidente contraste entre as áreas da cidade são, em parte, reflexo das antigas funções que desempenham na dinâmica urbana, mas agregam agora reflexos da diferença social que começa a marcar o espaço urbano. Enquanto o porto e a rua da praia acomodam funções comerciais e financeiras, sendo a península Itapagipana ocupada pela classe média, percebe-se, na Cidade Alta, a centralização de atividades administrativas. A expansão dessa área para o sul leva ao surgimento de bairros como Graça e Barra, ocupados pela classe alta, e, principalmente, a Vitória que, após a abertura dos portos, passa a ser o endereço de muitos estrangeiros. Enquanto isso, o miolo da cidade concentra o desenvolvimento de espaços rurais dedicados à produção de subsistência e vilarejos, onde se instalam classes populares. Andrade e Brandão (2009) destacam ocupações desse tipo também na orla municipal, a exemplo de Itapuã. O caráter socioespacial da cidade aliado ao crescimento demográfico elevado começa a se configurar, bem como o processo de segregação social.

O processo de ocupação de Salvador acontece, portanto, em paralelo com o avanço e dominação europeia. Do contato inicial com os índios tupinambás na costa até o século XVIII, a cidade registrou um crescimento populacional e de sua importância para a conjuntura política e econômica do país. A vocação defensiva, ainda hoje registrada pelos fortes que margeiam a costa, foi progressivamente dando lugar à atividade comercial e conduziu Salvador a constituir-se num interposto comercial, mediando as relações da colônia com a metrópole e com o Recôncavo Baiano.

Dentre os aspectos sociais que demarcam o início do povoamento da cidade, destacaram-se sobremaneira o desenho progressivo de uma oposição socioeconômica entre a Cidade Alta e Baixa, conforme descrito anteriormente, e a convivência no espaço da cidade de um clima cosmopolita, com a circulação de portugueses e outros europeus ao lado de um contingente populacional adensado pela mestiçagem, conforme assevera Thales de Azevedo (1969, p. 137):

A população de Salvador iria crescer rapidamente, ultrapassando os acanhados limites fortificados desta. A escassez de mulheres brancas [...] ia ter efeito paradoxal de favorecer aquele crescimento com a extraordinária natalidade resultante da união de muitos colonos com duas, três e até quatro índias, coisa que era corrente na terra entre os habitantes da vila do Pereira e que não tardou a ser imitado pelos que chegaram em 49.

A Salvador do século XIX se configura, do ponto de vista social, como um espaço de dualidades, de maneira que, para quem chegava à cidade, impressões antagônicas se misturavam. Os que vinham do mar deslumbravam-se com a vista, sendo mais tarde aturcidos pelas precárias condições sanitárias e pelo aspecto sujo da Cidade Baixa. Os que chegavam do interior eram prontamente impactados pela realidade insalubre de alguns pontos da cidade (NASCIMENTO, 2007).

Conforme Santos (2013), até o século XIX, o povoamento de Salvador é mais denso na costa, às margens do Oceano atlântico e da Baía de Todos os Santos, no miolo, concentravam-se as atividades rurais. A partir do século XX, mais precisamente na década de 60, incorporam-se novas áreas e novos mecanismos que dão impulso a um processo de estruturação e reestruturação urbana, a ser tratado mais detidamente na seção 4.3, deste capítulo.

#### **4.2.2 O processo de interiorização da Bahia**

No território baiano, a ocupação do interior deu-se, segundo Tavares (2001 [1959]), de modo lento, como resultado de um longo e sucessivo processo de conquistas, posse e povoamento. Muito desse processo foi conduzido pelas Entradas e enfrentou as dificuldades impostas pelo vasto território, como rios, matas e serras, além da resistência da população autóctone. Os objetivos que conduziram os conquistadores da costa ao interior repousam, sobretudo, na necessidade de se conhecer, povoar e defender as terras de invasões estrangeiras.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que ocupação do interior da Bahia deu-se, portanto, como resultado de múltiplos fatores, dentre eles agentes econômicos, religiosos e políticos, tais como: a criação de gado como força motriz nos engenhos e para alimentação, café e algodão; as missões religiosas, exploradoras e de combate aos ataques piratas no interior.

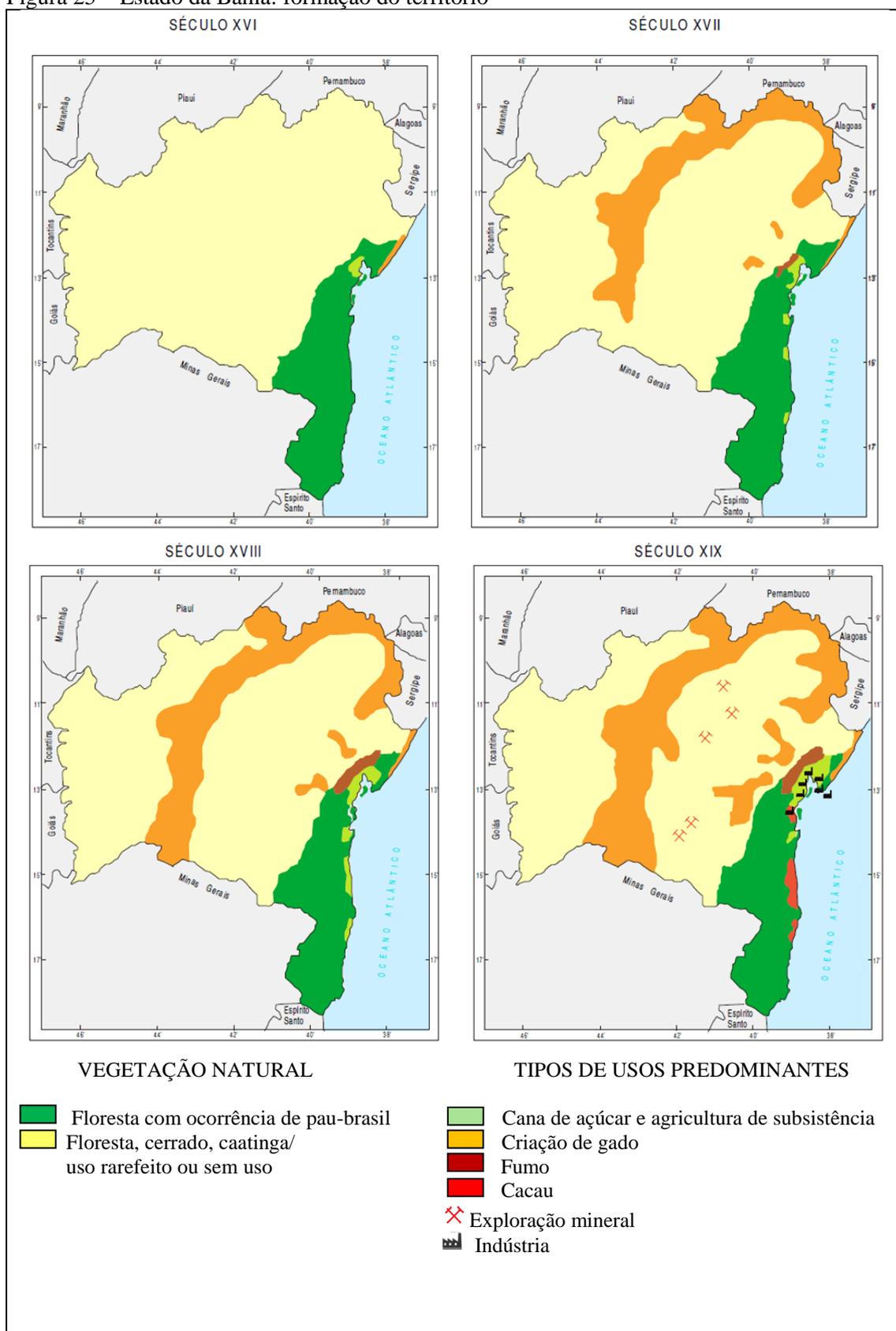
O mapa da Figura 25 apresenta um quadro distributivo das atividades econômicas ao longo do tempo, evidenciando o peso deste aspecto na ocupação do território. A representação

apresentada demonstra o domínio inicial do cultivo da cana-de-açúcar e a criação de gado na região da costa, com incremento da produção de fumo somente no século XVII. A partir desse mesmo século, ganha destaque o expressivo domínio da criação de gado, que se espalha crescentemente pelo norte e regiões interioranas da Bahia até o século XIX. No século XIX, atividades como mineração e o cultivo do cacau sustentam o desenvolvimento econômico e demográfico do centro e sul do estado. As diferentes atividades econômicas fixadas ao longo do interior baiano ampliaram progressivamente os limites do estado e diversificaram as relações sociais estabelecidas.

Assim, num primeiro momento, a ocupação do Recôncavo, se dá em paralelo com o desenvolvimento de atividades como o plantio de cana e outros gêneros agrícolas que avançam do litoral ao interior e a dizimação de aldeamentos indígenas. Em sucessivas empreitadas contra os índios, os colonizadores avançavam cultivando suas plantações para além do entorno da cidade de Salvador.

Massacrado o índio e destruída a comunidade tribal, o colono plantou algodão, mandioca e cana-de-açúcar. Os resultados apareceram na segunda metade do século XVI, quando a Bahia já era citada como produtora de açúcar. [...] Essa situação estava consolidada cerca de cinquenta anos depois com diversos engenhos de açúcar, plantações de lavradores dos lavradores e de cana e de mandioca, em terras que pertencem atualmente aos municípios de candeias, São Francisco do Conde, Santo Amaro da Purificação, Cachoeira, Maragogipe, Jaguaripe, Nazaré das Farinhas e Aratuípe. (TAVARES, 2001 [1959], p. 154).

Figura 25 – Estado da Bahia: formação do território



Fonte: Silva et. al. (2010 apud ALCOFORADO, 2003, p. 188)

A abundância de massapé<sup>99</sup> no Recôncavo favoreceu o cultivo de cana, que era processada nos engenhos e, posteriormente, transportada até o porto de Salvador. Ao redor da instalação dos engenhos, instauravam-se vilas e povoados que contribuíam para o incremento populacional da região e se desenvolviam atividades econômicas de suporte, tais como a pecuária e a produção de gêneros alimentícios como farinha e mandioca.

Nesse sentido, não podemos esquecer a importância dos rios Paraguaçu, Aratuípe e Jaguaripe, no entorno dos quais se desenvolveram ocupações importantes para a interiorização da Bahia.

As bacias do rio Paraguaçu, de seu lado direito, e do Jaguaripe, de lado esquerdo, integraram, da foz de cada qual deles, dez léguas sertão a dentro, [...] a Capitania do Peroaçu, dentro de cujos limites, além de Maragogipe, surgiram, por exemplo, de nosso interesse, Santa Terezinha, Castro Alves, Conceição do Almeida e São Felipe, este abrangendo o atual município de Dom Macedo Costa. (QUEIRÓS, 1995, p. 32).

Importante nota sobre o componente social da ocupação do Recôncavo é o fato de que boa parte dessa população era escrava, mão de obra primordial das lavouras de cana.

Para o trabalho com a produção de açúcar, por ser uma atividade que exigia um longo tempo entre seu início, processamento e conclusão foi necessário trazer da África grupos negros já sedentários e versados na agricultura e suas múltiplas tarefas, pois o índio brasileiro estava acostumado apenas a cultivar gêneros que em três, quatro meses já podiam ser colhidos e consumidos. (NUNES, 2013, p. 221).

Associado ao desenvolvimento da cultura canavieira que marcou o desenvolvimento do Recôncavo, outra frente de ocupação do Estado é a região do Sertão, às margens do rio São Francisco, que se inicia a partir da segunda metade do século XVI. De acordo com Tavares (2001 [1959], p. 156), os colonos,

À medida que tangiam o gado, guerreavam os amoipiras, acroás e paiaíás que iam encontrando. Às vezes, no imediato, outras, anos depois, dirigiam-se ao rei de Portugal [...] pedindo as terras conquistadas como prêmios ou recompensas.

---

<sup>99</sup> Massapé é um termo popular para designar solos argilosos e quimicamente férteis. No atual Sistema Brasileiro de Classificação dos Solos, são classificados como vertissolos. (EMBRAPA, 2013).

O desenvolvimento da pecuária na Bahia, tão importante para a ocupação do Sertão baiano, começa a partir de 1550 com a importação por Tomé de Souza de cabeças de gado oriundas de Cabo Verde (NUNES, 2013). O gado, inicialmente criado junto aos engenhos, servindo de suporte às atividades do cultivo e tratamento da cana, passa a prejudicar a qualidade do solo e a plantação, o que impele o governo a decretar restrições territoriais à atividade. Dessa forma, em paralelo ao desenvolvimento pastoril, ocorreu um processo de interiorização e povoamento do Sertão baiano, como evidencia o mapa da Figura 25.

A importância da pecuária nesse processo ocupacional do sertão se processa em fases, conforme descreve Nunes (2013). À fase inicial de *vizinhaça*, em que o gado era criado próximo e para o engenho, sucedeu-se uma fase de *coexistência*, que levou o gado, ainda vinculado à atividade agrícola e sob o domínio do senhor de engenho, a ser criado em regiões mais interioranas e afastadas das lavouras. A terceira fase, *separação das atividades agrícolas e pastoris*, representa a efetiva expansão territorial para o sertão e o surgimento das feiras de gado, como Feira de Santana, para as quais os produtores independentes traziam animais a serem vendidos aos proprietários de terra do Recôncavo e da costa. No processo de povoamento além da costa, contribuíram ainda, conforme apontamos no início desta seção, as missões religiosas e as expedições de defesa e exploração do país.

Após a chegada ao Brasil, em 1549, as missões religiosas incrementaram o processo de catequização e conversão dos gentios e a instalação de instrumentos educacionais como escolas e colégios. De acordo com Tavares (2001 [1959]), as missões da Companhia de Jesus e dos frades Capuchinos foram importantes na ocupação do nordeste baiano, com a criação de aldeamentos indígenas – as aldeias administradas – que funcionavam de modo semelhante às vilas. Pertenciam aos primeiros as missões de Nossa Senhora do Socorro, Canabrava, Saco dos Morcegos, Natuba e Manguinho, enquanto aos segundos, Aramari, Rodelas, ilha de Uracapá, Pambu, Poxim, Pacatuba.

Ao lado do trabalho dos jesuítas, que se destinava além dos indígenas, cada vez mais dizimados, à instituição da educação na colônia como um todo, avançavam pelo interior do estado as expedições. Com as funções de conhecer o território, expulsar e dizimar populações indígenas e buscar metais preciosos, os entradistas e bandeirantes avançaram pelo território. Da mesma forma, a necessidade de se ocupar o território e defender os domínios das invasões estrangeiras favorecia a fundação de novas vilas. Dados da Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia (SEI) apontam as dificuldades enfrentadas nessa empreitada no século XVIII:

Passados dois séculos do descobrimento, permanecia a necessidade de se adensar o povoamento, que continuava disperso, e [...] era praticado por pedestres, tanto no litoral quanto no interior. Vontade política não faltava, mas havia carência de gente e de recursos onde sobravam dificuldades administrativas e adversidades climáticas. Desse modo, ora induzidos por ordem do governo, ora espontaneamente por particulares ou religiosos por eles apoiados, o povoamento intensificou-se para o norte, sul e sertão. (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA BAHIA, 2001, p. 26).

Outra frente de ocupação da região se deu por meio da descoberta do ouro em Jacobina, no século XVIII. Para o entorno dessa região, atual Chapada Diamantina, se deslocaram muitas pessoas e se instauraram muitos povoados e vilas. A mineração favoreceria a consolidação de novos municípios como Minas do Rio de Contas, Maracás e Jequié. Nunes (2013), sobre as formas de extração do ouro, ressalta a importância da participação escrava, quase exclusiva, nos sistemas de extração em larga escala.

Do disposto até aqui, podemos sintetizar que a observação do processo de ocupação do interior, principalmente quando tomado a partir do vetor da economia, nos revela, para além da dimensão socioeconômica, importantes elementos de natureza sociocultural. Isso porque falar do desenvolvimento de atividades agrárias no interior da Bahia é também tratar do papel desempenhado pelos agentes humanos envolvidos no processo. Em outras palavras, é tratar da interação entre os índios – população autóctone, expulsa e/ou dizimada; os portugueses – colonizadores e exploradores da terra e do povo; e os negros – população importada para fins de mão de obra.

Considerando, sobretudo a contribuição desse último elemento na constituição do português popular do Brasil, nos dedicamos, no item a seguir, à reflexão da participação dos africanos e afrodescendentes na ocupação do território e, conseqüentemente, na constituição linguística do português popular da Bahia.

#### **4.2.3 Importância dos escravos e afrodescendentes na composição populacional da Bahia e suas implicações linguísticas**

Os elementos reunidos nesta seção tem por objetivo dimensionar a importância da presença negra na formação do território baiano, dando especial enfoque às dimensões demográficas, no interior e na capital do estado, assim como às relações sociais estabelecidas. Tal abordagem converge para o estabelecimento de uma possível relação entre o processo de Transmissão Linguística Irregular (cf. subseção 2.1.1) e a difusão do português popular da

Bahia que, em última instância, acreditamos ter influenciado a variação do imperativo no português popular das comunidades observadas nesta tese.

Consabidamente, os negros africanos tiveram participação inegável na constituição do território baiano e de todo o Brasil no período colonial. Trazidos como mercadorias, serviram de mão de obra, principalmente, em lavouras e minas de ouro, mas pode-se mesmo dizer que estavam presentes em todas as atividades coloniais rurais ou urbanas. Conforme a célebre expressão de Antonil (1982 [1711], p. 20), “Os escravos são as mãos e os pés dos senhores de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente.”.

No tocante à empresa açucareira, a importação da mão de obra escrava tem especial destaque, haja vista os índios terem pouca habilidade para o cultivo de gêneros de longa duração e serem, em geral, de difícil subjugação. Assim, face à necessidade de se solucionar a carência da mão de obra para a produção canavieira, em março de 1559, um alvará dava o impulso necessário à deflagração definitiva do comércio de escravos na Bahia, permitindo a cada senhor de engenho importar até 120 negros em condições financeiras bastante favoráveis, pagando um terço dos impostos cobrados (SALLES; SOARES, 2005; NUNES, 2013).

Cumprе salientar que o emprego da mão de obra escrava no dois primeiros séculos da colonização vai além dos domínios do engenho no cenário da economia baiana: “Ao longo dos grandes engenhos de cana, também o plantio e beneficiamento do tabaco nas pequenas e médias propriedades do Recôncavo baiano absorviam importante contingente de mão de obra escrava africana.” (SALLES; SOARES, 2005, p. 18). O mesmo se pode dizer da exploração do trabalho escravo nas atividades domésticas e demais serviços das vilas e cidades do período.

No século XVIII, uma nova demanda reforçaria a necessidade de mão de obra escrava na Bahia. Embora a exploração aurífera tenha sido mais expressiva em Minas Gerais, a Bahia teve seu destaque, conforme observado nas palavras de Magalhães (2012, p. 21):

A mineração no século XVIII, nas minas de Jacobina e Rio de Contas, à semelhança do que ocorreu em Minas Gerais, resultou num forte controle administrativo das zonas interiores da colônia. Para essa nova área da Chapada Velha (atualmente Chapada Diamantina) rumaram muitas pessoas de diversas partes da Bahia.

Conforme mencionado na subseção 4.2.2, nas lavras de Jacobina e região, predominava a mão de obra escrava. Ademais, no período, a Bahia reforçara seu papel como

subsidiária da importação e comercialização dos escravos da Costa da Mina, que serviriam de força de trabalho para várias regiões do país. Nesse sentido, não podemos olvidar a relevância econômica da atividade de comercialização de escravos para o estabelecimento da colônia, sendo o negro uma mercadoria de compra e venda, isto é, produção de lucro. A Bahia foi, segundo Viana Filho (2008 [1946]), um importante, senão o mais importante, *locus* de desenvolvimento do tráfico negreiro como atividade comercial do Brasil, o que favoreceu o enriquecimento de muitos senhores.

Concentravam-se na Bahia, uma grande parte, talvez a maior, do tráfico afro-brasileiro, para ela convergiam os proventos fartos tirados deste comércio e que deu aos que exploravam a dignidade da riqueza e uma perfeita consciência de classe. Os traficantes constituíam uma classe tão honrada como qualquer outra e composta de destacadas figuras do mundo econômico e financeiro da colônia. (VIANA FILHO, 2008 [1946], p. 41).

Esses negros traficados através do Atlântico partiram de diferentes origens. Luiz Viana Filho (2008 [1946]) define quatro fases principais do tráfico negreiro, em geral endossadas por outros estudiosos, como Pierre Verger (1987) e Kátia Mattoso (1990 [1979]). A primeira, no século XVI, diz respeito ao ciclo da Guiné, menos expressivo; a segunda, o ciclo do Congo e Angola, aconteceu no século XVII e trouxe escravos, sobretudo, para a atuação nas plantações de cana; da Costa da Mina ou Golfo do Benin vieram os negros da terceira fase, muitos serviram de mão de obra para a mineração; a última fase coincide com a abolição da escravidão e é designada fase da ilegalidade, com negros advindos de regiões diversas, atuantes em diversas regiões do país.

Desses diferentes ciclos, vieram para a Bahia, prioritariamente, negros dos grupos linguísticos<sup>100</sup> banto (quibundo), kwa (iorubá) e sudanês (haussá) (PESSOA DE CASTRO, 2006). Cumpre salientar que os ciclos apresentados não eram estanques, de modo que o final de uma fase não representava a ausência de negros de outras regiões, fato que sustenta, inclusive, a política de seleção negativa que vigorou na importação dos escravos: “A metrópole portuguesa adotou sempre a política de misturar as diferentes etnias africanas, para impedir a concentração de negros de uma mesma origem numa só capitania” (MATTOSO,

---

<sup>100</sup> Não se pode perder de vista que, grande parte das designações etnolinguísticas conferidas aos povos africanos no período colonial é fruto do olhar eurocêntrico, de maneira que, sob o mesmo rótulo, são muitas vezes identificadas diferentes grupos, tal como acontece, segundo Schwartz (2008 [1996], p. 378), com os nagôs, que “podiam todos falar Iorubá mas [SIC] vinham de sociedades diferentes [...]”. Petter (2006), ao apontar a procedência dos escravos trazidos para o Brasil de duas grandes áreas da África (oeste africano e área banta), ratifica a diversidade linguística, quando contabiliza a presença de 200 a 300 línguas africanas.

1990 [1979], p. 20). Na Bahia, a concentração, sobretudo, de escravos do grupo banto pode ter reduzido o efeito desse processo.

Considerando as diferentes funções que exerciam, no final do século XVI, estima-se que entraram na Bahia entre 3.000 a 4.000 africanos, segundo relatos de Frei Anchieta, Fernão Cardim e Gabriel Soares referidos por Salles e Soares (2005). Esse número cresce expressivamente no século seguinte, quando chega a ser computada a entrada de cerca de 4.000 escravos por ano. Sobre a questão demográfica, Mattos e Silva (2004), com base em Jorge Couto (1992), assinala a relevância da presença africana na população brasileira e, destacadamente baiana, durante o período colonial.

[...] nos finais de Quinhentos, a presença africana (42%) já se estendia a todas as capitanias, ultrapassando no conjunto, qualquer um dos outros grupos – portugueses (30%) e índios (28%), apresentando um crescimento espetacular nas capitanias de Pernambuco e Bahia, esta última sextuplicando seus habitantes negros (COUTO, 1992, p. 278, apud MATTOS e SILVA, 2004, p. 96).

Para a autora, a análise da participação dos aloglotas na constituição do português brasileiro é condição imprescindível para a compreensão de sua história e diferenciação, razão pela qual recuperamos aqui os dados da demografia racial da Bahia coletados por Mattos e Silva (2004, p. 36), conforme Tabela 30.

Tabela 30 – Dados demográfico-populacionais (totais de indivíduos e percentuais)

Grupamentos Étnicos	Fim do século XVI		1835 (J. Reis 1986:16)	
		%		%
Branços	2000	} 17	18500	28%
Índios	6000		-----	
Negros	4000		47000	72%

Fonte: Adptado de Mattos e Silva (2004, p. 36)

Embora a Tabela 30 apresente uma lacuna a respeito dos dados relativos aos séculos XVII e XVIII, a demografia histórica brasileira disposta por Mussa (1991) indica uma tendência geral, entre os século XV a XIX, de uma presença majoritária não europeia na constituição da população brasileira, numa proporção média de 60% de africanos e afrodescendentes contra 30% de brancos (brasileiros e europeus), conforme Tabela 31.

Tabela 31 – Demografia histórica brasileira conforme Mussa (1991)

	<b>1538-1600</b>	<b>1601-1700</b>	<b>1701-1800</b>	<b>1801-1850</b>	<b>1851-1890</b>
africanos	20%	30%	20%	12%	2%
negros brasileiros	---	20%	21%	19%	13%
Mulatos	---	10%	19%	34%	42%
brancos brasileiros	---	5%	10%	17%	24%
europeus	30%	25%	22%	14%	17%
índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Fonte: MUSSA (1991, p. 163, grifo nosso)

Thales de Azevedo (1969), sobre a constituição populacional de Salvador e a suposta democracia racial que a caracterizava, também ressalta a tendência da supremacia quantitativa negra e afrodescendente nos idos do século XVIII:

Com o avolumar do tráfico negreiro, a própria cidade se foi enchendo de africanos e logo depois de mestiços, enquanto os índios diminuiam de número. Os censos e as informações durante todo o setecentos fixam a proporção de brancos em apenas um terço do total de habitantes. O censo de 1775 mostra que desde aquela época a Bahia tinha aproximadamente as mesmas quantidades relativas que hoje tem de brancos e de pessoas de côr: 36% das primeiras e 64% da últimas. (AZEVEDO, 1969, p. 224).

Para Schwartz (2008 [1996]), a presença massiva escrava na Bahia no século XIX é especialmente motivada pelos desdobramentos da revolução haitiana de 1792. A queda do Haiti como centro produtor do açúcar destinado à Europa motivou a expansão dos canaviais brasileiros, sobretudo os já tradicionais, como os engenhos baianos. Isso teria favorecido o inchamento populacional e a forte presença africana no principal porto do comércio escravista do período.

O quadro de prevalência da população negra exacerba-se quando se considera o Recôncavo que, segundo Thales de Azevedo (1969), registra, em 1814, proporção de 6% de brancos, índices decorrentes da concentração dos escravos nas lavouras e engenhos de açúcar.

Sobre o lugar social desses negros na Bahia, Viana Filho (2008 [1946], p. 158) assevera:

Por muito tempo não se admitiria ao negro outra finalidade que não trabalhar, trabalhar, distanciando dos sobrados, entregues à existência miserável das senzalas, não deveria ter outra função social além de trabalhar, trabalhar sempre, até morrer. Cada negro desapareceria com os últimos sulcos de cana que houvesse aberto. E outro tomaria o lugar para seguir o mesmo destino melancólico, cumprir a mesma sina.

Os desdobramentos da colonização e a difusão do negro pelos espaços urbanos e no pós-regime escravocrata condicionam a configuração de novos papéis sociais e arranjos linguísticos. Nesse cenário, fundamentados nas considerações apresentadas por Mattos e Silva (2004), destacamos três pontos que acreditamos terem impactado na aquisição e difusão do imperativo no português popular da Bahia, a saber: (a) a situação dos negros nas senzalas e engenhos; (b) os negros dos espaços “ilegítimos de escravidão”, os quilombos; (c) o lugar social dos negros libertos habitantes das áreas mais urbanizadas do estado, a cidade de Salvador do início da urbanização.

Da primeira situação, numa perspectiva linguística, podemos dizer que, principalmente no sistema de *plattation*, que vigorou nas terras da Bahia, sobretudo no Recôncavo, figuraram as condições favoráveis à transmissão linguística irregular que teria afetado a constituição das normas populares. O negro e o afrodescendente, maioria da população, seriam os principais difusores de uma variedade do português adquirida inicialmente como segunda língua e sem um processo sistemático de normatização. Gilberto Freyre (2002 [1933], p. 457), sobre o processo de aculturação do ‘negro novo’, destaca o papel da senzala e do aprendizado por oitiva do português: “a verdadeira iniciação do negro novo na língua [...] fez-se nas senzalas e no eito, os ‘novos’ imitando os veteranos.”.

Acrescentamos ainda o fato de que os engenhos constituíam uma dinâmica social própria, conforme apontado por Sérgio Buarque de Holanda (2013 [1963], p. 80): “nos domínios rurais, a autoridade do proprietário de terras não sofria réplica. Tudo se fazia consoante sua vontade, muitas vezes caprichosa e despótica. O engenho constituía um organismo completo e que, tanto quanto possível, se bastava a si mesmo.”. Podemos inferir que as relações sociais estabelecidas nesses espaços também tenham espelhado as consequências dessa autonomia, com contornos no plano cultural e linguístico. Holanda (2013 [1963], p. 91) destaca a restrição cultural do universo dos engenhos a partir de uma declaração do século XVIII: “em 1711, Antonil declarava que ter filhos sempre no engenho ‘era criá-los tabaréus, que nas conversações não saberão falar de outra coisa mais do que do cão, do cavalo e do boi.’”

Acreditamos que esses traços socioculturais tenham como consequência impactos linguísticos, com os negros mantendo-se em condições mais isoladas no que se refere ao processo de aquisição do português. Assim, advogamos em favor do argumento de que as variedades rurais por nós estudadas teriam sido erigidas por influência direta do contato entre línguas, razão pela qual se ressaltam aspectos linguísticos como a redução da morfologia flexional que caracteriza o processo de TLI.

Tal situação teria sido mantida e reforçada nos quilombos, onde se agruparam desde o século XVI e, de modo mais significativo no século XIX, negros e outros tipos de fugitivos, constituindo uma situação particular de relativo isolamento<sup>101</sup> e manutenção de variedades linguísticas do português adquiridas de modo irregular e não normatizado.

Esse tipo de agrupamento humano, marcante na realidade baiana, seria um espaço pertinente no plano da difusão do português popular da Bahia, tendo em vista sua repercussão da realidade social, conforme descreve Schwartz (2008 [1996], p. 377), “A formação de quilombos era um problema crônico para os Senhores baianos e uma tática permanente dos escravos baianos.”.

Dentre os aspectos caracterizadores dos quilombos baianos, tem-se a função social de resitência e luta, mais proeminente nos cenários rurais: “os quilombos se espalhavam pela zona rural e serviam de farol e refúgio para os escravos dos engenhos.” (SCHWARTZ, 2008 [1996], p. 366). Ademais, o relativo isolamento favoreceria a manutenção de traços culturais, e, muito provavelmente, dificultava a penetração de traços exógenos, dentre os quais, podemos depreender, as manifestações linguísticas.

Esse seria o caso das comunidades designadas neste estudo como afro-brasileiras, conforme apresentado na Figura 11 da seção 2.2.3, recuperada aqui na Figura 26.

Figura 26 – Gênese das comunidades afro-brasileiras



Fonte: Elaborado pela autora

Nos espaços urbanos, os quilombos também estavam presentes. De acordo com Schwartz (2008 [1996]), quando próximos às cidades, tornavam-se motivo de preocupação

<sup>101</sup> A ideia de isolamento dos quilombos é tomada aqui de modo relativo, com base nas considerações de Reis (2008), para quem a noção “palmarina” de Quilombo como um reduto isolado de resistência e luta não comporta o quadro geral, uma vez que muitos desses espaços existentes consolidam-se nas proximidades das fazendas e vilas, estabelecendo relações “ora conflituosas, ora amistosas, com diferentes membros da sociedade envolvente.” (REIS, 2008, p. 332).

social, uma vez que muitos tinham como meio de sobrevivência ataques e comércio com as populações citadinas. A realidade dos quilombos urbanos de Salvador é descrita pelo autor do seguinte modo:

No início do século XIX, os quilombos suburbanos – no Cabula, Matatu ou Itapoan, nas imediações de Salvador – estavam cada vez mais integrados à vida da escravidão urbana, talvez mesmo servindo, às vezes, como destinação de fugas temporárias, centros de assistência e descanso para escravos urbanos. Os quilombolas as vezes entravam na cidade para vender produtos roubados, e o isolamento relativo, dos quilombos dava aos africanos a chance de manterem uma certa autonomia cultural, longe das restrições civis e eclesiásticas da sociedade dominante, que suprimia a prática das religiões africanas.” (SCHWARTZ, 2008 [1996], p. 377).

Além da integração à vida urbana, esse tipo de quilombo teve como característica a alta rotatividade de seus membros, mais expostos e facilmente capturados pela polícia, e de suas instalações, que, destruídas, levavam seus sobreviventes à formação de novos agrupamentos, consolidando o que Schwartz (2008 [1996]) designa “dialética da resistência escrava”.

Nas áreas destinadas à produção agrícola, e nos, quilombos, contextos de isolamento de escravos e seus descendentes, o contato linguístico mais intenso teria gerado variedades de português morfologicamente menos marcadas, nas quais provavelmente a forma básica do indicativo (*canta*) era usada para expressar ordem, exortação etc. Essa redução morfológica teria se conservado mais nas zonas rurais, particularmente nas comunidades oriundas de antigos quilombos. Em contrapartida, nas zonas urbanas, embora ocorresse também situações de contato massivo, a maior influência da língua da elite urbana favoreceria a difusão das formas mais marcadas do subjuntivo sobretudo para os afrodescendentes, os chamados *crioulos*, particularmente os mestiços.

Com efeito, os afrodescendentes encontravam em Salvador maior abertura para a integração social do que as condições descritas na realidade do interior do Estado. Essa abertura era ainda maior para os mestiços: “O pardo que chegasse a reunir grande fortuna por meio de sua intelectual atividade ou comercial, dar-se-ia o luxo de casar com mulher branca e pobre.” (NASCIMENTO, 2007, p. 172). Esses e outros fatos levam a autora a concluir que, em Salvador, “raça e posição social não era um binômio integrado. Embora a ascensão social fosse mais fácil para os brancos, não era impossível para aqueles de cor. A mistura de raças fazia-se com grande fluidez.” (p. 242). Como consequência desse traço, pairava uma ausência de consciência de cor:

O pardo que adquirisse uma cor tão clara que pudesse passar por branco, deprezava de maneira convincente o seu anterior agrupamento de cor, passando a ser mais branco que os brancos. Com o crioulo que passasse por pardo, situações semelhantes ocorriam. (NASCIMENTO, 2007, p. 164).

Tal fato tem como consequência uma maior absorção dos mestiços no cenário social, conforme sinalizado por Lucchesi (2012, p. 57):

Muitos historiadores, como Kátia Mattoso (2003), têm destacado o fato de que, no Brasil, os escravos nascidos no Brasil, os chamados *crioulos*, integravam-se muito mais, no plano cultural e linguístico, do que os seus antepassados africanos; com destaque, nesse caso, para os mestiços, que eram muito numerosos, pois o intercuro sexual com as escravas era uma prática corrente dos senhores e capatazes.

Esta seria a razão de, no caso do português popular da Bahia, as variedades urbanas apresentarem o mesmo padrão de emprego do imperativo das variedades cultas, emprego do subjuntivo (*cante*). Essa variante, típica do centro urbano Salvador teria influenciado, via contato dialetal, os falares populares. Por tratar-se de uma variável linguística pouco sensível à estigmatização social, o traço foi adquirido de modo gradual e não marcado, em substituição às variedades morfologicamente menos marcadas advindas do interior do estado. Fatores adicionais ligados ao vetor da urbanização, a serem discutidos na seção 4.3, teriam consolidado as condições adicionais para a manutenção de uma oposição rural-urbano.

#### 4.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA BAHIA

Em nosso estudo quantitativo sobre a expressão do imperativo no português popular da Bahia, a urbanização mostrou-se fator preponderante na variação (cf. Capítulo 3), opondo a capital do estado, onde predominam variantes subjuntivas (*cante*), às demais comunidades, de caráter menos urbano, onde predominam as formas indicativas (*canta*). Por esta razão, fez-se necessário recuperar este processo, a fim de melhor compreender os efeitos apresentados.

Nesse intuito, discutimos a seguir, as definições de urbanização e do binômio rural-urbano, norteadores do nosso trabalho, bem como o processo de urbanização do Brasil e, na medida do possível, da Bahia e suas implicações linguísticas. Finalizamos a seção com as assunções desenvolvidas no âmbito da sociolinguística e as aproximações possíveis no que se refere à variação do imperativo observada no decurso desta tese.

### 4.3.1 O processo de urbanização e o binômio rural-urbano

O termo urbanização, sob uma perspectiva geográfica contemporânea, está intimamente relacionado ao surgimento das cidades e à consolidação do capitalismo, como sistema econômico, e da industrialização, como modo de produção. No entanto, já destacamos que a importância de tal processo para o desenvolvimento da sociedade é precedente às mudanças político-econômicas que marcaram a segunda metade do século XIX. Segundo Sposito (2001), a urbanização, compreendida como um processo que se concretiza nas cidades, marca os diversos períodos da história das sociedades.

É notória a expressividade do fato urbano pré-capitalista. São bons exemplos disto, tanto as cidades antigas localizadas na bacia do Mediterrâneo, quanto as orientais, todas essencialmente políticas. Podemos destacar inclusive o papel das "cidades" feudais, pois ainda que fossem pequenas e tivessem muitas vezes um caráter urbano discutível, pelo seu papel pouco político e muito mais religioso, estavam inseridas na economia feudal, e ao mesmo tempo em luta contra ela. (SPOSITO, 2001, p. 30).

No universo pós-capitalista, reúnem-se nas cidades os elementos que reconfiguram as relações econômicas, políticas e sociais de modo que a *urbe* passa a ser o 'centro' de gestão e controle da economia capitalista, subordinando até mesmo a produção agrícola que se dá no campo. (SPOSITO, 2001, p. 10). Tais mudanças se estruturam a partir da divisão social do trabalho e transformam as cidades em espaços de dominação não apenas do sistema produtivo, notadamente capitalista e industrial, mas também dos modos de vida e das relações sociais. Sposito (2001, p. 30), acerca da relação entre capitalismo e urbanização, arremata: "A cidade nunca fora um espaço tão importante, e nem a urbanização um processo tão expressivo e extenso a nível mundial, como a partir do capitalismo." Tal importância se revela desde a consolidação da cidade como centro administrativo e social, em sua fase mercantil pós-feudal, até sua transformação em centro produtivo, em uma fase em que figura o caráter industrial (LEFEBVRE, 2011 [1968], p. 12):

Nesses centros, prospera o artesanato, produção bem distinta da agricultura. As cidades apóiam as comunidades camponesas e a libertação dos camponeses, não sem se aproveitarem disso em seu próprio benefício. Em suma, são centros de vida social e política onde se acumulam não apenas as riquezas como também os conhecimentos, as técnicas e as obras (obras de arte, monumentos).

A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é o valor de troca.

Opõem-se, dessa forma, os espaços tradicionais da vida campestre e dos modos de vida ligados às atividades agrícolas às novas centralidades, as cidades. Nestas, configura-se o retrato da novidade, tanto do ponto de vista das relações econômicas – atividades mercantilistas e, mais tarde, industriais –, quanto das relações sociais – modos de ser e se relacionar com as pessoas, os produtos e até mesmo com o conhecimento.

Como podemos observar, no momento inaugural da urbanização, a separação entre o urbano e o rural apresenta alguns contornos bem definidos, embora não sejam negadas suas intersecções. Na atualidade, o aprimoramento das tecnologias aplicadas aos sistemas produtivos, a globalização e o avanço dos meios de comunicação tornam bastante complexa a tarefa de rotulação dos espaços.

No Brasil, oficialmente, a diferenciação entre rural e urbano é estabelecida por meio decreto Lei 311 de 1938, o qual define como urbanas as cidades (ou seja, as sedes dos municípios) e as vilas (sedes dos distritos), sendo o resto do território considerado rural. Ainda segundo o decreto, é responsabilidade das prefeituras definir legalmente as áreas incluídas no perímetro urbano. De acordo com essa simplória classificação, as sedes dos municípios de Santo Antônio de Jesus e Poções seriam tão urbanas quanto a capital do estado, Salvador, enquanto as demais comunidades observadas em nossa análise atenderiam à classificação de rurais.

Essa delimitação, adotada pelo IBGE, obviamente tem sido superada pelos estudos sócioespaciais, sendo fortemente rejeitada por sua motivação anacrônica e essencialmente político-administrativa. A visão dicotômica não dá conta da complexa relação estabelecida nos espaços sóciogeográficos da sociedade moderna, sobretudo tendo em vista o fenômeno da globalização e o extremado desenvolvimento e alcance dos meios de comunicação. Podemos dizer que a primeira grande superação no âmbito teórico é, portanto, a negação de uma oposição estanque entre rural e urbano<sup>102</sup>, sendo parcialmente aceita, em termos

---

<sup>102</sup> Análises geográficas debruçam-se sobre a comparação e diferenciação entre os binômios rural - urbano e campo x cidade. Para Biazzo (2008), o primeiro par constitui uma categoria fundada nas diferenças que dizem respeito aos espaços físicos; enquanto o segundo remete aos aspectos simbólicos e relações sociais. Há ainda distinções mais modernas que remetem aos termos ruralidade e urbanidade (CARNEIRO, 1998; RUA, 2006), as quais revelam contornos ainda mais complexos, vinculados às identidades sociais. Aqui, tendo em vista os limites teóricos e os objetivos do trabalho não nos aprofundaremos nesse tipo de discussão

metodológicos, na identificação de conjuntos empíricos de dados (BIAZZO, 2008), como por exemplos as nossas amostras de fala e outros recortes de estudos.

A visão dicotômica é prontamente substituída por uma compreensão de *continuum* – uma oposição de dois protótipos entre os quais se dispõem, gradualmente, os demais espaços. Nessa linha, dentre os traços essencialmente rurais, destacam-se a proeminência da atividade agrícola e o modo de vida essencialmente campestre.

Conforme salienta Sathler (2005, p. 82):

O crescimento das cidades, a industrialização da agricultura e o transbordamento do urbano nas áreas rurais, verificados em vastas regiões do mundo, no decorrer do século XX, sugerem que a transição entre os espaços rural e urbano deve ser entendida de acordo com a formulação teórica do espaço *continuum*. Nessa perspectiva, a polarização antagônica é substituída por um gradiente de variações espaciais.

Considerando os argumentos coletados de autores como Sposito (2001), a respeito da vinculação capitalista ao processo de urbanização, e de Henri Lefebvre (2011 [1968]), acerca do avanço do processo de urbanização sobre sociedades rurais, assumimos a leitura do binômio rural-urbano, que orienta tanto a disposição dos nossos *corpora* como a leitura dos dados, a partir da compreensão da urbanização como um processo que se consolida historicamente a partir da implantação do sistema de produção capitalista e da revolução industrial, afetando, de modo integrado, os processos produtivos, as relações humanas e, conseqüentemente, a configuração física e simbólica dos espaços socioambientais.

Não perdemos de vista também que a disposição dos espaços, mesmo em função de uma visão de *continuum*, não dicotômica, deve ser vista, nas manifestações mais contemporâneas, de modo relativo e não generalizante, conforme propõe Carneiro (1998), numa leitura que passa pela noção de representações sociais<sup>103</sup>.

---

epistemológica, mantemo-nos na compreensão das categorias urbano x rural enquanto possíveis categorias operativas e analíticas da realidade brasileira por nós recortada numa perspectiva sócio histórica.

<sup>103</sup> A noção de representações, tratada inicialmente por Durkeim no âmbito da sociologia, é, na atualidade, amplamente discutida no campo da psicologia social sob o rótulo de *teoria das representações sociais*, formulada pelo francês Serge Moscovici (1981). As representações seriam atos de pensamento a partir dos quais os sujeitos estabelecem relações com os objetos (pessoas, ideias, evento social ou natural.). Estes atos, enquanto construções sociais simbólicas das realidades são partilhados pelos grupos e passíveis de variação conforme o grupo, a cultura ou o tempo. Nas palavras do autor, constituem “[...] conceitos, proposições e explicações criados na vida cotidiana no decurso da comunicação interindividual. São o equivalente, na nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais, podem ainda ser vistas como uma versão contemporânea do senso comum.” (MOSCOVICI, 1981, p.181, tradução nossa). ([...] concepts, statements and explanations originating in daily life in the course of the myths and belief system in traditional societies; they might even be said to be the contemporary of common sense. (MOSCOVICI, 1981, p.181)).

O ritmo das mudanças nas relações sociais e de trabalho no campo transforma as noções de “urbano” e “rural” em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais que, em algumas regiões, não correspondem mais a realidades distintas cultural e socialmente. Torna-se cada vez mais difícil delimitar fronteiras claras entre as cidades e os pequenos vilarejos ou arraiais a partir de uma classificação sustentada em atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais. (CARNEIRO, 1998, p. 53).

[...] as noções de “rural” e de “urbano”, assim como a de “ruralidade” e a dualidade que lhes é intrínseca são representações sociais que expressam visões de mundo e valores distintos de acordo com o universo simbólico ao qual estão referidas, estando, portanto, sujeitas a reelaborações e a apropriações diversas. (CARNEIRO, 1998, p. 60).

É preciso, portanto, situar local e temporalmente as noções de rural e urbano, atentando para as diferenças que muitas vezes revelam a atuação de diversas escalas. Assim, a própria produção agrícola não pode ser tomada como requisito exclusivo para a definição do espaço rural, tendo em vista a crescente dedicação de pequenos agricultores a pluriatividades<sup>104</sup> e o desaparecimento do agricultor em tempo integral (CARNEIRO, 1998). Do mesmo modo, a vocação industrial dos centros urbanos, muitas vezes se desdobra em função de atividades não diretamente industriais, ou se transpõe para espaços além dos limites territoriais das cidades, a *urbanização extensiva* (MONT-MOR, 2006).

A explosão se dá sobre o espaço circundante, com a extensão do tecido urbano, forma e processo sócio-espacial que carrega consigo as condições de produção antes restritas às cidades estendendo-as ao espaço regional imediato e, eventualmente, ao campo longínquo conforme as demandas da produção (e reprodução coletiva) assim o exijam. O tecido urbano sintetiza, assim, o processo de expansão do fenômeno urbano que resulta da cidade sobre o campo e, virtualmente, sobre o espaço regional e nacional como um todo. (MONT-MOR, 2006, p. 6).

Para Satlher (2005, p. 7), “A expansão do tecido urbano sobre as áreas rurais e o crescimento do número de pessoas ocupadas em atividades consideradas até então como exclusivamente urbanas indicam a existência de um novo paradigma socioespacial no Brasil.”. Tal reconfiguração tem conduzido uma leitura contemporânea que defende os conceitos de urbanidades e ruralidades, numa tentativa de recobrir a interdependência,

<sup>104</sup> A pluriatividade é definida por Schneider (2003, p. 91-92) como um fenômeno em que indivíduos das famílias de agricultores que vivem no meio rural desempenham atividades não-agrícolas, mantendo a residência no campo e uma vinculação, inclusive produtiva, com a agricultura e o modo de vida no espaço rural.

pluralidade e heterogeneidade dos espaços e de suas relações (CARNEIRO, 1998; RUA, 2006).

Da tentativa de definição da compreensão da urbanização e suas categorias, concluímos que, mais importante que classificar os espaços em rurais ou urbanos, dicotomia historicamente importante, mas aparentemente improcedente para cenário contemporâneo, é entender como esses arranjos se constituem historicamente e se articulam e interinfluenciam, exercendo efeitos nos indivíduos e em suas representações sociais de modo dinâmico. Em nosso caso específico, no que diz respeito ao efeito exercido nos cenários sociolinguísticos por nós observados e sua influência nas variações linguísticas. A fim de tocar essas questões, partimos, na seção 4.3.2 da retomada do processo de urbanização brasileira, e mais detidamente da Bahia, e sua repercussão no plano linguístico.

#### **4.3.2 A urbanização brasileira e seus desdobramentos na Bahia**

Como visto na seção 4.2, por ocasião da descrição do povoamento da Bahia, a ocupação do Brasil inicia-se com base nas atividades de exploração e defesa da terra, de modo que as primeiras concentrações populacionais se desenvolvem a partir da fixação de portugueses na costa baiana com funções político-administrativas e de escoamento dos produtos extraídos da terra. Mais tarde assentam-se povoações em pontos do interior destinados à produção agrícola, pecuária e extração de minérios.

No Brasil, durante o século XVI, foram fundadas 18 cidades, segundo os dados levantados por Nestor Goulart Reis Filho em seu livro *Evolução urbana no Brasil*, tendo esse número aumentado para 28 no século XVII. Para citar um exemplo, podemos destacar a cidade de Salvador da Bahia de Todos os Santos (atualmente, apenas Salvador), a qual foi fundada em 1549, e em 1583, quando Fernão Cardim percorria a costa brasileira, já tinha uma população considerável para a época: três mil portugueses, oito mil índios cristãos e três ou quatro mil escravos. As cidades coloniais tinham apenas um caráter político-administrativo, militar-defensivo e de recepção e escoamento de mercadorias. (SPOSITO, 2001, p. 40).

O processo progressivo de urbanização, que se inicia de modo tardio no Brasil, é tratado por Milton Santos em sua clássica síntese *A urbanização brasileira*, publicada originalmente em 1993. Nossa observação parte da recuperação dos aspectos principais apontados pelo autor, com destaque para a situação da Bahia no processo de urbanização. Contribuições importantes são acrescentadas a partir de outros autores, dentre os quais Sérgio Buarque de Holanda em sua obra, também clássica, *Raízes do Brasil* de 1963.

Numa tentativa de retomar os primórdios da urbanização brasileira, Santos (2009 [1993]) fundamenta-se nas três fases apontadas por Nestor Gular Reis Filho (1968), descrevendo um processo que vai de 1530 a 1720, quando são fundadas em torno de 70 vilas e cidades, conforme Tabela 32, reproduzida a seguir.

Tabela 32 – Vilas e cidades (criadas)

	<i>Século XVI</i>	<i>Século XVII</i>	<i>Século XVIII até 1720</i>
Rio Grande do Norte	1		
Paraíba	1		
Pernambuco	2	1	1
Sergipe	1	2	
Bahia	4	5	1
Espírito Santo	2	1	
Rio de Janeiro (e Guanabara)	1	6	
São Paulo	6	10	1
Pará		4	
Maranhão		2	1
Alagoas		3	
Paraná		2	
Santa Catarina		1	1
Piauí			1
Ceará			1
Minas Gerais			8

Fonte: Reis Filho (1968) apud Santos (2009 [1993], p. 21)

Esta etapa corresponde ao que observamos na seção anterior como processo pré-capitalista de fundação de cidades, muito mais ligado à constituição dos centros administrativos do que à efetiva centralidade das cidades na reestruturação socioespacial e econômica. Os centros urbanos coloniais funcionavam muito mais como uma base administrativa, de ocupação intermitente, conforme assinala Holanda (2013 [1963], p. 90):

No Brasil colonial, entretanto, as terras dedicadas à lavoura eram a morada oficial dos grandes. Só afluíam eles aos centros urbanos a fim de assistirem aos festejos e solenidades. Nas cidades apenas residiam alguns funcionários da administração, oficiais mecânicos e mercadores em geral.

Tal situação, que se estende até o segundo século da colonização, caracteriza todo o território. No que se refere especificamente à Bahia, nosso universo de observação e centro administrativo do país durante o período colonial, o autor destaca, com base em Capistrano de Abreu, a sazonalidade da ocupação da cidade: “Na Bahia [...] as casas, fechadas quase todo ano, só se enchiam com as festas públicas. ‘A cidade’[...] ‘saía’ da vida sorna muito poucas

vezes ao ano” (HOLANDA, 2013 [1963], p. 90). A Salvador do século XVI é descrita, como base em relatos do período, como uma “[...] cidade esquisita, de casas sem moradores, pois os proprietários passavam o mais tempo em suas roças rurais [...]”. (HOLANDA, 2013 [1963], p. 90).

Somente a partir do século XVIII a configuração populacional começa a alterar-se, com a concentração cada vez mais crescente de indivíduos nos centros urbanos. Salvador contabiliza, a partir do período, mais de 100 mil habitantes, ao lado das cidades do Rio de Janeiro e Recife, que também registram índices acima de 100 mil em 1872. Mesmo em face ao crescimento da concentração de indivíduos nas cidades, ainda predomina o caráter eminentemente rural da distribuição populacional, cerca de 94,1% (SANTOS, 2009 [1993], p. 21).

Face à dificuldade de se definir com rigor os contingentes populacionais, os dados demográficos apresentados são tomados com cautela, conforme as observações de Santos (2009 [1993]), de modo que recorreremos à análise subjetiva de Sérgio Buarque de Holanda (2013 [1963], p. 91), a partir da qual é reforçado o caráter rural de nossa sociedade.

[...] ainda durante a segunda metade do século XVIII persistia bem nítido o estado de coisas que caracteriza a nossa vida colonial desde os seus primeiros tempos. A pujança dos domínios rurais, comparada à mesquinhez urbana, representa fenômeno que se instalou aqui com os colonos portugueses, desde que se fixaram à terra.

Com efeito, a concentração rural da nossa distribuição demográfica só se altera a partir da segunda metade do século XIX, quando a população urbana atinge mais de 30% do contingente total, chegando, a partir da década de 1970, à superação da população rural, tendência que se mantém nos períodos subsequentes.

Do ponto de vista social, Bortoni-Ricardo (2011) demarca dois momentos. O primeiro, ainda sem o incremento da industrialização e também identificado como a “difusão do modo de vida burguês ocidental eminente urbano”, correspondente ao início do século XIX e é caracterizado pela assimilação, principalmente no Rio de Janeiro, de uma cultura claramente diferenciada da cultura popular do interior. Nessa etapa da urbanização, há que se destacar, conforme demarca Santos (2009 [1993]), o caráter heterogêneo do processo no território nacional:

O Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte

por suas relações com o mundo exterior. Havia, sem dúvida, para cada um desses subespaços, pólos dinâmicos internos. Estes, porém, tinham entre si escassa relação, não sendo interdependentes. (SANTOS, 2009 [1993], p. 29).

A segunda fase, a partir de 1940, já acontece sob o efeito da industrialização. Tal processo impulsionou, em parte do país, a reorganização do espaço social, por meio da implantação de estradas de ferro e rodovias, criação de meios de comunicação e o êxodo rural de massas da população. Tais mudanças tornaram mais fluidas as relações produtivas do capitalismo e conseqüentemente a urbanização, ainda que se mantivessem particularidades do processo conforme região observada.

#### *4.3.2.1 Desdobramentos da urbanização no território baiano*

Tomando o quadro geral do Brasil e a heterogeneidade da urbanização brasileira, ressaltamos os processos que marcam a urbanização na região da Bahia, notadamente uma região de destaque na constituição do tecido urbano brasileiro, conforme evidente nas palavras de Santos (2009 [1993], p. 19):

O recôncavo da Bahia e a Zona da mata do nordeste ensaiaram, antes do restante do território, um processo então notável de urbanização e, de Salvador, pode-se mesmo dizer que comandou a primeira rede urbana das Américas, formada, junto com a capital baiana, por Cachoeira, Santo Amaro e Nazaré, centros de culturas comerciais promissoras no estuário dos rios do Recôncavo.

Embora só seja possível falar de um processo de urbanização no sentido mais estrito a partir da década de 40, na Bahia, a cultura da cana de açúcar a partir do século XVII, motivou a consolidação de pequenos centros nos territórios da Zona da Mata e do Recôncavo baiano. Esses espaços produtores, ao lado de Salvador, que funcionava a essa altura como importante centro regional e porto de escoamento da produção, conformava uma importante rede urbana.

Conforme já destacado na subseção 4.2.2, o processo de interiorização da ocupação da Bahia motivou a fundação de vilas e cidades. Magalhães (2012) apresenta um retrato do período que antecede o efetivo processo de urbanização do estado:

Assim, pode-se reconhecer que outra grande fase do desenvolvimento dos assentamentos baianos corresponde à segunda expansão do sistema colonial português, que ocorreu por volta de 1700 a 1822, sendo essa última data relativa ao término do domínio monárquico português. No final desse período colonial, o sistema urbano baiano se limitava a 28 vilas no litoral e

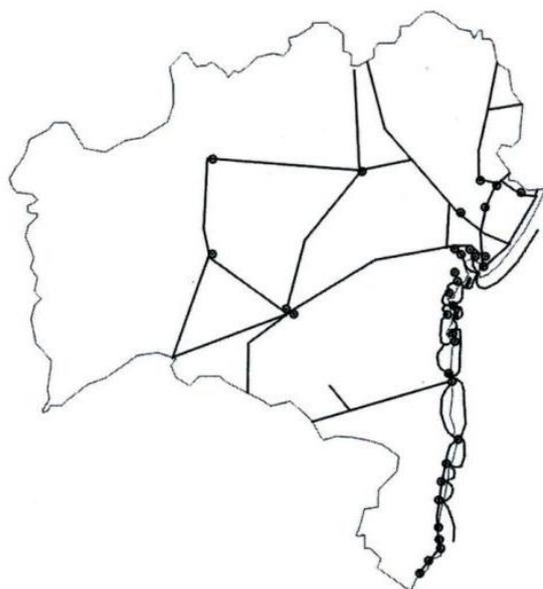
12 vilas no interior. Evidentemente, havia uma concentração maior das vilas no Recôncavo que, como região de influência, muito se ampliou devido a sua grande área de penetração. Além destes pequenos núcleos que tinham autonomia administrativa, surgiram também pequenos assentamentos rurais que se dispersavam pelo interior da Bahia, cuja importância é considerável para a ampliação futura da rede urbana. (MAGALHÃES, 2012, p. 21).

De acordo com dados da SEI (2001), o território do estado chega ao fim do século XIX com um total de 98 municípios, muitos deles formados a partir da junção ou desmembramentos de vilas e outros tipos de emancipações. É o caso, por exemplo, da vila do Senhor do Bonfim das Velhas, atualmente integrante do município de Jiquiriçá, e Nossa Senhora de Nazaré da Pedra Branca, atual Santa Terezinha. Registra-se também no período, conforme já discutido na subseção 4.2.2, o adensamento urbano na região da Chapada Diamantina, desencadeada pela descoberta de ouro na região de Jacobina, e do sertão, a partir do desenvolvimento da pecuária.

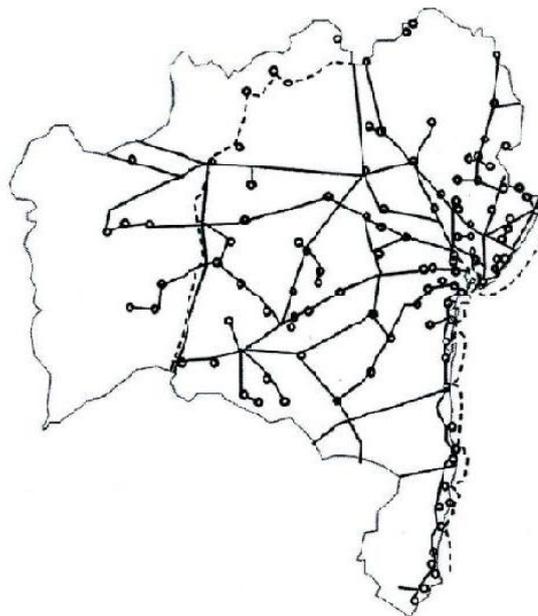
Ao fim do século XIX, a rede urbana baiana já evidenciava considerável complexidade, compondo o cenário já muito próximo do território atual, conforme aponta o mapa da Figura 27 abaixo, acerca da evolução da rede urbana da Bahia.

Figura 27 – Crescimento da rede urbana da Bahia

a) Situação em 1800



b) Situação em 1900



Legenda:  
 Vilas e cidades segundo o período de formação  
 • vila/cidade formada em 1800  
 ◦ vila/cidade formada em 1900

Tipo de transporte  
 - - - - Navegação  
 ——— Terrestre

Fonte: Leão (1994), apud Magalhães (2012, p. 25)

A Bahia termina o século XIX com a consolidação de um grande centro urbano – Salvador –, onde se concentravam atividades comerciais e para onde convergiam as relações comerciais da metrópole e de todo o estado (SANTOS, 2013). A estruturação urbana da cidade, no entanto, só se implementa a partir da segunda metade do século XX. Ao lado do centro, a rede urbana baiana, nesse período, é dividida em três macrorregiões, conforme Quadro 21, organizado a partir de Porto (2003):

Quadro 21 – Macrorregiões econômicas do estado da Bahia no início do século XX

Região	Atividade econômica base	Municípios
Recôncavo	Plantação de cana de açúcar e fumo em fase final; Introdução de um processo incipiente de industrialização	Cachoeira, São Félix, Maragogipe e seus arredores
Entorno de Ilhéus	Plantações de cacau, mandioca e café, aguardente	Valença, Camamu, Itacaré, Ilhéus, Canavieiras, Belmonte, Porto Seguro e Mucuri
Microrregiões tênues do entorno de Vitória da Conquista	Atividades como pecuária, mineração, e plantações de subsistência	de Vitória da Conquista, Caetité, Lençóis, Jacobina, Barra e Juazeiro,

Fonte: dados coletados de Porto (2003, p. 16)

Sobre os fatores que motivam a tessitura da rede urbana da Bahia a partir da segunda metade do século XX, Silva (1988), numa tentativa de descrever a dinâmica do processo de urbanização, procede a uma análise que se desdobra em duas vertentes, a urbanização do estado como um todo e da região metropolitana, em particular. Os fatores internos e externos responsáveis pela dinamização a partir de 1940 são sistematizados pelo autor no Quadro 22, reproduzido abaixo.

Quadro 22 – Elementos componentes da dinâmica da urbanização/metropolização no estado da Bahia

Planos analíticos Níveis (dimensões) espaciais	PLANO EXTERNO	PLANO INTERNO
Nível estadual	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mudança na estrutura e no relacionamento da economia nacional em um contexto interacional;</li> <li>• Mudança no sistema de transporte a nível nacional, em termos de estrutura de rede;</li> <li>• Mudança no papel exercido pelas cidades, em termos sistêmicos;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mudança no relacionamento da economia estadual e de sua estrutura econômica;</li> <li>• Expansão e retração de economias sub-regionais e urbanas;</li> <li>• Mudança nas funções urbanas;</li> </ul>
Nível metropolitano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Necessidade de uma desconcentração da economia nacional exigindo um vigoroso papel do setor público em determinadas áreas;</li> <li>• Necessidade de integração da economia nacional, exigindo uma adequação do sistema de transporte e comunicações em regiões específicas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dinamismo das atividades econômicas metropolitanas, sobretudo industriais;</li> <li>• Reorganização de áreas urbanas e implantação de novos eixos de expansão metropolitana.</li> </ul>

Fonte: Silva (1988, p. 32)

O quadro elenca, entre os fatores motivadores desenvolvimento urbano do estado, mudanças relacionadas às transformações do sistema produtivo nacional que culminaram em reorganizações espaciais, econômicas e sociais que afetaram direta e indiretamente o desenvolvimento urbano da Bahia. Tais mudanças reverberam ainda em transformações na dinâmica interna de consequências muito marcadas.

Assim, o século XX é marcado pela passagem de um estágio econômico fundado no setor primário agroexportador a um sistema terciário urbano-industrial. Tal modificação, embora tenha favorecido de modo mais direto o desenvolvimento da região Sudeste como centro econômico e político do país, motivou o estabelecimento de relações centro-periferia com o estado da Bahia. Daí emergem, com a intervenção de políticas estatais, a construção de ferrovias e rodovias e o fortalecimento de funções hierarquicamente definidas de suporte ao novo arranjo produtivo.

[...] entre 1940 e 1960, a interiorização da população e a ocupação de novas áreas levaram ao aumento no número de centros urbanos de pequeno e médio portes e, conseqüentemente, de sua população - período que coincide com a consolidação da rede de cidades baianas. A intensificação do processo migratório no estado se deu em consonância com o estabelecimento da indústria de bens intermediários na Bahia, no período de 1950 a 1970. Neste contexto, as transferências de população deixaram de ser, predominantemente, do tipo campo-cidade (que marcaram o período anterior) intensificando-se ao tipo cidade-cidade. (MAGALHÃES, 2012, p. 27).

Silva (1988), com base em dados dos anuários estatístico do IBGE, demonstra a evolução do sistema rodoviário da Bahia, o qual passa de 11.739 km em 1937 para 133.953km, em 1986, num crescimento acima de 1000% em quase 50 anos. Essa modernização da estrutura do estado, no entanto, é caracterizada, no plano interno, por um desenvolvimento desigual das sub-regiões com estímulo do crescimento de algumas cidades, em detrimento de outras, relegadas em alguns casos à inanição econômica.

As grandes vias de integração nacional beneficiando sub-regiões e cidades aparecem como as mais importantes e é ao longo destas vias que se localizam, em geral, as localidades com maiores índices de crescimento (Feira de Santana, Vitória da Conquista, Itabuna, Eunápolis, Itamaraju, Barreiras, etc.). Os espaços "vazios" e os trechos com pequenos fluxos correspondem às áreas mais fracamente urbanizadas no Estado e com pequeno dinamismo. (SILVA, 1988, p. 36).

No nível metropolitano, as mudanças já apontadas em escala geral para o estado alcançaram relevante efeito. Segundo Silva (1988, p. 37), “esta região é o principal *locus* do processo recente de industrialização estadual, setor responsável pelas mudanças estruturais da economia baiana e pelo redirecionamento de suas relações.” Isso se traduz sobremaneira numa alteração do perfil da economia do estado com a implantação de dispositivos industriais que estimulam o desenvolvimento da região, tais como a Refinaria Landulfo Alves (RLAM)

seguida do Centro Industrial de Aratu (CIA), em 1967, e o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), em 1975.

Como resultado dos processos descritos por Silva (1988), temos, atualmente, uma rede baiana caracterizada por um reduzido número de capitais regionais, cuja localização desigual revela o desequilíbrio e grau de dependência dos municípios em relação à capital do estado e a cidades fora dos limites baianos. Tal desequilíbrio atinge os diversos âmbitos sociais, conforme ilustra Porto (2003):

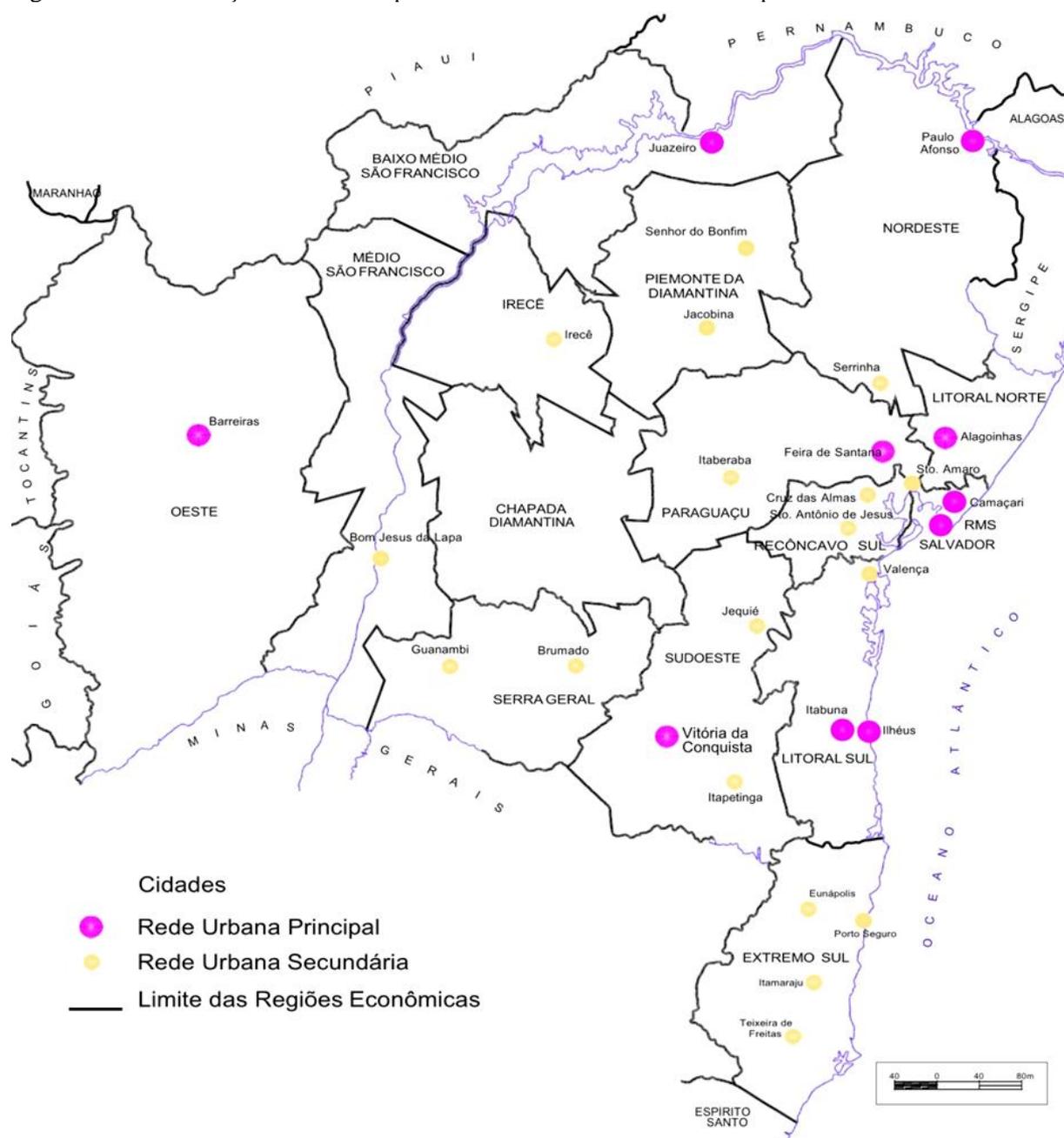
A rede urbana principal da Bahia é composta de cerca de 28 cidades que concentram mais de 80% dos fluxos econômicos e sociais do Estado. [...] Estas cidades representam quase 50% da população estadual, são responsáveis por quase 100% das matrículas nos cursos universitários, 84% dos médicos, 70% dos dentistas, todas as emissoras de TV, 70% das rádios licenciadas da Bahia. (PORTO, 2003, p. 14)<sup>105</sup>.

As análises da rede urbana da Bahia alteram-se conforme a metodologia empregada. O SEI (1997) nos fornece uma visão geral em função da distribuição hierárquica das 28 cidades citadas por Porto (2003) em uma rede principal e uma rede secundária. A disposição das principais cidades baianas segue representada na Figura 28:

---

<sup>105</sup> Formam o estado da Bahia um conjunto de 417 municípios (IBGE), distribuídos em 7 mesorregiões: Extremo sul, Vale do São Francisco, Centro-Norte, Centro-sul, Nordeste, Sul e região Metropolitana de Salvador.

Figura 28 – Localização das cidades pertencentes à Rede Urbana “Principal” e “Secundária” da Bahia



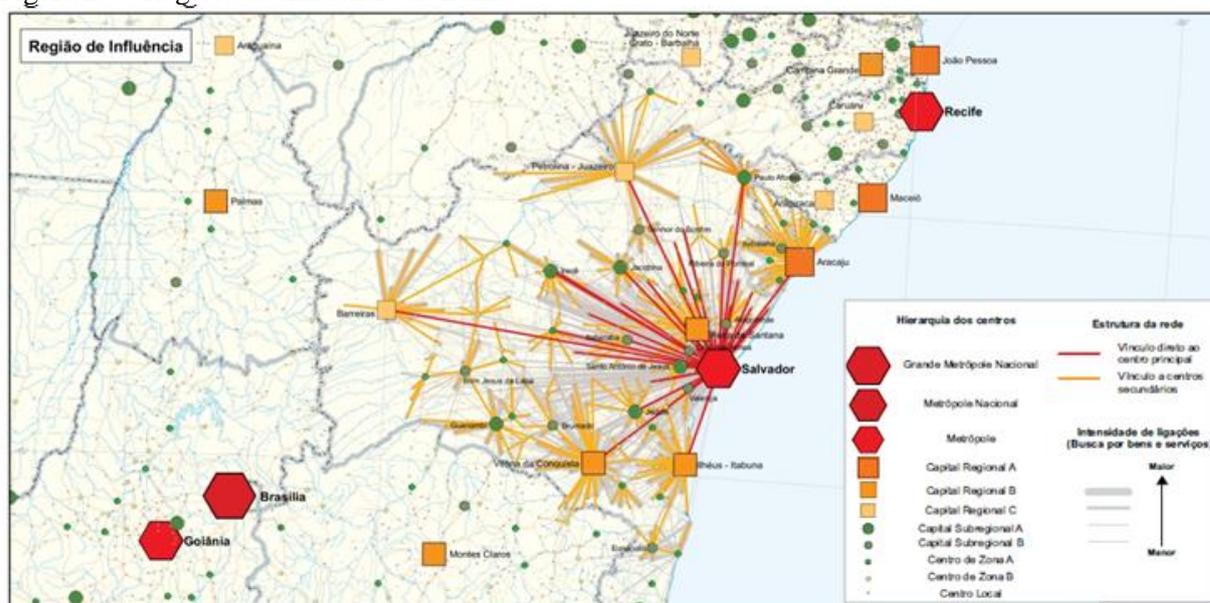
Fonte: Magalhães (2012, p. 29)

No mapa da Figura 28, podemos situar as comunidades por nós estudadas. Salvador, metrópole nacional e principal componente da rede urbana principal do estado, e Santo Antônio de Jesus, representante, no Recôncavo Sul, da rede secundária. O município de Poções, segundo classificação da Região de Influência das cidades (IBGE, 2008), faz parte da

zona de influência de Vitória da Conquista e é classificado como um centro de zona<sup>106</sup>, estando acima apenas dos centros locais, último nível da hierarquia de urbanização.

Sobre as influências exercidas por essas regiões na tessitura urbana, o mapa da Figura 29 torna evidente a atuação de Salvador como grande centro de influência do estado.

Figura 29 – Regiões de influência da Bahia



Fonte: Adaptado de IBGE (2008, p. 93)

Conforme observação do mapa, exibido na Figura 29, a força da influência de Salvador nos demais municípios do estado parece diminuir nas direções oeste e extremo sul da Bahia. Estabelecendo uma relação com a situação linguística das comunidades por nós observadas, podemos pensar em tal quadro como uma possível explicação complementar para a distribuição do imperativo. As comunidades mais rurais, mais afastadas da influência de Salvador, mantiveram de modo mais expressivo o emprego das variantes menos marcadas do indicativo (*canta*).

O argumento pode ser aplicado também para justificar a situação das comunidades de Santo Antônio de Jesus e Sapé, nas quais a influência da variante subjuntiva (*cante*), embora não tenha sobrelevado a forma indicativa (*canta*), apresentou índices maiores que as demais comunidades rurais (cf. Capítulo 3). A proximidade dessas comunidades do centro metropolitano do estado e a recepção direta de suas influências favorecem (cf. Figura 29) a incorporação das variantes de subjuntivo típicas de Salvador. Ademais, no nível da análise

<sup>106</sup> Os centros de zona compõem um nível formado por 556 cidades de porte menor, cuja atuação se restringe à sua área imediata. (IBGE, 2008).

probabilística, a variável localidade (sede ou zona rural) foi selecionada como condicionamento favorecedor do uso daquelas formas.

Considerando a possível influência de Salvador no estado, cabem aqui algumas considerações sobre sua estruturação urbana. Reiteramos que a região, no que tange o emprego do imperativo, apresentou o contraste linguístico mais expressivo em relação às demais comunidades.

Da observação da urbanização soteropolitana, destacamos a reconfiguração espaço social urbano (cf. Quadro 23) que o processo desencadeou, alterando a relação entre os ambientes físicos e produzindo, ao longo do tempo, o desenvolvimento de novas centralidades<sup>107</sup>.

Quadro 23 – Estruturação e reestruturação urbana de Salvador

PRIMEIRA REESTRUTURAÇÃO URBANA (SEC. XIX)	2ª REESTRUTURAÇÃO DA REDE URBANA (SÉC. XX)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Centro Tradicional: centro histórico de Salvador e imediações</li> <li>• Subcentros: Calçada e Liberdade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Região do Iguatemi</li> <li>• Barra</li> <li>• Brotas</li> <li>• São Cristóvão</li> <li>• Paripe</li> <li>• Periperi</li> <li>• São Caetano</li> <li>• Subúrbio ferroviário</li> <li>• Itapuã</li> <li>• Miolo central</li> </ul> <div style="display: inline-block; vertical-align: middle; margin-left: 20px;"> <span style="font-size: 2em;">{</span> <ul style="list-style-type: none"> <li><i>Cajazeiras</i></li> <li>Cabula</li> <li>Marechal Rodon</li> </ul> </div>

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados de Santos (2013)

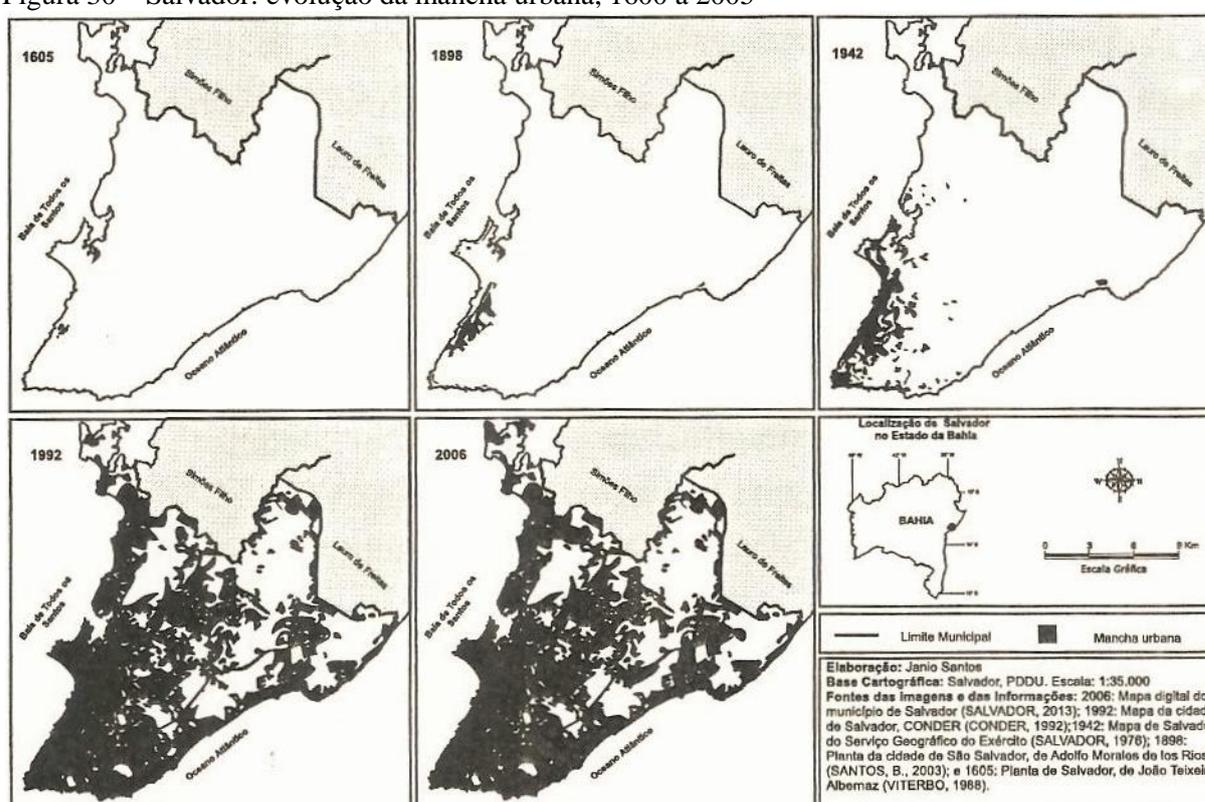
Do quadro, destacamos o fato de que, com o passar do tempo, o Centro Tradicional perdeu o caráter residencial, voltando-se apenas para algumas residências de classes baixas. Os subcentros da Calçada e Liberdade, consolidados a partir da década de 40, com o crescimento populacional, passaram a dividir espaço com novas centralidades<sup>108</sup>.

<sup>107</sup> As centralidades são tratadas por Santos (2013) como os espaços urbanos que concentram as atividades de comércio e serviços. São, portanto, locais de ampla circulação de indivíduos, espaços de convergência populacional.

<sup>108</sup> As novas expressões das centralidades são definidas por Santos (2013) como áreas de concentração de bens e serviços, representando centros e subcentros importantes para a cidade.

A população de Salvador, com crescimento destacável na década de 50 (417.235 habitantes, contra 290.443 da década anterior) distribuiu-se, ao longo do tempo, em dois vetores, cuja orientação social é sobressalente. O primeiro, na orla atlântica (sul-sudeste), ocupado em geral pelas classes média e alta, adensados a partir da especulação e investimento do capital imobiliário. O segundo, no sentido norte, onde se concentram as habitações populares, ocupado de modo desordenado, com infraestrutura urbana precária e “condições limitadas de reprodução de vida”. (SANTOS, 2013, p. 92). A evolução da mancha urbana de Salvador é ilustrada na Figura 30:

Figura 30 – Salvador: evolução da mancha urbana, 1600 a 2005



Fonte: Santos (2013, p. 87)

Ao lado do crescimento populacional, a criação de novas centralidades e vias de interconexão da cidade favoreceram a expansão do território, mas também contribuíram para o aprofundamento de problemas sociais, dentre os quais a carência de infraestrutura e as desigualdades sociais do espaço urbano.

A construção da rede urbana da Bahia passa por transformações históricas que lhe conferem um caráter complexo e diverso. Em parte, isso é resultado da extensão do território e do sistema de gestão, que prioriza algumas regiões em detrimento de outras. O mesmo se pode dizer de Salvador, uma das principais cidades do país e polo central de sua região, cuja

recente reestruturação urbana condicionou um crescimento desigual e a tessitura de espaços ilegítimos de superocupados. Em linhas gerais, a integração da rede urbana ainda carece de dinamismo e é marcada por um sistema de hierarquização, com regiões mais autônomas em detrimento de outras.

A partir da realidade apresentada, podemos inferir que o caráter desigual que se manifesta na expressão das variantes do imperativo tem relação com a maneira, também desigual como se processou a urbanização do estado. Ou seja, a falta de uma rede dinâmica de interconexão dos municípios e a centralização de recursos e desenvolvimento social em uma parcela muito pequena das cidades baianas favoreceria a manutenção de traços dialetais mais rurais nas pequenas cidades.

Postos esses aspectos gerais da urbanização baiana, trataremos na subseção 4.3.3, dos efeitos da urbanização no plano linguístico, numa tentativa de embasar a reflexão acerca dessa influência nas comunidades baianas por nós estudadas no que tange os usos do imperativo.

#### **4.3.3 Efeitos sociolinguísticos da urbanização**

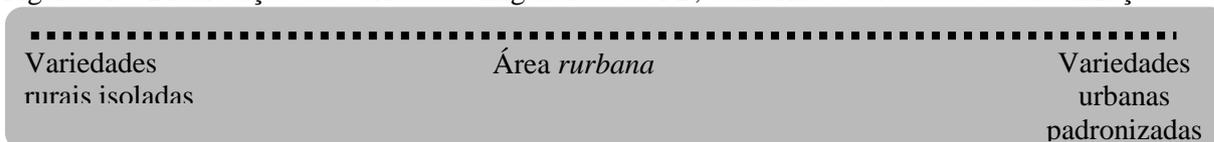
O efeito dos arranjos rurais e urbanos nos processos de variação e mudança linguística tem sido, ainda que de maneira superficial, sinalizados pelos estudos sobre a língua. De acordo com Bortoni-Ricardo (2011, p. 12), “Os dialetólogos tradicionais tinham consciência da relação rural– urbano, ainda que tendessem a lamentar ‘a destruição’ dos falares rurais pela cidade.”. No que se refere particularmente ao Brasil, a importância da urbanização na constituição do português brasileiro tem sido apontada, principalmente, por pesquisadores como Bortoni-Ricardo (2006, 2011) e Lucchesi (2015):

A transformação de dialetos rurais em variedades urbanas não padrão – à qual nos referimos como ‘urbanização de dialetos rurais’ – está no âmago dos processos de mudança linguística e padronização da língua no Brasil.” (BORTONI-RICARDO, 2001, p. 12).

A urbanização do Brasil se deu basicamente através do maciço deslocamento da população rural para as grandes cidades. Esse êxodo rural trouxe para o perímetro urbano as variedades de português alteradas pelo contato entre línguas que se espalharam por todas as regiões do interior do país. (LUCCHESI, 2015, p. 146).

Bortoni-Ricardo (2011), a partir da noção de *continuum* de urbanização, defende o argumento de que as variedades linguísticas brasileiras estão dispostas em um gradiente de variedades que se diferenciam conforme o grau de isolamento e estigmatização que carregam. A visão da autora é sintetizada na Figura 31.

Figura 31 – Distribuição das variedades linguísticas do PB, conforme o *continuum* de urbanização



Fonte: Bortoni-Ricardo (2006, p. 52).

No polo extremo esquerdo do *continuum*, estão as variedades rurais do português, usadas pelas comunidades isoladas e altamente estigmatizadas do ponto de vista social. Estariam próximas a esse grupo as variedades não padrão usadas por falantes de classe mais baixa, não alfabetizadas ou semialfabetizadas, de ascendência rural ou moradores de áreas rurais atingidas pela modernização tecnológica. No extremo direito do *continuum*, estariam as variedades urbanas padrão de classes mais prestigiadas.

Lucchesi (2015) recupera o *continuum* e considera a seguinte disposição para a análise do português popular brasileiro (cf. Figura 32):

Figura 32 – *Continuum* de variedades potenciais da norma popular brasileira no eixo rural-urbano

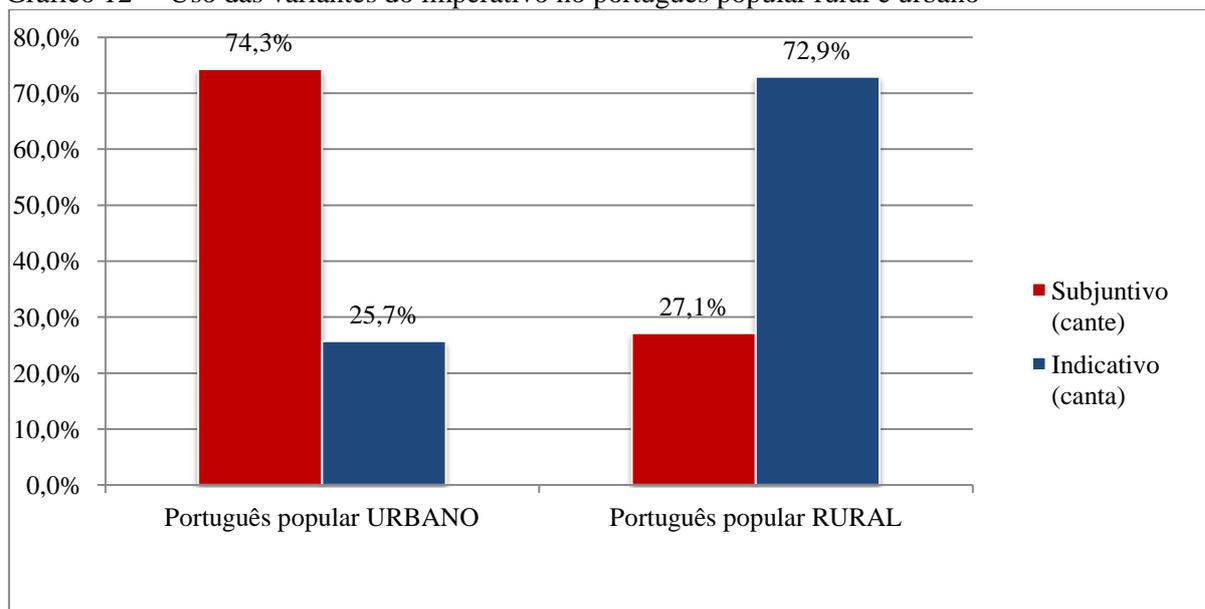
<b>português afro-brasileiro</b>
<b>português popular rural</b>
<b>português popular rurbano do interior</b>
<b>português popular urbano do interior</b>
<b>português popular rurbano das grandes cidades</b>
<b>português popular urbano das grandes cidades</b>

Fonte: Lucchesi (2015, p. 218)

Considerando o binômio rural-urbano, o autor propõe uma estratificação que parte das variedades isoladas afro-brasileiras e assume níveis mais detalhados, distinguindo, no eixo urbano, as pequenas e as grandes cidades. Podemos pensar que a análise traçada desse modo leva em conta a complexidade da oposição rural urbano (cf. Gráfico 12), sendo mais adequada ao tratamento do português popular do extenso território baiano. Ademais tal disposição leva em conta o efeito do contato entre línguas.

Os efeitos linguísticos da urbanização apresentados por Lucchesi (2015) e Bortoni-Ricardo (2011) trazem a lume aspectos importantes para a compressão da dialeção do modo imperativo na Bahia, quais sejam a distribuição dos diferentes padrões no eixo rural-urbano e seu processo de constituição histórica. Conforme visto nos dados da análise quantitativa, reiterados aqui no Gráfico 12, o emprego do imperativo no português popular da Bahia opõe as variedades rurais e urbanas do estado.

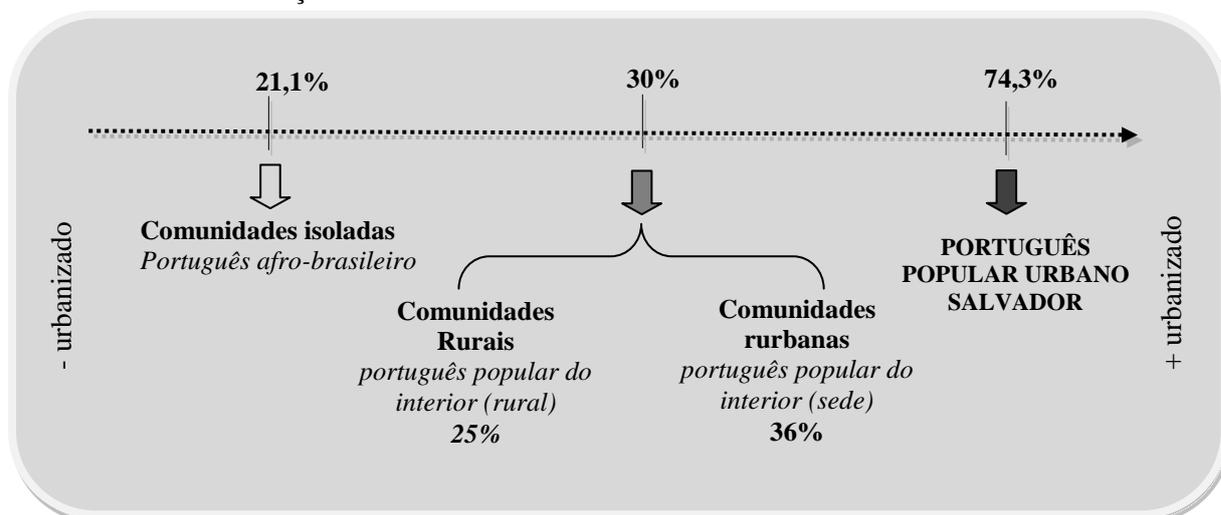
Gráfico 12 – Uso das variantes do imperativo no português popular rural e urbano



Fonte: Elaborado pela autora

Pormenorizando os resultados e correlacionando com a disposição de *continuum* discutida anteriormente, temos a disposição apresentada na Figura 33.

Figura 33 – Distribuição da variante imperativa do subjuntivo (*cante*), conforme o *continuum* de urbanização



A distribuição geral dos dados e o detalhamento apresentado na Figura 33 conduzem à conclusão de que, para o modo imperativo, não se processa um resultado *continuum*, tal como acontece, por exemplo, com fenômenos como a concordância nominal e verbal. Mais expressivo que um incremento gradual das formas subjuntivas, acontece uma oposição dos padrões empregados entre as variedades rurais e urbanas. Assim, o que temos, conforme apresentado na Figura 22, no início deste capítulo, é uma distribuição que se configura em termos de uma oposição. As comunidades isoladas, mais distantes do efeito das normas urbanas cultas, mantiveram um padrão de emprego do imperativo associado ao indicativo, ao passo que a norma popular de Salvador, manteve o emprego subjuntivo, típico da norma urbana culta dessa região (cf. SAMPAIO, 2001). O mesmo ocorre entre as comunidades do interior, Santo Antônio de Jesus e Poções, onde se manteve a variedade rural, indicativa (*canta*).

Cabe reiterar, a maior abertura à influência da capital nas sedes dos municípios. Esse efeito foi mais marcante no município de Santo Antônio de Jesus, situação que creditamos, conforme já discutido por ocasião da análise dos resultados, ao maior índice de urbanização e proximidade da capital.

Sobre a oposição da norma popular de Salvador em relação aos falares rurais, recorreremos às considerações de Bortoni-Ricardo (2011), segundo a qual a modernização dos centros urbano a partir do século XX e adoção de um modo burguês de vida reconfiguram as relações campo-cidade de modo a favorecer a diferenciação e hierarquização entre esses dois espaços. Nas palavras de Bortoni-Ricardo (2011):

Distanciou-se a civilização urbana diretamente influenciada pelos costumes europeus da civilização rústica. As cidades assumiram uma posição de clara superioridade diante das cidades menores, vilas e áreas rurais. Seus habitantes, independente de *status* social, consideravam-se superiores às populações do campo. (BORTONI RICARDO, 2011, p. 32).

É de se esperar que, na Bahia, por exemplo, tal rompimento tenha afetado, no plano linguístico, os traços dialetais identificadores do campo e da cidade, estimulando dois movimentos em relação à variação: o distanciamento da variedade soteropolitana (área de imperativo indicativo – *canta*) dos falares associadas ao meio rural (área de imperativo subjuntivo – *cante*) e sua consolidação como modelo linguístico de prestígio do estado. Como reforço do raciocínio, reiteramos o modo heterogêneo como se deu a urbanização do estado, favorecendo a hierarquização da rede urbana, a centralização de macrorregiões e o subdesenvolvimento e despovoamento de pequenas cidades.

Para Bortoni-Ricardo (2006), as variedades vernáculas isoladas permaneceram circunscritas a regiões interioranas até o século XX, quando processos como o êxodo rural, a democratização do processo de escolarização e difusão dos meios de comunicação de massa afetaram as relações linguísticas. Nesse cenário, dialetos anteriormente rurais, passam a compor as variedades populares dos centros urbanos, asseverando, de um lado, a hierarquização sociolinguística brasileira e, de outro, a interinfluência entre normas linguísticas.

Em síntese, teríamos, no que diz respeito aos efeitos da urbanização na expressão do imperativo, as seguintes leituras:

- a) Manutenção mais marcante nas comunidades isoladas do padrão indicativo, menos flexionado adquirido por efeito da transmissão linguística irregular;
- b) Difusão das formas rurais isoladas nas cidades, sobretudo as pequenas cidades do eixo rural;
- c) Substituição das formas rurais pelas formas de prestígio, padrão da norma urbana culta de Salvador.

#### 4.4 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO

A clivagem rural-urbano apresentou-se como uma relação de grande importância no panorama de usos do imperativo no português popular da Bahia. Tal resultado indicado pela análise quantitativa, descrita e discutida no Capítulo 3, motivou a investigação da socio-história da Bahia.

Nesse sentido, traçamos, neste capítulo, uma reconstituição parcial da história social da Bahia, do seu processo de ocupação ao processo de urbanização do estado. Longe da pretensão de recompor a história social do estado, tarefa que por si constituiria uma tese, nosso recorte debruçou-se sobre dois aspectos centrais, o processo de ocupação e expansão do território e a instauração da dinâmica urbana. Buscamos, a partir desses dois enfoques, reunir os principais elementos socio-históricos que possivelmente teriam implicado na configuração linguística da Bahia no que diz respeito à expressão variável do imperativo.

Para tanto, para efeito de contextualização, partimos na seção 4.1, da reconstituição do cenário de pré-contato europeu. No território americano, figuravam, conforme apontam dados históricos, uma presença consistente de povos indígenas. Nesse recorte, identificou-se uma primeira diferenciação entre a costa, onde se instauraria a cidade de Salvador, e o interior

do estado, qual seja o predomínio de grupos indígenas tupi, na costa, e tapuias, no interior. Essa primeira observação revela, além de uma diferenciação etnolinguística, um condicionante do plano social, uma vez que, conforme aponta Azevedo (1969), os tupis/tupinambás da costa tinham comportamento mais amistoso e aberto à relação com o imigrante europeu. O primeiro indício de que a difusão do português encontrou um terreno mais ameno na costa do que no interior.

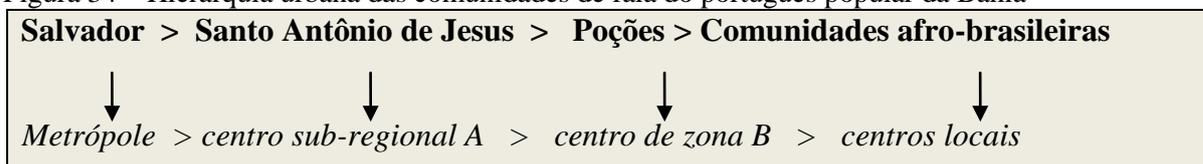
A partir da instalação europeia, desenrola-se um processo progressivo de reconhecimento e exploração da terra cujos impactos repercutem na constituição demográfica do estado. A massa populacional indígena preexistente é dizimada, enquanto o contingente de escravos africanos e seus descendentes, largamente empregados como mão de obra, cresce de modo a constituir-se a maioria da população. Obviamente, isso tem consequências linguísticas, sobretudo porque essa maioria populacional adquire o português de modo não assistido, numa situação que favorece o processo de transmissão linguística e irregular e, posteriormente, a consolidação de normas populares e rurais.

Considerando a presença marcante desses escravos na exploração de cana de açúcar, sistema econômico de grande importância para a ocupação, sobretudo, da região do Recôncavo baiano, supomos que esse efeito tenha se manifestado de modo mais expressivo nessas regiões. Acrescemos a isso a consolidação dos espaços de resistência e luta, os quilombos, cuja sistematização e relativo isolamento teriam favorecido a consolidação de um português menos exposto às influências da norma urbana culta. Tal situação é, conforme discutido na subseção 4.2.3, preponderante na zona rural. Embora na cidade também tenham sido identificados muitos quilombos, dois aspectos são relevantes: a volatilidade dessas instalações e a rotatividade dos escravos, facilmente capturados pela polícia, haja vista sua circulação e relação estabelecida constantemente com a cidade. Partindo desse contexto, defendemos, portanto, que as normas rurais que compõem nosso estudo teriam sofrido, de modo mais expressivo, o efeito do contato entre línguas no sentido de fixarem como padrão uma forma menos marcada morfológicamente para a expressão do imperativo.

Para compreender o modo como o imperativo se dispôs pelo território baiano, recorreremos à compreensão do processo de urbanização do estado, o qual se mostrou, como o resto do país, tardio e marcado por uma forte heterogeneidade. A ampla dimensão territorial do estado, associado a uma difusa política de desenvolvimento urbano, proporcionou o desenvolvimento das regiões centrais e criou uma relação de dependência em relação a muitas regiões menos desenvolvidas do estado. Considerando as comunidades por nós estudadas e as

disposições da pesquisa Região de Influências das cidades – REGIC – de 2007, publicada pelo IBGE (2008), podemos pensar na hierarquia urbana proposta na Figura 34.

Figura 34 – Hierarquia urbana das comunidades de fala do português popular da Bahia



Fonte: Elaborado pela autora

No que diz respeito à tessitura urbana, a investigação da urbanização mostrou ainda o efeito da influência, do ponto de vista do sistema urbano, de Salvador em relação aos demais municípios do estado. Nesse sentido, as comunidades por nós estudadas têm suscetibilidades diferenciadas no que tange ao efeito do centro metropolitano do estado. A comunidade de Santo Antônio de Jesus mostrou-se muito mais propensa ao efeito dessa influência. Do mesmo modo, a comunidade de Sapé, no município de Valença, também geograficamente mais próximo de Salvador que os demais, esteve, dentre as comunidades rurais, mais aberta à aquisição das formas típicas da capital do estado.

A distribuição do imperativo é, portanto, reflexo do processo socio-histórico que caracterizou a constituição do Estado da Bahia. Diferenças entre a capital e o interior no processo de ocupação e relações econômicas e sociais estabelecidas, bem como o modo como se desenrolou o processo de urbanização, impulsionaram a consolidação de um padrão diverso que marca a oposição de uso rural do imperativo – o modo imperativo em sua variante indicativa (*canta*) – a um uso eminentemente urbano – as variantes subjuntivas (*cante*).

## 5 A DIMENSÃO SUBJETIVA DOS USOS DO IMPERATIVO: TESTES DE AVALIAÇÃO LINGUÍSTICA

O objeto desta pesquisa tem sido a variação do imperativo no português popular da Bahia. Para tanto, recobrimos até aqui três âmbitos de análise da variação: i) a dimensão linguística, a partir da definição do encaixamento da variação e mudança na estrutura língua; ii) a dimensão social, por meio da identificação dos padrões de comportamento linguístico das diferentes categorias sociais, tais como faixa etária, sexo, comunidade de fala; iii) a dimensão socio-histórica, a partir da recuperação da ocupação e formação do estado da Bahia e de seu processo de urbanização. Diante dos aspectos destacados por essas etapas do trabalho, surgiu a importância de se investigar uma quarta dimensão, a percepção subjetiva do imperativo por parte dos usuários do português da Bahia.

A necessidade de se investigar essa dimensão subjetiva partiu da análise dos dados quantitativos da tese (cf. Capítulo 3), quando verificamos a necessidade de preenchimento de algumas lacunas acerca da recepção da variação por parte dos falantes e das tendências de mudança. Dessa problematização, emergiram indagações importantes para a compreensão do fenômeno variável em tela, tais como:

- i) quais os contrastes entre o padrão de produção e o padrão de avaliação do imperativo entre os usuários do português da Bahia?
- ii) como o contexto discursivo pragmático atua sobre a escolha das variantes do imperativo?
- iii) de que maneira, entre as variantes do fenômeno em estudo, se configura a identificação de formas mais ou menos prestigiadas?
- iv) como os falantes avaliam as formas de acordo com o paradigma normativo?

No intento de responder às indagações e buscar um quadro de compreensão do fenômeno que nos permitisse uma leitura mais ampla dos resultados quantitativos, sobretudo nos dados de fala de Salvador, elaboramos e aplicamos alguns testes qualitativos sobre o fenômeno para identificar a reação subjetiva dos falantes.

Cientes da ausência de trabalhos nesse sentido, propomos uma análise objetiva do fenômeno, não perdendo de vista que outros métodos, porventura mais eficientes, possam ser desenvolvidos em outros trabalhos ou em desdobramentos desta tese. Nosso capítulo visa, portanto, problematizar a questão da avaliação no fenômeno, bem como abrir possibilidades

de investigação alternativas e complementares para o estudo da variação sociolinguística do imperativo.

A tentativa de contemplar os objetivos propostos distribui-se ao longo de quatro seções. Em 5.1, *Sobre a importância da avaliação na compreensão da variação e mudança sociolinguísticas*, apresentamos um apanhado geral acerca da importância da avaliação para os usos variáveis da língua e para a investigação sociolinguística. Tratamos, desse modo, dos pressupostos teóricos da Sociolinguística variacionista, das metodologias aplicadas e da relevância já atestada em fenômenos linguísticos do português brasileiro.

Em 5.2, *O problema da avaliação e o imperativo*, discorremos sobre os indícios apontados acerca da avaliação do imperativo. Para tanto, concentramo-nos em estudos de Jesus (2006) sobre o emprego do imperativo na caracterização de personagens nordestinas de telenovelas brasileiras e nas considerações de Reis (2003) sobre a dimensão estilística da variação.

As últimas seções tratam efetivamente da nossa apreensão sobre o tema e concentram-se na exposição da metodologia e dos resultados encontrados para os testes de avaliação do imperativo. Assim, em 5.3, *Metodologia para investigação da avaliação do imperativo*, apresentamos o modelo de avaliação empregado em nossa análise, evidenciando a caracterização dos testes e a descrição do público observado. As hipóteses explicativas e os resultados alcançados são discutidos em 5.4, *Avaliação do imperativo por falantes de Salvador-Ba*.

## 5.1 SOBRE A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO NO ESTUDO DA VARIAÇÃO E MUDANÇA SOCIOLINGUÍSTICAS

No âmbito dos estudos estruturalistas (SAUSSURE, 2006 [1916]), centrados numa compreensão da língua como a abstração do sistema linguístico, pouco espaço era conferido aos usos reais e, conseqüentemente, restava aos sujeitos um papel diminuto e passivo. Na concepção da língua como um sistema encerrado em sua lógica interna, não restava muito espaço para o papel dos indivíduos na variação e da mudança linguística.

Ao assumir a heterogeneidade como parte da própria competência linguística do falante (cf. Capítulo 2), a Sociolinguística rompe com a visão estruturalista e assume o protagonismo dos sujeitos nos usos da língua. A dimensão subjetiva da linguagem passa a ser assumida como um elemento importante no entendimento da variação e da comunidade de fala:

[...] existe um conjunto uniforme de atitudes frente à linguagem que são compartilhados por quase todos os membros da comunidade de fala, seja no uso de uma forma estigmatizada ou prestigiada da língua em questão. (LABOV, 2008 [1972], p. 176).

Numa perspectiva teórica, a preocupação com o papel dos sujeitos ganha relevo específico com a proposição do *problema da avaliação (evaluation problem)* (WEINREICH, LABOV; HERZOG, 2006 [1968]). Intimamente relacionado ao caráter ativo do falante frente às variações da língua, tal construto reconhece o indivíduo como protagonista do cenário linguístico, de modo a propor que sua ação pode interferir no curso das variações e da implementação das mudanças.

Segundo Labov (2008 [1972]), há dois tipos de abordagens possíveis para este problema. A primeira, mais direta, concentra-se na correlação entre atitudes e desejos e o comportamento linguístico do informante. O desejo de *status* ou aceitação em uma comunidade de fala, por exemplo, pode levar o indivíduo a privilegiar ou rejeitar determinada forma em seu uso linguístico. A outra, mais indireta, diz respeito aos mecanismos metodológicos de “medição” das reações subjetivas dos falantes frente ao emprego de determinada variante. Para este fim, podem ser aplicados alguns testes de percepção que avaliam a reação do falante frente ao emprego de determinadas formas, ou de produção, que conduzem o sujeito à realização de determinado fenômeno variável em dado contexto. A partir desses tipos de testes, pode ser analisada a reação subjetiva dos falantes frente ao fenômeno linguístico e depreendidas situações de prestígio ou estigmatização das formas dentro de uma comunidade de fala. (TARALLO, 1985).

Assumindo as interferências do julgamento social na apreensão e desdobramentos da variação, Labov (2008 [1972]) aponta três tratamentos possíveis para a delimitação dos fenômenos linguísticos: i) *indicadores*: fenômenos que variam quanto à posição social dos indivíduos – região, idade –, mas não são objeto de uma avaliação valorativa por parte dos falantes, de modo que se encontram abaixo do nível de consciência (e.g. realização do pronome sujeito – *eu viajei/ viajei*); ii) *marcadores*: variantes que são valorizadas no meio social, ocorrendo uma variação estilística, pois o uso dessas formas cresce nos níveis de maior formalidade. Como exemplos, temos o emprego do clítico acusativo de 3ª pessoa (*vou encontra-la amanhã*); iii) *estereótipos*: formas linguísticas fortemente marcadas do ponto de

vista social, sendo estigmatizadas pelos falantes/ ouvintes, como acontece com a ausência de concordância verbal na norma culta brasileira<sup>109</sup> (*Nós vai na praia*).

Tendo em foco o caso do português brasileiro, Lucchesi (2015) estabelece a investigação da reação subjetiva dos falantes como a terceira etapa de um programa de pesquisa sociolinguística voltado ao escrutínio da realidade nacional. Conforme o autor, “[...] os testes de percepção, avaliação e produção são essenciais para o enfrentamento sistemático do problema da avaliação” (LUCCHESI, 2015, p. 290), podendo, inclusive, revelar dados mais “decisivos” que as medidas de frequência de uso das variantes.

Avançando além do campo das proposições, evidências linguísticas em relação aos usos reais do português brasileiro apontam a interferência da avaliação dos grupos de falantes em fenômenos linguísticos importantes para a caracterização das normas cultas e populares. No caso destas, lembremos que é, além dos usos, a avaliação que os falantes fazem que define o estigma que carregam as normas populares em relação aos padrões da norma culta. Muito mais que a não adequação ao padrão ideal normativo, comportamento inegavelmente presente também nas normas objetivas consagradas como cultas, é o juízo de valor que carregam os falantes das normas populares que define seu nível de incorreção e inaceitabilidade linguística, revelando a atuação muito mais de uma avaliação social e ideológica do que propriamente gramatical.

[...] o sistema de avaliação sociolinguística do Brasil que estigmatiza formas mais típicas da linguagem popular, com motivações históricas claramente racistas, constitui hoje um poderoso instrumento ideológico de legitimação de um sistema econômico baseado na superexploração da força de trabalho e na exclusão social. (LUCCHESI, 2015, p. 287).

O mesmo se pode dizer das tendências de mudança que atuam, no sentido de estimular, de cima para baixo, a aquisição de formas de prestígio entre as normas populares. Tomemos, a título de exemplo, o caso da flexão de caso dos pronomes do paradigma de primeira pessoa (e.g. *me beija* em lugar de *beija eu*), mudança já plenamente instaurada entre as normas populares (MENDES, 2016). Ou, no sentido contrário, o estímulo à aquisição de formas populares, de baixo para cima, com incremento de variantes, em geral não estigmatizadas socialmente, entre falantes das normas cultas, como, por exemplo, da retenção pronominal do sujeito (LUCCHESI, 2001).

---

<sup>109</sup> Acreditamos que, na norma popular, este é um fenômeno não marcado, estando abaixo do nível de consciência dos falantes, de forma que pode ser caracterizado como um *marcador*.

Embora o uso de testes seja pouco frequente nos estudos sociolinguísticos brasileiros, destacamos o tradicional trabalho de Tarallo (1985) sobre o uso das orações relativas. A partir da apresentação de um conjunto de mais de cem sentenças aleatoriamente dispostas, foi solicitado aos informantes a indicação de uma medida de aceitabilidade (1 a 3). Os resultados apontaram as formas relativas não-padrão como mais aceitáveis entre os falantes de classe média (47%) do que entre os falantes de classe alta (29%), revelando uma associação clara entre o nível de aceitabilidade e a classe social.

Em geral, os testes linguísticos variam conforme os objetivos e metodologia empregada. Assim, distinguem-se, principalmente, i) *testes de autoavaliação (self report test)*: a partir de um conjunto de frases ilustrativas das diferentes variantes de um fenômeno, os informantes julgam quais são representativas do seu falar; comumente o indivíduo tende a associar sua fala às formas de prestígio; ii) *Testes de reação subjetiva*<sup>110</sup>: usado por Labov (2008 [1972]) para a análise da realização do /r/ de Nova York, consiste na identificação, por parte dos testados, de traços específicos a partir da audição de determinadas ocorrências. Os traços podem incitar correlações linguísticas com características socioculturais (etnia, classe profissão), ou mesmo psicológicas (inteligência, personalidade) dos indivíduos das amostras; iii) *Testes de insegurança linguística*: identificação das formas consideradas corretas e contraste com sua produção; a medida de (in) segurança equivale ao índice de divergência entre as duas respostas.

Como exemplos dos testes de autoavaliação aplicados mais recentemente ao português brasileiro, destacamos o trabalho de Monguilhott (2009) sobre a concordância verbal. Partindo de exposição de um conjunto de frases sem concordância verbal a estudantes do ensino fundamental e superior, a autora identificou um comportamento mais conservador entre os estudantes de terceiro grau a partir da avaliação das formas mencionadas como *ruins* ou *muito ruins*. Tal quadro reforça o aspecto subjetivo das normas linguísticas brasileiras, baseados não apenas nos usos linguísticos que praticam, mas também nas avaliações que fazem desses usos.

Ainda mais recente é o estudo de Oushiro (2015) sobre a percepção da variável (-r) no português paulistano, com base na técnica de “falsos pares”, ou, conforme a tradução da

---

<sup>110</sup> Os testes de reação subjetiva propostos por Labov (2008 [1972]) baseiam-se nas técnicas de “falsos pares” (*matched guises*), desenvolvidas por Lambert na década de 60. Os testes consistiam na apresentação de estímulos reproduzidos por um grupo de falantes para os quais se solicitava o julgamento de características pessoais (altura, aparência física, senso de humor, dentre outras). A partir da manutenção dos mesmos falantes nos diferentes estímulos, esperava-se depreender as diferenças de atitudes linguísticas frente às línguas ou variedades de língua empregadas.

autora, “estímulos pareados” (LAMBERT et al., 1960). O (*r*) retroflexo mostrou-se mais associado a valores negativos em relação ao *status* do falante (classe social, nível de escolaridade, formalidade) e a valores positivos em relação às dimensões de solidariedade e dinamismo (trabalho, simplicidade, solidariedade). Em geral, os resultados têm o contributo de reforçar os dados de estudos quantitativos prévios.

Face à ausência de testes de avaliação específicos sobre a expressão variável do imperativo, partimos da discussão acerca dos valores depreendidos indiretamente de estudos sobre o tema. Assim, visamos construir uma reflexão sobre a possível associação de valores de prestígio ou de adequação estilística que fundamente a construção e aplicação dos nossos testes.

## 5.2 A AVALIAÇÃO E O MODO IMPERATIVO

O imperativo não costuma ser um fenómeno linguístico claramente associado a um estigma sociolinguístico. Sua expressão, comumente, destaca-se muito mais numa perspectiva da identificação dialetal. No entanto, não se pode negar que o traço geográfico da distribuição das variantes imperativas – o uso das formas subjuntivas (*cante*), típica das regiões Norte e Nordeste, e das formas indicativas (*canta*), marcantes nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste (cf. Capítulo 1) – revela uma oposição econômica e sociocultural marcante no país. Em última instância, questiona-se se as diferenças geográficas na realização do imperativo também se desdobram em oposições no nível ideológico, constituindo, em algumas circunstâncias, um possível estereótipo do falar nordestino.

Nesse sentido, Jesus (2006), em pesquisa sobre a representação de falantes nordestinos em uma telenovela brasileira (*Senhora do destino*<sup>111</sup>), buscou identificar se o traço imperativo era utilizado na identificação da personagem principal, natural de Pernambuco. Dessa forma, o estudo questionou se, na representação da protagonista nordestina, os usos imperativos eram retratados de modo diferente em relação aos demais personagens, se correspondiam aos usos reais do imperativo no estado e se esse traço sofria algum tipo de estereotipia.

Os resultados encontrados pela pesquisa demonstram que, enquanto personagens representativos da fala carioca eram representados com 87% de formas indicativas (*canta*), a

---

<sup>111</sup> A novela *Senhora do Destino*, exibida pela Rede Globo de Televisão entre os anos de 2004 e 2005, com autoria de Agnaldo Silva e direção geral de Wolf Maia, narrou a história de Maria do Carmo, migrante nordestina que saiu da pequena cidade de Belém do São Francisco, no interior de Pernambuco, em direção ao Rio de Janeiro, em busca de melhores condições de vida para si e para seus a família. (JESUS, 2006, p. 49)

fala da protagonista, personagem pernambucana, apresentou um significativo contraste com 82% de formas imperativas do subjuntivo (*cante*).

A princípio, essa oposição parece revelar uma avaliação do modo imperativo como elemento de identificação da falante nordestina em oposição aos falantes da região Sudeste. Além disso, comparando aos dados reais de fala de Recife (51% de indicativo), os resultados levam o autor a inferir que a representação não corresponde à realidade do estado, mas antes ao protótipo de representação da região Nordeste.

Conforme Jesus (2006), tal tratamento torna-se evidente nas palavras do autor da novela: “lembra o autor que o linguajar da protagonista é como o da sua mãe: ‘um linguajar muito rico, **aquele linguajar nordestino** que, na verdade, vem de Portugal’” (JESUS, 2006, p. 60, grifo nosso). A associação da representação a uma imagem pré-concebida e estereotipada de Nordeste é ainda destacada na fala do diretor da novela Wolf Maia: “Não queria mostrar aquele Nordeste como é em *Vidas Secas* de Graciliano Ramos [...]. Eu queria mostrar a pobreza, sim, mas de forma poética, bonita...” (JESUS, 2006, p. 60).

Desse modo, pode-se dizer que, além de refletir uma avaliação indireta das formas, a perspectiva de representação dos falantes na telenovela mencionada orienta-se pelo caráter social da linguagem, destacado por Gnerre (1987, p. 3):

A linguagem não é usada somente para veicular informações, isto é, a função referencial denotativa da linguagem não é senão uma entre outras; entre estas ocupa uma posição central a função de comunicar ao ouvinte a posição que o falante ocupa de fato ou acha que ocupa na sociedade em que vive.

Como conclusão do estudo, Jesus (2006, p. 123) destaca que, na representação do imperativo, “[...] em sentido macro, é visível o estereótipo em *Senhora do destino*: a fala da personagem Maria do Carmo não dá conta da diversidade linguística de Pernambuco.”. Dessa forma, para o autor, o emprego das formas de subjuntivo na expressão do imperativo está relacionado a certo processo de estereotipia da personagem principal, uma vez que não corresponde aos dados reais.

Reis (2003), em uma investigação que associa a metodologia sociolinguística à teoria funcionalista, analisa o emprego do modo imperativo na versão sul-regionalista de “*Vinhas da Ira*”, romance de Jonh Steibeck, publicado em 1939 e traduzido por Hebert Caro e Ernesto Vinhaes em 1940. Com base em dados dialógicos dos personagens da obra, a autora observa o efeito estilístico atuante sobre “os atos de fala não declarativos”.

A partir da criação de uma variável complexa, *grau de força manipulativa*, a autora averigua o efeito do papel sociopessoal exercido sobre o interlocutor do comando imperativo. Como resultado, conclui que a maior força manipulativa influencia o emprego da variante indicativa do imperativo (94%). Em outras palavras, a forma indicativa mostra-se significativamente mais adequada a situações em que o comando é dirigido a um interlocutor com quem o personagem possui relações assimétricas, de superior para inferior. Nas situações assimétricas de sentido oposto, inferior para superior, por sua vez, a forma de subjuntivo foi mais empregada (85%).

Dos recortes destacados dos estudos de Jesus (2006) e Reis (2003), dois aspectos nos parecem relevantes para a avaliação das formas imperativas. O tratamento da mídia de massa, a telenovela brasileira, das formas subjuntivas como protótipo do falar nordestino, em geral retratado nesses espaços como um falar exótico, diferente, desviante, revela, de maneira indireta, uma avaliação negativa dessas formas. Numa outra perspectiva, as formas parecem apresentar algum tipo de motivação discursiva de cunho estilístico, com as formas indicativas associadas a situações de maior força manipulativa, possivelmente os contextos de maior formalidade.

Não ignoramos o fato de que as análises aqui apresentadas como reflexões possíveis sobre a avaliação das formas imperativas repousam sobre amostras de textos escritos, ainda que representativos da fala. As considerações também não se colocam diretamente sobre colocações propriamente subjetivas. No entanto, acreditamos que os dados apresentados podem ser considerados como indícios de um processo subjacente de avaliação social das formas imperativas. Nesse sentido, esperamos, além dos objetivos específicos ligados ao aprofundamento da análise do imperativo no português da Bahia, contribuir, por meio da abordagem metodológica exposta em 5.3, com a identificação de possíveis processos de avaliação no emprego das variantes imperativas.

### 5.3 METODOLOGIA UTILIZADA PARA INVESTIGAÇÃO DA AVALIAÇÃO DO IMPERATIVO

Face a carência de um modelo de análise específico para a avaliação do imperativo, foi necessária a construção de uma metodologia que atendesse especificamente aos propósitos apresentados na introdução deste capítulo. Nas subseções seguintes, descrevemos o perfil dos participantes observados, e demais etapas que constituíram nossa metodologia de construção e aplicação dos instrumentos de avaliação dos usos imperativos.

### 5.3.1 Perfil dos participantes

Para a identificação dos padrões de emprego do imperativo, foram escolhidos indivíduos em fase final do processo de escolarização básica, estudantes do ensino médio. Nossa análise da avaliação subjetiva concentra-se, portanto, entre os falantes da chamada norma média (LUCCHESI, 2015). Isto porque, na busca por um possível crivo de valor estilístico e normativo das formas, acreditamos que estes possuem a instrumentalização necessária para a identificação das formas de prestígio no modelo metropolitano do estado, a cidade de Salvador. Ademais, consideramos o fato de não haver uma distinção em relação ao padrão de imperativo predominante nas falas popular e culta de Salvador (cf. subseção 1.2.3.1). A escolha específica de realizar a avaliação com falantes de Salvador, parte da assunção da cidade como centro difusor cultural e linguístico do estado (cf. Capítulo 4).

Os estudantes participantes dos testes de avaliação são alunos do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA<sup>112</sup> *campus Salvador* (antigo Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia – CEFET). Além da importância que o Instituto possui como referência de educação de ensino médio pública e de qualidade, é a instituição de ensino à qual a autora da tese está vinculada, o que, além de facilitar o acesso aos informantes, permitiu uma contemplação objetiva do tema que, mais tarde, pode reverter-se em contributos para a educação.

A amostra de avaliação fez um total de 30 indivíduos equitativamente distribuídos entre os sexos femininos e masculinos. A idade dos falantes variou entre 17 a 19 anos, todos nascidos e residentes em Salvador. Os falantes foram identificados conforme os fatores sociais *bairro de residência, naturalidade da mãe, naturalidade do pai*. Ademais, foram considerados aspectos sociais apontados como relevantes pela pesquisa quantitativa, tais como o nível e a *natureza da exposição à mídia*.

### 5.3.2 Caracterização dos testes

Os testes aplicados, conforme descrito na introdução deste capítulo, tiveram como objetivo a identificação da avaliação das variantes do imperativo por parte de falantes de

---

<sup>112</sup> O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia constitui uma rede *multicampi* de educação de profissional e tecnológica que oferta cursos nas modalidades integrado, técnico e superior e possui instalações em Salvador e regiões estratégicas do estado da Bahia. O *campus* Salvador localiza-se no bairro do Barbalho e recebe mais de 4000 matrículas por ano.

Salvador. A esse objetivo geral, associaram-se objetivos específicos que motivaram a execução dos testes em três etapas: *i) testes de produção monitorada; ii) testes de adequação; (iii) testes de identificação normativa.*

Optou-se pela aplicação de testes em português escrito, tendo em vista a necessidade de isolamento das variantes e a garantia de que o aspecto a ser observado seria, de fato, a variação do imperativo e não aspectos supralinguísticos, tais como a entonação, o tom de voz, dentre outros. Ademais, como o objetivo dos testes foi motivar a reflexão detida acerca das variantes, a exposição destas por escrito evitou eventuais percepções fonológicas equivocadas acerca dos morfemas do imperativo. A fim de garantir a representatividade dos contextos de fala transcritos, foram adotadas algumas estratégias, oportunamente descritas junto à apresentação de cada uma das etapas. Cabe ressaltar que não desconsideramos, no entanto, a importância do emprego de amostras de língua falada na execução de testes linguísticos e não excluímos a possibilidade de construção de instrumentos deste tipo em desdobramentos futuros da pesquisa.

#### *5.3.2.1 Os testes de produção monitorada*

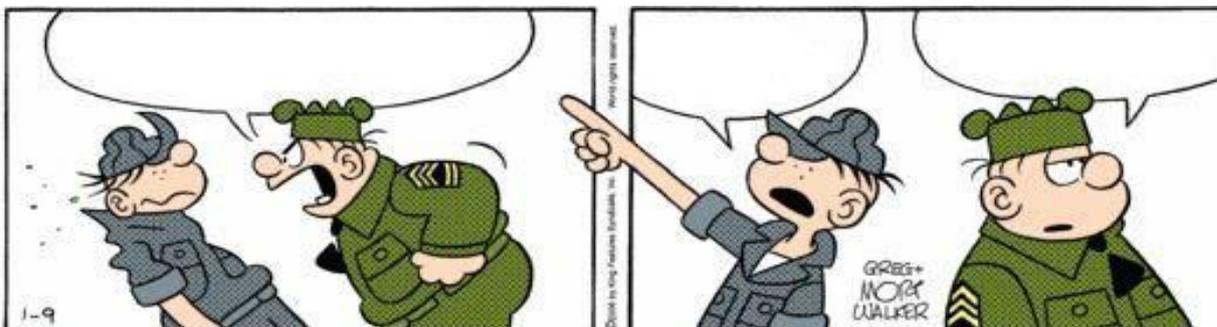
A criação e aplicação dos *testes de produção monitorada* (cf. APÊNDICE C) partiu da necessidade de se identificar o padrão de imperativo empregado pelos falantes. Tal recorte considerou o fato de que os falantes testados nesta etapa, embora estejam sob a influência da norma de imperativo vigente em Salvador – a variante de subjuntivo, presente nas normas cultas (SAMPAIO, 2001) e populares (cf. subseção 3.2.2) – não tinham sua fala analisada. De acordo com Labov (2008 [1972], p. 249), “[...] esses tipos de dados colhidos em testes não podem ser interpretados sem dados sobre os padrões de fala real das pessoas.” (LABOV, 2008 [1972], p. 249).

Embora os testes de produção correspondam a produções artificiais do discurso falado pelos indivíduos, acreditamos que os resultados associados aos dados reais apresentados e discutidos na análise quantitativa (Capítulo 3) nos permitirão traçar um panorama útil à interpretação das avaliações presentes nas etapas subsequentes.

Dessa forma, o objetivo dos testes de produção consistiu na apreensão do padrão imperativo empregado pelos informantes em supostas situações de interação verbal. Para tanto, duas estratégias foram empregadas. No primeiro bloco do teste, foram utilizados

trechos de tirinhas e HQ<sup>113</sup> (cf. Figura 35). Foram selecionadas<sup>114</sup> cinco tirinhas cujo conteúdo das imagens e a expressão dos personagens eram sugestivos de diálogos imperativos que deveriam ser preenchidas pelos informantes

Figura 35 – Tirinha da revista “Recruta Zero” utilizada nos testes de produção



Fonte: Adaptado do Blog <<http://tiras-recruta-zero.blogspot.com.br/>>

Num segundo momento, optou-se por uma abordagem mais direta na qual os falantes deveriam preencher, numa lista de sentenças imperativas, as lacunas correspondentes às formas verbais do modo imperativo, cujas variantes seguíam ao fim das sentenças, tal como no exemplo (80). No total, foram criadas seis frases, constantes do Apêndice C desta tese.

(80) *Em uma conversa entre amigos: “Meu amigo, \_\_\_\_\_ atenção no que eu vou te contar.” (preste/presta)*

Com as duas estratégias, esperamos identificar o padrão empregado pelos informantes e obter subsídios que nos auxiliem na interpretação dos dados de avaliação sobre os usos imperativos.

### 5.3.2.2 Os testes de adequação

A segunda etapa de avaliação, *testes de adequação* (cf. APÊNDICE D), partiu da delimitação de contextos de aplicação de sentenças imperativas, nos quais os falantes foram orientados a escolher a variante mais adequada. Para a definição do contexto, foram

<sup>113</sup> Foram utilizadas tirinhas da revista “Recruta Zero” de criação do americano [Mort Walker](#) e “Turma da Mônica” do cartunista brasileiro Maurício de Souza. Os trechos utilizados foram coletados por meio da busca de imagens do site Google ([https://images.google.com/imghp?hl=pt-BR&gws\\_rd=ssl](https://images.google.com/imghp?hl=pt-BR&gws_rd=ssl)) e selecionados a partir da expressividade imperativa que a interação entre os falantes sugeria.

<sup>114</sup> A aplicação de um pré-teste nos permitiu identificar as imagens mais produtivas para a criação de sentenças imperativas e descartar as tirinhas que não constituíam estímulos favoráveis a esse tipo de frase.

consideradas algumas das variáveis discursivo-pragmáticas tratadas na análise quantitativa, a saber a: a relação com o interlocutor (hierarquia e intimidade do emissor com o interlocutor) e a gradação semântica (intenção comunicativa do comando). Como estratégia metodológica, foram acrescentadas às frases imagens ilustrativas das situações comunicativas propostas, com o objetivo de facilitar a remissão do falante ao contexto de fala (cf. Figura 36). Foram propostas dez situações comunicativas.

Figura 36 – Exemplo de questão aplicada no teste de adequação

**3. Em sala de aula, como você solicita ajuda a sua professora quando tem dúvidas em alguma atividade.**



- ( ) Pró, **mostre** como responder essa questão.  
 ( ) Pró, **mostra** como responder essa questão.

Fonte: Elaborado pela autora (cf. APÊNDICE D)

Com a aplicação desse tipo de teste, buscamos identificar a possível existência de uma especialização pragmática atuante sobre as variantes imperativas.

### 5.3.2.3 Os testes de identificação do padrão normativo

Na última etapa, foi aplicado um conjunto de vinte frases, para as quais solicitamos ao falante a identificação da forma padrão. A construção das frases levou em conta algumas variáveis linguísticas que foram destacadas em nossa análise quantitativa (cf. Capítulo 3), dentre as quais, a *polaridade da estrutura*, o *pronome empregado*, a *presença do clítico* e a *morfologia verbal* (regular ou irregular). Além dessas, foram consideradas a *natureza mais ou menos dialógica do enunciado* e a *formalidade da situação*, distinguindo situações típicas de anúncios formais e informais de contextos de diálogos.

O objetivo principal desta etapa foi identificar a variante imperativa associada ao prestígio gramatical. A partir dessa leitura, será possível contrastar os dados de produção e identificar como o padrão dos falantes de Salvador situa-se em relação à norma-padrão e à norma considerada “correta” pelos falantes. Ainda nesse sentido, finalizamos esta etapa do teste com uma abordagem direta dos falantes em relação ao tratamento do assunto imperativo com as questões exemplificadas em (81) e (82):

(81) *Você já estudou o assunto modo imperativo:*

*sim*    *não*

(82) *Como você julga seu domínio sobre o assunto:*

*insuficiente*    *regular*    *ótimo*

A partir das respostas, pretendemos obter a medida da autoavaliação dos falantes em relação à proficiência no tema. Reunidos às demais respostas desta etapa e à correlação com as outras etapas de testagem, esperamos associar elementos que colaborem nas leituras e análises das tendências de mudanças que atuam no estado da Bahia.

### 5.3.3 A aplicação dos questionários

Para a análise da avaliação do imperativo, inicialmente, foram realizados pré-testes a fim de aferir a aplicabilidade do instrumento. Julgando o perfil dos participantes, jovens estudantes de ensino médio, e a suposta familiaridade com as mídias de interação social, optou-se pela aplicação de testes por meio de um aplicativo, uma plataforma online de questionários<sup>115</sup>, acessada via link ([su.vc/lanuza](http://su.vc/lanuza)) em celulares, tablets ou computadores. Além de permitir a avaliação e ajustes do instrumento, o pré-teste permitiu a identificação da não aplicabilidade do recurso tecnológico. Ao contrário da expectativa, o instrumento não motivou a participação dos estudantes, mostrando-se inadequado para o exercício da pesquisa. Assim optamos, na revisão e reaplicação dos testes, pela adoção de um instrumento impresso de aplicação presencial (cf. APÊNDICE C, D, E), recurso que se mostrou muito mais eficiente para a investigação.

---

<sup>115</sup> Para a realização dos pré-testes utilizamos a plataforma digital [www.surveyanypalace.com](http://www.surveyanypalace.com), que permite a criação e divulgação de testes e demais aplicações baseadas no formato de Quis. A versão preliminar do teste pode ser acessada a partir do link [Su.vc/lanuza](http://Su.vc/lanuza) a partir da internet em *tablets*, computadores ou celulares.

Conforme mencionado, a aplicação dos questionário impressos foi realizada no Instituto Federal da Bahia (IFBA)<sup>116</sup> – *campus* Salvador, com a colaboração da professora Elisângela dos Passos Mendes, que gentilmente cedeu o espaço das aulas, e de seus estudantes, que aceitaram responder ao questionário. A aplicação seguiu a seguinte sequência metodológica:

- 1º) os alunos foram convidados formalmente à participação dos testes, mediante apresentação e leitura do termo de consentimento livre e esclarecido (cf. APÊNDICE A);
- 2º) após os esclarecimentos das dúvidas dos alunos, foi-lhes solicitado o preenchimento da ficha social;
- 3º) foram apresentadas as etapas e objetivos dos testes e deu-se início a elaboração das respostas por parte dos participantes.

Durante toda a etapa de aplicação, manteve-se a supervisão e o acompanhamento dos participantes por parte da pesquisadora. O acompanhamento permitiu a observação de aspectos como a recepção dos sujeitos ao teste, as observações e dificuldades apresentadas e os comentários de cunho avaliativo expostos.

#### 5.4 ANÁLISE DOS DADOS DE AVALIAÇÃO DO IMPERATIVO NO PORTUGUÊS DE SALVADOR

A aplicação e a supervisão presencial dos testes permitiu a observação de alguns aspectos importantes para a avaliação do fenômeno. Partimos dessas primeiras impressões, antes de dispor dos resultados de cada etapa de testagem.

A dimensão metalinguística mostrou-se um ponto importante da aplicação dos testes, pois, a partir dela, foi possível identificar as primeiras avaliações acerca do fenômeno. Em falas, como “é pra responder como eu falo ou com a forma correta?”, revelou-se a presença de uma consciência sociolinguística e de uma diferenciação, por parte dos falantes, do padrão normativo frente à norma objetiva de que fazem uso. Tal comportamento foi reforçado no

---

<sup>116</sup> O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia constitui uma rede *multicampi* de educação de profissional e tecnológica que oferta cursos nas modalidades integrado, técnico e superior e possui instalações em Salvador e regiões estratégicas do estado da Bahia. O *campus* Salvador localiza-se no bairro do Barbalho e recebe mais de 4000 matrículas por ano.

decorso da aplicação, quando alguns alunos registraram, por escrito, observações como o exemplo (83):

(83) *as palavras vá e presta estão erradas, mas eu as utilizo dessa forma (INF-T04<sup>117</sup>).*

No discurso dos informantes, expressa-se uma avaliação e categorização das variantes do imperativo, com a percepção de uma forma padrão, correta, e uma forma não padrão, que corresponde à variedade vernacular.

A aplicação presencial também permitiu a reflexão acerca de algumas variáveis sociais propostas no estudo. Na variável *exposição à internet*, alguns estudantes questionaram a inclusão do tempo dedicado às tarefas e trabalhos escolares. Do mesmo modo, a classificação do tempo dispensado em aplicativos suportados pela internet, como o *WhatsApp*. Do mesmo modo, na aplicação foi possível controlar o tempo que alguns falantes estiveram fora de Salvador e garantir a melhor seleção dos participantes e da coleta dos dados.

Para definição do perfil social desses participantes, foram levados em consideração fatores ligados à identificação e ao comportamento social. Dentre os fatores ligados ao comportamento social, foram observados alguns aspectos tratados no estudo quantitativo, como a *exposição à mídia* e a *vinculação religiosa dos informantes*. Além disso, o fato de os participantes serem jovens imbricados na cultura digital nos levou a inquirir sobre a importância do contato com a *internet* em seu cotidiano. Além do sexo, identificamos o bairro em que o falante reside. Os resultados para estes aspectos seguem descritos. Os sujeitos são residentes de diferentes regiões de Salvador. Conforme o Quadro 24, predominam os bairros populares, provavelmente, por ser a escola, uma instituição pública de ensino.

Quadro 24 – Bairros de residência dos sujeitos participantes

<b>Enquadramento social</b>	<b>Bairro</b>
Bairros populares	<i>Nordeste de Amaralina, Valéria, Federação, Matatu de Brotas, São Caetano, Pernanbués, Caminho de Areia, Lobato, Cabula, São Rafael, Massaranduba, Barris, Vista alegre, Liberdade, Caixa d'água, São Caetano, Nazaré, Brotas.</i>
Bairros não populares	<i>Stela Mares, Pituba</i>

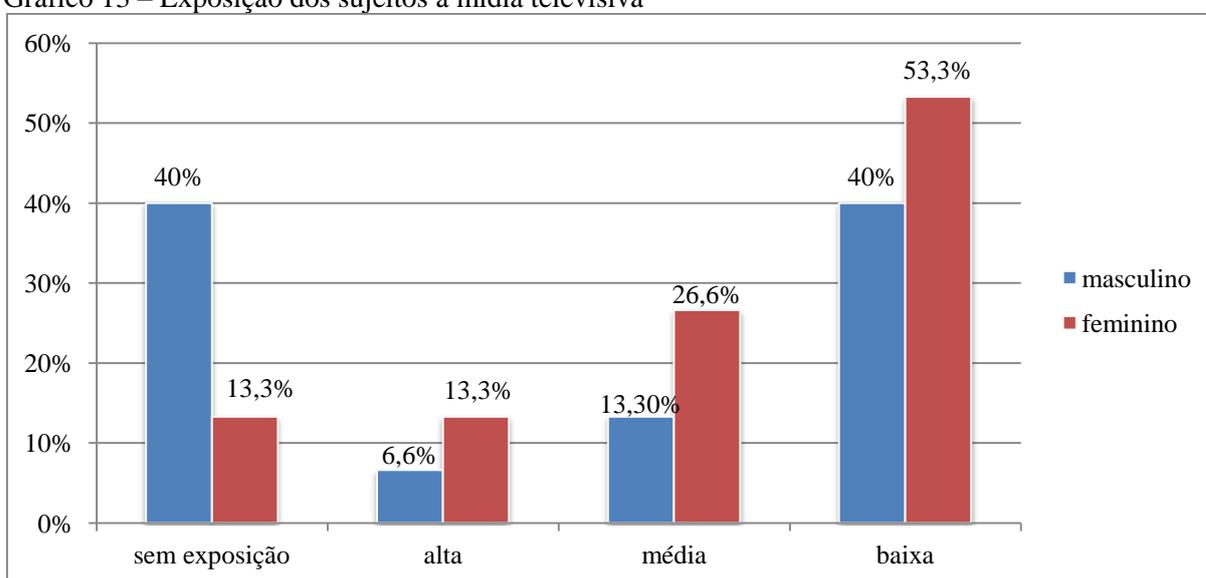
<sup>117</sup> Informante número 04 do teste de avaliação.

Fonte: Elaborado pela autora a partir das respostas à ficha e identificação do informante (APÊNDICE B)

Tendo em vista o dado preliminar acerca da simetria entre o padrão imperativo das normas urbanas, culta e popular, de Salvador, os informantes de bairros não populares foram mantidos na amostra. Ademais, não foram observadas diferenças significativas quanto à forma empregada na produção e avaliação entre os sujeitos dos diferentes bairros.

Da observação do comportamento social, cabe destacar a baixa exposição à TV entre os jovens analisados, conforme Gráfico 13:

Gráfico 13 – Exposição dos sujeitos à mídia televisiva



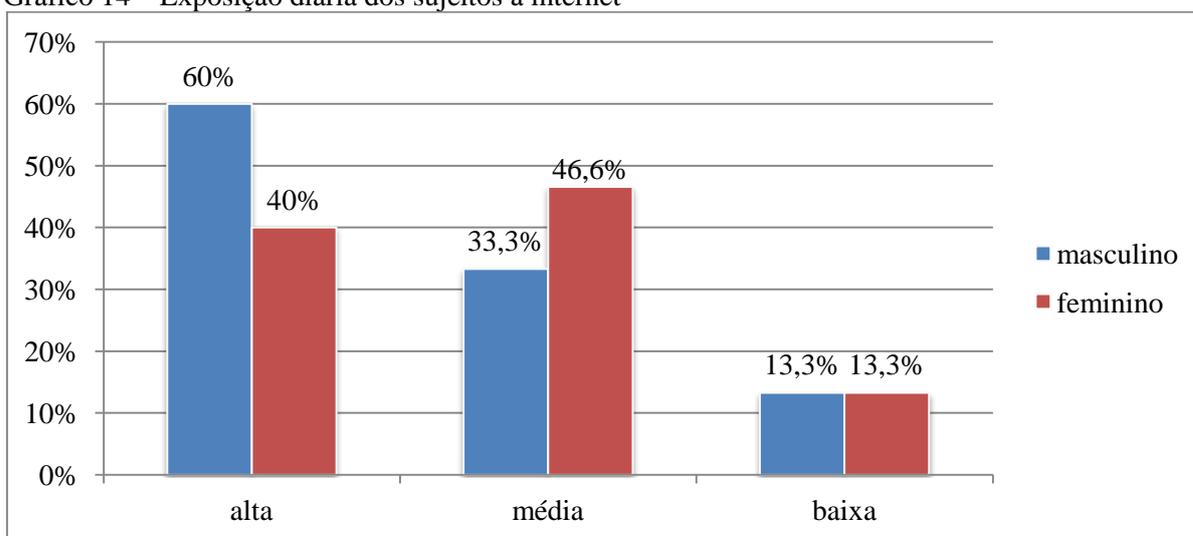
Fonte: Elaborado pela autora<sup>118</sup>

Como tendência geral, os falantes apresentaram exposição à televisão inferior a duas horas diárias. Entre homens e mulheres, destaca-se o alto índice de sujeitos do sexo masculino que não assistem à televisão. As programações escolhidas são, em sua maioria, canais de filmes e seriados, bem como demais programação de circulação nacional. Dentre as mídias alternativas, o rádio foi a opção principal, embora com baixa exposição.

Conforme suposto, os sujeitos observados apresentam alta exposição à internet, com diferenças nos níveis em relação indivíduos dos sexos masculino e feminino, conforme Gráfico 14:

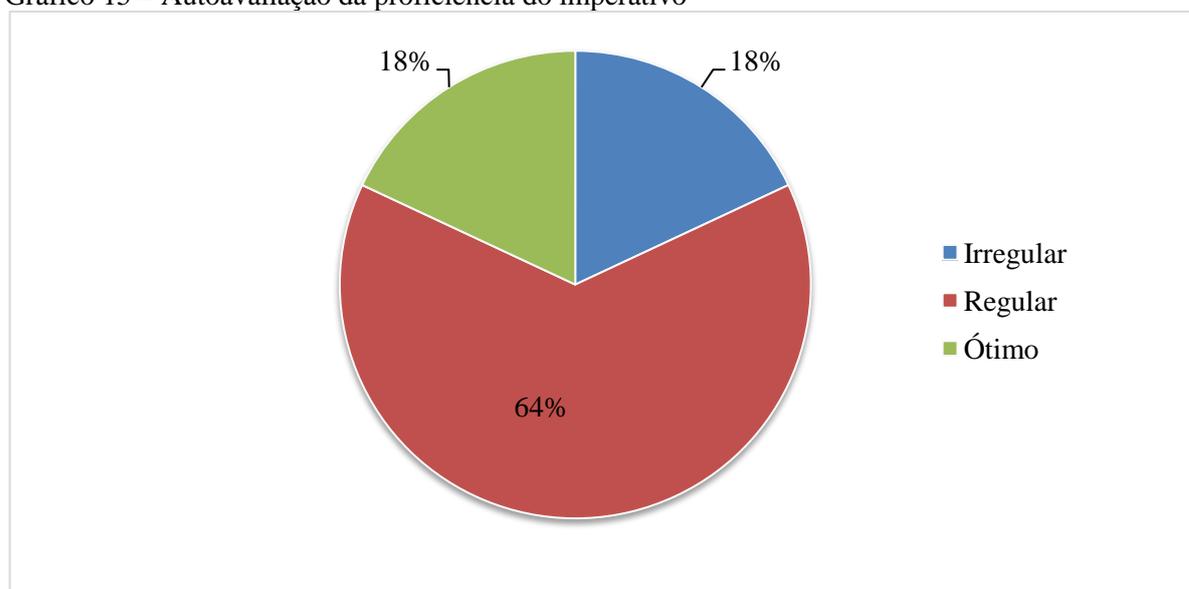
<sup>118</sup> Todos os Gráficos e Tabelas apresentados na análise dos dados são de elaboração da autora.

Gráfico 14 – Exposição diária dos sujeitos à internet



Um dado complementar do perfil dos informantes, vinculado diretamente à apreensão do fenômeno em estudo nesta pesquisa, diz respeito a autoavaliação dos sujeitos acerca do contato e proficiência com o assunto *modo imperativo*. Todos os inquiridos atestaram já terem estudado tema. A percepção do seu domínio, em geral, foi definida como regular, conforme demonstra o Gráfico 15, abaixo. Não foram apresentadas diferenças na autoavaliação dos indivíduos em função do sexo.

Gráfico 15 – Autoavaliação da proficiência do imperativo



Em linhas gerais, os falantes observados são, em sua maioria, moradores de bairros populares de Salvador. No que diz respeito à exposição à mídia, e conseqüentemente, ao

contato com o dialeto de outras regiões do país, apresentam baixa exposição à mídia televisiva, o que pode sugerir pouco contato com a influência da variante imperativa do padrão da região Sudeste, região de monopólio da produção televisiva. Em contrapartida, observou-se uma alta exposição à internet, principalmente em redes sociais como *facebook*, *snapchat* e *youtube*, o que pode indicar outro meio de contato com a diversidade linguística, uma vez que as redes sociais comportam e permitem a interação com falantes de regiões diversas e o favorecimento de trocas linguísticas.

Sobre o quesito avaliação, todos os participantes dos testes afirmam ter estudado o modo imperativo e avaliam seu domínio sobre o tema como regular.

#### 5.4.1 Testes de produção: o paradigma imperativo dos sujeitos participantes

Na análise das produções, a estratégia de criação de sentenças a partir dos diálogos das tirinhas mostrou-se produtiva. Das sentenças construídas a partir dos quadrinhos, Bloco 1 dos testes de produção, foram realizadas 142 ocorrências imperativas, conforme os exemplos das Figuras (37) e (38).

Figura 37 – Realização de sentenças imperativas nos testes de produção



Fonte: testes de produção (APÊNDICE C)

Figura 38 – Realização de sentença imperativa nos testes de produção



Fonte: testes de produção (APÊNDICE C)

A observação da Figura 38 demonstra a incorporação do contexto real do sujeito quando produz a sentença: “Corre, esqueci que estamos em Salvador!”. A produção da sentença demonstra, portanto, uma tentativa de se reportar a uma situação real de fala, o que pode ser um indicativo de que os dados produzidos nos testes aproximam-se da realidade vernacular dos falantes.

Ademais, a preocupação com a interpretação das imagens e a demanda criativa que a tarefa requer, podem levar o indivíduo a desligar-se da preocupação com as formas, e ocupar-se mais com o conteúdo. Haveria, portanto, cabíveis as devidas proporções, um movimento no sentido de mitigar o *paradoxo do observador*, aplicável inicialmente às situações de coleta de fala.

Nossa análise parte da hipótese de que, entre os falantes observados, estaria presente o padrão mais próximo ao apontado para o português popular de Salvador, as formas de subjuntivo (*cante*).

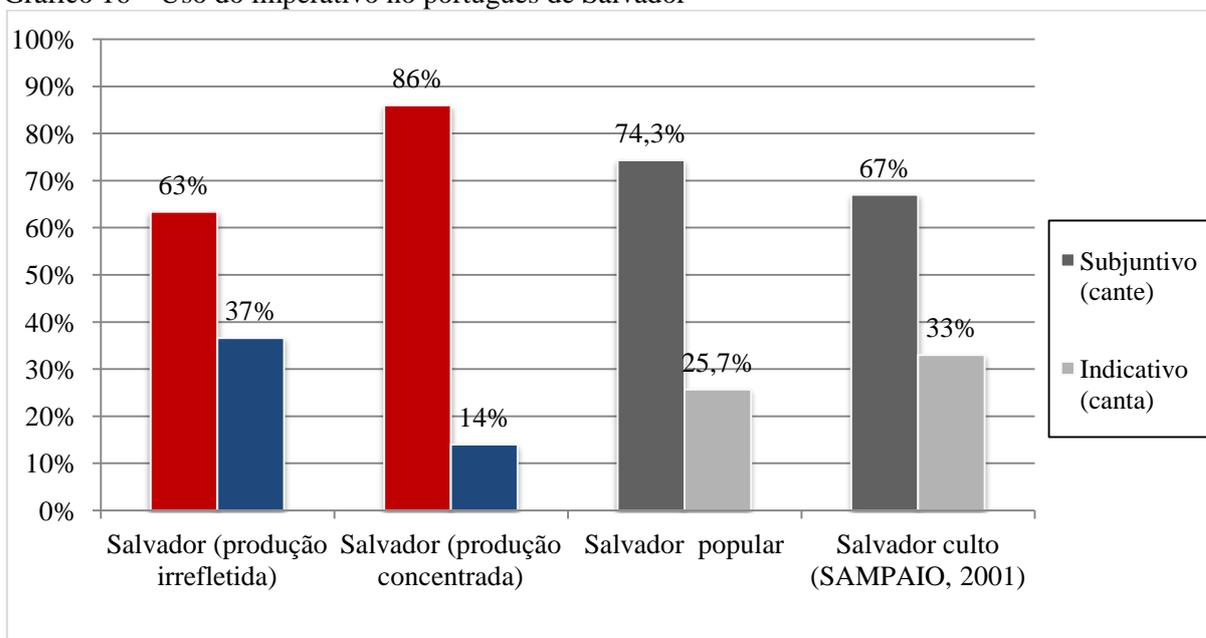
Os resultados gerais encontrados seguem descritos na Tabela 33.

Tabela 33 – Emprego da variante imperativa do subjuntivo (*cante*) nos testes de produção

Tipo de teste	Nº de oco./TOTAL	Frequência
Produção irrefletida	90/142	63,4%
Produção concentrada	234/272	86%
<b>TOTAL</b>	<b>324/414</b>	<b>78%</b>

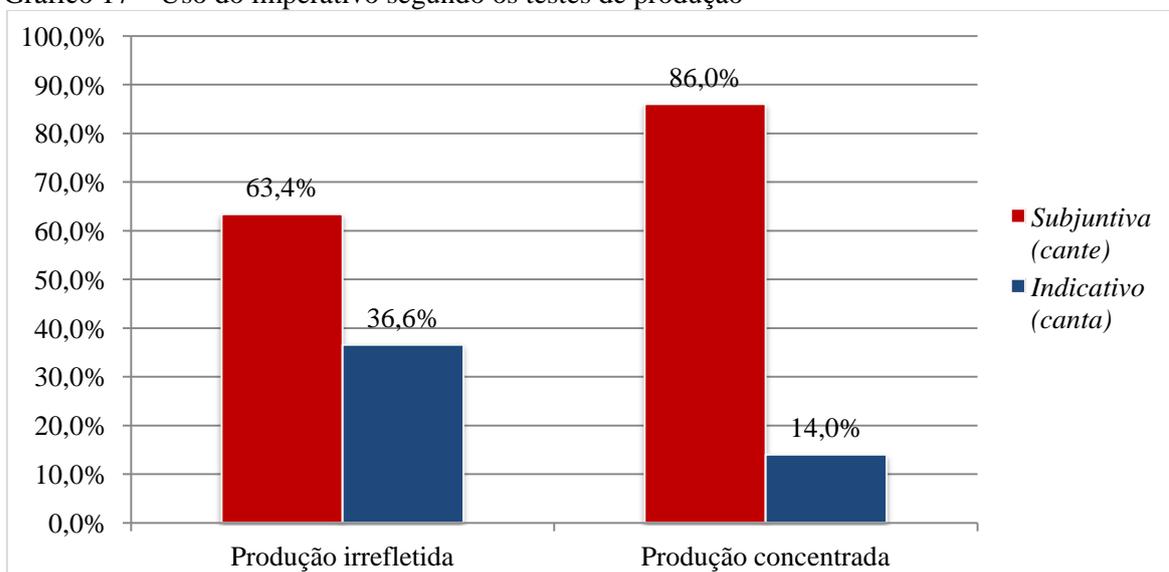
Os resultados apresentados confirmam a hipótese proposta. O paradigma predominante entre os sujeitos testados é compatível com o emprego geral associado às normas cultas (SAMPAIO, 2001) e populares de Salvador, conforme Gráfico 16.

Gráfico 16 – Uso do imperativo no português de Salvador



A distinção mais expressiva entre os dados diz respeito à diferença entre os índices do primeiro bloco de testes, a criação de sentenças a partir dos diálogos de histórias em quadrinhos, designada aqui como produção irrefletida, e os dados do segundo bloco de testes, em que o falante selecionava uma forma para preencher a sentença pré-definida (cf. Gráfico 17).

Gráfico 17 – Uso do imperativo segundo os testes de produção



Pelas razões expostas anteriormente, consideramos serem retratos mais próximos da norma vernacular dos falantes os dados da produção irrefletida, razão pela qual focalizamos a descrição do perfil social dos sujeitos nesse grupo de ocorrências. Assim, as informações sobre a distribuição da variante subjuntiva do imperativo conforme o *sexo*, a *exposição à mídia televisiva* e à *internet* seguem descritas na Tabela 34.

Tabela 34 – Emprego da variante imperativa do subjuntivo (*cante*) nos testes de produção

<b>Aspecto social</b>		<b>Oco./total</b>	<b>Frequência</b>
<b>Sexo</b>	Masculino	44/65	<b>59%</b>
	Feminino	46/77	<b>67%</b>
<b>Exposição à televisão</b>	Alta	15/17	<b>88,2%</b>
	Média	19/28	<b>67,9%</b>
	Baixa	32/55	<b>58,2%</b>
<b>Exposição à internet</b>	Alta	41/71	<b>57,7%</b>
	Média	39/59	<b>66,1%</b>
	<b>Baixa</b>	<b>10/12</b>	<b>83,3%</b>

Os resultados expostos apontam pelo maior emprego das formas entre sujeitos do sexo feminino, com alta exposição à mídia televisiva e baixa exposição à internet. O resultado quanto ao sexo é condizente com os observados para as amostras de fala do português popular de Salvador, conforme discutido em 3.3.2.2.3, o que sugere, mais uma vez, serem essas as formas de prestígio na cidade.

Os dados de *exposição à mídia* e à *internet* atuam em sentido contrário. Nossa expectativa era a de que a recepção da produção televisiva de outras regiões, sobretudo da região Sudeste, favoreceria a entrada de variantes externas à comunidade, as formas do indicativo. Os resultados podem estar relacionados ao fato de que a mídia de circulação mais ampla costuma se orientar pela prescrição gramatical, associando, conforme prevê o padrão, as formas pronominais de terceira pessoa (*você/ vocês*) à morfologia verbal correspondente, as formas de subjuntivo. Uma conclusão mais categórica nesse sentido carece de uma análise específica sobre o tema.

Sobre o contato com a *internet*, por não se restringir à recepção de dados, como acontece com a mídia televisiva, sobretudo nos espaços das redes sociais, privilegiados pelos

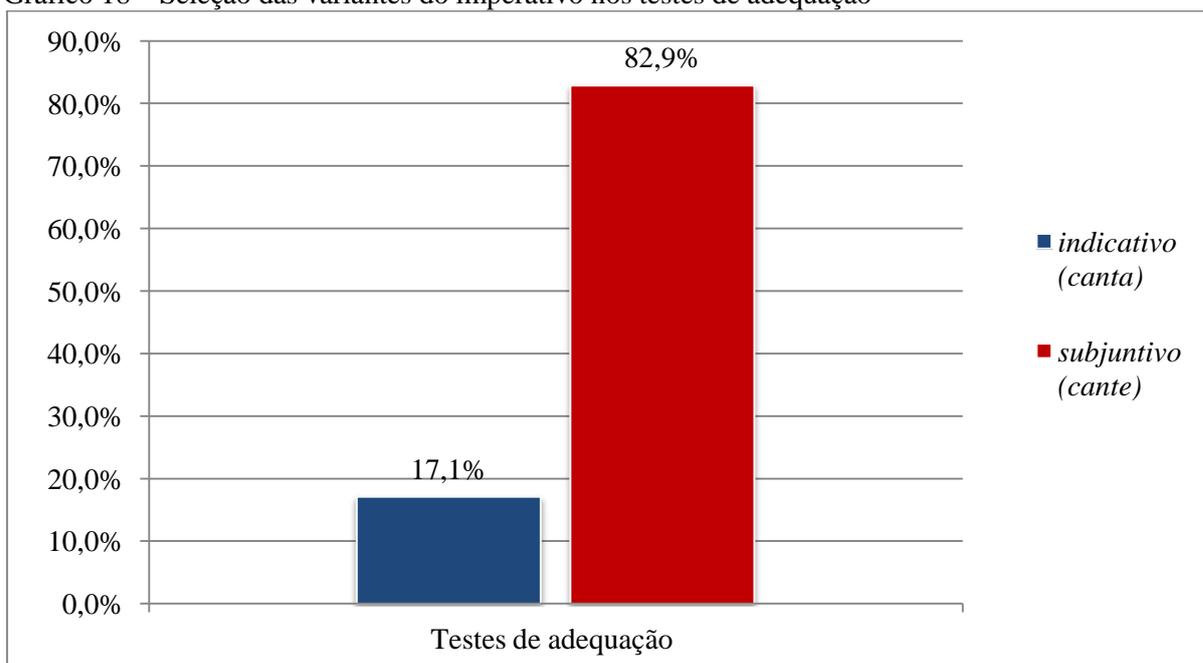
estudantes inquiridos, é possível que as trocas linguísticas atuem de modo mais expressivos, favorecendo a incorporação da variante externa.

#### 5.4.2 Testes de adequação: o efeito do viés discursivo pragmático na escolha das variantes

Os testes de adequação partiram da hipótese de que a natureza da situação comunicativa afetaria a escolha das variantes do imperativo. A partir dos contextos propostos textualmente e evocados por meio de imagens, buscamos identificar a existência de uma regra pragmático-discursiva de aplicação do imperativo.

Os resultados gerais indicam, conforme o Gráfico 18, a manutenção do padrão subjuntivo nos testes de adequação.

Gráfico 18 – Seleção das variantes do imperativo nos testes de adequação



Conforme Gráfico 18, das 298 sentenças avaliadas pelos participantes, 82,9% foram empregadas na variante subjuntiva (*cante*), mantem-se portanto a predileção pela forma subjuntiva apontada nos testes de produção.

Para a observação do efeito das variações contextuais nos testes de adequação, foram analisadas as variáveis *gradação semântica* e *relação com o interlocutor*, tal como propostas na análise dos dados de fala desta tese (cf. subseção 2.4.2.3). A partir da descrição dos contextos e dos componentes das imagens ilustrativas, categorizamos as ocorrências e

obtivemos a distribuição das realizações. Como exemplo, a situação prevista na Figura 39, a seguir, foi categorizada como um *comando enfático* e uma relação do tipo interlocutor *hierarquicamente inferior e mais íntimo*<sup>119</sup>.

Figura 39 – Situação comunicativa prevista para os testes de adequação



Fonte: testes de adequação (APÊNDICE D)

Os resultados para o efeito da *gradação semântica* na percepção da adequação das variantes do imperativo podem ser observados na Tabela 35:

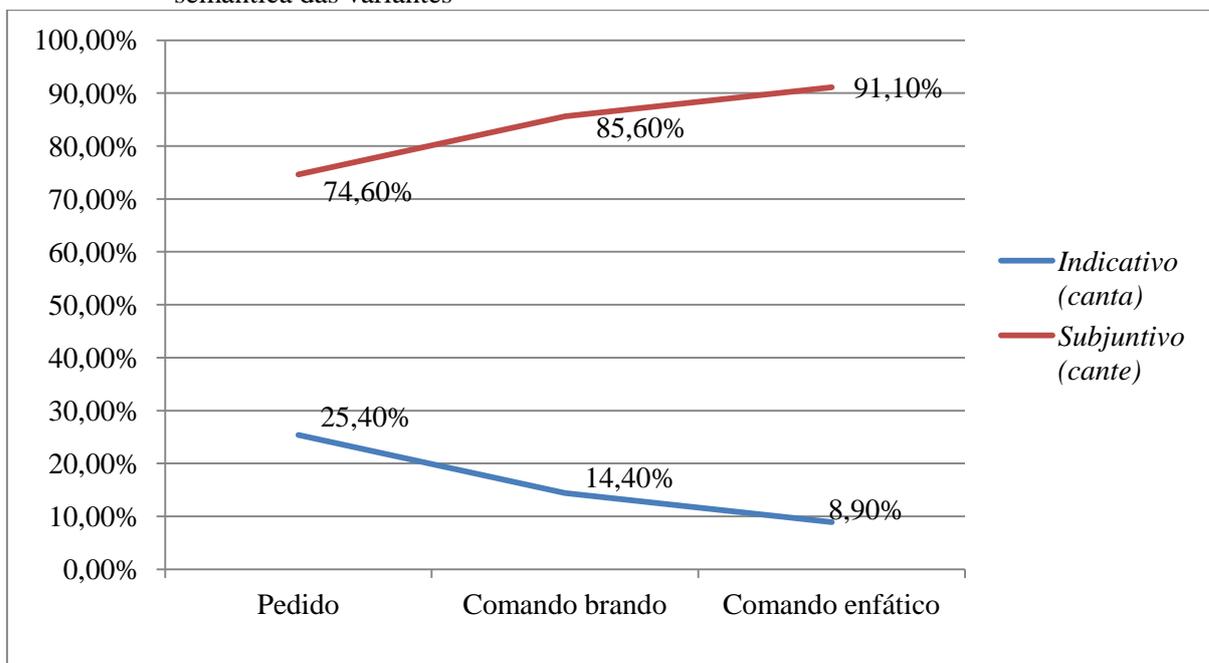
Tabela 35 – Seleção da variante do imperativo associada subjuntivo (*cante*) nos testes de adequação, conforme a *gradação semântica* do enunciado

<b>Gradação semântica do enunciado</b>	<b>Nº de oco./TOTAL</b>	<b>Frequência</b>
<b>Pedido</b>	88/118	<b>74,6%</b>
<b>Comando Brando</b>	77/90	<b>85,6%</b>
<b>Comando enfático</b>	82/90	<b>91,1%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>247/298</b>	<b>82,9%</b>

<sup>119</sup> A descrição das possibilidades de análise das variáveis *gradação semântica* e *relação com o interlocutor* podem ser consultadas na subseção 2.4.2, desta tese.

Embora o padrão subjuntivo (*cante*) seja mantido em todas as situações, o índice sofre alteração conforme a elevação da carga semântica de comando do enunciado. Observando os dados no Gráfico 19, podemos perceber as tendências de avaliação.

Gráfico 19 – Tendências de avaliação da adequação das formas do imperativo, conforme a gradação semântica das variantes



Conforme as linhas do Gráfico 19, as formas do indicativo (*canta*) são menos aplicadas à medida que a força do comando eleva-se. O contrário acontece entre as formas do subjuntivo (*cante*), as quais tem seu uso elevado em situações mais marcadas do ponto de vista da ênfase do comando.

Dessa forma, podemos considerar que as variantes imperativas do indicativo são avaliadas como mais adequadas a situações comunicativas mais brandas, carregando, na percepção dos falantes, um traço pragmático-discursivo de polidez e atenuação do comando.

Na Tabela 36, observamos os dados sobre a relação com o interlocutor, de maneira a mensurar se a posição hierárquica e a intimidade constituem aspectos pragmático-discursivos relevantes na avaliação dos sujeitos.

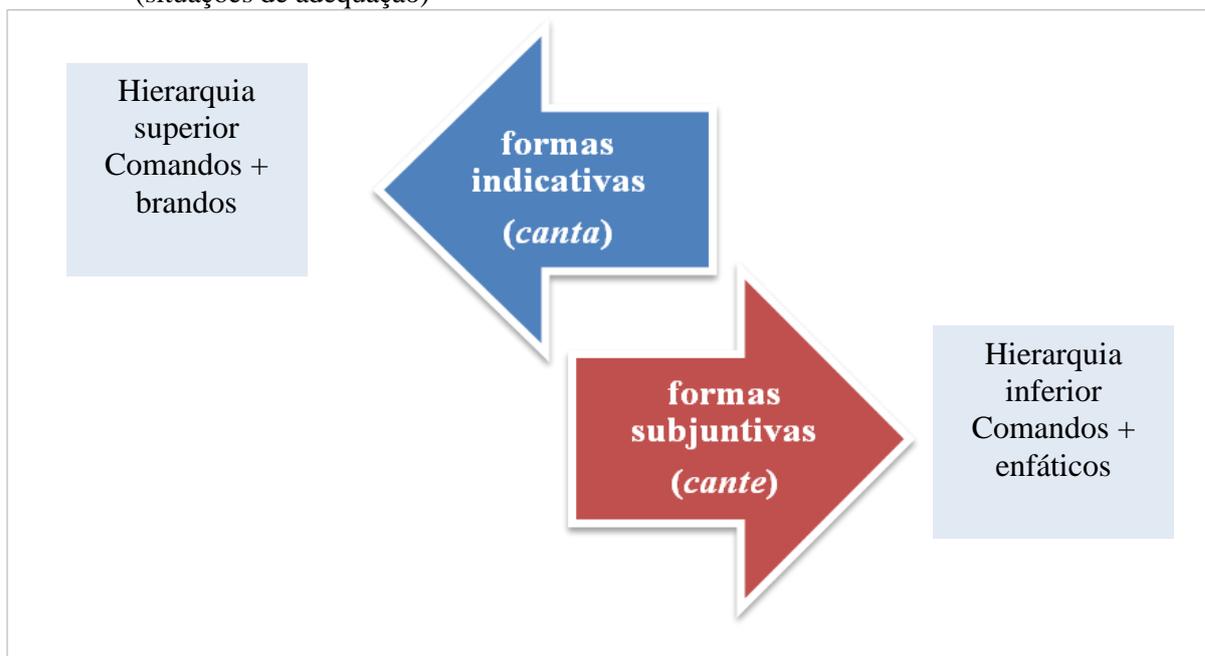
Tabela 36 – Seleção da variante do imperativo associada subjuntivo (*cante*) nos testes de adequação, conforme a *relação com o interlocutor*

<b>Relação com o interlocutor</b>	<b>Nº de oco./TOTAL</b>	<b>Frequência</b>
<b>Hierarquia superior/+intimidade</b>	69/90	<b>76,7%</b>
<b>Hierarquia superior/-intimidade</b>	46/58	<b>79,3%</b>
<b>Hierarquia neutra/+intimidade</b>	25/30	<b>83,3%</b>
<b>Hierarquia inferior/+intimidade</b>	52/60	<b>86,7%</b>
<b>Hierarquia inferior/-intimidade</b>	55/60	<b>91,7%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>247/298</b>	<b>82,9%</b>

De acordo com a Tabela 36, a reação subjetiva dos indivíduos submetidos ao teste de adequação aponta uma associação das formas subjuntivas (*cante*) às situações em que os interlocutores inspiravam uma relação hierarquicamente inferior em relação ao falante, como por exemplo, os contextos em que as imagens indicavam como receptores do comando as crianças e funcionários. Nas situações em que o interlocutor apresentou uma relação hierarquicamente superior (professor, idoso, patrão), a forma do subjuntivo foi menos selecionada. O traço de hierarquia mostrou-se mais marcante que a relação de intimidade com o interlocutor. Em síntese, o resultado sugere que as formas indicativas são associadas a valores de respeito em relação ao interlocutor e subalternidade em relação ao falante.

Relacionando os dois resultados, o quadro de avaliação subjetiva do modo imperativo aponta as tendências de adequação ilustradas na Figura 40, abaixo.

Figura 40 – Tendências de avaliação das formas imperativas, conforme a reação subjetiva dos falantes (situações de adequação)



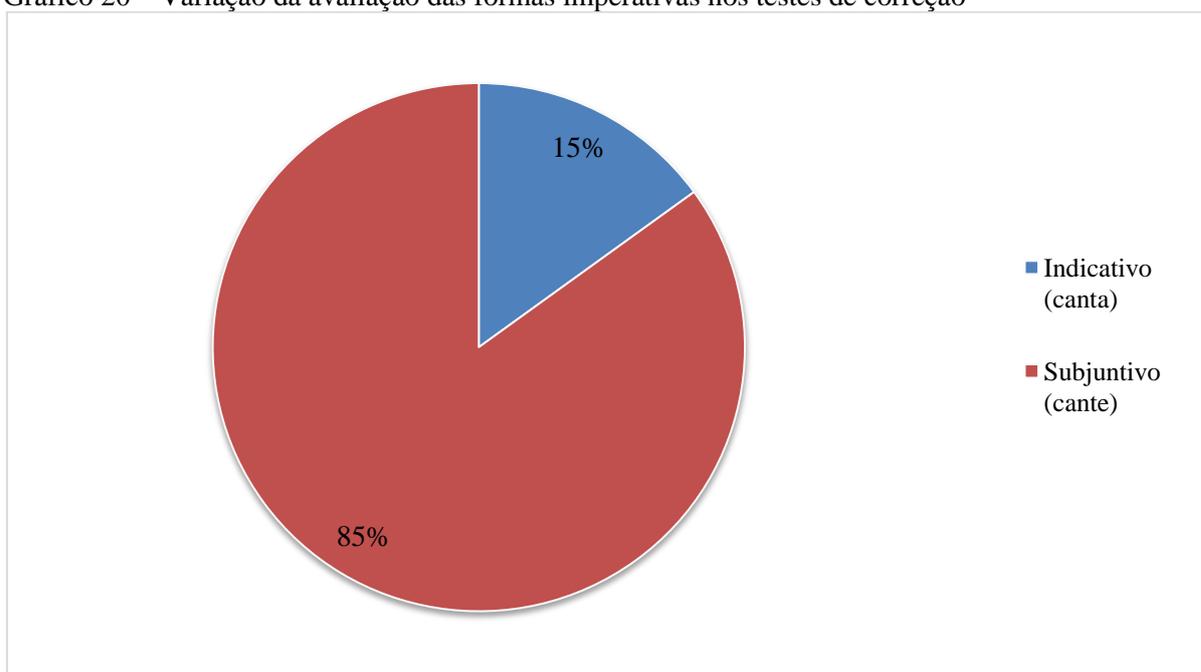
Consoante ilustra a Figura 40, os resultados apontados são complementares e seguem o mesmo vetor. As formas indicativas (*canta*) são mais associadas aos comandos brandos e a interlocutores hierarquicamente superiores, enquanto as formas subjuntivas são avaliadas como mais adequadas às situações de comando enfático e com interlocutores hierarquicamente inferiores.

#### 5.4.3 Testes de correção: identificação da norma padrão

Postas as considerações sobre os padrões de emprego e o parâmetro de adequação, ambos mais relacionadas aos usos que os indivíduos testados fariam em uma situação real de comunicação, resta-nos identificar de que maneira o modo imperativo é avaliado a partir de uma perspectiva normativista. Em outras palavras, quais formas são associadas a uma leitura de prestígio linguístico, no sentido da correção gramatical.

Na solicitação de indicar a forma correta segundo a norma padrão nas diferentes frases apresentadas prevaleceram as formas do subjuntivo (*cante*), com 85,4% das sentenças avaliadas, conforme Gráfico 21.

Gráfico 20 – Variação da avaliação das formas imperativas nos testes de correção



Em sentido geral, os sujeitos selecionaram as formas do subjuntivo (*cante*) como a variante correta. Fez-se necessário observar de que forma os diferentes contextos linguísticos interferem nesse julgamento. Para tanto, observamos os contextos para os quais a norma padrão prevê tratamentos específicos, a saber *o padrão pronominal tu/você* e a *polaridade da estrutura* (negativa/ afirmativa).

No primeiro caso, partimos da hipótese de que a definição geral da forma de subjuntivo sofre alteração nos contextos em o pronome *tu* é utilizado. Os dados relativos à análise desse aspecto seguem descritos na Tabela 37:

Tabela 37 – Seleção da variante do imperativo associada ao subjuntivo (*cante*) nos testes de correção, conforme o *pronome empregado* na sentença

Pronome utilizado	Nº de oco./TOTAL	Frequência
Pronome <i>tu</i>	93/120	77,5%
Pronome <i>você</i>	98/120	81,7%
Sem identificação explícita	361/405	89,1%
<b>TOTAL</b>	<b>552/645</b>	<b>85,6%</b>

Conforme esperado, os índices das formas subjuntivas (*cante*) apresentam certo decréscimo nas situações em que o pronome *tu* é utilizado, conforme os exemplos (84a) e (84b). No entanto, o alto percentual de emprego do pronome *tu* com as formas subjuntivas num contexto marcado pela escolarização e monitoramento da linguagem, reforça a perda da consciência da norma gramatical a esse respeito e o avanço da alternância indistinta entre os pronomes *tu e você*.

- (84) a. *Para tua segurança, não aceita ajuda de estranhos nos caixas de autoatendimento*  
 b. *Meu amigo, tu não sabe o que aconteceu, senta que eu te conto.*

Observamos ainda como a definição do padrão imperativo se comporta, conforme a polaridade da estrutura.

Tabela 38 – Seleção da variante do imperativo associada ao subjuntivo (*cante*) nos testes de correção, conforme a polaridade da estrutura.

Pronome utilizado	Nº de oco./TOTAL	Frequência
Afirmativa	320/390	82,1%
Negativa	243/269	90,3%
<b>TOTAL</b>	<b>563/659</b>	<b>85,4%</b>

Conforme a Tabela 38, o julgamento das formas subjuntivas como padrão, torna-se ainda mais evidente em sentenças negativas. Lembramos que os dados de fala tratados em 3.2.1, apontam sentido semelhante, indicando, para o português popular rural da Bahia, o desfavorecimento das formas de indicativo nas sentenças negativas. Assim podemos pensar que o efeito já revelado na produção espontânea das amostras de fala tratadas nesta tese se coloca também no plano da percepção dos sujeitos.

As frases que simulam situações menos dialógicas se configuram como contextos em que as formas subjuntivas tem menor índice de correção, de modo que podem estar relacionados ao traço menos interacionista que comportam.

Considerando os dados apresentados para os testes de correção, as formas subjuntivas são as variantes consideradas mais corretas pelos sujeitos. Tal avaliação tem seu índice ligeiramente reduzido em contextos de emprego do pronome *tu*, frases com polaridade afirmativa e contextos [-] dialógicos.

## 5.5 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO

Este capítulo investigou a avaliação do modo imperativo no português da Bahia entre falantes com grau médio de escolarização. O objetivo principal foi identificar as reações subjetivas desses indivíduos em relação às variantes indicativa (*canta*) e subjuntiva (*cante*).

Os estudos sobre a avaliação do imperativo precedentes a esta análise, embora de modo indireto, apontam no sentido do emprego das formas de subjuntivo como elemento de estereotipia do falar de Recife (JESUS, 2006). Destaca-se ainda o efeito da força manipulativa no emprego do imperativo, as formas indicativas utilizadas nos contextos em que o emissor exerce maior força sobre o interlocutor, ou seja, é superior em relação ao ouvinte. E as formas de subjuntivo empregadas em sentido oposto (cf. REIS, 2003). Vale lembrar que a análise é correspondente a dados escritos, representativos da região Sul, área cujo padrão imperativo (indicativo – *canta*) diverge da tendência de Salvador (área de subjuntivo – *cante*).

Sem desconsiderar as contribuições dos estudos sobre o tema, nossa investigação buscou abordar o problema da avaliação do imperativo de modo mais direto. Para tanto, partimos de questionamentos pontuais, para os quais sintetizamos as considerações discutidas ao longo do capítulo:

- a) *Quais os contrastes entre as produções e a avaliação do imperativo por parte dos usuários do português da Bahia?*

O padrão empregado pelos sujeitos submetidos aos testes de avaliação revelou conformidade com o padrão geral subjuntivo (*cante*) do português Salvador (77% norma culta (SAMPAIO, 2001); 74% norma popular (cf. subseção 3.2.2). Mantendo a mesma tendência, os índices dos testes de produção variaram conforme a estratégia de identificação dos dados, apresentando percentuais mais reduzidos de formas subjuntivas nos testes de produção irrefletida (63,4%), situação em que acreditamos, emergem as formas mais próximas do vernáculo dos sujeitos. Nas produções concentradas, o índice de formas subjuntivas elevou-se, o que pode ser o primeiro indício do prestígio que essas formas carregam.

- b) *Como o contexto discursivo pragmático atua sobre a escolha das variantes do imperativo?*

A análise da seleção das variantes nas diferentes situações comunicativas revelou a atuação convergente de dois fatores, a *relação com o interlocutor* e a *gradação semântica*. As formas indicativas se mostraram mais positivamente avaliadas nos contextos que envolvem uma relação de mais respeito e polidez com o interlocutor, a saber, os contextos em que o interlocutor é superior ao falante e os comandos mais brandos. A princípio, os dados parecem contrários às considerações propostas por Reis (2003).

c) *Como os falantes avaliam as formas de acordo com o paradigma normativo?;*

No que toca à identificação do padrão normativo, as formas subjuntivas (*cante*), padrão entre os falantes analisados e norma geral de Salvador, são avaliadas pelos estudantes como a opção mais correta. Alguns indícios em sentido contrário aparecem em contextos específicos de emprego do pronome *tu*, no que reforça a afirmação de Scherre (2005), de que a identificação da norma padrão ainda subsiste no contexto da escolarização. Outros específicos com a mesma tendência dizem respeito às sentenças com *polaridade positiva* e em frases que remetem a situações *menos dialógicas*.

d) *De que maneira, entre as variantes do fenômeno em estudo, se configura a identificação de formas mais ou menos prestigiadas?*

Pode-se dizer que duas tendências de avaliação das formas são apresentadas nos testes. De um lado a identificação da forma padrão coincidindo com a variante subjuntiva, padrão amplo de emprego entre os falantes de Salvador e mais frequente nas situações de produção concentrada. Por outro lado, há uma tendência relacionada à especialização pragmática das formas indicativas, mais adequadas às situações em que o interlocutor é hierarquicamente superior (professor, patrão) ou o comando é mais brando.

As duas tendências, aparentemente soam contraditórias, haja vista que a relação mais evidente a ser esperada era uma convergência entre as formas direcionadas a superiores e as formas padrão. Nesse sentido, a ausência de uma avaliação social explícita do fenômeno, parece atuar, de modo que, embora reconheçam a forma padrão como a variante do subjuntivo, seja pelo efeito que exerce a escolarização, seja pela apreensão das formas, ao serem submetidos a um teste mais subjetivo, apresentam uma percepção divergente.

Embora julguem as formas do subjuntivo (*cante*) como padrão, mesmo nos contextos definidos pela gramática normativa como de emprego do indicativo – uso do pronome *tu* –, ao

serem expostos a uma produção menos monitorada, *os testes de produção irrefletida*, ou a uma situação menos explícita de avaliação (*os testes de adequação*), a frequência de desses usos decai ou demonstra uma direção divergente. Isso nos leva à leitura de que a definição do caráter inovador ou conservador, padrão ou não padrão das formas do imperativo não pode ser dada em termos absolutos, mas depende do contexto social e histórico em que se inserem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objeto de estudo a expressão variável do modo imperativo – variantes indicativa (*canta*) ou subjuntiva (*cante*) – no português popular da Bahia. A fim de recobrir a configuração da variação em contextos rurais e urbanos do estado, partimos, no Capítulo 1, da definição, delimitação e caracterização do tema. Apresentando uma contextualização do fenômeno do latim ao português, nossa revisão ampliou-se em direção às realizações do português brasileiro e, mais detidamente, do Nordeste, região associada ao padrão imperativo do subjuntivo (*cante*). A investigação sobre trabalhos referentes ao português da Bahia apontou lacunas significativas, uma vez que a observação mais relevante empreendida abarca apenas o português de Salvador (SAMPAIO, 2001). Ademais, os dados do português popular são tratados no referido estudo conjuntamente com amostras da norma culta e da norma média. Dessa forma, nosso trabalho justifica-se diante da extensão do território baiano e da importância da compreensão da variação no âmbito do português popular do Brasil.

Apresentadas no Capítulo 2 as bases teóricas e metodológicas da nossa investigação, partimos para a investigação do imperativo no português popular da Bahia. Assumindo os pressupostos da Sociolinguística Variacionista, expusemos o recorte de observação. Desta etapa, sublinhamos o rigor necessário para a coleta dos dados, haja vista a sutileza que muitas vezes diferencia a morfologia variável do imperativo e o cuidado necessário para a identificação e exclusão dos contextos de neutralização.

Após o cotejo e a análise dos dados apresentados no Capítulo 3, podemos afirmar que os resultados do uso do imperativo para o português popular da Bahia são caracterizados por uma clivagem entre o padrão indicativo (*canta*) das variedades rurais e o emprego do subjuntivo (*cante*), padrão do grande centro urbano do estado, Salvador. Situando a questão no âmbito nacional, a partir do ponto de vista estrito do padrão empregado, pode-se concluir que a capital do estado segue a tendência geral do Nordeste, enquanto o interior comporta-se de modo oposto, adotando o padrão mais frequentemente encontrado nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Diante do cenário exposto, emergiram os questionamentos centrais da análise:

- i) Quais seriam as origens dos dois padrões encontrados?
- ii) Quais são os diagnósticos e as tendências de variação e mudança nos dois cenários linguísticos observados?

A divergência apontada e as características dos diferentes *corpora* levaram à leitura de que a fixação dos padrões é resultado de processos particulares de difusão do imperativo. Nossa leitura, neste ponto, parte da correlação entre os resultados linguísticos e sociais apontados pela análise quantitativa e os elementos sócio-históricos que caracterizam as comunidades de fala e o papel por elas desempenhado na dinâmica socioeconômica do estado da Bahia, fatos tratados no Capítulo 4.

Para o português rural, onde predomina o emprego das formas do indicativo (*canta*), reunimos alguns argumentos em favor da hipótese do contato entre línguas e desdobramentos da redução da morfologia verbal advindos desse processo. Essa hipótese, conforme destacado ao longo da tese, orientou a interpretação dos dados e serve de esteio para a tessitura das nossas considerações finais.

De pronto, é preciso ressaltar que, embora se identifique formalmente com o padrão empregado nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, não nos parece plausível estabelecer uma influência direta entre as realidades. Isso porque além de não haver uma relação de contiguidade geográfica que justifique enfaticamente uma influência dialetal significativa, a maioria das comunidades rurais investigadas (sobretudo as afro-brasileiras) permaneceu, por algum tempo, isolada e afastada de mecanismos que favorecessem o contato cultural com essas regiões, como, por exemplo, a TV e, mais recentemente, a internet.

Postos esses preâmbulos, nossa leitura para a origem das formas indicativas no interior da Bahia se sustenta em duas possibilidades: i) a fixação da forma associada ao indicativo (*canta*) a partir do modelo depreendido das situações comunicativas entre colonos e escravos; ii) a fixação da forma menos flexionada, indicativa (*canta*), em função da redução da morfologia flexional que afeta as línguas erigidas a partir de situações de transmissão linguística irregular.

Sobre a primeira possibilidade, durante o período colonial, em geral, teria predominado, nas relações entre escravos e colonos, interações mediadas pela direção de comandos aos escravos, o uso da forma de segunda pessoa, derivada do modo indicativo. Isto porque, tal como descrito na subseção 1.2.2, no português europeu, o uso do imperativo realiza-se com base na relação de distanciamento e formalidade entre o falante e seu interlocutor. Tomando a situação comunicativa em evidência, pode-se inferir que a forma utilizada pelos colonos no trato com os escravos seria a forma de segunda pessoa (*canta*), haja vista a inferior posição social (relação assimétrica descendente) destes e a não formalidade da situação.

Para a segunda possibilidade, parte-se da assunção de que as situações coloniais em que se desenvolvem as variedades populares do idioma, marcadas pela ausência de um processo assistido e sistematizado de aquisição da língua, teriam reunido as condições favoráveis para um processo de aquisição linguística do português de modo irregular (cf. Capítulo 4). A forma indicativa, como forma menos flexionada e morfológicamente mais próxima da forma base nominal, teria se difundido, sendo empregada também no modo imperativo. Cabe lembrar que tal situação é flagrada nas línguas crioulas, nas quais figura o uso de formas não flexionadas, empregadas de modo invariável nos comandos tipicamente imperativos (cf. subseção 1.2.4).

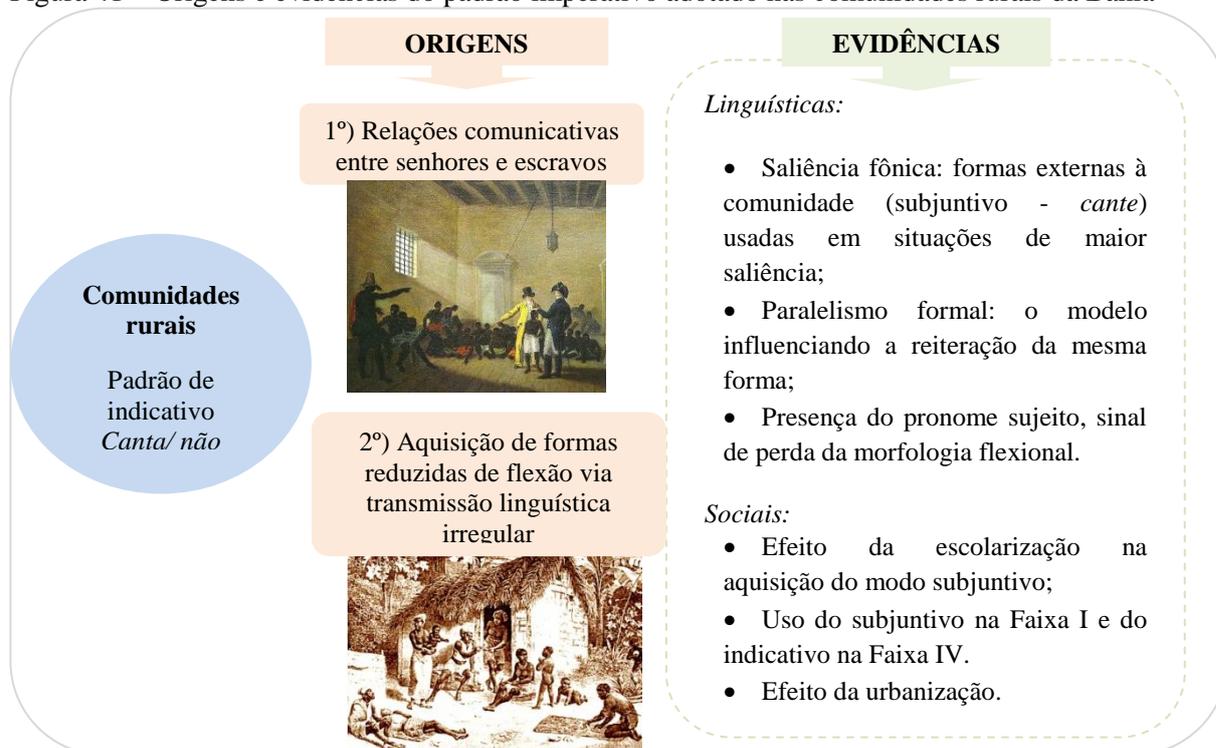
Os dados quantitativos apresentados e discutidos no Capítulo 3 apontam algumas evidências em favor da compreensão dessas possibilidades. Do ponto de vista linguístico, alguns grupos de fatores selecionados na análise do *Goldvarb* podem ser destacados como evidências em favor da pertinência da nossa interpretação. A primeira delas diz respeito à presença do pronome sujeito como fator condicionante das formas imperativas, tal como acontece nas línguas crioulas descritas na subseção 1.2.4. Isso demarca uma possível relação coma perda da morfologia flexional, aspecto relevante para a constituição do português popular do Brasil. Do mesmo modo, a *saliência morfofonológica*, com a variante de padrão menos frequente, subjuntivo (*cante*), sendo empregada em situações de maior contraste morfofonológico, identifica esta forma como não pertencente à comunidade, o que reforça a ideia de que a forma indicativa teria se fixado primeiro e que a mudança se processa em função da forma padrão do subjuntivo. Por fim, o emprego de uma forma variante favorecendo a reiteração de uma forma da mesma natureza – *o paralelismo discursivo* – pode ser um indício de que o uso por parte dos pares e no trato com os colonos também teria influenciado o uso das formas indicativas.

Do ponto de vista social, três fatores corroboram com a leitura da variação do imperativo no português popular rural da Bahia. Apesar de não ter sido selecionada, a variável faixa etária é indício importante em favor da pertinência do contato. A menor ocorrência das formas inovadoras do subjuntivo (*cante*) na fala de falantes com mais de 80 anos, entre os quais se preservaram as marcas mais fortes do contato entre línguas, é reveladora, no sentido que indica uma ligação entre a aquisição de um modelo de imperativo mais simplificado do ponto de vista morfológico. Os dados da Faixa I endossam essa leitura, tendo em vista que ficou aí demonstrada uma presença maior de ocorrências do subjuntivo (*cante*). Ainda no âmbito dos fatores sociais, os dados relativos à escolarização indicam uma possível aquisição das formas subjuntivas via contato com o universo escolar, haja vista a associação entre o

padrão predominante do pronome  *você*  e as prescrições normativas, seja de modo direto, via abordagem do conteúdo  *modo imperativo* , seja indireto, via textos escritos de circulação escolar. Lembramos que os falantes da Faixa I são a maioria entre os informantes semialfabetizados da amostra. Por fim, a difusão do imperativo mostrou-se sensível à influência da urbanização, sendo a forma indicativa favorecida em comunidades mais isoladas e com menor nível de urbanização. Comunidades mais isoladas, ou mais distantes do centro difusor do subjuntivo usam mais indicativo. Destacamos a ressalva de que, embora predomine o indicativo em todas as comunidades rurais observadas, as comunidades geograficamente mais próximas de Salvador, Sapé e Santo Antônio de Jesus, mostraram-se mais receptivas ao subjuntivo. O efeito da urbanização é reforçado pela leitura da variável localidade, a qual apontou também aumento do emprego do subjuntivo na sede dos municípios em relação as suas zonas rurais.

Diante das evidências apontadas pelos dados, as explicações inicialmente postuladas para a prevalência do padrão indicativo nas comunidades rurais não se configuram como possibilidades excludentes, sendo muito possível que tenham, em algum momento, coocorrido, influenciando mutuamente na aquisição do modo imperativo nas comunidades estudadas via contato entre línguas. A Figura 41 apresenta uma síntese da nossa interpretação.

Figura 41 – Origens e evidências do padrão imperativo adotado nas comunidades rurais da Bahia

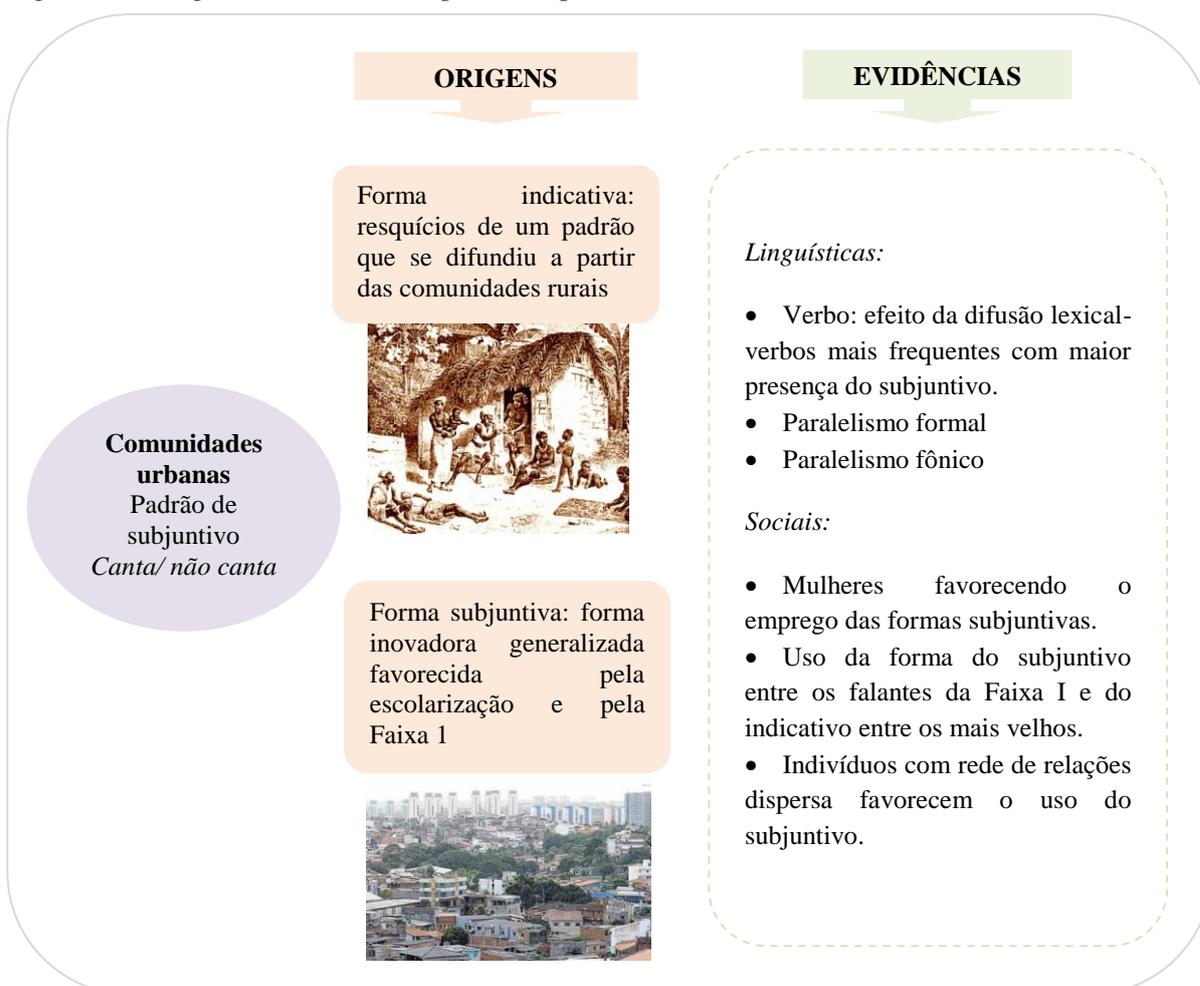


Fonte: Elaborado pela autora

Para a interpretação dos resultados do português popular urbano da Bahia, partimos da compreensão de que, ao lado de um padrão de indicativo, aconteceu a inserção das formas imperativas do subjuntivo via incremento do pronome *você* no sistema pronominal do Brasil. O padrão do interior teria acompanhado o processo de difusão do português popular do Brasil, conforme discutido no capítulo 4. No cenário urbano, a convivência com outras normas e com o processo de escolarização teriam difundido as formas subjuntivas, que, aos poucos, superaram as realizações indicativas, criando um padrão contrastante com os falares rurais. Vale lembrar que não há diferenças entre o português culto e o português popular de Salvador no que se refere ao emprego do modo subjuntivo como norma (SAMPAIO, 2001). As formas do indicativo, frequentes no português rural, seriam no *português popular urbano da Bahia*, vestígios das antigas formas do interior difundidas para a capital no processo tardio e heterogêneo de urbanização do estado. A implementação do pronome *você* e a convivência com as normas cultas conduziram à mudança linguística em favor das formas do subjuntivo (*cante*).

A análise dos dados destacou, entre as evidências linguísticas, a variável *verbo empregado*, reveladora da gradual difusão da mudança; o *paralelismo fônico* e o *paralelismo discursivo*. Assim, do ponto de vista da estrutura linguística, podemos inferir que as formas subjuntivas foram implantadas de modo gradual, nos contextos favoráveis à harmonização vocálica entre o morfema modo temporal e a vogal precedente e nas situações de emprego prévio da variante. As evidências mais claras para a compreensão da difusão do imperativo no falar urbano do estado se dão, no entanto, em âmbito social. O traço social mais evidente para a nossa leitura diz respeito às variáveis *bairro* e *rede de relações sociais*. As formas subjuntivas foram desfavorecidas justamente nos bairros cuja população tem como perfil a procedência do interior, *Lauro de Freitas* e *Cajazeiras*, e entre os falantes com *rede de relações* concentrada no bairro. Em sentido contrário, a dispersão das relações sociais estabelecidas estimulou a aquisição das formas de subjuntivo. Dentre evidências sociais, destaca-se ainda a variável *sexo do informante*, selecionada pelo programa e que evidenciou as mulheres atuando no condicionamento dos usos subjuntivos. Considerando o princípio de que as mulheres, nos centros urbanos, tendem a empregar as formas de prestígio, o condicionamento apontado reflete uma possível relação dessas formas com um padrão inovador. Embora não selecionada, a variável *faixa etária* evidenciou o predomínio das formas subjuntivas entre os falantes mais jovens, o que, mais uma vez, sugere a implementação da mudança em direção ao subjuntivo, já instalada em estágio avançado. Esses resultados encontram-se sistematizados na Figura 42.

Figura 42 – Origens e evidências do padrão imperativo adotado nas comunidades urbanas da Bahia



Fonte: Elaborado pela autora

A fim de ampliar a compreensão do tema, traçamos, no Capítulo 5, uma tentativa de abordagem da dimensão subjetiva do fenômeno, para a qual foi revelada uma aparente especialização pragmática das formas indicativas no trato com interlocutores superiores e em comandos mais brandos em *testes de adequação*. A leitura do comportamento linguístico apresentado, no entanto, não pôde ser aceita sem ressalvas, tendo em vista a contradição apresentada em relação aos dados dos *testes de identificação da forma padrão*. A forma subjuntiva, mesmo em contextos mais formais e de emprego do pronome *tu* foi a escolha prioritariamente identificada como a variante padrão. Dessa análise, emerge a leitura de que a interpretação da variação do imperativo, fenômeno sem marca evidente de prestígio social, depende da leitura do seu contexto de aplicação, da constituição sócio-histórica das comunidades de fala e do encaixamento linguístico do fenômeno.

Além das considerações que nos permitiram compreender a variação do imperativo no português popular da Bahia, emergiram alguns aspectos que favorecem a ampliação do

entendimento do fenômeno linguístico como um todo. Nesse sentido, há que se destacar a variável *paralelismo discursivo*. O tratamento da variável em nosso trabalho, embora marcante tanto no português rural quanto no português urbano da capital, nos coloca diante de algumas observações. Embora selecionada nos dois conjuntos de *corpora*, a leitura da variável não nos parece explicar satisfatoriamente a variação linguística. Isso porque no lugar de fornecer uma justificativa independente para a escolha da variante em determinada ocorrência, a vincula a uma realização precedente. Em termos objetivos, reconhecer irrestritamente o efeito do paralelismo equivale a dizer que “a forma foi usada, porque foi usada antes”, construindo uma espécie de tautologia. Em síntese, diz-se que o falante usa determinada variante porque antes a empregou, sem que seja possível identificar qualquer tendência no comportamento linguístico do fenômeno passível de generalização às demais ocorrências que não sejam a segunda menção de uma cadeia comunicativa. Por essa razão, assumimos o condicionamento proposto mais como um princípio do que como um contexto condicionante.

Por fim, ressaltamos que a contribuição de uma tese não se define somente pelas descobertas e respostas que é capaz de apresentar mas também pelas perguntas que suscita, revelando nuances e lacunas da(s) questão(s) explorada(s). Nesse sentido pode-se dizer que além das questões discutidas e investigadas acerca da expressão do imperativo, outras frentes de pesquisa não contempladas nos limites deste estudo se descortinam, dentre as quais a que talvez nos pareça a principal é a necessidade de se observar se a oposição rural-urbano, evidenciada neste trabalho, se desdobra no português falado em outras regiões do país. Vale lembrar que, embora de modo não sistemático e exaustivo, a relevância dessa oposição foi sinalizada para o estado de Santa Catarina. Cabe observar em que medida essa relação se aplica a outros cenários brasileiros e quais os aspectos sócio-históricos os condicionam. Ainda no vetor dessa ampliação, cumpre destacar a tarefa ainda necessária de investigação da expressão do imperativo em outras regiões do país, pouco tratadas no âmbito da sociolinguística, como os estados da região Norte.

De modo secundário, mas não menos importante, exhibe-se também a necessidade do tratamento da avaliação subjetiva das variantes. Para além da metodologia, deveras objetiva aqui empreendida (pautada no isolamento das variantes por meio da modalidade escrita da língua), cabe a exposição do falante a amostras do português falado, o que pode revelar contornos ainda não conhecidos da questão. Ademais, na direção apontada em Oushiro (2015), outra possibilidade de análise no campo da avaliação diz respeito às atitudes

linguísticas, não tratadas objetivamente nesta tese por carência de tempo e limitação do recorte temático.

Ressaltamos que, embora muitos trabalhos tenham sido realizados acerca do modo imperativo, a análise aqui apresentada colabora, dentro das restrições possíveis, com a ampliação do tema, uma vez que revela contornos ainda não observados no âmbito dos estudos linguístico e favoreceu uma percepção mais complexa das isoglossas do imperativo. Assim, se, para Castilho (2014, p. 440), “O imperativo mais parece uma corda bamba entre o discurso [...] e a gramática”, no português popular da Bahia, o imperativo mais parece um tripé, entre a gramática, a geografia e a história. Nossa tarefa chega às considerações finais, no entanto, com a convicção de que nossas respostas, embora importantes para a ampliação do tema, estão longe de esgotar as questões.

## REFERÊNCIAS

- ALCOFORADO, Gonçalves. **Os condicionantes do desenvolvimento do estado da Bahia**. 2003. 389 f. Tese (Doutorado em Planificación Territorial y Desarrollo Regional) – Universidade de Barcelona: Buenos Aires, 2003.
- ALVES, Gilson Chicon. **Aspectos do uso do imperativo na linguagem oral do pessoense**. 2001. 96 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2001.
- ALVES, Jeferson da Silva. O imperativo singular em histórias em quadrinhos baianas. **Revista eletrônica de divulgação científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura**, ano 4, n. 9, p. 1-18, 2008. Disponível em <http://www.letramagna.com/imperativohq.pdf>. Acesso em 13 jan. 2016.
- AGOSTINHO, Ana Livia dos Santos. **Fonologia e método pedagógico do lung'le**. 2015. 425 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- ANDRADE, Adriano Bitencourt. BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. **Geografia de Salvador**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2009.
- ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982 [1711]. (Coleção Reconquista do Brasil).
- AZEVEDO, Thales de. **Povoamento da cidade de Salvador**. Salvador: Itapuã, 1969.
- BAGNO, Marcos. **Gramática Pedagógica do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- BAXTER, Alan. **Transmissão Geracional Irregular na História do Português Brasileiro: divergências nas vertentes afro-brasileiras**. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, v. 14, p. 72-90, 1995.
- BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante. Um paso más hacia la definición del pasado criollo del dialecto afro-brasileño de Helvécia (Bahia). In: ZIMMERMANN, Klaus. (Org.) **Lenguas criollas de base lexical española y portuguesa**. Madri: Iberoamericana, 1999. p. 119-141.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- BIAZZO, Pedro Paulo. Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA (ENGP), 4.: 2008. **Anais...** São Paulo: USP, 2008. p. 132-150. Disponível em <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%204ENGRUP/artigos.htm> Acesso em 12 dez. 2015.
- BONFÁ, C. R.; PINTO, I. A.; LUIZ, I. **Imperativo: uma comparação entre Lages e Florianópolis**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina/CEP, 1997. (Série de Estudos Diacrônicos).

- BORGES, Luiz Carlos. A língua geral: revendo margens em sua deriva. In: FREIRE, José Ribamar Bessa; ROSA, Maria Carlota (Org.). **Línguas Gerais**: política linguística e catequese na América do Sul no período colonial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003. p. 113-131.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Do campo para a cidade**: estudo sociolinguístico de migração e de redes sociais. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna**: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2006.
- BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; MATOS, Gabriele. Estrutura da frase simples e tipos de frase. In: MATEUS, Maria Helena Mira et al. **Gramática da língua portuguesa**. 5. ed. Lisboa: Caminho Editorial, 2003. p. 433-506.
- CAPINAN, Ubiraneila. **O quilombo que renasce**: estudo de caso acerca dos impactos das políticas públicas de certificação e de titulação do território sobre a identidade étnica dos quilombos remanescentes Barra e Bananal em Rio de Contas, Bahia. 2009. 205 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- CARDOSO, Bruno. **Um estudo variacionista das formas imperativas nas cidades de Florianópolis e Lages**: uma questão de encaixamento? 2012. 144 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2012.
- CARDOSO, Daisy Barbara Borges. **Variação e mudança no imperativo no português brasileiro**: gênero e identidade. 2009. 153 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2009.
- CARDOSO, Suzana. Língua: meio de opressão ou de socialização. In: FERREIRA, Carlota et al. **Diversidade do português do Brasil**: estudos de dialectologia rural e outros. 2. ed. rev. e ampl. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994. p. 229-233.
- CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Cidade, v. 11, out. p. 53-75, 1998.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. As “cidades” de Salvador. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Como anda Salvador e sua região metropolitana**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.
- CAVALCANTE, Rerisson. Interação entre imperativo e negação. **Revista de Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, v. 8, n. 2, dez. p. 9-36, 2010.
- CAVALCANTE, Rerisson. Negative Imperatives in Portuguese and Other Romance Languages. In: HERSCHENSOHN, Julia. (Org.). **Romance Linguistics 2010**: Selected papers from the 40th Linguistic Symposium on Romance Linguistics (LSRL), Seattle, Washington, mar. p. 205-220, 2011.

CAVALCANTE, Rerisson; SIMIONI, Leonor. A ordem VS em sentenças imperativas do português brasileiro. **Revista Letrônica**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 304-315, jul.-dez. 2015. Disponível em: < <http://www.usjt.br/arq.urb/arquivos/abntnabr6023.pdf>>. Acesso em 10 dez, 2015.

CEDERGREN, Henrietta J.; SANKOFF, David. Variable rules: performance of a statistical reflection of competence. **Language**, n. 50, p. 33-55, 1974.

CHAMBERS, Jack. **Sociolinguistic Theory**: linguistic variation and its social significance. Oxford: Blackwell, 1995.

CHAMBERS, Jack; TRUDGILL, Peter. **Dialectology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

CHEN, M.Y.; WANG, W.S-Y. Sound change: actuation and implementation. **Language**, v. 51, n. 2, p. 255-281, jun. 1975.

COSERIU, Eugênio. **Sincronia, diacronia e história**: o problema da mudança linguística. Tradução: Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, 1979 [1921].

COUTO, Jorge. **A construção do Brasil: ameríndios, portugueses e africanos do início do povoamento e finais de quinhentos**. Lisboa: Cosmos, 1995.

CRISTÓFARO, Thais. Difusão Lexical: Estudo de Casos do Português Brasileiro. In: MENDES, Eliana Amarante de M.; OLIVEIRA, Paulo Motta Oliveira; BENN-IBLER, Veronika. (Org.). **O Novo Milênio**: interfaces lingüísticas e literárias. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, v. 1, p. 209-218, 2001

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do português contemporâneo**. 17. ed. Lisboa: João Sá da Costa, 2002.

DI DOMENICO, Elisa. Placed, Non- Placed and Anaphorically Placed Expressions. **Italian journal of Linguistics**, Italy, v. 16, n. 1, p. 63-105, out. 2004. Special Issue. Disponível em < <http://www.italian-journal-linguistics.com/wp-content/uploads/01.pdf>>. Acesso em 18 de fev. 2013.

DIVINO, Ludinalva do Amor. **Como trato meu receptor? A propósito uso do tu/você em Santo Antônio de Jesus-BA**. 2008. 170 f. Dissertação (Mestrado em Letras) –Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. 3.ed. Brasília, 2013.

FARACO, Carlos Alberto. Considerações sobre a sentença imperativa em português. **DELTA**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 01-15, set./fev. 1985/1986.

FARIA, Ernesto. **Gramática superior da língua latina**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958.

FARIA, Isabel Hub. **O uso da linguagem**. In: MATEUS, M. H. M. et al. **Gramática da língua portuguesa**. 5. ed. Lisboa: Caminho editorial, 2003. p. 55-84.

FERNÁNDEZ, Francisco Moreno. **Princípios de sociolinguística y sociología del lenguaje**. Barcelona: Editorial Ariel, 1998.

FERREIRA, Carlota. Remanescentes de um falar crioulo brasileiro. In: FERREIRA, Carlota et al. **Diversidade do português do Brasil**. Salvador: EDUFBA, 1984. p.21-32.

FERREIRA, G. R. A.; ALVES, E. do N. A. a expressão variável do modo imperativo no português do Brasil: língua falada na região Centro-Oeste e escrita quase falada nas salas de bate papo da internet. Brasília: Unb, 2001.

FERREIRA, Grazielle de Lourdes Novato. **Cinzeno**: memória de uma comunidade negra remanescente de quilombo. 1999. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

FRANCESCHINI, Lucelene Teresinha. **Variação pronominal nós/ a gente e tu/você em Concórdia- SC**. 2011. 253 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

FREITAS, Shirley de. Imperativo negativo no Papiamentu [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <lanuzalima@gmail.com> em 30 set. 2015.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

GOILO, Enrique. **Gramatica papiamentu**. Curaçao: Hollandsche Boekhandel, 1953.

GOULAR REIS FILHO, Nestor. **Evolução urbana do Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1968.

GUY, Gregory; ZILLES, Ana. **Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise**. São Paulo: Parábola, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Prefácio de Antonio Cândido. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013 [1995].

IBGE. **Censos demográficos 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/censo2000\\_populacao.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/censo2000_populacao.pdf)>. Acesso em 23 mar. 2014.

IBGE. *IBGE cidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>>. Acesso em 20 set. 2002.

IBGE. **Região de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE. **Censos demográficos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em 15 out. 2015.

IBGE. **Censo demográfico 2010: aglomerados subnormais – informações territoriais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b. Disponível em <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd\\_2010\\_agrn\\_if.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd_2010_agrn_if.pdf)> Acesso em 15 out. 2014.

JESUS, Étel Teixeira de. **O Nordeste na mídia e os estereótipos linguísticos**: estudo do imperativo na novela *Senhora do destino*. 2006. 144 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

LABOV, William. Contraction, deletion and inherent variability of the English copula. **Language**, n. 45, p. 715-62, 1969.

LABOV, William. Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. **Working Paper in sociolinguistics**, Texas, n. 44, p. 5-23, 1978.

LABOV, William. **Principles of linguistic change**: social factors. Massachusetts: Blackwell, 2001.

LABOV, William. **Padrões Sociolingüísticos**. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LAMBERT, Wallace et al. Evaluational reactions to spoken languages. **Journal of Abnormal and Social Psychology**. v. 60. n. 1, p. 44-51. 1960.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. 5. ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Centauro, 2011 [1968].

LIMA, Damaris Pereira Santana. **O uso do modo imperativo na fala de Campo Grande - Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado em Letras). Brasília/Campo Grande: UnB/UNIDERP, 2005.

LIMA, Manuele Bandeira de Andrade. Sentenças imperativas nos crioulos do golfo da Guiné. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <lanuzalima@gmail.com> em 24 set. 2015.

LOPES, Norma da Silva, et al. (Org.). **Um estudo da fala popular de Salvador**: PEPP. Salvador: Quarteto, 2009.

LOREGIAN-PENKAL, Loremi. **(Re)análise da referência de segunda pessoa na fala da região Sul**. 2004. 260 f. Tese (Doutorado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil. São Paulo: **DELTA**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 97- 130, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-44502001000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502001000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 9 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara (Org.). **Português Brasileiro**: contato lingüístico, heterogeneidade e história. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. p. 272-283.

\_\_\_\_\_. Norma lingüística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (Org.). **Lingüística da norma**. São Paulo: Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. Parâmetros sociolinguísticos do português brasileiro. **Revista da ABRALIN**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1 e 2, p. 83-112, 2006.

\_\_\_\_\_. História do contato entre línguas no Brasil. In: BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante; RIBEIRO, Ilza. (Org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 41-73.

\_\_\_\_\_. A diferenciação da língua portuguesa no Brasil e o contato entre línguas. **Estudos de Linguística Galega**. Santiago de Compostela, v. 4, p. 45-65, jul. 2012. Disponível em: <<http://www.usc.es/revistas/index.php/elg/article/view/403/400>>. Acesso em 8 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **Língua e Sociedade Partidas**: a polarização sociolinguística do Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. A Transmissão Linguística irregular. In: LUCCHESI, Dante; RIBEIRO, Ilza. (Org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 101-124.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; SILVA, José Augusto Alves da. Concordância verbal. In: LUCCHESI, Dante; RIBEIRO, Ilza. (Org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 331-371.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; SILVA, Maria Cristina da; FIGUEIREDO, Cristina. O português afro-brasileiro: as comunidades analisadas. In: LUCCHESI, Dante; RIBEIRO, Ilza. (Org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 75-100.

MAGALHÃES, Neylana Sousa Brito. **O processo de urbanização no sul da Bahia (1970-2010)**: o município de canavieira na rede urbana regional. 2012. 124 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2012.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Marcadores conversacionais do português Brasileiro: formas posições e funções. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (Org.). **Português culto falado no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1989. p. 281-318.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Diversidade e Unidade: A Aventura Linguística do Português. **Revista ICALP**, vol. 11, p. 60-72, mar. (Parte 1); **Revista ICALP**, vol. 12-13, p. 13-28 jun.-set. 1988.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma sócia-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.

MATTOSO, Kátia. **Ser escravo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990 [1979].

MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. O sistema verbal latino em confronto com o do português. In: MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1975. p. 127-137.

MENDES, Elisângela dos Passos. **A flexão de caso pronominal no continuum do português popular da Bahia**. 2016, 270 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

MILROY, Lesley. Social Networks. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, Peter; SCHILLING-ESTES, Natalie. (Ed.). **The handbook of language variation and change**. Oxford: Blackwell, 2004. p. 549-571.

MODESTO, Artarxerxes Tiago Tacito. **Formas de tratamento no português brasileiro: a alternância tu e você na cidade de Santos-SP**. 2006. 144 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006.

MOLLICA, Maria Cecília. Difusão lexical em sintaxe. **Revista Estudos linguísticos**, Belo Horizonte, ano 1, v. 1, p. 79-84, jul./dez. 1992.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. (Org.). **Introdução à sociolinguística: tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 9- 14.

MONGUILHOTT, Isabel de Oliveira e Silva. Estudo sincrônico e diacrônico da concordância verbal de terceira pessoa do plural no PB e no PE. 2009. 229 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MONTE-MÓR, Roberto Luis. **O que é urbano, no mundo contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG/ Cedeplar, 2006. (Texto para discussão n. 281).

MORAIS, R. D. **O uso e emprego dos imperativos 2**. Brasília: UnB, 1994.

MOSCOVICI, Serge. On social representations. In: FORGAS, Joseph P. (Ed.) **Social cognition: Perspectives on everyday understanding**. London: Academic Press, 1981. p. 181-209.

MUSSA, Alberto. **O papel das línguas africanas na história do português do Brasil**. 1991. Dissertação. (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

NARO, Anthony Julius. Modelos quantitativos e tratamentos estatísticos. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. (Org.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 15-25.

NARO, Antony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Análise quantitativa e tópicos de interpretação do VARBRUL. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. (Org.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 147-177.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX**. Salvador: EDUFBA, 2007.

NOBRE, Wagner Carvalho de Argolo. **Introdução à história das línguas gerais no Brasil: processos distintos de formação no período colonial.** 2011. 229 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

NOGUEIRA, Francieli Motta. **Como os falantes de Feira de Santana e Salvador tratam seu interlocutor?** 2013. 136 f. 135f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

NUNES, Antonietta d’Aguiar. **Conhecendo a história da Bahia: da pré-história a 1815.** Salvador: Quarteto, 2013.

NUNES, Maria de Lourdes. **Revisita à ideia de Quilombo: uma reflexão étnico racial a partir do Quilombo do Cinzento.** 2008. 167 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2008.

OLIVEIRA, Fátima. Modalidade e modo. In: MATEUS, M. H. M. et al. **Gramática da língua portuguesa.** 5. ed. Lisboa: Caminho editorial, 2003. p. 245-272.

OLIVEIRA, Fernão de. **A gramática da linguagem portuguesa: introdução, leitura atualizada e notas por M. L. C. Buescu.** Lisboa, IN/CM, 1975.

OLIVEIRA, Luanda Almeida Figueiredo de. **Tu e você no português afro-brasileiro.** Comunicação ao VI Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação da UFBA. Salvador, 2005.

OLIVEIRA, Luanda Almeida Figueiredo de. **Tu e Você no português popular do estado da Bahia.** Comunicação ao VIII Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação da UFBA. Salvador, 2007.

OLIVEIRA, Luanda Figueiredo Almeida de. **Concordância nominal no português popular de Salvador:** Itapuã. Comunicação ao III Congresso Internacional de Dialectologia e Sociolinguística – CIDS. Londrina, 2014.

OLIVEIRA JR., Miguel. Aspectos técnicos na coleta de dados linguísticos orais. In: FREITAG, Raquel Meister Ko. (Org.). **Metodologia de Coleta e Manipulação de Dados em Sociolinguística,** São Paulo: Edgard Blücher, 2014. p. 19-26.

OTT, Carlos. **Formação e evolução étnica da cidade do Salvador.** 2. v. Salvador: Prefeitura municipal de Salvador, 1955.

OUSHIRO, Livia. **Identidade na Pluralidade: avaliação, produção e percepção linguística na cidade de São Paulo.** 2015. 394 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PAREDES SILVA, Vera Lúcia. O retorno do pronome tu à fala carioca. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara. (Org.). **Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade, história.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. p. 160-169.

PESSOA DE CASTRO, Yeda. A matriz africana no português do Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Org.). **Quinhentos anos de**

**história lingüística do Brasil.** Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 81-116.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. Línguas Africanas no Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Org.). **Quinhentos anos de história lingüística do Brasil.** Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 17-142.

PINHEIRO, Eloísa Petti. **Europa, França e Bahia:** difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio, Salvador). 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2011.

PINTZUK, Suzan. **Programas Varbrul.** Tradução: Ivone Isidoro Pinto, revisão de Maria Thereza Gomes Fioreti e Maria Marta Pereira Scherre (Coord.). Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 1988.

PORTO, Edgard. **Desenvolvimento e Território na Bahia.** Salvador, SEI/BA, 2003. (Série Estudos e Pesquisas, 61).

PROJETO VERTENTES. Disponível em: <<http://www.vertentes.ufba.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2009.

QUEIRÓS, Fernando Pinto de. **A capela do Padre Mateus.** Feira de Santana: SAGRA, 1995.

QUINT, Nicolas. **Grammaire de La langue cap-verdienne:** étude descriptive et compréhensive du créole afro-portugais des Îles du cap-vert. Paris: L'Harmattan, 2000.

QUINT, Nicolas. **Parlons capverdien:** langue et culture. Paris: L'Harmattan, 2003.

RAMOS, Maria Estela Rocha. **Território e afrodescendente:** leitura de cidade através do bairro da Liberdade, Salvador (Bahia). 2007. 190 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

REIS, João José. Escravos e coiteiros no quilombo do oitizeiro: Bahia, 1806. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio:** histórias dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1996]. p. 332-372.

REIS, Mariléia da Silva. **Atos de fala não declarativos de comando na expressão do imperativo:** a dimensão estilística da variação sob um olhar funcionalista. 2003. 216 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro:** A formação e o sentido de Brasil. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIVERO, Maria Luisa. Negation, imperatives and the Wackernagel effects. **Rivista di Linguistica.** 6-1, p. 39-66, 1994.

RIVERO, Maria Luisa; TERZI, Arhont. Imperatives, V-movement and logical mood. **Journal of Linguistics,** n. 31. p. 301-332, 1995.

RISSO, Mercedes; SILVA, Giselle; URBANO, Hudinilson. Traços definidores dos Marcadores Discursivos. In: JUBRAN, Clélia; KOCH, Ingedore. (Org.). **Gramática do português culto falado no Brasil**: Construção do texto falado. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. p. 403-425.

RODRIGUES, Aryon D. As outras línguas da colonização do Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Orgs.). **Quinhentos anos de história lingüística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p.143-162.

RODRIGUES, M. da S. Estudo da formação do imperativo na linguagem oral e escrita. Brasília: UnB, 1993.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 42. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

ROSA, Maria Carlota. A língua mais geral do Brasil nos séculos XVI e XVII. In: FREIRE, José Ribamar Bessa; ROSA, Maria Carlota. (Org). **Línguas Gerais**: políticas linguísticas e catequese na América do Sul no Período Colonial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003. p.133-146.

RUA, João. Urbanidades no rural: o dever de novas territorialidades. **CAMPO-TERRITÓRIO**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

SALLES, Ricardo Henrique; SOARES, Mariza de Carvalho. **Episódios de história afro-brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

SAMPAIO, Dilcéia Almeida. **Modo imperativo**: sua manifestação/ expressão no português contemporâneo. 2001. 214 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

SAMPAIO, Theodoro; TESCHAUER, Carlos. **Os naturalistas viajantes dos séculos XVIII e XIX e o progresso da etnografia indígena no Brasil**. Salvador: Livraria Progresso, 1955.

SANTOS, Elisabete et al. (Org.). **O caminho das águas em Salvador**: bacias hidrográficas, bairros e fontes. Salvador: CIAGS/UFBA, SEMA, 2010.

SANTOS, Jânio Ramos. **A cidade poli(multi)nucleada**: A reestruturação do espaço urbano de Salvador. Salvador: EDUFBA, 2013.

SANTOS, Lanuza Lima. **O uso do imperativo no português afro-brasileiro**. [s.l.]: [s.n.]. 2006. In: XXV Seminário Estudantil de Pesquisa – SEMEP, Salvador, 2006. Comunicação oral... Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2006.

SANTOS, Lanuza Lima. **O uso do modo imperativo no português rural do estado da Bahia**. In: VIII Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação da UFBA. Salvador, 2007. Comunicação oral... Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2007.

SANTOS, Miguel Cerqueira dos. **A dinâmica urbana de Santo Antônio de Jesus – Bahia**. 1999. 86 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2009 [1993].

SATHLER, Douglas. O rural e o urbano no Brasil. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 15, n. 25, p. 77-92, 2005.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. Tradução: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Introdução ao pacote VARBRUL para microcomputadores**. Brasília: UnB, 1993.

\_\_\_\_\_. Paralelismo Linguístico. **Revista de Estudos Linguísticos**, Belo Horizonte, v.7, n.2, p. 29-59, jul./dez. 1998.

\_\_\_\_\_. Norma e uso: o imperativo no português brasileiro. In: DIETRICH, W.; NOLL, V. (Org.). **O português do Brasil: perspectivas da pesquisa atual**. Madrid: Iberoamericana, 2004. p. 231-260.

\_\_\_\_\_. A norma do imperativo e o imperativo da norma: uma reflexão sociolinguística sobre o conceito de erro. In: \_\_\_\_\_. **Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 115- 143.

\_\_\_\_\_. Aspectos sincrônicos e diacrônicos do imperativo gramatical no português brasileiro. **Alfa**, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 189-222, 2007.

\_\_\_\_\_. Padrões sociolinguísticos do português brasileiro: a importância da pesquisa variacionista. **Revista Tabuleiro das Letras**, Salvador, n. 4, jun. 2012.

SCHERRE, Maria Marta Pereira et al. Phonic Parallelism: evidence from the imperative in Brazilian Portuguese. In: PARADIS, C. et al. (Org.). **Papers in sociolinguistics**. N.WAVE-26 à l'Université Laval. Québec: Nota Bene, 1998. p. 63-72.

SCHERRE, Maria Marta Pereira et al. Restrições sintáticas e fonológicas na expressão variável do imperativo no português do Brasil. **Boletim da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN)**, Florianópolis, p. 1333-13347, 2000a.

SCHERRE, Maria Marta Pereira et al. Restrições não linguísticas no uso variável do modo imperativo em português: um fenômeno em mudança linguística? Comunicação apresentada na 52ª Reunião Anual da SBPC, Brasília, 2000b.

SCHERRE, Maria Marta Pereira et al. Reflexões sobre o imperativo em Português. **DELTA**, São Paulo, v. 23, n. spe, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-44502007000300010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502007000300010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 27 maio de 2014.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; YACOVENCO, Lilian Coutinho. A variação linguística e o papel dos fatores sociais: o gênero do falante em foco. **Revista da ABRALIN**, v. Eletrônico, n. Especial, p. 121-146. 1ª parte, 2011.

SCHNEIDER, Sérgio. As transformações recentes da agricultura familiar no RS, o caso da agricultura em tempo parcial. **Revista FEE**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 105- 129, 1995.

SCHWARTZ, Stuart B. Cantos e Quilombos numa conspiração de escravos haussás: Bahia, 1814. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. (Org.). **Liberdade por um fio: histórias dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1996]. p. 373-406.

SILVA, C. A. da. **O imperativo na língua falada da região centro-oeste**. Brasília: UNIP, 2003.

SILVA, Jorge Augusto Alves. **A concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular do Brasil: um panorama sociolinguístico de três comunidades do interior do estado da Bahia**. 2005. 324 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SILVA, Maria Cristina Vieira de Figueiredo. **O objeto direto anafórico no dialeto rural afro-brasileiro**. 2004. 149 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello. **Notas sobre o processo recente de urbanização/metropolização no estado da Bahia**. Rua, Salvador, 1, 1988. p. 31-52.

SILVA, V. L., SANTOS; G. M.; RIBEIRO, T. D. Variação na 2ª pessoa: o pronome sujeito e a forma do imperativo. **Gragoatá**, n. 9, p. 115-124, 2000.

SOUZA, Janaina Pedreira Fernandes. **Mapeando a entrada do você no quadro pronominal: análise de cartas familiares dos séculos XIX e XX**. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltros. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 2000. (Coleção Repesando Geografia).

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA BAHIA. **Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia: um breve histórico**. Salvador: SEI, 2001.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1985.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: EDUFBA, 2001 [1959].

VENÂNCIO, Renato Pinto. Presença Portuguesa: de colonizadores a imigrantes. In: IBGE. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE: Centro de Documentação e Distribuição da Informação, 2007, p. 71-68.

VEIGA, Guimarães Elba et al. O processo de delimitação dos bairros de Salvador. **Rev. Interdisciplinar de Gestão Social**, Salvador, v.1, n.1, p. 131-147. jan./abr. 2012.

VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Baía de Todos os Santos dos séculos XVII e XIX**. Tradução Tasso Gadzanis. 3. ed. São Paulo: Corrupio, 1987.

VIANA FILHO, Luiz. **O negro na Bahia**: um ensaio clássico da escravidão. 4. ed. Salvador: EDUFBA: Fundação Gregório de Mattos, 2008 [1946].

VOTRE, Sebastião José. Relevância da variável escolaridade. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. (Org.). **Introdução à Sociolinguística**: o tratamento da variação. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 51-58.

WANG, W. S-Y. Competing changes as a cause of residue. **Language**, n. 45, p. 9-25, 1969.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### Termo de consentimento livre e esclarecido (Questionário)

Caro estudante, você está sendo convidado a participar como voluntário do projeto de pesquisa “*Fala (você/tu) ~ fale (você/tu): a expressão variável do imperativo no português popular da Bahia*”, de responsabilidade da pesquisadora Lanuza Lima Santos, estudante de doutorado da Universidade Federal da Bahia e professora do IFBA.

O trabalho tem como objetivo identificar, a partir da aplicação de um questionário (teste linguístico), o modo como os falantes avaliam o emprego das formas verbais associadas ao imperativo.

O material produzido a partir do questionário é confidencial e tem a finalidade exclusiva de colaborar para o estudo de doutoramento da pesquisadora.

#### CONSENTIMENTO DO SUJEITO PARTICIPANTE

Pelo presente termo de consentimento livre e esclarecido, eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, autorizo expressamente a utilização de questionário no projeto de pesquisa intitulado *Fala (você/tu ~ fale (você/tu): a expressão variável do imperativo no português popular da Bahia* e em outras publicações dele decorrentes.

Pela presente permissão de uso, conforme discriminado nas condições acima referidas, não será pago qualquer valor em moeda corrente ou produtos.

A presente autorização abrange, exclusivamente, a concessão de uso do questionário para os fins aqui estabelecidos e qualquer outra forma de utilização deverá ser previamente autorizada.

Salvador, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016

\_\_\_\_\_  
Assinatura do informante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal (parentesco e RG)

## APÊNDICE B – FICHA SOCIAL DO INFORMANTE

### FICHA SOCIAL DO INFORMANTE

#### I- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Nome: \_\_\_\_\_ Data de nascimento : \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_

Sexo: (M) (F) Escolaridade: ( ) 1º ( ) 2º ano ( ) 3º

Naturalidade: \_\_\_\_\_ Bairro em que Reside: \_\_\_\_\_

Naturalidade mãe: (s) Salvador (i) Interior (o) outro estado \_\_\_\_\_

Naturalidade pai: (s) Salvador (i) Interior (o) outro estado \_\_\_\_\_

#### II - COMPORTAMENTO SOCIAL DO INFORMANTE:

Qual é o tempo médio diário de exposição à televisão? \_\_\_\_\_

Quais canais assiste? \_\_\_\_\_

Programa(s) preferidos \_\_\_\_\_

Quanto tempo permanece na internet diariamente? \_\_\_\_\_

Que tipo de site ou rede social mais acessa? \_\_\_\_\_

Outros tipos de mídia (Rádio, jornal, revistas), especifique:

\_\_\_\_\_

Pratica alguma religião? Sim ( ) Não ( ) Qual? \_\_\_\_\_

## APÊNDICE C – TESTE DE PRODUÇÃO MONITORADA

### PARTE I – TESTES DE PRODUÇÃO MONITORADA

A - Preencha os diálogos dos quadrinhos a seguir. Crie frases e conversas que revelem as ordens, reclamações e pedidos que são feitos pelos personagens.



B – Preencha as lacunas a seguir com as formas que você utilizaria numa situação de fala.

- A) Uma ordem de uma mãe a um filho: \_\_\_\_\_ tomar banho agora. (vai- vá)
- B) Um pedido de um filho para uma mãe: Mãe, me \_\_\_\_\_, por favor. (ajuda/ ajude)
- C) Em uma conversa entre amigos: Meu amigo, \_\_\_\_\_ atenção no que eu vou te contar. (preste/presta)
- D) Uma instrução a um funcionário: João, para realizar a inspeção, siga as instruções: \_\_\_\_\_ as ferramentas produzidas, \_\_\_\_\_ com os modelos e \_\_\_\_\_ na ficha de inspeção (observa-observe/ compare-compara/ registre-registra).
- E) Para atravessar a rua, \_\_\_\_ na faixa e \_\_\_\_ para o sinal. (pare-para/olhe-olha)
- F) Vó, \_\_\_\_\_ um café pra mim! (faz/ faça)

## APÊNDICE D – TESTE DE ADEQUAÇÃO

### PARTE II – TESTES DE ADEQUAÇÃO

Assinale a forma mais adequada para cada das situações apresentadas nos quadros abaixo

1. Você está em uma entrevista de emprego, como você pediria uma oportunidade ao gerente:



( ) Por favor, me **dê** uma chance de mostrar meu trabalho!

( ) Por favor, me **dá** uma chance de mostrar meu trabalho!

2. Você já mandou seu filho tomar banho três vezes e ele ainda não obedeceu, como você mandaria na quarta tentativa?



( ) **Vai** pro banho agora.

( ) **Vá** pro banho agora.

3. Em sala de aula, como você solicitaria ajuda a sua professora quando tem dúvidas em alguma atividade.



( ) Pró, mostre como responder essa questão.

( ) Pró, mostra como responder essa questão.

4. Para aconselhar um companheiro ou amigo:



( ) Você parece tão cansado, durma um pouco.

( ) Você parece tão cansado, dorme um pouco.

5. Você precisa de um conselho da sua mãe:



- ( ) Mãe, eu estou com problemas, me ajude!  
 ( ) Mãe, eu estou com problemas, me ajuda!

6. Dar uma ordem a uma criança desobediente



- ( ) Já te disse, não saia daí!  
 ( ) Já te disse, não sai daí!

7. Você tem um problema e pede um conselho a seu pai.



- ( ) Pai, por favor, diga o que eu devo fazer!  
 ( ) Pai, por favor, diz o que eu devo fazer!

8. Dando uma orientação a alguém mais velho



- ( ) Dona Maria, tome o remédio direitinho!  
 ( ) Dona Maria, toma o remédio direitinho!

**9. Para pedir a colaboração de um funcionário**



( ) João, preciso de sua ajuda, preencha essa ficha, por favor.

( ) João, preciso de sua ajuda, preenche essa ficha, por favor.

**10. Dando uma ordem a um funcionário**



( ) Volte ao trabalho agora.

( ) Volta ao trabalho agora.

## APÊNDICE E – TESTE DE IDENTIFICAÇÃO DA FORMA PADRÃO

### PARTE III – TESTE DE IDENTIFICAÇÃO DA FORMA PADRÃO

*Assinale a alternativa que corresponde à forma padrão de emprego do imperativo nos pares de frases abaixo*

1	( ) a. Pra passar no vestibular, <b>jogue</b> duro nos teus estudos. ( ) b. Pra passar no vestibular, <b>joga</b> duro nos teus estudos.
2	( ) a. Senhor João, <b>pegue</b> tuas coisas e retire-se da empresa. Tu estás demitido! ( ) b. Senhor João, <b>pega</b> tuas coisas e retira-se da empresa. Tu estás demitido!
3	( ) a. Meu amigo, tu não sabe o que aconteceu, <b>senta</b> que eu te conto. ( ) b. Meu amigo, tu não sabe o que aconteceu, <b>sente</b> que eu te conto.
4	( ) a. Para tua segurança, não <b>aceite</b> ajuda de estranhos nos caixas de autoatendimento ( ) b. Para tua segurança, não <b>aceita</b> ajuda de estranhos nos caixas de autoatendimento
5	( ) a. Pra ser feliz, não <b>perde</b> tempo com o teu passado. ( ) b. Pra ser feliz, não <b>perca</b> tempo com o teu passado.
6	( ) a. Professora, não <b>aplique</b> tua prova amanhã, por favor. ( ) b. Professora, não <b>aplica</b> tua prova amanhã, por favor.
7	( ) a. Luisa, menina, não <b>levanta</b> dessa cadeira até eu mandar. ( ) b. Luisa, menina, não <b>levante</b> dessa cadeira até eu mandar.
8	( ) a. Caro cliente, para sua segurança, <b>evita</b> ajuda de estranhos nos caixas eletrônicos. ( ) b. Caro cliente, para sua segurança, <b>evite</b> ajuda de estranhos nos caixas eletrônicos.
9	( ) a. Atenção, se você está a fim de participar do forró da formatura, <b>assina</b> o pedido que está na coordenação e <b>entrega</b> na direção da escola. ( ) b. Atenção, se você está a fim de participar do forró da formatura, <b>assine</b> o pedido que está na coordenação e <b>entregue</b> na direção da escola.
10	( ) a. Colega, você pode me ajudar? <b>Segura</b> esse caderno na sua mão, por favor. ( ) b. Colega, você pode me ajudar? <b>Segure</b> esse caderno na sua mão, por favor.
11	( ) a. Ei, minha irmã, <b>olha</b> o que trouxe pra você. ( ) b. Ei, minha irmã, <b>olhe</b> o que trouxe pra você.
12	( ) a. <b>Mantém-se</b> vigilante no trânsito ( ) b. <b>Mantenha-se</b> vigilante no trânsito
13	( ) a. <b>Venha</b> pra insinuante! ( ) b. <b>Vem</b> pra insinuante!
14	( ) a. Senhor Diretor, <b>assine</b> esses requerimentos, por gentileza. ( ) b. Senhor Diretor, <b>assina</b> esses requerimentos, por gentileza.
15	( ) a. Menino, <b>estude</b> . Isso é um conselho de mãe. ( ) b. Menino, <b>estuda</b> . Isso é um conselho de mãe.
16	( ) a. Não <b>vira</b> à direita! ( ) b. Não <b>vire</b> à direita!
17	( ) a. Não <b>perca</b> a semana de liquidação! ( ) b. Não <b>perde</b> a semana de liquidação!
18	( ) a. Chefe, tenho uma solicitação: Não me <b>inclua</b> no plantão dessa semana. ( ) b. Chefe, tenho uma solicitação: Não me <b>inclui</b> no plantão dessa semana.
19	( ) a. Querida, não <b>cozinhe</b> hoje, nós vamos jantar fora.

	<input type="checkbox"/> b. Querida, não <b>cozinha</b> hoje, nós vamos jantar fora.
20	<input type="checkbox"/> a. <b>Veja</b> como fala comigo, menino!
	<input type="checkbox"/> b. <b>Vê</b> como fala comigo, menino!
Você já estudou sobre o imperativo : <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
Como você julga seu domínio sobre o assunto: <input type="checkbox"/> insuficiente <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ótimo	